

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Instituto de Geociências e Ciências Exatas

Campus de Rio Claro

ROGER VITOR CHIAPETTA

**A TERRITORIALIZAÇÃO DO SETOR VITIVÍNICO DO
ESTADO DE SÃO PAULO (1994-2009): PROCESSO DE
INSTITUCIONALIZAÇÃO, GRAU DE DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E PAPEL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas do Campus de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Elson Luciano Silva Pires

Rio Claro (SP)
2010

G330.91 Chiapetta, Roger Vitor
C532t A territorialização do setor vitivinícola do estado de São Paulo (1994-2009) : processo de institucionalização, grau de desenvolvimento territorial e papel das políticas públicas / Roger Vitor Chiapetta. - Rio Claro : [s.n.], 2010
175 f. : il., figs., gráfs., quadros, mapas

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Orientador: Elson Luciano Silva Pires

1. Geografia agrícola. 2. Vitivinicultura. 3. Desenvolvimento territorial. 4. Atores. 5. Coordenação territorial. I. Título.

Ficha Catalográfica elaborada pela STATI - Biblioteca da UNESP
Campus de Rio Claro/SP

ROGER VITOR CHIAPETTA

**A TERRITORIALIZAÇÃO DO SETOR VITIVINÍCOLA DO
ESTADO DE SÃO PAULO (1994-2009): PROCESSO DE
INSTITUCIONALIZAÇÃO, GRAU DE DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E PAPEL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas do Campus de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Comissão Examinadora

Prof. Dr. Elson Luciano Silva Pires - Orientador
(IGCE/DEPLAN - UNESP - Rio Claro)

Profa. Dra. Bernadete Aparecida Caprioglio de Castro Oliveira
(IGCE/DEPLAN UNESP - Rio Claro)

Profa. Claudete de Castro Silva Vitte
(IGE/UNICAMP - Campinas)

Rio Claro, SP, 06 de outubro de 2010

RESULTADO: APROVADO

Resumo

A TERRITORIALIZAÇÃO DO SETOR VITIVINÍCOLA DO ESTADO DE SÃO PAULO (1994-2009): PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO, GRAU DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E PAPEL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

A presente pesquisa busca avaliar a territorialização do processo recente de revitalização da cadeia vitivinícola do estado de São Paulo por meio da análise das ações conjuntas empreendidas pelas instituições e organizações envolvidas, do papel dos atores sociais e da regulação do setor. Tem o intuito de investigar os mecanismos de implantação e gestão da coordenação territorial dos agentes envolvidos na cadeia produtiva do setor e o projeto de desenvolvimento local/regional implícito. Tem como foco os quatro municípios que fazem parte do programa “*Pró-Vinho*”, (Jarinu, Jundiaí, São Miguel Arcanjo e São Roque) e que compõe a Câmara Setorial Especial da Uva e Vinho do estado de São Paulo. Nesta perspectiva, deve-se analisar a densidade das aglomerações produtivas e as estratégias recentes que podem promover o desenvolvimento territorial/local e regional, focando o período 1994-2009.

Palavras-chave: *Vitivinicultura, desenvolvimento territorial, atores, coordenação territorial.*

Abstract

THE TERRITORIALIZATION WINE INDUSTRY OF THE STATE OF SÃO PAULO (1994-2009): THE INSTITUTIONALIZATION PROCESS, LEVEL AND TERRITORIAL DEVELOPMENT ROLE OF PUBLIC POLICY

This research seeks to evaluate the regionalization of the recent process of revitalization of the chain's wine São Paulo state by analyzing the joint actions undertaken by the institutions and organizations involved, the role of social actors and regulation the sector. Aims to investigate the mechanisms for implementing and managing the coordination of local actors involved in the production chain and design of local / regional development implied. Focuses on the four municipalities that are part of the "*Pró-Vinho*", (Jarinu, Jundiaí, São Miguel Arcanjo e São Roque) and comprising the Sectorial Chamber of Grape and Wine of the state of São Paulo. In this perspective, one must analyze the density of productive agglomerations and the recent strategies that can promote regional development / local and regional level, focusing on the period 1994-2009.

Keywords: grape-wineculture, territorial development, actors, territorial coordinated.

Agradecimentos

Agradeço primeiramente a minha família, pai (Orlando), madrasta (Érika), irmãos, (Orlando (Ronaldo), Elza, Alexandra e Maria Antônia) e em especial a minha mãe (Conceição de Maria), pelos exemplos e pelo apoio incondicional desde o início;

Aos funcionários da biblioteca, da pós-graduação e Deplan, especialmente a Bete e o Arnaldo, pela competência e seriedade;

Ao conselho da pós que me selecionou para ser contemplado com a bolsa de mestrado e ao CNPQ;

Aos colegas que participam do grupo de pesquisa sobre desenvolvimento territorial, pelas reuniões, pelas discussões e às vezes alguns “desabafos” coletivos;

Aos “velhos” colegas da moradia estudantil que ainda permanecem na cidade azul e acompanharam esse curto período que foi o do mestrado; e até mesmo os que sempre diziam: “... *mas, e a dissertação, está pronta?*”.

Aos outros “velhos” que moram no Asilo, Kaká (boa sorte na praia) e Véio, juntos nos bons e maus momentos;

Ao professor e amigo Elson, pela orientação, pelo exemplo de superação e pelas inúmeras conversas nem sempre de cunho acadêmico;

As professoras; Bernadete Aparecida Caprioglio de Castro Oliveira, pelo apoio, pelas observações e apontamentos sempre pertinentes; e Claudete de Castro Silva Vitte, que se mostrou solícita desde o primeiro contato e trouxe importantes contribuições ao participar da comissão examinadora;

Por fim um agradecimento especial a Carolzinha, minha parceira, que esteve ao meu lado desde o começo dessa empreitada, pelo amor, pelo suporte, e pela paciência nesses dois anos e meio um tanto conturbados...

Muito obrigado a todos.

ÍNDICE

	Página
RESUMO	iii
ABSTRACT	iv
LISTA DE TABELAS	viii
LISTA DE FIGURAS E QUADROS	x
LISTA DE GRÁFICOS	x
LISTA DE MAPAS	xi
LISTA DE SIGLAS	xiii
INTRODUÇÃO	14
I – Premissas Teóricas e metodológicas	
1 - Globalização e Territorialização	20
1.1.1 - Mudanças na agricultura no âmbito global	31
1.1.2 - Mudanças na agricultura brasileira	34
1.2 – Os Arranjos Produtivos Locais, debate conceitual e visão qualitativa ..	39
1.3 - Desenvolvimento territorial	44
II – Recorte espacial e setorial	
2 - Histórico da vitivinicultura brasileira e paulista	50
2.1. Breve caracterização da vitivinicultura mundial, origens e situação da vitivinicultura no Brasil.....	50
2.1.1 - Cultivo de uva.....	61
2.1.2 - Fabricação de vinho	72
2.2 - Breve histórico da vitivinicultura paulista.....	84
2.3 - Contexto espacial de estudo e dinâmica do setor vitivinícola	89
2.3.1. Jarinu e Jundiá – Caracterização Geográfica	92
2.3.2. São Miguel Arcanjo e São Roque – Caracterização Geográfica.....	94
2.3.2.1 - Cultivo de uva	96
2.3.2.2 - Fabricação de vinho	113
III – As Câmaras Setoriais	
3. - Origens, composição e desafios	128
3.1 - As Câmaras no setor agropecuário	131

3.2 - A Câmara do setor vitivinícola.....	136
3.2.1 Relatos de observações	138
3.2.1.1 – 1ª reunião (19/11/2008)	140
3.2.1.2 – 2ª reunião (17/06/2009)	141
3.2.1.3 – 3ª reunião (21/10/2009)	143
3.2.1.4 – 1ª reunião extraordinária (10/12/2009)	144
3.2.1.5 – 4ª reunião (10/03/2010)	146
3.2.1.6 – 5ª reunião (28/07/2010)	148
3.3 - O papel das políticas públicas.....	152
3.4 - Considerações Finais.....	163
Referências bibliográficas	166
Anexos	174

LISTA DE TABELAS

	Página
Tabela 1 – Os vinte principais países vitivinícolas do mundo no ano de 2008	51
Tabela 2 – Evolução estadual dos estabelecimentos e empregos 1994-2008 (%) ..	64
Tabela 3 – Evolução estadual da remuneração 1994-2008 (%).....	69
Tabela 4 – Evolução estadual da instrução dos empregos formais 1994-2008 (%)..	70
Tabela 5 – Evolução estadual da faixa etária dos empregos formais 1994-2008 (%)	71
Tabela 6 – Evolução estadual dos estabelecimentos e empregos 1994-2008 (%) ..	77
Tabela 7 – Evolução estadual da remuneração 1994-2008 (%).....	81
Tabela 8 – Evolução estadual da escolaridade dos empregos formais 1994-2008 (%)	82
Tabela 9 – Evolução da faixa etária dos empregos formais 1994-2008 (%)	83
Tabela 10 – Peso relativo das atividades em relação ao município, estado e país, dentro do conjunto da estrutura produtiva conforme a CNAE/95, nos anos de 1994 e 2008 (%)	95
Tabela 11 – Distribuição dos municípios com maior concentração de estabelecimentos por tamanho e empregos rurais para cultivo de uva, no ano de 2008	98

Tabela 12 – Distribuição dos municípios com maior concentração de empregos rurais para cultivo de uva, no ano de 2008	102
Tabela 13 – Evolução municipal dos estabelecimentos agrícolas na atividade de cultivo de uva por tamanho no estado de São Paulo no período 1994-2008 em (%)	104
Tabela 14 – Evolução municipal dos empregos na atividade de cultivo de uva no estado de São Paulo no período 1994-2008 em (%)	106
Tabela 15 - Evolução da remuneração dos empregos formais da atividade de cultivo de uva no período 1994-2008 em (%)	107
Tabela 16 - Evolução da faixa etária (em anos) dos empregos formais da atividade de cultivo de uva no período 1994-2008 em (%)	109
Tabela 17 - Evolução da instrução dos empregos formais da atividade de cultivo de uva 1994-2008 em (%)	111
Tabela 18 – Distribuição dos municípios com maior concentração de estabelecimentos por tamanho e empregos para fabricação de vinho, no ano de 2008	115
Tabela 19 – Principais vinícolas de Jundiaí e São Roque (2010)	116
Tabela 20 – Evolução municipal dos estabelecimentos na fabricação de vinho por tamanho no estado de São Paulo no período 1994-2008 em (%)	117
Tabela 21 - Evolução municipal dos empregos na fabricação de vinho no estado de São Paulo no período 994-2008 em (%)	120
Tabela 22 – Evolução da remuneração dos empregos formais da fabricação de vinho no estado de São Paulo 1994-2008 em (%)	121
Tabela 23 – Evolução da faixa etária dos empregos formais fabricação de vinho no estado de São Paulo 1994-2008 em (%)	122
Tabela 24 – Evolução da instrução dos empregos formais fabricação de vinho no estado de São Paulo 1994-2008 em (%)	123
Tabela 25 – Câmaras Setoriais da Secretaria da Agricultura do estado de São Paulo (1997 – 2009)	133

LISTA DE FIGURAS E QUADROS

	Página
Figura 1 – Cadeia Produtiva Vitivinícola de São Paulo com seus elos básicos destacados	16
Figura 2 – Fragmentos de uma hierarquia global emergente das relações econômicas e políticas	24
Figura 3 – Tipos de governança dos arranjos e circuitos produtivos locais	48
Figura 4 – Cronologia da instalação das empresas Vitivinícolas no Pólo Juazeiro – Petrolina, Nordeste do Brasil	76
Figura 5 - Distribuição dos municípios tradicionais na produção de uva no estado de São Paulo	88
Figura 6 – Município de Jarinu	92
Figura 7 – Município de Jundiaí	92
Figura 8 – Município de São Miguel Arcanjo	94
Figura 9 – Município de São Roque	94
Quadro 1 – Síntese das mudanças na análise da Geografia Econômica nas últimas décadas do século XX	27
Quadro 2 - Tipologia dos fatores de concorrência espacial-territorial	28

LISTA DE GRÁFICOS

	Página
Gráfico 1 e 2 - Distribuição dos estabelecimentos de cultivo de uva - 1994 e 2008 (em %)	99
Gráfico 3 e 4 - Distribuição dos empregos para cultivo de uva - 1994 e 2008 (em %)	103
Gráfico 5 e 6 -Distribuição dos estabelecimentos para fabricação de vinho - 1994 e 2008	115
Gráfico 7 e 8 -Distribuição dos empregos na indústria de fabricação de vinho 1994 e 2008	120
Gráfico 9 e 10 – Síntese da dinâmica dos estabelecimentos e empregos para cultivo da uva	124

Gráfico 11 e 12 – Síntese da dinâmica dos estabelecimentos e empregos para fabricação de vinho	124
Gráfico 13 - Total da produção de uva no estado de São Paulo no período 1994-2008 (em toneladas)	125
Gráfico 14 - Produção de uva comum para mesa dos quatro municípios (%)	126
Gráfico 15 - Produção de uva fina para mesa dos quatro municípios (%)	126
Gráfico 16 - Produção de uva para indústria dos quatro municípios (%)	127

LISTA DE MAPAS

	Página
Mapa 1 – Mapeamento dos elos básicos da Cadeia Produtiva Vitivinícola de São Paulo (2008)	17
Mapa 2 – Localização das principais regiões produtoras de uvas viníferas no Brasil atualmente	59
Mapa 3 - Distribuição dos estabelecimentos agrícolas voltados ao cultivo de uva no Brasil no ano de 1994 (em%)	61
Mapa 4 - Distribuição dos estabelecimentos agrícolas voltados ao cultivo de uva no Brasil no ano de 2008 (em%)	62
Mapa 5 - Evolução da concentração dos estabelecimentos agrícolas voltados ao cultivo de uva no Brasil no período 1994-2008 (em%)	63
Mapa 6 - Distribuição dos empregos formais voltados ao cultivo de uva no Brasil no ano de 1994 (em%)	66
Mapa 7 - Distribuição dos empregos formais voltados ao cultivo de uva no Brasil no ano de 2008 (em%)	67
Mapa 8 - Evolução dos empregos agrícolas voltados ao cultivo de uva no Brasil no período 1994-2008 (em%)	68
Mapa 9 - Distribuição dos estabelecimentos voltados à fabricação de vinho no Brasil no ano de 1994 (em%)	72
Mapa 10 - Distribuição dos estabelecimentos voltados à fabricação de vinho no Brasil no ano de 2008 (em%)	73
Mapa 11 - Evolução dos estabelecimentos voltados à fabricação de vinho no Brasil no período 1994-2008 (em%)	74

Mapa 12 - Distribuição dos empregos voltados à fabricação de vinho no Brasil no ano de 1994 (em%)	78
Mapa 13 - Distribuição dos empregos voltados à fabricação de vinho no Brasil no ano de 2008 (em%)	79
Mapa 14 - Evolução dos empregos voltados à fabricação de vinho no Brasil no período 1994-2008 (em%)	80
Mapa 15 – Distribuição dos municípios vitícolas no período 1880-1900	87
Mapa 16 – Localização dos municípios que compõe o recorte espacial do trabalho e que participaram da criação da Câmara Setorial da Uva e do Vinho no estado de São Paulo	89
Mapa 17 - Distribuição dos estabelecimentos voltados ao cultivo de uva no estado de São Paulo em 1994 (valores absolutos)	97
Mapa 18 - Distribuição dos estabelecimentos voltados ao cultivo de uva no estado de São Paulo em 2008 (valores absolutos)	97
Mapa 19 - Evolução dos estabelecimentos voltados ao cultivo de uva no estado de São Paulo no período	100
Mapa 20 - Distribuição dos empregos voltados ao cultivo de uva no estado de São Paulo em 1994 (valores absolutos)	100
Mapa 21 - Distribuição dos empregos voltados ao cultivo de uva no estado de São Paulo em 2008 (valores absolutos)	101
Mapa 22 - Evolução dos empregos voltados ao cultivo de uva no estado de São Paulo no período 1994 – 2008 (valores absolutos)	103
Mapa 23 - Distribuição dos estabelecimentos voltados a fabricação de vinho no estado de São Paulo em 1994 (valores absolutos)	113
Mapa 24 - Distribuição dos estabelecimentos voltados a fabricação de vinho no estado de São Paulo em 2008 (valores absolutos)	114
Mapa 25 - Evolução dos estabelecimentos voltados a fabricação de vinho no estado de São Paulo no período 1994 – 2008 (valores absolutos)	117
Mapa 26 - Distribuição dos empregos voltados a fabricação de vinho no estado de São Paulo em 1994 (valores absolutos)	118
Mapa 27 - Distribuição dos empregos voltados a fabricação de vinho no estado de São Paulo em 2008 (valores absolutos)	119
Mapa 28 - Evolução dos empregos voltados a fabricação de vinho no estado de São Paulo no período 1994 – 2008 (valores absolutos)	121

LISTA DE SIGLAS

Siglas e abreviaturas presentes no trabalho

APL – Arranjo Produtivo Local

MPMEs – Micro, Pequenas e Médias Empresas

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento

APTA – Agência paulista de Tecnologias para o Agronegócio

SAA – Secretaria de Agricultura e Abastecimento

IEA – Instituto de Economia Agrícola

CATI – Coordenadoria de Assistência Técnica Integral

IAC – Instituto Agrônômico de Campinas

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

RAIS – Relação Anual de Informações Sociais

CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas

SEADE – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio a Pequena e Micro Empresa

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MIDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

REDESIST – Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais

ANFAVEA – Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores

IBRAVIN – Instituto Brasileiro do Vinho

Introdução

A presente pesquisa teve o intuito de avaliar a territorialização do processo em curso conhecido como a Revitalização da Cadeia Vitivinícola do estado de São Paulo. Para tanto, buscou-se analisar as aglomerações produtivas e as ações empreendidas pelas instituições e organizações participantes, o papel dos atores sociais e a regulação do setor, esse é o objetivo principal. Em outras palavras, a análise dos dispositivos institucionais que fundam um território local, como uma escala portadora de dimensão institucional que se constitui nas inter-relações entre o indivíduo, a comunidade e os sistemas produtivos locais/regionais, nacionais e internacionais.

Esses territórios são detentores de processos complexos de crescimento endógeno que se alimentam de eventos similares em outras regiões e localidades do mundo, formando inúmeros elos e gerando nova configuração das interdependências. Nesse contexto, é que os espaços locais e os espaços urbanos, tendem a se constituir, cada vez mais, em novos pólos de articulação de interesses e a abrigar novos atores da regulação econômica e da promoção do desenvolvimento territorial.

O recorte setorial da presente pesquisa decorre de trabalho anterior¹ que identificou diversas aglomerações produtivas no estado de São Paulo por meio de uma análise exploratória de dados secundários para a construção de uma metodologia particular de identificação dos potenciais Arranjos Produtivos Locais em potencial no estado. Permitiu uma explicitação e um mapeamento preliminar de aglomerados especializados em diversos setores da indústria paulista, o que constitui uma metodologia imprescindível, porém insuficiente, para uma identificação

¹ Chiapetta, R. V. (2008)

dos APLs. Um complemento fundamental para este tipo de análise seria o trabalho empírico por meio de entrevistas e reuniões com os agentes dos setores envolvidos para ampliar os dados obtidos e assinalar os processos de formação dos APLs.

A indústria vinícola que, apesar de não apontar aglomerados significativos na pesquisa citada, (apenas uma especialização de alguns municípios como Jundiaí e São Roque), foi identificada uma articulação institucional recente deste setor. A principal medida é o “Programa Paulista de Desenvolvimento Vitivinícola (Pró-Vinho)” que tem como foco principal alguns municípios que se destacam na produção de uva para a indústria (voltada para o processamento) e de uva para mesa (para consumo *in natura*).

O programa Pró-Vinho é conduzido pelo Instituto Paulista de Vitivinicultura, conhecido pela sigla SP Vinho, e pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento do estado de São Paulo (SAA) que busca essencialmente organizar toda a cadeia produtiva. O apoio das organizações e instituições que apóiam e participam do Pró-Vinho é fundamental para uma proposta de operacionalização do APL, dentre os principais estão: o Instituto de Economia Agrícola (IEA), a Agência Paulista de Tecnologias para o Agronegócio (APTA), as prefeituras dos municípios envolvidos, o sindicato de produtores de vinho de São Roque (SINDUSVINHO), o sindicato do vinho de Jundiaí (SINDIVINHO) e a recém criada Câmara Setorial Especial de Uva e Vinho do estado, que é a 28ª do agronegócio paulista.

Foi o adensamento da organização dos atores que possibilitou a criação da Câmara Setorial. A câmara constitui um espaço de convergência para as discussões referentes às principais demandas do setor, que se supõe ter um caráter tripartite (com a participação de representantes do governo, dos empresários e dos trabalhadores), devido à origem desse tipo de dispositivo institucional, considerado uma inovação nas relações capital/trabalho no Brasil². Esta forma de organização pode se concretizar em um ambiente favorável ao desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais, devido ao forte respaldo institucional.

Nesta perspectiva, deve-se analisar a densidade das aglomerações produtivas e as estratégias recentes adotadas pelos atores, que podem promover o desenvolvimento territorial/local e regional no estado de São Paulo, com foco no período de 1994 a 2009. Este recorte temporal compreende um período de abertura

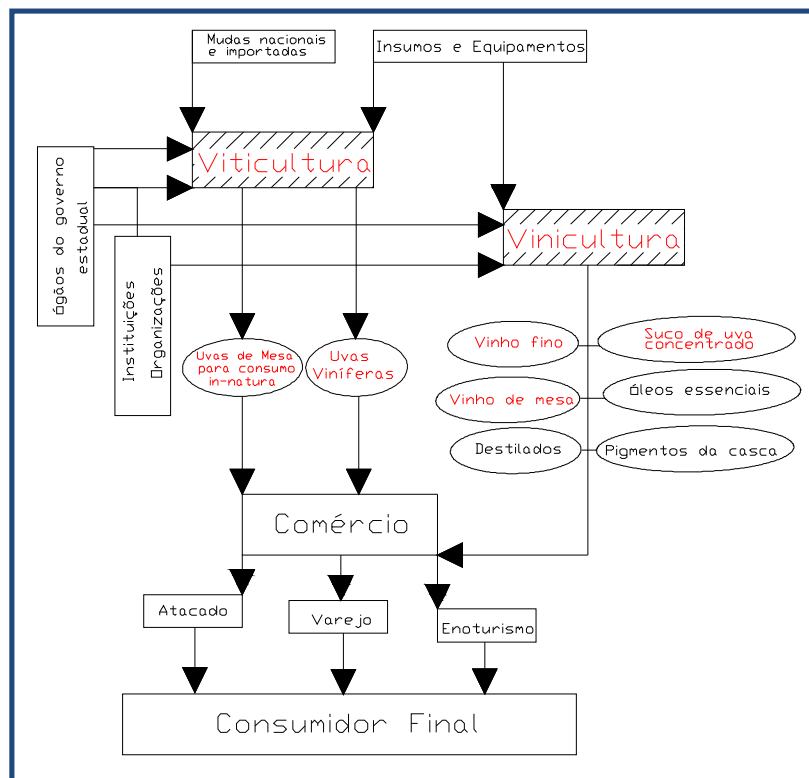
² Oliveira, F. de; Faria, V.; Giannotti, J. A. (1992); Arbix, G. (1995); Pires, E. L. (1997).

comercial e profundas transformações econômicas no país, que passou de um modelo protecionista e exportador para um modelo liberalizante de importação e exportação, gerando impactos em vários setores produtivos. O período é marcado pela descentralização do Estado e pela criação de políticas de desenvolvimento econômico com caráter setorial.

Para o setor vitivinícola, a abertura econômica possibilitou a entrada de vinhos e uvas de outros países, o que acirrou a competição com os produtores brasileiros. O acirramento da competição global/local obriga os atores a se reorganizarem em redes especializadas, buscando uma reafirmação das vocações econômicas das regiões e localidades. Os esforços dos atores na coordenação territorial se observam através das experiências de governança, como a câmara setorial, que muitas vezes não correspondem aos limites político-administrativos municipais e locais, constituindo territorialidades antes inexistentes.

Na esteira dessas transformações, o presente trabalho identificou e analisou algumas estratégias dos atores, dos territórios e das instituições da cadeia produtiva vitivinícola, como pode ser observada na figura 1, para o desenvolvimento territorial nesse período.

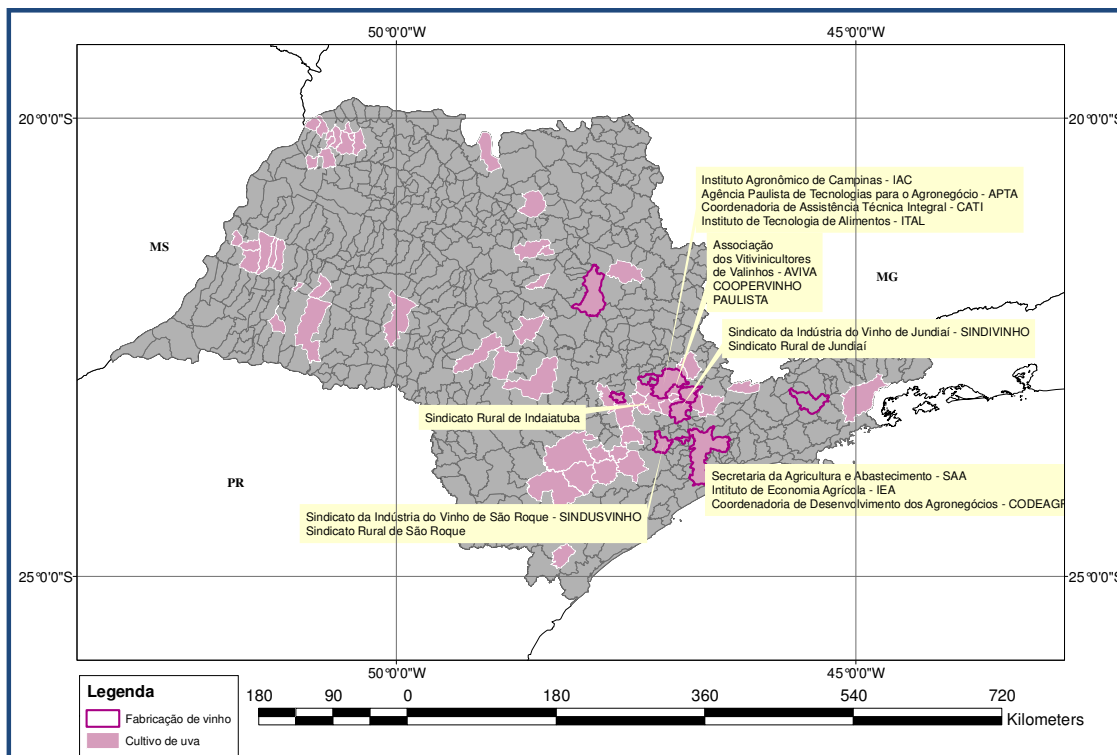
Figura 1 – Cadeia Produtiva Vitivinícola de São Paulo com seus elos básicos destacados



Elab. Roger Vitor Chiapetta. Baseado em informações do sítio do "SP vinho", disponível em <http://www.spvinho.com.br/>

Os elos básicos da cadeia produtiva são o cultivo de uva e a fabricação de vinho, que juntamente com as principais organizações e os órgãos do governo estadual que participam do processo, estão distribuídos no mapa 1.

Mapa 1 – Mapeamento dos elos básicos da Cadeia Produtiva Vitivinícola de São Paulo (2008)



Elab. Roger Vitor Chiapetta a partir de dados da RAIS.

O mapa destaca os municípios que possuem estabelecimentos referentes aos elos básicos da cadeia produtiva do estado de São Paulo e as principais organizações do governo estadual e associativas, além das prefeituras dos municípios que fazem parte do projeto de revitalização.

A partir dessas considerações gerais, a presente dissertação buscou investigar os mecanismos de implantação e gestão da coordenação territorial dos agentes envolvidos na cadeia produtiva do setor e o projeto de desenvolvimento local/regional implícito, responsáveis por estabelecer normas e regras de convivência no progresso econômico, social e tecnológico que influenciam na distribuição dos investimentos públicos e privados. O recorte espacial da pesquisa é composto pelos quatro municípios que fazem parte do “Pró-Vinho”, são os seguintes:

Jarinu, Jundiaí, São Miguel Arcanjo e São Roque, que por sua vez, fazem parte da Câmara Setorial Especial da Uva e Vinho do estado de São Paulo.

Esse processo de revitalização da cadeia vitivinícola paulista tem uma conotação técnica e tecnológica, através de medidas que viabilizem a manutenção do setor no estado de São Paulo. O principal argumento apontado é o declínio da produção de uva e vinho em municípios historicamente produtores. Em linhas gerais, através do desenvolvimento de técnicas agrônômicas, buscam o desenvolvimento de novas variedades de uvas que dêem uma identidade ao vinho paulista e que permita a retomada da produção tradicional.

Os procedimentos metodológicos adotados nessa pesquisa foram baseados no levantamento sistemático de referências bibliográficas, artigos e notícias (impressas e digitais) sobre o setor, muitas delas produzidas pelos atores e instituições que participam do processo de revitalização. Levantamento, manipulação e mapeamento³ de diversas informações secundárias⁴ de fontes relevantes e por fim, uma pesquisa empírica.

A etapa empírica prevista na pesquisa deu-se primeiramente através da participação como ouvinte em todas as reuniões da câmara setorial e posteriormente, com a realização de entrevistas qualitativas com os atores no período final de vigência da mesma. Para uma avaliação do funcionamento da câmara foi interessante entrevistar os atores depois do maior número possível de reuniões, ao todo foram 5 reuniões ordinárias e 1 reunião extraordinária.

As entrevistas com os membros têm o objetivo de identificar qual é a percepção que possuem desse instrumento de governança e as expectativas com relação ao que vem sendo desenvolvido e o que ainda esperam acontecer no processo de desenvolvimento do setor e da região. Busca responder a seguinte questão: Qual é a natureza e o papel da governança nas estratégias de desenvolvimento territorial do estado de São Paulo?

Desse modo, o trabalho foi dividido em três partes, a primeira apresenta os referenciais básicos que auxiliam no entendimento dos mecanismos de territorialização num contexto de globalização das economias nacionais com forte valorização/identificação dos recursos territoriais presentes nas estratégias de

³ O mapeamento dos dados deu-se através de um banco de dados no Sistema de Informações Geográficas (software Arcgis 9.2), sob os polígonos municipais da base georreferenciada digital, disponibilizada pelo IBGE.

⁴ Principalmente dados da RAIS, produzidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), outros como a Fundação SEADE, IBGE e dados do Instituto de Economia Agrícola de São Paulo também foram utilizados.

desenvolvimento. A segunda parte faz uma caracterização histórico/geográfica da vitivinicultura brasileira e, por conseguinte da vitivinicultura paulista para analisar as aglomerações produtivas e a territorialização do setor. A terceira discute as origens das câmaras setoriais e a transposição desse mecanismo para o agronegócio, seguida de uma análise empírica da 28ª Câmara Setorial Especial da Uva e do Vinho, que é a mais recente em funcionamento no âmbito da SAA/SP do estado de São Paulo.

As dificuldades encontradas no decorrer da pesquisa podem ser reduzidas a duas principais: o pouco tempo em que deveria ser realizado o trabalho e a grande quantidade de conceitos agronômicos encontrados na leitura e análise do material vinculado a essa temática, devido ao seu conteúdo técnico. Contudo, o objetivo principal de apresentar a territorialização do setor e acompanhar esse processo de articulação dos atores no período de vigência da pesquisa foi cumprido.

Parte I – Premissas Teóricas e metodológicas

1. Globalização e Territorialização

O modo de produção capitalista sofreu importantes transformações, mais evidentes nas últimas décadas do século XX, particularmente a partir dos anos de 1970 observa-se a intensificação do fenômeno globalizante. Esse processo é marcado pelo aumento sem precedentes dos fluxos de informações, bens e serviços, capitais e pessoas. É marcado pela mudança progressiva de um sistema econômico internacional para um sistema econômico global.

Por um lado observa-se a exacerbação dessa noção de globalização, por outro a persistência e a diferenciação de vários territórios do mundo. Algumas tendências vêm se mostrando de maneira hegemônica, bem como a globalização dos fluxos econômicos, a descentralização dos Estados nacionais e experiências de resistência ao modelo uniformizador, presente em muitas iniciativas locais. “[...] *A enorme mobilidade desses fluxos globalizados, auxiliada pela redução crescente dos custos de transporte e pela revolução das comunicações, impõe novos desafios aos atores que operam em espaços locais*”. (ARAÚJO, 2000 p.25).

O processo de globalização ou ainda, de mundialização das economias nacionais proporcionou importantes mudanças territoriais, que contrariando a idéia

de homogeneizar o espaço mundial, ressaltou cada vez mais as suas especificidades.

Globalização não significa então, homogeneização do espaço mundial, mas ao contrário, diferenciação e especialização. [...] mundialização designa a integração crescente das diferentes partes do mundo sob o efeito da aceleração das trocas, do desenvolvimento das novas tecnologias da informação e da comunicação, dos meios de transporte etc. dependendo do ponto de vista, ela recobre processos bem específicos que, para uns, prolongam as tendências antigas, para outros, marcam um novo período [...]. (BENKO & PECQUER, 2001 p.31 e 33).

Nesse sentido, o autor David Harvey (2009 p. 84), explicita as implicações teóricas e políticas da ascensão do conceito de globalização, assinalando que ocorre *“uma profunda reorganização geográfica do capitalismo, o que faz os pressupostos das unidades geográficas “naturais” no âmbito das quais é traçada a trajetória histórica do capitalismo terem cada vez menos sentido [...]”*.

[...] a globalização pode ser conceituada como um estágio qualitativamente novo da internacionalização do capitalismo, caracterizado pela ação de uma série de processos que, embora muito heterogêneos, convergem de modo a reduzir a autonomia política dos Estados nacionais e de requalificar a mediação do nacional no desenvolvimento dos fenômenos que se manifestam em escala mundial. (DINIZ FILHO, L. L., 2004)

A globalização compreendida enquanto um processo não presume que esse processo é constante nem que o mesmo entrou num estágio novo ou a uma condição completa. Esse autor contrapõe a idéia de um processo homogeneizante e identifica um

[...] processo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização agindo de modo contínuo ao longo de toda a história geográfica do capitalismo [...] Armados com esses conceitos, podemos, creio, compreender melhor o processo de globalização como um processo de produção de desenvolvimento temporal e geográfico desigual. (HARVEY, 2009, p. 88).

A globalização, portanto, constitui uma fase da evolução do sistema capitalista, que suplantou o imperialismo e certamente será suplantada por outra fase, ainda neste século XXI. Como destaca Manuel Correa de Andrade⁵, o processo de globalização vem provocando a formação de uma regionalização

⁵ Andrade, M.C. (2001).

geopolítica que se processa tanto em escala mundial, pela criação de blocos de países nos vários continentes, quanto em escala nacional. No caso do Brasil, é mantida a regionalização em grandes regiões naturais (que data de 1945), subdivididas em mesorregiões e estas em microrregiões, além de outras regionalizações estaduais. A globalização ao mesmo tempo em que tenta unificar o espaço geográfico, estimula novas diferenciações, dando origem a novas formas de regionalizações e de transformações no meio geográfico.

Reconhecendo-se que as regiões se transformam, vêm sendo feitas, a cada dez anos, reformulações das mesmas, coexistindo uma regionalização em escala nacional, ao lado de regionalizações em escala estadual. Pernambuco, por exemplo, está hoje dividido em 12 regiões de desenvolvimento, estabelecidas em função da ação política do governo estadual. A regionalização do território brasileiro vem sofrendo vários impactos, como o da expansão do povoamento, o da criação de novas unidades político-administrativas e a do relacionamento com o MERCOSUL e com os países vizinhos [...] para não mencionarmos outras possíveis redivisões de novos estados e territórios, em futuro próximo [...] (ANDRADE, M.C. 2001 p.6-7).

De acordo com os autores Benko, G; Pecquer, B. (2001 p.36) estamos diante de um processo de regionalização por meio da constituição de vastas zonas de livre comércio, ou de “triadisação”, que significa a organização da economia mundial em torno de três grandes pólos de desenvolvimento maiores: a América do Norte, a União Européia e o Japão, que constituiriam a tríade. Por outro lado, com o agravamento dos déficits públicos, sobretudo no período de 1970 a 1980, os Estados nacionais optaram por uma regionalização da gestão dos bens coletivos locais, tais como as infra-estruturas de transportes, a educação, políticas de desenvolvimento, entre outros. Desse modo, a densidade entre os atores locais como as empresas, as diversas municipalidades, as universidades, os centros de pesquisa, os sindicatos e outros, tem um papel crucial na competitividade de certas atividades e serviços. (BENKO, G.; PECQUER, B. 2001).

Neste contexto de reestruturação do sistema produtivo e abertura progressiva das economias nacionais e a descentralização dos Estados, observa-se uma possibilidade de diversificação das políticas econômicas, sociais e culturais. Uma sinergia entre as instituições locais possibilitou a diferenciação de alguns territórios com capacidade de criação ou ainda de articulação de ativos e recursos territoriais específicos,

Nosso mundo global é assim um mosaico composto de uma miríade de regiões, de localidades, de países, que não são, necessariamente, equivalentes. A “*glocalização*”, neologismo forjado para designar a articulação expandida dos territórios locais em relação à economia mundial, sublinha a persistência de uma inscrição espacial dos fenômenos econômicos, sociais e culturais. Contrariamente aos mais sombrios prognósticos, os territórios – com suas especificidades – não foram apagados sob os fluxos econômicos da mundialização. (BENKO, 2001 p.9)

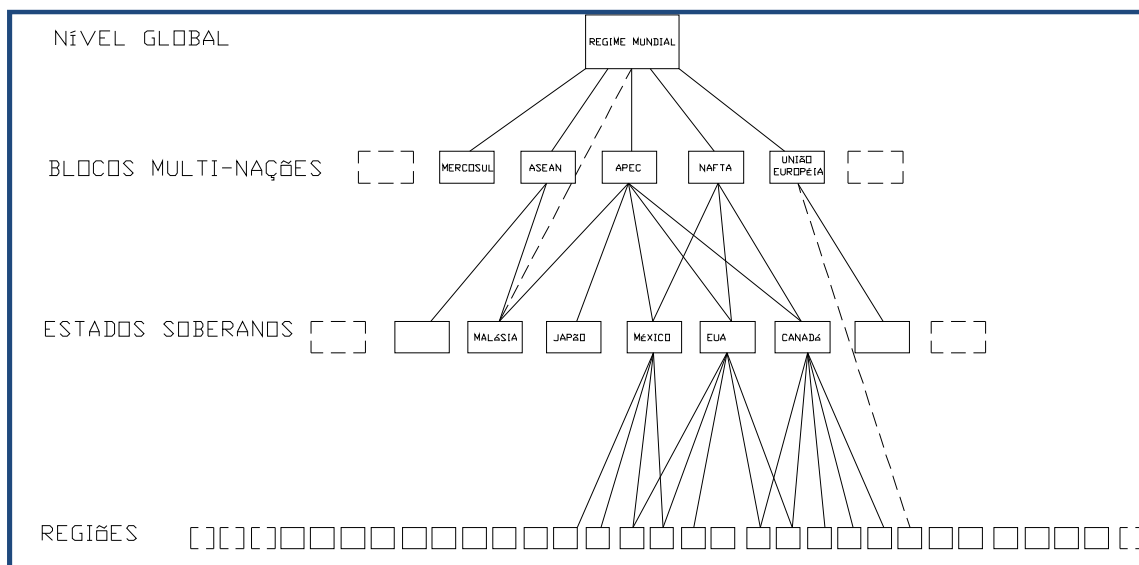
Diniz Filho, L. L. (2004 p.2), destaca a importância fundamental das escalas geográficas de análise, num contexto de globalização, para “[...] *compreender de que maneira os processos em curso afetam a autonomia e soberania dos Estados Nacionais, bem como os desafios que se colocam para as políticas públicas frente a tais processos.*” O autor destaca que a convergência desses processos traz novos desafios para os pesquisadores e formuladores de políticas, obrigando-os a incorporarem novas categorias de análise e novos instrumentos de intervenção econômica, “*freqüentemente focalizados em espaços de âmbito supranacional, regional ou local, ou ainda em redes que conectam espaços em escala mundial*”.

Alguns autores consideram esse processo uma recomposição territorial, ou uma nova reestruturação das escalas espaciais no planeta. O resultado de uma reorganização política do mundo, em termos de uma quádrupla hierarquia de relações de governança⁶.

Conforme pode ser observado na figura 2, o topo desta hierarquia consiste em um regime global feito de organizações supranacionais, de acordos internacionais, de convenções diplomáticas e outras. Abaixo desse, está o segundo estágio composto pelos blocos multi-nações como a União Européia, Nafta, Apec, MERCOSUL, Asean e outros. O terceiro nível dessa hierarquia constitui-se pelos Estados soberanos. Por fim, o quarto e último nível da hierarquia é formado por um extenso grupo de regiões que formam um mosaico global complexo.

⁶ (BENKO, 1996; SCOTT, 1998; STORPER, 1997).

Figura 2 – Fragmentos de uma hierarquia global emergente das relações econômicas e políticas



Extraído de Scott, A. J. (1998, p.138)

O novo mapa da economia mundial foi desenhado, onde se processa uma recomposição dos espaços ou "deslizamento da escala".⁷ Na escala superior observa-se a criação ou o reforço dos blocos econômicos (mercados comuns evoluindo para espaços político e economicamente unidos), na escala mais baixa, com a descentralização dos Estados nacionais, nota-se a busca por um reforço das unidades territoriais no nível regional e local.

Nesse contexto, é que os espaços locais (territórios) e os espaços urbanos, tendem a se constituir, cada vez mais, em novos pólos de articulação de interesses e a abrigar novos atores da regulação econômica e da promoção do desenvolvimento econômico.⁸

[...] o fenômeno da globalização faz emergir o local e o valoriza, pois é na escala local que as formas de organização produtiva ancoradas no território e inseridas na escala global são colocadas no lugar. Nessa perspectiva, o local subentende o global através de um processo de territorialização. (MAILLAT, D., 2002 p.9)

A base da hierarquia, o local ou a região constituem uma configuração espacial descentralizada da territorialidade global, que integra instâncias simultâneas de controle, de poder e de estratégias.

⁷ Benko G. (2001)

⁸ Araújo, T. B. de (2000).

O modelo do mosaico de sistemas territoriais de produção está associado ao desenvolvimento do pós-fordismo e aquele das tecnologias de informação, que engendram uma organização produtiva mais flexível [...] Neste modelo, a localização das atividades não é mais fundada sobre a simples utilização de recursos locais pré-existentes, mas sobre a inserção do estabelecimento no seu ambiente de instalação, para aí estabelecer relações de colaboração e contribuir assim para o seu enriquecimento em recursos específicos. (MAILLAT, D., 2002 p.10)

Buscando compreender os mecanismos da territorialização numa economia global, o autor Storper, M. (1993, p.13), destaca que só é possível compreender a globalização pela cuidadosa documentação dos casos em que ocorre a desterritorialização e daqueles em que a territorialização continua a exercer um forte papel. No primeiro caso, as atividades se tornam menos dependentes de recursos, práticas e interdependências específicos de um local. No segundo, continuam fortemente enraizadas em aspectos específicos locais. Ao analisar os mutáveis e complexos padrões de territorialização e desterritorialização de atividades pode-se esboçar um quadro mais preciso da natureza da globalização.

Nessa perspectiva, os processos de territorialização e de desterritorialização originam os sistemas de produção de localização globalizada. As forças-chave e propulsoras na economia global são, assim, as partes dos sistemas de produção territorializadas. (STORPER, 1993 p.16).

De acordo com este autor, qualquer investigação sobre a territorialização tem de estar centrada em três forças causais possíveis ou dimensões. Uma é a idéia tradicional de economias locais “externas” ou de “aglomeração”. Essa sistemática, baseada na teoria de espaço econômico, que foi elaborada por François Perroux influenciou os modelos de desenvolvimento adotados em vários países industrializados no período após a segunda guerra mundial, inclusive no Brasil⁹.

A segunda, parte do pressuposto de que o conhecimento especializado, alcançado por meio do aprendizado tecnológico por organizações e agentes sociais,

⁹ De acordo com Andrade, M. C. (1987, p.101-102), a teoria teve grande aceitação no Brasil. A partir de 1955 e após 1960 foram feitas as pioneiras tentativas de aplicação da teoria de pólos de desenvolvimento no espaço brasileiro. Vários estudos foram realizados pelo país, iniciados pelos seus discípulos, Jacques R. Boudeville e Michel Rochefort. “A partir desses estudos, estava vitoriosa a teoria dos pólos de desenvolvimento entre os estudiosos de ciências sociais brasileiros e passou a mesma a ser utilizada nos trabalhos de planificação, quer realizados por empresas privadas, como a SAGMACS – Economia e Humanismo – e o Escritório de Pesquisas Econômicas Aplicadas (EPEA), quer realizados por agências de desenvolvimento estatais como a Comissão Interestadual da Bacia do Paraná-Paraguai (CIBPU), a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), o Centro Regional de Administração Municipal (CRAM), o Conselho Nacional de Geografia (CNG) e o próprio Ministério do Planejamento”. (ANDRADE, M. 1987 p.102).

comumente é desenvolvido em contextos locais específicos, “[...] devido a excedentes e interdependências interorganizacionais e a esquemas de ação partilhados [...]”. (STORPER, M. 1993 p.16). Como as cadeias produtivas, e a vitivinícola é uma delas. A terceira muito atrelada a anterior corresponde às estruturas institucionais e ações, que constituem a base de formas de coordenação específicas de um lugar. Portanto, buscou-se compreender a territorialização da cadeia vitivinícola a partir da definição desse autor,

Uma atividade pode ser definida como territorializada quando sua efetivação econômica depende da localização (dependência do lugar) e quando tal localização é específica de um lugar, isto é, tem raízes em recursos não existentes em muitos outros espaços ou que não podem ser fácil e rapidamente criados ou imitados nos locais que não os têm. (STORPER, M., 1993, P. 15).

De acordo com as três dimensões presentes nos sistemas de produção territorializados, uma delas particularmente é de fácil observação na vitivinicultura de São Paulo, vinculada as raízes históricas e culturais da territorialização. A produção vitivinícola decorre de elementos intangíveis construídos no tempo, como as habilidades tácitas dos produtores decorrentes da cultura dos imigrantes, sobretudo italianos, que permitiram uma especialização produtiva presente em alguns municípios do estado. Deram origem a um tipo de vinho específico produzido com uma variedade de uvas americanas, chamado de vinho de mesa ou suave, que difere dos vinhos finos, que são elaborados com uvas européias. Contudo, como será tratado mais adiante, e como uma das justificativas para a revitalização da cadeia produtiva, esse tipo de produção esta dando lugar ao cultivo de uvas para mesa devido à maior rentabilidade desse tipo de cultivo e as pressões imobiliárias das quais sofrem os produtores, principalmente em Jundiaí e São Roque.

Considerando o que foi tratado ate aqui, nas últimas décadas do século XX pode-se explicitar nos trabalhos da Geografia Econômica, uma renovação das abordagens, partindo da identificação da importância das relações de proximidade entre os atores locais, até a qualificação dos processos territoriais diferenciados, centrados nas especificidades dos locais. O Quadro abaixo tem o intuito de apresentar de forma sucinta, uma síntese dos principais conceitos e noções incorporados.

Quadro 1 – Síntese das mudanças na análise da Geografia Econômica nas últimas décadas do século XX

DÉCADA DE 1970/80	DÉCADA DE 1990	Principais referenciais:	
Relações de proximidade entre os atores locais têm um caráter determinante entre a competitividade dos territórios.	Período de renovação da Geografia Econômica	TERRITÓRIO: Busca dar conta das questões do desenvolvimento e da acentuada diferenciação entre os espaços num contexto de mundialização .	Os RECURSOS ESPECÍFICOS diversificam os espaços e estabilizam as localizações das atividades econômicas.
Retorno do TERRITÓRIO enquanto conceito das análises geográficas e econômicas.	Preocupações com a Mundialização, livre comércio, articulação maior entre os circuitos: Global e Local.	Observa-se que os territórios possuem recursos específicos , intransferíveis e incomparáveis no mercado. Exemplo dentro da indústria vitivinícola paulista: História e cultura local (italiana - Jundiaí, São Roque e japonesa - São Miguel Arcanjo)	Uma maior articulação entre os agentes locais é o diferencial na gestão e configuração dos recursos específicos do território.

Fonte: (BENKO & PECQUER, 2001). Org. Roger Vitor Chiapetta

As especificidades, não apenas as vocações ou a especialização econômica das localidades constituem ativos e recursos (que pode ser diferenciados de acordo com a sua natureza em genéricos e específicos) presentes nos territórios. O quadro 2 apresenta a tipologia dos fatores que diferenciam os territórios, com alguns exemplos identificados na cadeia vitivinícola paulista. O quadro tem o objetivo de aproximar a idéia que o território pode ser pensado enquanto ator fundamental do desenvolvimento.

Nesse sentido, é mais adequado pensar o território em termos de espaços socialmente organizados, com seus ativos e recursos, suas capacidades para materializar inovações e gerar sinergias positivas entre os responsáveis pelas atividades produtivas (tecido empresarial) e a comunidade (tecido cidadão). (PIRES, E. L. S.; MULLER, G.; VERDI, A. R. 2006 p.442)

Quadro 2 - Tipologia dos fatores de concorrência espacial-territorial

	Genérico	Específico
R E C U R S O S	<p>1. Fatores de localização não utilizados, discriminados pelos preços e o custo do transporte, segundo um cálculo de rentabilidade.</p> <p>Exemplos dentro da cadeia vitivinícola paulista:</p> <ul style="list-style-type: none"> - proximidade do maior mercado consumidor (São Paulo); - ocorrência de especialização produtiva em uma mesma atividade econômica (principalmente a produção de uva para mesa), com peso significativo na produção; 	<p>3. Fatores incomensuráveis e intransferíveis, nos quais o valor depende da organização que os criou.</p> <p>Exemplos dentro da cadeia vitivinícola paulista:</p> <ul style="list-style-type: none"> - ambiente cultural territorial (atmosfera); - acumulação de habilidades tácitas que foram construídas no tempo e cultura local; - ambiente institucional favorável (localização espacial socialmente construída,); - existência de organizações patronais, associações profissionais e sindicatos de trabalhadores, para representar os agentes econômicos e atores sociais;
A T I V O S	<p>2. Fatores de localização não utilizados, discriminados pelos preços e o custo do transporte (cálculo, otimização).</p> <ul style="list-style-type: none"> - alocação ótima dos ativos <p>Exemplos dentro da cadeia vitivinícola paulista:</p> <ul style="list-style-type: none"> - utilização de uma mão-de-obra qualificada ou semi-qualificada, com relações de trabalho sem hierarquia rígida na divisão técnica e social do trabalho, nesse caso a maior parcela informal e sem proteção social. - predomínio da concentração de estabelecimentos em micro, pequenas e médias empresas, de propriedades agrícolas ou de empresas familiares, com participação percentual relevante no cenário estadual e nacional; 	<p>4. Fator comparável onde o valor é ligado a um uso particular:</p> <ul style="list-style-type: none"> - custos de irreversibilidade; - custos de reatribuição. <p>Exemplos dentro da cadeia vitivinícola paulista:</p> <ul style="list-style-type: none"> -equipamentos adaptados aos processos locais; -mobilização institucional e organizacional adequada às estratégias territoriais; - possibilidade, real ou potencial, de relação de confiança, vínculos de articulações entre empresas e entre produtores, com vistas à consecução de determinados objetivos comuns, pela via da interação e da cooperação horizontal entre si; - possibilidade de articulações com certos agentes e instituições externas, que possam facilitar a consecução dos objetivos de mercado das unidades produtivas; - Criação de instituições territoriais trans-municipais, no caso a Câmara Setorial.

Extraído de (BENKO G.; PECQUER, B. 2001 p.44)

Desse modo, os recursos do território possuem naturezas diferentes, são dados ou construídos. A tipologia dos recursos presentes nos territórios (presente no quadro 2) diferencia os ativos; entendidos enquanto fatores “em atividade”; e recursos enquanto fatores a explorar, organizar, ou ainda, revelar.

Como podem ser observados no quadro, alguns exemplos de recursos e ativos são identificados na cadeia vitivinícola. No primeiro caso enquanto recurso genérico existe a questão da proximidade do maior mercado consumidor tanto de uva como de vinho que é próprio estado de São Paulo e devido a história dos municípios a ocorrência de especialização produtiva principalmente a produção de uva para mesa, já que pode ser observado o declínio na produção de uva para vinho nos municípios estudados. Já os recursos específicos podem ser caracterizados pelo ambiente cultural territorial, pela localização espacial socialmente construída das atividades, a acumulação de habilidades tácitas construídas no tempo, o ambiente institucional favorável e a existência de organizações patronais, associações profissionais, sindicatos de trabalhadores, através do qual se identificam as estratégias recentes dos atores.

A criação de recursos específicos é de fundamental importância para as localidades e regiões, estreitando as relações entre os atores do desenvolvimento. De acordo com essa perspectiva, os recursos específicos só existem no estado virtual e não podem em nenhum caso serem transferidos, a territorialidade é condição existencial destes.

A condição do recurso específico e o fato dele ser intransferível e incomensurável são as principais características deste e o que o torna tão importante. *“[...] nascem de processos interativos e são engendrados em sua configuração [...] constituem a expressão do processo cognitivo que é engajado quando os atores tendo competências diferentes produzem novos conhecimentos [...]”* (BENKO, 2001 p.42).

No que diz respeito aos ativos genéricos para a vitivinicultura paulista o predomínio da concentração de estabelecimentos em micro, pequenas e médias empresas, de propriedades agrícolas ou de empresas familiares, com participação percentual relevante no cenário estadual e nacional, principalmente no caso de uva para mesa, além de uma grande parcela da mão-de-obra informal, nesse caso principalmente o segmento de vinhos artesanais. Já para os ativos específicos por meio de uma mobilização territorial do ponto de vista institucional e organizacional, nota-se que existe grande possibilidade, de criação de vínculos e articulações entre empresas e entre produtores, com vistas à consecução de determinados objetivos comuns, pela via da interação e da cooperação horizontal entre si, um mecanismo fundamental para esse processo pode ser a Câmara Setorial.

Nessa mesma linha, o autor Pecquer, B. (2005) distingue duas definições para o território, uma é a idéia de “território dado”, enquanto porção do espaço que é objeto da observação (normalmente o território institucional, a região, os municípios etc.), a outra entende o “território construído”, enquanto produto da construção pelos atores. Segundo o autor, uma noção não pode excluir a outra. O território é ao mesmo tempo o envolvente e o resultado de um processo de elaboração de um conteúdo.

De maneira geral, a noção de território que pretende ser trabalhada na presente pesquisa pauta-se na identificação e análise dos dispositivos institucionais que fundam um território local, como uma escala portadora de dimensão institucional que se constitui nas inter-relações entre indivíduo, comunidade e os sistemas produtivos locais/regionais, nacionais e internacionais (PIRES, E. L. S.; MULLER, G.; VERDI, A. R. 2006). Busca-se aqui tratá-lo de uma forma abrangente, onde o território local e regional pode ser compreendido como um espaço geográfico de tamanho variável, não reduzido por uma escala de planejamento estatal das políticas públicas e nem enquanto suporte geográfico das atividades econômicas.

No âmbito do governo Federal este debate referente aos territórios e o desenvolvimento ganhou força a partir do lançamento do Programa Nacional de apoio aos APLs, que a partir do ano de 2004 formalizou a criação de um Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais – GTP/APL¹⁰. Este grupo, que centralizou inicialmente as suas atividades em 11 APLs pilotos distribuídos pelo país, em 2010 realizou uma atualização do levantamento no país que identificou 957 APLs. Esse grande número de aglomerados produtivos identificados é explicado pela definição abrangente adotada pelo Governo Federal.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) destaca o importante papel das aglomerações de micro, pequenas e médias empresas na criação de empregos e geração de renda numa perspectiva de desenvolvimento nacional e regional. Na perspectiva do banco, os APLs podem ter um papel muito importante na próxima etapa de desenvolvimento brasileiro.

De fato, as políticas para APL podem ser uma questão marginal para o nosso problema do desenvolvimento, entretanto elas podem ter um

¹⁰ O Programa Nacional de Apoio à APL e a oficialização do Grupo Interministerial de Trabalho se reúne em Brasília desde o ano de 2003. Como pode ser observado na página do MIDIC: <<http://www.desenvolvimento.gov.br>>.

“efeito colateral” muito positivo; pois se enfocam principalmente na cooperação entre os agentes locais e no conhecimento criado dentro do APL. BNDES (2004 p.9)

Inúmeros pesquisadores criaram ferramentas que buscam caracterizar e acompanhar os APLs brasileiros¹¹, avançando no sentido da identificação e análise da territorialização dos aglomerados brasileiros. É possível identificar um “mosaico de regiões” produtivas não necessariamente equivalentes e especializadas de Micro, Pequenas e Médias empresas no Brasil, que reforçam o papel das aglomerações e constituem objeto de políticas nas novas estratégias de desenvolvimento territorial.

1.2 Mudanças na agricultura no âmbito global

As transformações recentes tratadas anteriormente e iniciadas na década de 1970 marcaram a passagem de um regime de acumulação (paradigma técnico econômico) e um modo de regulação¹² (estrutura sócio-institucional) fordista-keynesiano, que marcou os chamados “trinta gloriosos” (1946-1976) e a sua desestabilização, os “vinte dolorosos” (1977-1997)¹³, com o estabelecimento de um modo de produção e acumulação flexível.

No primeiro período, a massa de assalariados foi inserida política e economicamente nas sociedades, através da difusão do sufrágio universal e da democracia, do pleno emprego e do consumo em massa. É necessário destacar o papel fundamental desempenhado pelo estado intervencionista, enquanto regulador da economia e promotor do desenvolvimento econômico por meio de políticas fiscais, monetárias, investimento e endividamento público.

Esse regime institucional fordista, edificado sobre a Pax Americana, a aceitação dos métodos modernos de produção, a concorrência moderada, uma moeda de crédito pura e um Estado deliberadamente intervencionista, teve, durante quase um quarto de século, a vantagem de atenuar consideravelmente os desequilíbrios da acumulação, ao mesmo tempo em

¹¹ (BRITTO, 2001); (CHROIX, L. L. A; FIRMINO, A. T; GARCIA, C, 2003); (CROCCO, 2002); (SEBRAE, 2002); (SUZIGAN, 2001); (SUZIGAN, W. et al 2004), (SUZIGAN, W. GARCIA, R; JOÃO, F, 2005) inclusive nós também (CHIAPETTA, R. V. 2008).

¹² De acordo com Lipietz, A. (1988) a noção de regulação é importante é distinta da de regulamentação. Refere-se a maneira pela qual um processo contraditório se reproduz de modo regular apesar e através de suas próprias contradições. A regulamentação que é a decisão do Estado para impedir ou obrigar os atores a realizar algo, pode constituir um meio de se conseguir a regulação, porém não é o único.

¹³ Boyer in Fiori et al. (1998).

que assegurava a permanência de um apoio às alianças governamentais que finalmente se tornaram muito estáveis. (BOYER, 1998 p. 196)

O autor aponta que os desequilíbrios e contradições, relativos às forças que haviam precipitado a crise da década de 1930, revestiram-se então numa forma original, a partir da metade da década de 1960. A partir deste período a geografia econômica mundial apresenta uma transformação importante, assinalada pela extroversão crescente das economias nacionais e pela multiplicação dos mercados globalizados.

De acordo com Boyer (1998), o regime de acumulação fordista acaba por ganhar a maior parte dos outros países, através da extensão do comércio mundial, da flutuação das taxas de câmbio e da multiplicação das inovações financeiras, até que a partir da década de 1980 o capital financeiro comanda a reorganização do capital produtivo. A partir daí, as economias nacionais, realizaram diversas reformas *“visando racionalizar uma cobertura social que com a diminuição do crescimento ficou cada vez mais difícil financiar”*¹⁴, ou seja, flexibilização do mercado de trabalho, caracterizando o fim da idéia do bem-estar social e da administração keynesiana.

No âmbito da agricultura, segue-se a análise do autor Gilles Allaire (1997)¹⁵, que aponta para o fato de que devido a convergência e a complementaridade das transformações do setor agrícola com o fordismo, essas hipóteses são compatíveis para uma análise micro institucional do setor agrícola. Atualmente as investigações se interessam pelos processos de mudanças técnicas no novo contexto produtivo. *“Pero el tema que se mantiene es una posta en términos de regímenes institucionales y modos de regulación [...] invita a reconstituir la historia de las formas institucionales, con los compromisos característicos del sector agrícola en su conjunto, y trayectorias sectoriales diferenciadas según los diversos productos”* (ALLAIRE, G. 1997, p.153-154)

Para o autor o regime de crescimento agrícola do período fordista encontra tem dois componentes fundamentais: a disponibilidade de fornecimento dos produtos elaborados pelas indústrias alimentícias e o aumento da proporção de

¹⁴ Boyer in Fiori et al. (1998).

¹⁵ Allaire, G. “Crecimiento y crisis en la agricultura”. In BOYER, R.; SALILLARD, Y. (orgs). Teoría de la Regulación: estado de los conocimientos. Buenos Aires, Ed. Asociación Trabajo y Sociedad, 1997, vol. II, cap. 34, p. 153-160.

produtos cárneos e lácteos na alimentação. O paradigma tecnológico de crescimento e modernização tecnológica da agricultura emerge nos Estados Unidos no período entre as duas guerras. Desse modo, a construção de um mundo industrial agroalimentar remete a uma transformação profunda que permite ao pensamento técnico, em especial, penetrar o universo familiar agrícola, além de dispositivos institucionais e políticas públicas de estímulo. Os compromissos institucionalizados que caracterizaram o modo de desenvolvimento da década de 1960, passam a ser objeto de pactos nacionais por meio de leis de orientação.

Desde 1950 a 1960 se fueron sucediendo las manifestaciones de campesinos: acompañaron, sector por sector, región por región, las crisis de modernización [...] los compromisos pueden ser interpretados como un resultado de conflictos sociales que instauraron localmente la hegemonía de los agricultores/empresarios, estructurando bloques regionales y posicionando al sindicalismo agrícola en una línea reformista [...] es posible inscribirlos en una complejización de la acción del Estado, emprendida por medio de los dispositivos reguladores [...] La delimitación social de la base de acumulación que surge de estos compromisos es una selección entre hombres, las explotaciones y los sistemas de producción. (ALLAIRE, G. 1997, p.155)

O autor apresenta alguns casos do setor agrícola, que abarca uma grande diversidade de modos de organização da produção. Constituem exemplos da diversidade territorial dos sistemas agrícolas que servem também como referência para uma taxonomia dos modos de governança. Diferentes configurações sociais, nacionais ou locais, oferecem diferentes vias de modernização e diferentes modelos de organização da produção agrícola, sendo a análise das relações entre a dinâmica setorial da agricultura e a regulação econômica de conjunto permite detectar níveis de coerências entre modos de produção e dispositivos institucionais, para então explicitar os mecanismos da regulação.

P. Bártoli e D. Boulet (1990) apud Allaire, G. (1997) explicitaram uma conjunção entre “dispositivos institucionais” e “regimes econômicos de funcionamento”. O caso citado é referente a viticultura europeia, setor que repousa sobre zonas de produção especializadas. No período de 1907 a 1935 por meio do estatuto do vinho a construção social da regulação do setor, “[...] es, al mismo tiempo, la de un sistema productivo vitícola regional (Languedoc), sostenido por una alianza interclasista (Bardissa, 1976). Los espacios sociales involucrados no son regionales, pero este bloque vitícola es un actor colectivo importante en la regulación sectorial [...]” (ALLAIRE, G. 1997, p.156). A crise estrutural identificada

pelo autor ocorre com a queda dos preços da década de 1970 e o estouro dos sistemas produtivos locais. Constitui uma crise da convenção de qualidade que define o setor de vinhos de mesa.

Em suma, os diferentes exemplos de setores agroalimentares europeus apontados pelo autor (leiteiro, vitivinícola, trigo e avicultura) mostram que as formas institucionais sofreram uma convergência durante os trinta gloriosos, seja pela sua intensificação ou pela organização profissional. No entanto a trajetória setorial de cada um está intimamente ligada a sua inserção territorial, sugerindo diversos níveis de governança. O autor descreve uma crise dos compromissos institucionalizados transversais aos setores agrícolas que adquirem um aspecto estrutural, ao mesmo tempo em que as lógicas mercantis questionam os produtos. Com a instauração do mercado único e a proposta de tarifas ao nível europeu há uma desestabilização dos dispositivos setoriais donde emergem novos dispositivos reguladores cuja dimensão territorial é evidente. *"La reorganización de la política agrícola comunitaria, que tiene por objetivo favorecer el juego del mercado, favorece al mismo tiempo El juego de los territorios."* (ALLAIRE, G. 1997, p.159).

1.3 Mudanças na agricultura brasileira

No Brasil, em um período de aproximadamente trinta anos, passa-se de uma agricultura tradicional que imprime as grandes linhas do desenvolvimento nacional, para um tipo de desenvolvimento em que é a indústria que vai ditar as regras mais gerais das atividades que se realizam no campo. Nesse contexto, a importância dos produtos industriais e agroindustriais aumenta e a dos produtos agrícolas diminui. [...] A modernização da agricultura se torna possível a partir do investimento na indústria de insumos, implementos e máquinas agrícolas. [...] A agricultura brasileira é redefinida nesse processo. o setor agrário integra-se à acumulação industrial internacional, pois o país apresenta-se como mercado potencial para maquinários e insumos agrícolas industrializados. (VITULE, M. L. L. p. 71-72).

Esse processo de modernização da agricultura brasileira é também considerado uma industrialização do campo¹⁶, processo que culminou com a criação da agroindústria, fusão de agricultura e indústria numa mesma atividade econômica. Segundo Silva, J. G. da (1993 p.2) *"A "industrialização da agricultura" brasileira é relativamente recente (pós-65, se quisermos datá-la) e representa mudança*

¹⁶ Silva J. G. da (1993); Moreira, R. (2003).

qualitativa fundamental no longo processo de transformação da sua base técnica – chamado de “modernização” – que vinha sendo impulsionado por incentivos governamentais desde o pós-guerra.”

Segundo Moreira, R. (2003 p.18) a modernização do campo constitui objeto do I PND (1969/1974), através de um *“plano de ocupação do Centro-Oeste e da Amazônia por intermédio de grandes projetos de agropecuária implantados a partir de 1970”*, estes ganharam grande visibilidade após o encontro com os grandes pólos mínero-industriais e energéticos previstos no II PND (1974/1979).

Assim, tal como nas telas das grandes paisagens, os pólos de bens intermediários, usinas hidrelétricas e longos eixos de rodovias, nacionalmente disseminados do triângulo São Paulo-Rio de Janeiro-Belo Horizonte rumo ao arco periférico das fronteiras, são os pontos e linhas de um arcabouço de espedro que no findar dos anos 70 as massas de tinta da modernização do campo vão ocupando e preenchendo. O vetor é aqui a agroindústria. (MOREIRA, R. 2003 p. 18).

O autor classifica a agroindústria em três modalidades distintas, sendo a clássica, dos tempos de economia agro-mercantil-exportadora onde a presença básica é a indústria de beneficiamento, que por sua vez, compreende o conjunto de atividades extra-agrícolas, que completam a produção da lavoura antes do produto ser exportado. O exemplo básico é a agroindústria açucareira.

Outro tipo de agroindústria é a que surge concomitante a instauração da acumulação capitalista de base industrial, porém sem a modernização do campo¹⁷. *“Refere-se às indústrias relacionadas com a pequena produção agropecuária, mediante a qual a renda do pequeno produtor rural é expropriada e transferida para a acumulação industrial”* Moreira, R. (2003 p.19).

O complexo industrial está diretamente relacionado às transformações no campo promovidas pela modernização agrícola, e dará origem a fase de industrialização substitutiva de importações no país. O autor destaca dois seguintes elementos fundamentais desse processo: a perda do elo orgânico da indústria de beneficiamento com a fazenda para especializar-se; a incorporação das atividades

¹⁷ Um exemplo desse tipo de relação esta presente no estudo de José Vicente Tavares dos Santos (1978). Colonos do Vinho, entre a pequena produção de uva e a indústria de vinho no Rio Grande do Sul apontado pelo autor no artigo.

do setor terciário (armazenagem, silagem e transportes) e das atividades de pesquisa (diversificação e recriação das sementes) pela agroindústria¹⁸.

A formação dos complexos agroindustriais (CAIs) nos anos 70 se deu a partir da integração intersetorial entre três elementos básicos: as indústrias que produzem para a agricultura, a agricultura (moderna) propriamente dita e as agroindústrias processadoras, todas premidas com fortes incentivos de políticas governamentais específicos (fundos de financiamento para determinadas atividades agroindustriais, programas de apoio a certos produtos agrícolas, crédito para aquisição de máquinas, equipamentos e insumos modernos, etc). (SILVA J. G. da 1993 p.2)

Na década de 1990, mais especificamente no ano de 1994 ocorria a sétima tentativa de estabilização da economia brasileira que obteve êxito no controle da inflação. Houve uma mudança no caráter nacional-desenvolvimentista do Estado.

Essa mudança nada mais é do que o afastamento do Estado¹⁹, mesmo que contraditório, no envolvimento direto em diversas atividades econômicas, postura adotada a partir da década de 1990 que inclui o setor agrícola. Em especial no que diz respeito à determinação dos preços mínimos e ao crédito subsidiado. Alguns problemas derivados do modo de estabilização na agricultura impactaram diretamente os pequenos produtores,

A queda dos preços agrícolas associada a ampliação das importações teve efeito devastador na produção agrícola interna, afetando, como sempre o elo mais fraco dessa cadeia: os pequenos produtores. Novos “sem-terra” surgem aí, ampliando a massa dos já existentes e dos desempregados. A diminuição brutal da renda agrícola em ambiente de juros estratosféricos promoveu uma fantástica transferência de renda do campo para a cidade, do setor produtivo para o setor financeiro. (Araújo, T. B. de (2000, p. 346)

O crédito agrícola foi escasseando progressivamente depois da estabilização de 1994. Outro aspecto importante foi que com a correção monetária, muitos

¹⁸ De acordo com o autor, esse quadro de referência cria a última fase da industrialização substitutiva de importações, que completa o quadro de auto-sustentabilidade do parque industrial no Brasil. “*Todo um sistema financeiro apoiado na intervenção e subsídios do Estado é montado para isso*”. (MOREIRA, R. 2003, p.20).

¹⁹ Esse tipo de política decorre do “Consenso de Washington”, termo cunhado em 1990 que reúne em dez itens um receituário a ser seguido pelos países da América Latina. Foi criado pelo governo americano, pelo FMI e pelo Banco Mundial, em linhas gerais define combate ao déficit público, abertura econômica e diminuição da presença do Estado na economia.

produtores passaram a conviver com uma situação incerta, já que o valor de suas dívidas tornou-se muito alto em relação ao preço de seus produtos.

Uma série de reformas foi identificada nas políticas para a agricultura principalmente desde o final da década de 1980, que possibilitou o surgimento de um novo modelo agrícola brasileiro na década de 1990. São várias medidas que podem ser apontadas,

[...] as reformas referentes à liberalização do comércio exterior de produtos agrícolas: eliminação de restrições de importação e exportação e modernização de procedimentos alfandegários [...] as reformas voltadas para a estabilização dos preços domésticos: intervenções do Estado mais coerentes com as forças de mercado [...] mudanças institucionais que visavam à eliminação de monopólios agrícolas estatais, especialmente de açúcar, álcool café e trigo. (BAER, W. 2002, p. 393)

Desse modo, com a diminuição da intervenção do Estado, um novo modelo agrícola foi identificado com a integração deste com um sistema de distribuição crescentemente influenciado pelas cadeias de supermercados e pela agroindústria. Processou-se uma transferência de fontes de crédito para a agricultura que tinha origem pública e que passou a ter origem privada. Além dos já mencionados, também incluíam comerciantes e processadores de commodities e setores de insumos agrícolas. A busca pelo aumento da produtividade nas décadas de 1980 e 1990 originou uma expressiva queda no emprego e no número de estabelecimentos agrícolas. (BAER, W. 2002 p. 394-395)

A análise dos planos de desenvolvimento elaborados no Brasil após o II PND (1974/1979), feita por Matos, P. O. (2002) apresenta que de modo geral que o processo de modernização da agricultura, descrito anteriormente, permitiu o aumento da área cultivada, o crescimento da agroindústria, o aumento da concentração fundiária e uma piora na distribuição de renda do setor. De acordo com a autora, o desempenho da agricultura foi considerado satisfatório diante da retração da indústria por meio da modernização e do aumento da agricultura voltada para a exportação que foi beneficiada por mecanismos cambiais.

Nos anos de 1990, as dificuldades fiscais e orçamentárias do setor impediram uma atuação mais eficaz da política agrícola, que “[...] se manteve indefinida uma vez que não foi criada uma estrutura institucional para substituir a estrutura criada na

década de 60 e que acabou por se deteriorar com a crise dos anos 80." (MATOS, P. O. 2002 p.134).

A autora aponta algumas medidas relevantes de estímulo a agricultura, propostas pelo governo a partir de 1996: como o aperfeiçoamento do programa de preços mínimos e do PROAGRO (Programa de Garantia da Atividade Agropecuária), o Programa da Reforma Agrária e o desenvolvimento do PRONAF (programa Nacional de Agricultura Familiar).

A análise do crescimento da produção agrícola no PIB mostra que o maior crescimento foi no período de 1993 a 2004, quando atingiu uma taxa geométrica de 3,7% ao ano²⁰. Destaque para a participação da produção de soja, que cresceu a uma taxa geométrica de 7,9% ao ano nesse mesmo período, chegando a 50 milhões de toneladas em 2004. (BRUGNARO, R. 2006). O autor aponta ainda que esse crescimento, considerando a agropecuária, na geração de emprego é decrescente nesse período devido ao aumento da produtividade do trabalho do setor, referente a mecanização e técnicas mais eficientes de produção.

De acordo com Medeiros M. C. (2009) no setor agroalimentar brasileiro, a partir da década de 1990, observa-se um crescimento da importância do mercado externo, num primeiro momento pela ampliação das importações. "*[...] acirraram a concorrência no mercado interno, levando por um lado à crise, e por outro à reestruturação com concentração de produção nas regiões e nos produtores mais dinâmicos.*" (MEDEIROS, M. C. 2009, p. 111). O segundo momento após 1999 marca um novo período, onde a importância do mercado externo se acentua, com crescimento da participação do Brasil no mercado de *commodities agrícolas*.

A entrada de grandes grupos estrangeiros ocorreu primordialmente por aquisições de grandes grupos nacionais nos setores mais dinâmicos. Logo, houve mais uma substituição do capital nacional pelo estrangeiro, do que ampliação efetiva dos investimentos devido à abertura. Nos casos de soja, carnes e açúcar a abertura só foi positiva devido ao fato de que a estrutura produtiva já estava amadurecida e apresentava dinâmica para enfrentar os mercados externos, pois apresentava larga estrutura ociosa no mercado interno [...] para alguns produtos, a abertura e a entrada de grandes grupos estrangeiros criou uma demanda adicional e crédito para custeio no momento de cortes de recursos oficiais [...] possibilitou a utilização

²⁰ Brugnaro, R (2006), considera as 38 principais culturas do Brasil: abacate, algodão arbóreo, algodão herbáceo, alho, amendoim, arroz, aveia, batata, cacau, café, cana-de-açúcar, castanha, cebola, centeio, cevada, coco, feijão, fumo, goiaba, guaraná, juta, laranja, limão, maçã, malva, mamona, mandioca, manga, maracujá, milho, pimenta-do-reino, sisal, soja, sorgo, tangerina, tomate, trigo e uva.

dos recursos ociosos criados nas décadas anteriores e levou a novos investimentos nas regiões e produtos mais dinâmicos como a soja e o algodão no Mato Grosso. Por outro lado, em regiões e produtos menos dinâmicos (e sem perspectivas no mercado externo) não houve grandes aumentos de produção nem de área [...] (MEDEIROS, M. C. 2009 p. 112).

1.2 – Os Arranjos Produtivos Locais, debate conceitual e visão qualitativa

O desenvolvimento econômico ocorrido, a partir da década de 1970, em regiões do centro e nordeste da Itália, que ficou conhecida como “Terceira Itália” despertou o interesse de inúmeros pesquisadores a respeito do debate sobre o papel das Micro, Pequenas e Médias empresas para o desenvolvimento socioeconômico.

Um grande número de estudos empíricos contribuiu para demonstrar que alguns territórios do mundo apresentaram um desenvolvimento diferenciado e característico, centrado não apenas no reforço das vocações econômicas e sim nos recursos específicos presentes nos territórios locais. O pressuposto básico dessa organização produtiva baseia-se em dois elementos fundamentais, na cooperação e na solidariedade entre os atores de aglomerações setoriais de empresas permitindo o desenvolvimento de ações territorializadas que geram recursos específicos e diferenciais competitivos nos territórios.

Esta nova idéia do território enfatiza fatos e visões diferenciadas para o sucesso de aglomerações produtivas constitutivas de pequenas e médias empresas (PMEs), sempre articuladas entre elas e/ou em redes com grandes empresas privadas e públicas.

Dessa dinâmica mundial derivam processos e estruturas territoriais, que caracterizam a constituição de novos modos de relações entre os atores e agentes territoriais. Chamado por Benko e Lipietz (1994) de Novo Debate Regional, este processo foi responsável por grande elaboração teórica a respeito destes modos característicos de desenvolvimento (territorial) em vários países.

Os precursores foram os Distritos Industriais Marshalianos (BECATTINI, 1994) e os Sistemas de Pequenas Empresas (GAROFOLI, 1994) na Itália. Já os Sistemas Industriais Locais (COULET e PECQUER, 1994) são identificados na

França, os Clusters (PORTER, M. E., 1999) são identificados nos Estados Unidos e mais recentemente no Brasil os Arranjos Produtivos Locais (CASSIOLATO; LASTRES, 2003; REDESIST, 2003).

Piore M. e Sabel C. (1984) apud Benko G. e Lipietz A. (1997) interpretaram o êxito dos distritos como um caso particular dentro de uma tendência muito mais geral. De acordo com esses autores, a produção massiva fordista, rigidamente estruturada, seria sucedida por um regime baseado na especialização flexível, cuja forma espacial seria o distrito, assim como o circuito de ramo constituía a forma espacial fordista. *“esta nueva bifurcación industrial dejaba, en efecto, todo su lugar al profesionalismo de la mano de obra por um lado, y a la innovación descentralizada e a la coordinación (por el mercado y la reciprocidad) entre las firmas, por otro: dos caracteres de la atmósfera social del distrito industrial”* (BENKO, G.; LIPIETZ, A. 1997, p.105).

A definição dos distritos industriais italianos, dada pelo autor é a seguinte:

O distrito industrial é uma entidade sócio-territorial caracterizada pela presença ativa de uma comunidade de pessoas e de uma população de empresas de um determinado espaço geográfico e histórico. No distrito, ao invés do que acontece noutros tipos de meios, como por exemplo, as cidades industriais, tende a criar-se uma osmose perfeita entre a comunidade local e as empresas. (BECATINI, 1994 p.20).

A definição destaca a importância da atmosfera social para a vida do distrito ou aglomerado de indústrias e da formação de uma relação estreita entre os agentes locais e o território. No caso da indústria vinícola brasileira, estruturada pelos imigrantes italianos *“Das regiões da Itália, [...] as principais eram a do Vêneto e da Lombardia, províncias de grande densidade demográfica, de onde proveio a imigração para o Brasil, de começo para o Rio Grande do Sul e depois para São Paulo [...] Farias, C. V. S. (2009 p.80)* destaca a importância das questões institucionais, como o associativismo e os conhecimentos técnicos acumulados para a territorialização da atividade.

Podemos afirmar que o conhecimento acumulado pelos colonos italianos, trazidos para cá, foi uma das molas indutoras do progresso econômico do RS nos primeiros anos do século XX. Igualmente, a formação de uma matriz institucional, que por um lado atendia os interesses geopolíticos do governo central, mas que acima de tudo colaborou com a vinda dos imigrantes e sua manutenção nas colônias, favoreceram os resultados obtidos. [...] O papel do estado

como fundador de instituições que auxiliaram (e continuam auxiliando) o setor vitivinícola do RS é ponto relevante para o entendimento da estruturação do setor, até os dias atuais. A formação do Sindicato Vinícola, organização responsável pela agremiação dos primeiros produtores de vinho, foi um dos passos decisivos do governo no sentido de estimular a solidificação do setor na economia gaúcha. (FARIAS, C. V. S. 2009 p.80)

Nos trabalhos de Courlet e Pecquer, (1994 p.49), os autores defendem que a formação de Sistemas Industriais Locais decorre de mutações dimensionais e espaciais das regiões reveladas pela crise:

Há alguns anos podem observar-se processos de desenvolvimento econômico novos, comportamentos espaciais originais e políticas espaciais inovadoras [...] a crise revela hoje certo número de mutações dimensionais e espaciais nas nossas regiões [...] No centro dessas mutações encontram-se as PME, dando lugar à industrialização difusa e a sistemas industriais locais. (COURLET E PECQUER 1994 p.49).

Conforme a tendência mundial, um termo foi difundido no Brasil referente a este processo de aglomeração produtiva. Os APLs são geralmente considerados como instrumentos potenciais de ação, capazes de promover um novo ciclo de desenvolvimento descentralizado com enraizamento territorial local e regional. As definições são várias, mas há muitas convergências entre os agentes envolvidos. A difusão do termo no Brasil foi feita pela Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais (REDESIST) que define APLs de maneira rigorosa:

Aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais, com foco em um conjunto específico de atividades econômicas e que apresentam vínculos e interdependência. Geralmente envolvem a participação e a interação de empresas – que podem ser desde produtoras de bens e serviços finais até fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de consultoria e serviços, comercializadoras, clientes, entre outros – e suas variadas formas de representação e associação. Incluem também, diversas outras instituições públicas e privadas voltadas para: formação e capacitação de recursos humanos, como escolas técnicas e universidades; pesquisa, desenvolvimento e engenharia; política, promoção e financiamento²¹ (CASSIOLATO; LASTRES, 2003; REDESIST, 2003).

²¹ Definição de Arranjos Produtivos Locais dada pela Redesist encontra-se disponível em: <http://www.redesist.ie.ufrj.br/nt_count.php?projeto=md11&cod=15>

O Serviço Brasileiro de Apoio a Pequena e Micro Empresa, (SEBRAE) por sua vez, define os Arranjos Produtivos Locais como *“Aglomerações de empresas localizadas em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva e mantêm vínculos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais, tais como: governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa”*²². Essa definição, apesar do caráter geral que possui, destaca termos-chave para a territorialização de um APL, como articulação, interação, cooperação e aprendizagem dos agentes.

Com isso pode se afirmar que os APLs são considerados como uma importante estratégia de desenvolvimento local, além do fato de que a aplicação do termo tem sido objeto de política pública do Governo Federal e de vários Governos Estaduais²³ e Municipais no Brasil, preocupados com a questão do desenvolvimento territorial local e regional.

Numa visão geral dos estudos de caso de APLs no Brasil apresentam a existência de instituições que constituem micro e pequenos empresários, governos, entidades internacionais, sindicatos (patronais e de trabalhadores), consumidores, entidades não-governamentais etc. Constituem atores imersos em redes de cooperação e competição. (GUIMARÃES; MARTIN, (2001); SUZIGAN W. (2002); COCCO; GALVÃO; SILVA, (2003); DALL’ACQUA, (2003); BNDES, (2004)).

No estado de São Paulo, recentemente através de um decreto lei (nº 54.654, de 7 de agosto de 2009)²⁴ que institui o Programa Estadual de Fomento aos Arranjos Produtivos Locais, o termo APL é caracterizado *“[...] pela concentração geográfica de micro, pequenas e médias empresas de um mesmo setor ou mesma cadeia produtiva, as quais, sob uma estrutura de governança comum, cooperam entre si e com entidades públicas e privadas.”*

O objetivo fundamental desse decreto é estimular e apoiar a descentralização do desenvolvimento produtivo, das cadeias produtivas paulistas, o aumento da competitividade das micro, pequenas e médias empresas, estimular o

²² Disponível em: <http://www.sebraesp.com.br/empresas_rede/acao_territorial/apl>

²³ A secretaria de desenvolvimento do estado de São Paulo acaba de lançar o Programa de Fomento aos APLs: *“Em todo o Estado, existem 24 Arranjos Produtivos Locais (APLs), que somam 14.500 empresas e 350 mil postos de trabalho. O programa prevê a aplicação de R\$ 4,4 milhões da Secretaria de Desenvolvimento e outros R\$ 6 milhões de recursos adicionais, nas próprias localidades.”* Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.sp.gov.br/noticias/?ID=1192>>

²⁴ Decreto Nº 54.654, DE 7 DE AGOSTO DE 2009 – Disponível em <<http://www.imprensaoficial.com.br>>.

empreendedorismo, (por meio da interação e cooperação), a cooperação entre o setor produtivo, entidades de classe e de apoio empresarial, órgãos da administração pública, além de universidades, institutos de pesquisa, de desenvolvimento e inovação, centros de educação tecnológica. Em suma, estabelecer estratégias e investimentos conjuntos, que visem ao compartilhamento de infra-estruturas, à qualificação da mão-de-obra e outras medidas que levem à melhoria da qualidade dos produtos e processos produtivos, à redução dos custos e à geração de economia de escala.

Enfim, o APL pressupõe uma coordenação entre os agentes presentes num determinado recorte espacial. A efetivação de tal coordenação entre os agentes pode elevar o Arranjo Produtivo Local ao status de território. Essas ações dos atores na busca da coordenação local se realizam nas experiências de governança territorial, que às vezes desafiam fronteiras e limites político-administrativos municipais. Nesse sentido, o APL compreende um recorte do espaço geográfico, abrangendo desde parte de um município, até um conjunto de municípios contíguos, bacias hidrográficas, vales e serras que, além de ser um agrupamento de MPMEs especializadas em uma atividade, possui sinais de identidade coletiva, sociais, culturais, econômicos, políticos, ambientais ou históricos e detém capacidade de promover uma convergência em termos de expectativas de desenvolvimento local, estabelecendo parcerias e compromissos para manter e especializar os investimentos de cada um dos agentes no arranjo e seu entorno. (PIRES, E.; VERDI, A. 2007)

A partir desse quadro de referência é possível traçar diferentes tipos de recursos territoriais presentes Aglomerados Produtivos (*clusters*) e de Arranjos Produtivos Locais (APLs). Tomando por base a metodologia de Benko e Pecquer, (2001 p.44), no que diz respeito aos ativos e recursos gerais de um APL, são quatro elementos fundamentais:

- ocorrência de especialização produtiva em uma mesma atividade econômica, com peso significativo na produção (e até mesmo na exportação);
- existência de concentração de estabelecimentos em micro, pequenas e médias empresas, de propriedades agrícolas ou de empresas familiares, com participação percentual relevante no cenário estadual e nacional;

- localização espacial determinada socialmente construída, que não necessariamente corresponde a antiga divisão de macro, meso e micro regiões no território nacional;
- utilização de uma mão-de-obra qualificada ou semi-qualificada, com relações de trabalho sem hierarquia rígida na divisão técnica e social do trabalho, ou informal e sem proteção social.

Os ativos e recursos específicos de um APL são os determinantes para a territorialização do mesmo, bem como:

- existência de organizações patronais, associações profissionais e sindicatos de trabalhadores, para representar os agentes econômicos e atores sociais;
- possibilidade de articulações com certos agentes e instituições externas, que possam facilitar a consecução dos objetivos de mercado das unidades produtivas;
- possibilidade, real ou potencial, de relação de confiança vínculos de articulações entre empresas e entre produtores, com vistas à consecução de determinados objetivos comuns, pela via da interação e da cooperação horizontal entre si (subdivisão do trabalho entre empresas);
- criação de instituições territoriais trans-municipais como as agências de desenvolvimento local/regional, comitês de bacias hidrográficas, fóruns, circuitos turísticos, consórcios inter-municipais e Câmaras Setoriais.

1.3 – Desenvolvimento territorial

As análises econômicas e geográficas voltadas à questão do desenvolvimento, nesse contexto marcado pela emergência da globalização, valorizam os “fatores locais”, a coordenação e a cooperação, presentes no território, essenciais para a realização deste processo de desenvolvimento. O desenvolvimento territorial procura incluir a sociedade civil no processo, considerando as relações não-mercantis, já mencionadas.

[...] Em primeira análise, poderíamos definir o desenvolvimento territorial da seguinte forma: o desenvolvimento territorial designa todo processo de mobilização dos atores que leve à elaboração de uma estratégia de adaptação aos limites externos, na base de uma identificação coletiva com uma cultura e um território. (PECQUER, B. 2005 p.12).

A descentralização dos Estados nacionais iniciada em países da Europa no início da década de 1980, ocorre no início da década de 1990 na América Latina. No Brasil com o advento do processo de abertura comercial, de descentralização do desenvolvimento e a elaboração da Constituição Federal de 1988 no Brasil delegou algumas responsabilidades e concedeu maior autonomia aos Estados da Federação e municípios,

[...] até as últimas décadas do século XX, a instância nacional ser a referência para a análise, por causa da centralização do poder ocorrida principalmente no período autoritário (1964-85). Daí a importância de resgatar o significado do papel do município no Brasil como agente do desenvolvimento econômico, apontando quais os seus desafios recentes em face às transformações ocorridas na economia capitalista e do papel desempenhado pelos Estados nacionais, dentre as quais a descentralização do poder coloca-se como uma característica fundamental (VITTE, 2006 p. 78)

A descentralização teve o objetivo principal de dotar de maior poder administrativo e financeiro os municípios e estados na gestão dos serviços públicos essenciais, como educação, saúde, transporte, planejamento urbano, etc.

A descentralização, que genericamente significa a institucionalização no plano local de condições técnicas para tarefas de gestão das políticas de governo nesta escala federativa, tem fortalecido, mesmo se de forma bastante diferenciada e no geral ainda precária, a pluralidade dos atores sociais que participam da cena pública. Este processo vem propiciando o surgimento e o fortalecimento de instituições de participação da sociedade civil local e de cooperação interinstitucional, conferindo maior visibilidade aos marcos territoriais da participação e da cooperação. (CASTRO, I. 2004 sem página)

O autor Saquet, M. A. (2006), identifica o processo de renovação ocorrido nos anos de 1950 a 1970 no pensamento geográfico, onde o conceito de território é retomado em vários estudos da geografia como também em outras ciências. O autor faz uma proposta para estudos territoriais com uma definição ampla e rigorosa, toma como ponto de partida o entendimento do território e os processos da territorialização enquanto resultado e condição de um processo histórico, “[...] em que há relações socioespaciais em diferentes níveis escalares (trans-escalaridade)”

Espaço, tempo e território são conceitos e processos do real intimamente articulados. Não são separados, mas diferentes. O homem, em sociedades distintas está (no), produz (o) é (o) e percebe o território, arranjando-se em tramas e relações sociais, que são (i) materiais, ou seja, econômicas, políticas, culturais e naturais

ao mesmo tempo. No homem reside a síntese da objetividade e da subjetividade, do (i) material. (SAQUET, M. A. 2006 p.82)

Conforme já tratado, com a crescente descentralização da ação do Estado e a internacionalização das economias nacionais se processa uma recomposição dos espaços ou deslizamento das escalas espaciais na qual se observa um reforço das unidades territoriais no nível regional e local que decorre de uma articulação expandida dos mesmos. No território persiste a inscrição espacial dos fenômenos econômicos, sociais e culturais, que os diferencia e especializa. Esse processo configura o “mosaico de regiões” dos territórios produtivos. (BENKO, 2001).

De acordo com Furtado (2000), a idéia de desenvolvimento possui pelo menos três dimensões. A primeira constitui o incremento da eficácia do sistema social de produção, outra dimensão é a satisfação das necessidades elementares da população e a última diz respeito à consecução de objetivos a que almejam grupos dominantes de uma sociedade e que competem na utilização de recursos escassos. Nas primeiras idéias sobre o desenvolvimento priorizavam a primeira dimensão, mas que se mostraram insuficientes, “[...] *progressivamente substituídas por outras referidas a transformações do conjunto de uma sociedade às quais um sistema de valores empresta coerência.*” (Furtado, 2000 p.30)

Llorens, F. A. (2001) destaca que o desenvolvimento econômico deve ser incluído numa agenda coletiva de interesse comum na melhoria do nível de uma população local.

[...] não é o desmantelamento do Estado que nos levará ao desenvolvimento, mas sim a definição de uma “nova agenda” de ações articuladas com o setor empresarial e o conjunto da sociedade civil territorial (trabalhadores, instituições financeiras, universidades regionais, centros de consultoria e pesquisa científica, organizações não-governamentais de desenvolvimento etc) (LLORENS, F. A. 2001 p.77).

Nesse sentido, o território pode ser entendido tanto como ator ativo do desenvolvimento ou como recurso, inserido em contextos específicos de tramas e relações sociais, econômicas, políticas, culturais e naturais dos atores. Os atores são entendidos enquanto estado, sociedade civil e empresas, que podem desenvolver relações conflituosas ou de cooperação, estas são as que interessam aos processos de desenvolvimento territorial.

Nesse contexto, as políticas, as organizações, as instituições e a governança constituem recursos específicos disponíveis ou não. No primeiro caso, deve ser disseminado pelo território, no segundo deve ser criado, através de mecanismos de invenção e da inovação social/econômica. Desse modo o desenvolvimento territorial

[...] é um processo de mudança social de caráter endógeno, capaz de produzir solidariedade e cidadania, e que possa conduzir de forma integrada e permanente a mudança qualitativa e a melhoria do bem-estar da população de uma localidade ou uma região. Assim sendo, as regiões, ou ainda melhor, os territórios, tornaram-se cada vez mais as fontes específicas de ativos, recursos e vantagens competitivas, mas também de solidariedade no desenvolvimento nacional e internacional. A pressão territorial das regiões provém de aglomeração geográfica de pessoas e atividades econômicas, e se exprime nos aumentos diferenciados da produtividade no território nacional. (PIRES, E. L. S., MULLER, G. VERDI, A. R., 2006, p.448).

Conforme objetivo específico deste trabalho, que pretende avaliar o desenvolvimento das atividades de uma estrutura territorial que constitui uma forma de governança, a Câmara Setorial, faz-se necessária uma definição do termo. Segundo Dallabrida, V. R. (2006 p.4) o termo governança origina-se em análises sobre o mundo das empresas, “[...] designando dispositivos operacionalizados pela firma para conduzir coordenações eficazes”, passando a ressurgir na década de 1980 em documentos do Banco Mundial. Em documentos recentes do Banco o termo vem acompanhado do adjetivo “bom”. Portanto, a “boa” governança refere-se à maneira de exercício do poder na gestão eficaz dos recursos econômicos e sociais de um país objetivando promover o desenvolvimento.

No âmbito territorial, com o objetivo de superar os enfoques parciais numa perspectiva mais interdisciplinar, o autor propõe a utilização do termo governança territorial “[...] para referir-se às iniciativas ou ações que expressam a capacidade de uma sociedade organizada territorialmente, para gerir os assuntos públicos a partir do envolvimento conjunto e cooperativo dos atores sociais, econômicos e institucionais.” (DALLABRIDA, V. R. 2006 p.3)

Fuini, L. (2010) ao analisar o “circuito das águas paulista” e o “circuito das malhas de Minas Gerais” destaca a importância das estruturas de governança e de regulação na dinâmica territorial local de aglomerados produtivos. O autor considera a governança territorial como um elemento essencial nos estudos e estratégias de planejamento e desenvolvimento territorial atuais.

A idéia de uma “governança territorial” amplia o escopo das relações de regulação e poder para além dos aspectos restritos ao sistema produtivo local, abarcando também o conjunto de localidades (municipalidades) inseridas na rede produtiva regional e que compartilham das relações de governança e dos fluxos políticos e econômicos associados a esta rede [...] necessita de um determinado nível de cooperação, os recursos mobilizados podem ser de qualidade genérica, facilmente transferíveis e comuns aos outros contextos territoriais, ou podem ser específicos, resultados de uma acumulação de experiência e conhecimento histórico-cultural não codificado e de articulações sociais e espaciais inéditas. Como resultado desta longa e complexa rede entre atores e instituições, pode-se alcançar o objetivo máximo a que todos esperam quando entram em acordo para estabelecer determinado compromisso de governança: o desenvolvimento territorial. (FUINI, L. 2010 p.19-20)

De acordo com a tipologia apresentada pelo autor (Figura 3), existem quatro tipos de governança territorial que são definidas nesse contexto de remodelação da atuação do Estado brasileiro e das estratégias engendradas pelos atores.

Figura 3 – Tipos de governança dos arranjos e circuitos produtivos locais

CARÁTER	CARACTERÍSTICAS DA GOVERNANÇA
1 – GOVERNANÇA PRIVADA	São os atores privados dominantes que impulsionam e pilotam dispositivos de coordenação e criação de recursos de acordo com um objetivo de apropriação privada. A firma aparece como motor do sistema (por exemplo, o estabelecimento de um grande grupo, que estrutura o espaço produtivo local).
2 – GOVERNANÇA PRIVADA-COLETIVA	O ator chave é uma instituição formal que agrupa operadores privados e impulsiona a coordenação das suas estratégias. Encontram-se neste caso as Câmaras de Comércio, os sindicatos profissionais e qualquer forma de clube que agrupe operadores privados.
3 – GOVERNANÇA PÚBLICA	As instituições públicas têm modos de gestão dos recursos que diferem da apropriação privada, nomeadamente através da produção de bens ou de serviços coletivos, que por definição são utilizáveis por todos os atores, sem rivalidade nem exclusão de uso. São de maneira essencial, o Estado, as autarquias e todas as formas de inter-coletividades, inclusive os centros de investigação pública.
4 – GOVERNANÇA MISTA	São raras as situações puras; encontra-se geralmente uma associação destas diferentes formas, mas com uma dominante, o que permite caracterizar cada território como um caso específico que entra numa categoria geral (antes público ou privado) com uma dosagem específica e variável.

Fonte: Colletis; Gilly, et. alii (1999).

Extraído de Fuini, L. (2010 p.84)

O primeiro tipo corresponde a governança privada, marcada pelo predomínio de uma organização dominada pelas empresas. O segundo tipo corresponde a privada-coletiva, com a conformação que agrupa operadores privados, a terceira é a forma pública com predomínio das instituições públicas e por último do tipo mista, com a associação das diferentes formas anteriores, com uma dominante. De acordo

com o autor, quanto menos mista e compartilhada for a governança menos se atenderá ao pressuposto do desenvolvimento territorial.

As classificações tratadas avançam para uma compreensão da natureza, extensão e papel da governança nas políticas territoriais do desenvolvimento brasileiro. Constituem elemento básico e fundamental para as análises deste tipo de estratégia, de onde emergem os conflitos de interesses entre os atores, observados no plano empírico. A presente dissertação pretende avançar nesse sentido, por meio da análise e acompanhamento direto de uma modalidade de governança, a câmara setorial da uva e do vinho do estado de São Paulo.

Parte II – Recorte setorial e espacial

2. Histórico da vitivinicultura brasileira e paulista

2.1. Breve caracterização da vitivinicultura mundial, origens e situação da vitivinicultura no Brasil

A produção de vinho tradicionalmente localizada nos países europeus como França, Itália, Alemanha, Espanha e Portugal, vem sendo ampliada com o surgimento de novas áreas produtoras, como por exemplo, na Califórnia, Austrália, Nova Zelândia e na África do Sul. Na América do Sul, o Chile e a Argentina são outros competidores bem posicionados. Nos países tradicionalmente produtores da Europa a produção e o consumo vêm declinando desde 1982, enquanto nas demais áreas observam-se a ampliação de ambos. (LIMA, 2006, p. 620)

Dados da FAO²⁵ referentes a produção de vinho para o ano de 2008, apontam a França como o maior produtor mundial, como o segundo em área plantada com uva e o quinto em produção de uva. Esse indicador é liderado pela Itália, que é o segundo maior produtor mundial de vinho e o terceiro em área plantada com uva. A Espanha também tem destaque nestes indicadores, sendo o país que apresenta a maior área plantada com uva, o terceiro em produção de vinhos e quarto em produção de uva.

O Brasil compõe o grupo dos novos produtores. O país, no que se refere a produção de uva e de vinho, ocupa a 15ª posição, enquanto em área plantada ocupa a 20ª posição.

²⁵ Organização das Nações Unidas para a agricultura e a alimentação, disponível em: <https://www.fao.org.br/>

Tabela 1 – Os vinte principais países vitivinícolas do mundo no ano de 2008

<i>Produção de Vinho (toneladas)</i>		<i>Área Plantada (hectares/uva)</i>		<i>Produção de Uva (toneladas)</i>	
Países	2008	Países	2008	Países	2008
França	4711600	Espanha	1200000	Itália	7793301
Itália	4609554	França	813496	China	7284656
Espanha	3400000	Itália	770000	Estados Unidos	6744840
Estados Unidos	2300000	Turquia	482789	Espanha	6053000
Argentina	1520000	China	438232	França	5664195
China	1500000	Estados Unidos	379360	Turquia	3918440
Austrália	1244780	Iran	315000	Argentina	2900000
Alemanha	1026100	Portugal	222700	Iran	2900000
África do Sul	1026100	Argentina	220000	Chile	2350000
Chile	850000	Romênia	194038	Austrália	1956790
Portugal	600000	Chile	182000	África do Sul	1791643
Romênia	536920	Austrália	166197	Índia	1677100
Rússia	503483	Egito	153956	Egito	1531418
Grécia	400000	Moldova	136474	Alemanha	1428776
<i>Brasil</i>	<i>368300</i>	África do Sul	130000	<i>Brasil</i>	<i>1403002</i>
Hungria	322000	Bulgária	110816	Romênia	1010020
Áustria	299372	Uzbequistão	102200	Grécia	950000
Ucrânia	210500	Alemanha	99700	Uzbequistão	791000
Sérvia	140000	Grécia	80000	Portugal	763000
Moldova	138522	<i>Brasil</i>	<i>79374</i>	Moldova	635513

FAOSTAT | © FAO Statistics Division 2010 | 02 July 2010

Como bem apontam Rosa da, S. E. S; Simões, P. M. (2004), estes dados abrangem os diversos frutos de espécies do gênero *Vitis*. O produto conhecido como vinho é extraído quase que unicamente da *Vitis vinifera*, ou também conhecida por videira européia. Uma particularidade brasileira que está vinculada a história da indústria vitivinícola do país, é grande utilização de uvas americanas e híbridas para a fabricação do vinho.

O setor vitivinícola brasileiro apresenta algumas características marcantes, que provavelmente serão importantes para o seu futuro. Assim, a produção de vinho – embora não a de uva – está muito concentrada em uma região relativamente pequena do Rio Grande do Sul, com potencial para constituir um arranjo produtivo local. Além disso, a produção de vinho no país é preponderantemente obtida de uvas americanas e híbridas, ao contrário do que ocorre em praticamente todos os demais países produtores, nos quais são utilizadas videiras européias (*Vitis vinifera*) [...] os únicos países em que o vinho é obtido principalmente de uvas americanas são o Brasil

e o Paraguai. Vale ressaltar que as videiras americanas são espécies nativas da América do Norte, e não variedades da videira européia cultivadas naquele continente, a exemplo do que acontece com os vinhos da Califórnia (mais de 90% do vinho dos Estados Unidos são provenientes da *Vitis vinifera*). (ROSA, S., E., S. da; SIMÕES, P., M., 2004 p.69-70)

A legislação brasileira que dispõe sobre a produção, circulação e comercialização do vinho e derivados da uva e do vinho²⁶ (conhecida como a lei do vinho) define-o como a bebida obtida pela fermentação alcoólica do mosto simples de uva sã, fresca e madura. Classifica os diferentes tipos de vinho quanto à classe, a cor e ao teor de açúcar apresentado na bebida. Em suma, a legislação classifica os vinhos nos seguintes tipos:

- * **Vinho de mesa** é o vinho com teor alcoólico de 8,6% a 14%;
- * **Vinho de mesa de viníferas** é o vinho elaborado exclusivamente com uvas das variedades *Vitis vinifera*;
- * **Vinho de mesa de americanas** é o vinho elaborado com uvas do grupo das uvas americanas e/ou híbridas, podendo conter vinhos de variedades *Vitis vinifera*;
- * **Vinho fino** é o vinho teor alcoólico de 8,6% a 14% elaborado exclusivamente de variedades *Vitis vinifera* do grupo Nobres;
- * **Vinho frisante** é o vinho com teor alcoólico de 7% a 14%, natural ou gaseificado;
- * **Vinho leve** é o vinho com teor alcoólico de 7% a 8,5%, obtido exclusivamente da fermentação dos açúcares naturais da uva, produzido durante a safra nas zonas de produção, vedada sua elaboração a partir de vinho de mesa;
- * **Champanha (Champagne), Espumante ou Espumante Natural** é o vinho cujo anidrido carbônico provém exclusivamente de uma segunda fermentação alcoólica do vinho em garrafas ou em grandes recipientes, teor alcoólico de 10% a 13%;
- * **Vinho moscato espumante ou Moscatel Espumante** é o vinho cujo anidrido carbônico provém da fermentação em recipiente fechado, de mosto ou de mosto conservado de uva moscatel, teor alcoólico de 7% a 10%;

²⁶ A legislação referente à produção, circulação e comercialização do vinho e derivados da uva e do vinho é a lei federal nº 7.678, de 8 de novembro de 1988, posteriormente alterada pela lei federal nº 10.970, de 12 de novembro de 2004. Disponíveis respectivamente em:
<<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/1980-1988/L7678.htm>>
<http://www.planalto.gov.br/ccivil/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.970.htm>

* **Vinho gaseificado** é o vinho resultante da introdução de anidrido carbônico puro, teor alcoólico de 7% a 14%;

* **Vinho licoroso** é o vinho com teor alcoólico de 14% a 18%, sendo permitido, na sua elaboração, o uso de álcool etílico potável de origem agrícola, mosto concentrado, caramelo, mistela simples, açúcar e caramelo de uva.

* **Vinho composto** é a bebida com teor alcoólico de 14% a 20%, elaborado pela adição ao vinho de mesa de macerados ou concentrados de plantas amargas ou aromáticas, substâncias de origem animal ou mineral, álcool etílico potável de origem agrícola, açúcar, caramelo e mistela simples.

Além dos já citados, existem os produtos resultantes da destilação do vinho com teor alcoólico de até 14%, classificando-se em: aguardente de vinho, destilado alcoólico simples de vinho, destilado alcoólico simples de bagaço, destilado alcoólico simples de borras e álcool vínico.

A qualidade do vinho está diretamente vinculada à qualidade da uva, que por sua vez depende das condições de solo e clima, sendo o papel desses fundamentais para a diferenciação dos produtos.

[...] o papel do clima, em produtos de alta diferenciação, como as uvas destinadas à vinificação, não se restringe apenas a variáveis de âmbito regional, como a precipitação pluviométrica e a temperatura, mas inclui variáveis locais, como, por exemplo, a insolação. Essa sensibilidade às variações locais das condições climáticas e do solo constitui-se no **fundamento essencial do sistema de denominações de origem, particularmente usado na Europa, que delimita rigidamente as regiões produtoras de categorias específicas de vinho**. O sistema pressupõe uma hierarquia das regiões de acordo com a qualidade dos produtos, sendo especialmente desenvolvido na França, onde as áreas produtoras de determinados vinhos são da ordem de alguns hectares. (ROSA, S., E., S. da; SIMÕES, P., M., 2004 p.71, grifo nosso)

A autora aponta que esse tipo de “padrão europeu” é muito restrito. Neste modelo de fabricação dos vinhos de alta qualidade, a entrada de novos produtores só é possível por meio da eliminação de outro produtor, adquirindo as suas terras. Além dos aspectos tratados, como as condições do clima e do solo, a indústria europeia do vinho considera as tradições e culturas locais neste tipo de produto, reunindo essas especificidades no termo “*terroir*”²⁷.

²⁷ De acordo com Tonietto, J, (2007) “[...] terroir passa a exprimir a interação entre o meio natural e os fatores humanos. E esse é um dos aspectos essenciais do terroir, de não abranger somente

As novas regiões produtoras (como por exemplo, a Califórnia) surgiram com o desenvolvimento de um novo conceito, o de vinho varietal, diferenciando-o de acordo com a variedade de uva utilizada, não apenas pelo local de produção.

Todos os vinhos são negociáveis, e, portanto, em algum sentido, são comparáveis, não importa sua origem. Entra Robert Parker, e o seu guia *Wine advocate*, que ele publica periodicamente. Parker avalia os vinhos pelo seu sabor, não dedicando atenção particular ao “terrori” ou a quaisquer outras alegações histórico-culturais [...] Parker dá nota aos vinhos conforme o seu próprio e distintivo gosto [...] Nos últimos anos, Parker e muitos outros envolvidos no negócio do vinho inventaram uma linguagem em que os vinhos são descritos em termos de “sabor de pêssego e ameixa, com um toque de Tomilho e groselha”. (HARVEY, D., 2006, p.228)

No Brasil, o nascimento da vitivinicultura remonta ao período colonial (séc. XVI), sendo Martim Afonso de Sousa, por volta do ano de 1531/32, o primeiro a introduzir a cultura vitícola no Brasil²⁸. A sua expedição conhecida como “a expedição colonizadora” teve a missão de iniciar o processo de povoamento do território e trouxe para a então capitania de São Vicente as primeiras videiras. Porém, as condições climáticas do litoral vicentino não seriam propícias para o cultivo da uva de origem europeia (*Vitis vinífera*), desse modo, os viticultores pioneiros tiveram que se dirigir para o interior do estado.

A viticultura brasileira nasceu com a chegada dos colonizadores portugueses, no século XVI. As primeiras videiras teriam sido trazidas por Martin Afonso de Souza, que as plantou em sua Capitania, a de São Vicente. Presume-se que eram vinhas adequadas para a produção de vinho (*Vitis vinífera*), originárias de Espanha e Portugal. Instituto Brasileiro do Vinho – (IBRAVIN)²⁹.

Para Inglez de Souza (1996), a capitania de São Vicente é o berço da viticultura brasileira, ainda que a Bahia, o Pernambuco e o Paraná podem apresentar provas idôneas de que, poucos anos após São Paulo, instalaram seus vinhedos pioneiros.

aspectos do meio natural (clima, solo, relevo), mas também, de forma simultânea, os fatores humanos da produção - incluindo a escolha das variedades, aspectos agrônômicos e aspectos de elaboração dos produtos. [...] o terroir é revelado, no vinho, pelo homem, pelo saber-fazer local [...]se opõe a tudo o que é uniformização, padronização, standardização e é convergente ao natural, ao que tem origem, ao que é original, ao típico, ao que tem caráter distintivo e ao que é característico.” Disponível em <<http://www.cnpuv.embrapa.br/publica/artigos>>

²⁸ (CABRAL, C., 2004), (INGLEZ DE SOUZA, J. S., 1996)

²⁹ Disponível em: <http://www.ibravin.org.br>

Esse autor aponta que no período de 1973 a 1982 a viticultura brasileira e, de modo geral, a mundial sempre teve um caráter de exploração agrícola intensiva, exercida por pequenos e médios proprietários, *“com marcante característica de produção familiar de pequenas propriedades envolvendo aproximadamente 230 mil pessoas radicadas desde o Vale do São Francisco até as fronteiras meridionais do Brasil”*. O perfil da viticultura brasileira apresentou naquele momento três aspectos marcantes na evolução das atividades:

- crescimento geométrico médio superior a 1% ao ano;
- lenta expansão da viticultura paranaense e estagnação mineira e;
- evidente progresso no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, em São Paulo e no Nordeste, com alargamento de novas áreas viticultoras.

No ponto de vista de Rosa da, S. E. S; Simões, P. M., (2004 p.73), como atividade significativa do ponto de vista econômico, a vitivinicultura origina-se apenas com a colonização italiana no Rio Grande do Sul, a partir de 1875, expandindo-se gradativamente até atingir o mercado nacional. A produção de uvas de mesa fixou-se em regiões de clima mais favorável, como São Paulo, enquanto que a Região Serrana do Rio Grande do Sul manteve a preponderância em mais de 90% da produção de vinho. A autora aponta dois fatores fundamentais para o aumento da produção do vinho no período, além do aumento populacional.

[...] em primeiro lugar, as importações do produto foram dificultadas pelas contingências da economia internacional, à semelhança do ocorrido com a economia brasileira como um todo; e, por outro lado, a organização dos produtores rurais da Serra Gaúcha em cooperativas, sobretudo na década de 1930, reduziu muito os custos de fabricação e, principalmente, de comercialização do vinho. É importante salientar que o vinho brasileiro, ao longo de todo o período aqui considerado, era obtido, na quase totalidade, de uvas americanas ou híbridas de americanas com a *Vitis vinifera*. De fato, embora as temperaturas da Serra Gaúcha sejam adequadas à cultura da videira, a umidade regional é bastante elevada, especialmente no verão, o que é muito prejudicial à produção, com custos razoáveis, de vinhos de qualidade satisfatória. Isso levou os produtores locais ao cultivo das vinhas americanas, muito mais robustas e resistentes às pragas favorecidas pelo clima úmido. Assim originou-se o padrão brasileiro – quase único no mundo – de uma indústria vinícola apoiada essencialmente em uvas de espécies distintas da *Vitis vinifera*. (ROSA DA, S. E. S; SIMÕES, P. M., 2004 p.74)

O autor Tonietto, J, (2001)³⁰ distribui a história da vitivinicultura em quatro períodos relativos as diferentes gerações de vinhos, diferenciando-os qualitativamente. No primeiro período entre os anos de 1870 aos de 1920, num estágio de implantação da vitivinicultura no país os vinhos foram classificados como de 1ª geração produzidos com uvas americanas. O 2º período compreendido entre os anos de 1930 aos de 1960, a vitivinicultura passando pó um estagio de diversificação dos produtos, produziu vinhos híbridos e da variedade de viníferas.

Entre os anos de 1970 aos 1990, foram produzidos os vinhos de 3ª geração, com um incremento da qualidade, são os vinhos varietais. O ultimo período é a partir do ano 2000, são os vinhos de 4ª geração, passando por um período de afirmação da identidade regional, são os vinhos de qualidade, as indicações geográficas³¹.

A partir de dados recentes do Instituto Brasileiro do Vinho, observa-se que a viticultura no Brasil, atualmente ocupa uma área de aproximadamente 77 mil hectares. Os vinhedos estabelecem-se desde o extremo sul do país, em coordenadas 30º 56' 15"S, até regiões situadas muito próximas ao equador, em latitude de 5º 11' 15"S.

De acordo com a diversidade ambiental e climática, podem distinguir-se alguns "pólos" principais de produção de uva no Brasil, agrupados em três grandes grupos. São os seguintes: pólos com viticultura característica de regiões temperadas; pólos em áreas subtropicais e pólos de viticultura tropical.

A viticultura de clima temperado é uma viticultura tradicional, concentrada nos estados do sul e sudeste. O IBRAVIN aponta que, a viticultura de clima temperado representa aproximadamente 88% da área de vinhedos e mais de 98% da uva utilizada para processamento (vinhos, sucos e outros derivados) do país.

[...] a partir de meados do século XX, as videiras européias ganharam expressão com o cultivo de uvas para vinho no Estado do Rio Grande do Sul e com a difusão da uva "Itália", especialmente no Estado de São Paulo. Desde seu início até a

³⁰ **Períodos evolutivos da vitivinicultura brasileira.** Disponível em: <<http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Uva/UvasViniferasRegioesClimaTemperado/indicacoes.htm>>

³¹ Atualmente o Brasil possui sete indicações geográficas concedidas pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), sendo duas para vinho: Pinto Bandeira e Vale dos Vinhedos (RS), para vinho tinto, branco e espumante. As outras cinco são: Região do Cerrado Mineiro (MG), para o café; Pampa Gaúcho da Campanha Meridional (RS), para carne bovina e derivados; Paraty (RJ), para cachaça e aguardente composta azulada; Vale do Submédio São Francisco (BA/PE), para manga e uvas de mesa e Vale dos Sinos (RS), para couro acabado: <<http://www.inpi.gov.br/noticias/brasil-ganha-mais-uma-indicacao-geografica-para-vinhos>>

década de 1960, a viticultura brasileira ficou restrita às regiões sul e sudeste, mantendo as características de cultura de clima temperado, com um ciclo vegetativo anual e um período de repouso, definido pela ocorrência de baixas temperaturas dos meses de inverno.³²

São sete localidades principais que compreendem a chamada viticultura de clima temperado no país, seguido de suas respectivas coordenadas geográficas:

- **Campanha e Serra do Sudeste do Rio Grande do Sul** - 29°45'23"S/57°05'37"W (município de Uruguaiana) e 31°33'45"S/53°26'15"W (município de Pinheiro Machado); **Serra Gaúcha**, que é a maior região vitícola do país, com aproximadamente 40 mil hectares de vinhedos - 29°S/51°W; **Vale do Rio do Peixe** - 27°S/51°W; **Região Sul de Santa Catarina** - 28°S/49°W; **Leste de São Paulo** - 23°S/47°W e **Sul de Minas Gerais** - 21°S/40°W

Além das apontadas, podem-se identificar pólos emergentes nas latitudes 26° e 28°S e nas longitudes 50° e 52°W.

A viticultura subtropical desenvolveu-se no Norte do Paraná, especializando-se no cultivo de uvas finas de mesa, com a seguinte localização: 23°S/51°W. Como pólo emergente existe um projeto no município vitivinícola de Rolândia, especializado na produção de suco de uva para a produção de suco concentrado. O referido projeto engloba 35 municípios do estado.

A região de viticultura tropical brasileira desenvolveu-se com o advento de tecnologias (por exemplo: as formas de condução das parreiras), que possibilitaram a produção de cultivares de uvas historicamente restritas ao sul do país para a elaboração de vinhos finos.

De acordo com informações do Instituto do Vinho do Vale do São Francisco, foi a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODESVASF) que introduziu a produção de uva (para consumo in natura) na região na década de 1950. Naquele momento, os trabalhos desenvolvidos incluíam o uso de fertilizantes, técnicas de cultivo e descrição fenológica das plantas. Na década de 1970 com a criação da Embrapa Semi-Árido houve a introdução de novas técnicas com melhorias na produção e qualidade das uvas.

A vitivinicultura, ou seja, a produção de uvas destinadas à elaboração de vinhos é uma atividade mais recente, iniciou-se na região em meados dos anos 80, com a implantação de videiras

³² Disponível em: <<http://www.ibravin.org.br>> Instituto Brasileiro do Vinho – (IBRAVIN)

européias trazidas do Sul do Brasil. Em meados dos anos 90 e no início dos anos 2000, outras Empresas se instalaram na região, o que proporcionou um maior aumento do volume de vinho elaborado [...] O Vale tem produzido atualmente tanto vinhos jovens, conhecidos como os “vinhos do sol”, apresentando características peculiares de aromas e sabores, quanto vinhos de guarda, que passam por alguns anos em barricas de carvalho, o que promove uma maior complexidade dos aromas e uma melhora na estrutura dos vinhos. Este fato demonstra que a região está quebrando todos os tabus em termos de produção de vinhos, pois há trinta anos não se acreditava na possibilidade de se produzir vinhos nesta região, tampouco com qualidade e tipicidade³³.

São três localidades principais:

- Noroeste de São Paulo - 20°S/50°W; Norte de Minas Gerais - 17°S /44°W e Vale do Sub-médio São Francisco - 9°S/40°W;

No universo dos pólos tropicais emergentes destacam-se o município de Nova Mutum (MT), que possui sua estrutura produtiva baseada numa área de 30 hectares de videiras voltados a produção de suco de uva e o município de Santa Helena (GO) com uma estrutura produtiva de cerca de 50 hectares de videiras voltados a produção de vinho de mesa.

[...] o cultivo da uva “Itália” foi levado, com sucesso, para a região semi-árida do Vale do Sub-Médio São Francisco, marcando o início da viticultura tropical no Brasil. Sempre com base na uva “Itália”, a viticultura tropical expandiu-se rapidamente, com a consolidação do pólo do Norte do Paraná, na década de 1970, e dos pólos do Noroeste de São Paulo e do Norte de Minas Gerais na década seguinte. A partir de 1990 surgiram diversos novos pólos vitícolas, alguns voltados à produção de uvas de mesa, outros direcionados à produção de uvas para a elaboração de vinho e suco³⁴.

De acordo com Tonietto, J.; Camargo, U., A. (2006) a vitivinicultura tropical destinada à produção de vinhos e os derivados da uva e do vinho constitui uma atividade recente em nível mundial. O Brasil figura como um dos pioneiros nesta área, tendo como referência a região do Vale do Submédio São Francisco, desde 1980.

As tecnologias vitícolas tiveram que ser ajustadas ao longo do tempo de forma empírica para estas condições. [...] Contudo, pelas diferenças, sobretudo climáticas, inerentes as regiões tropicais (onde a videira vegeta durante todo o ano, produzindo uvas em períodos não clássicos - período de inverno, por exemplo, ou mesmo ao longo

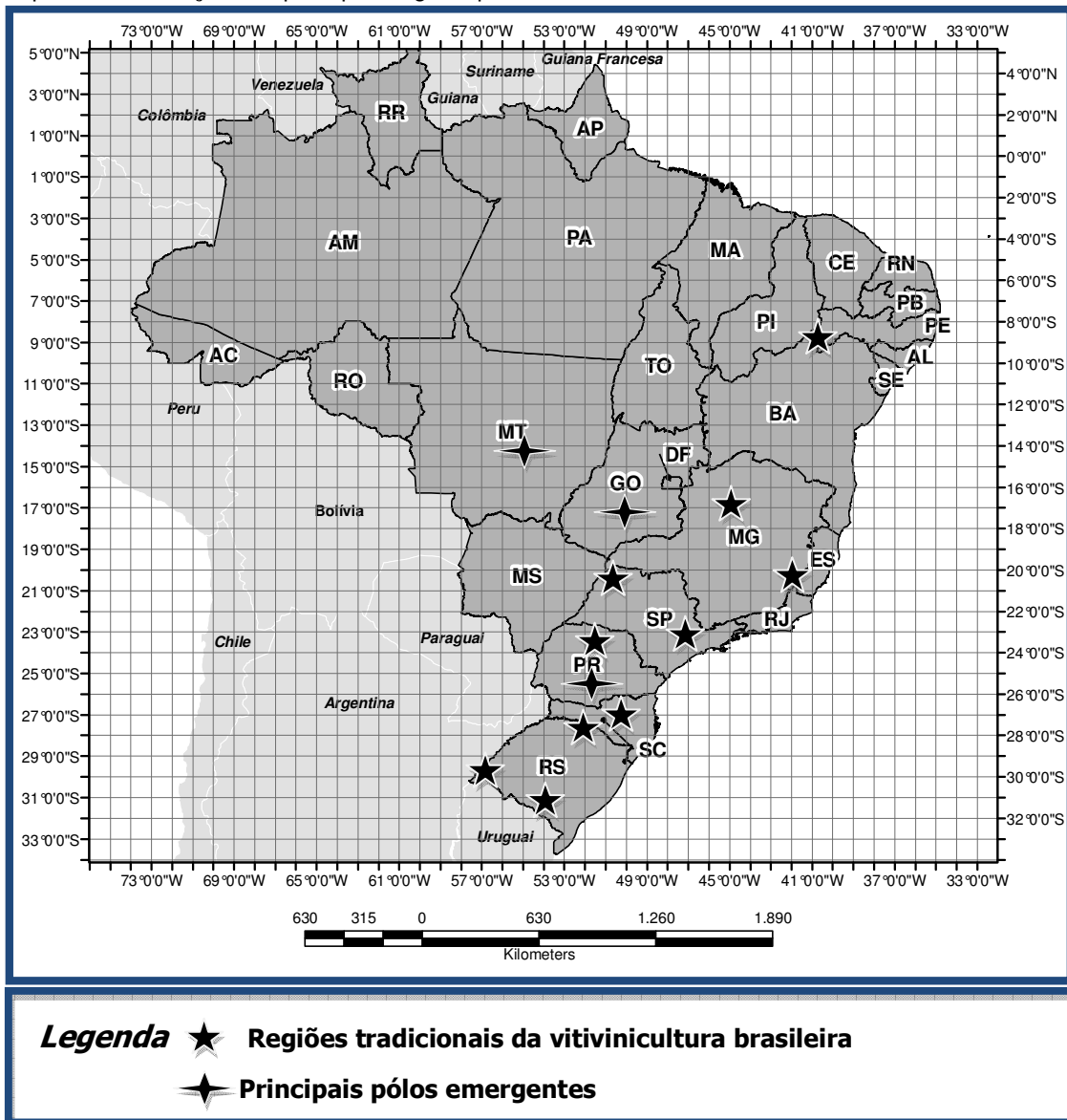
³³ Giuliano Elias Pereira. Notas técnicas. Instituto do Vinho do Vale do São Francisco. Disponível em: <http://www.vinhovasf.com.br/>

³⁴ Disponível em: <<http://www.ibravin.org.br>> Instituto Brasileiro do Vinho – (IBRAVIN)

de todo o ano), há muito que se conhecer ainda, caracterizando este tipo de região como possuidora de um grande potencial de desenvolvimento vitivinícola, porém sem ainda ter seus limites definidos. (TONIETTO, J.; CAMARGO, U., A. 2006 p.1)

Feitas essas considerações é possível esboçar um mapa das localidades tratadas, com a identificação das principais regiões vitiviníferas e as novas fronteiras produtoras no Brasil.

Mapa 2 – Localização das principais regiões produtoras de uvas viníferas no Brasil atualmente



Elab. Roger Vitor Chiapetta

Os principais gargalos da indústria do vinho no Brasil, dentre os autores pesquisados é o baixo consumo per capita do brasileiro, devido principalmente a

questões culturais e econômicas; a competição com os vinhos provenientes de outros países da América do Sul, devido a abertura econômica iniciada na década de 1990 e; no caso específico paulista um problema recorrente, não apenas nos textos, mas também observada nas reuniões da Câmara Setorial da Uva e do Vinho de São Paulo, é a tributação incidente sobre a indústria vinícola.³⁵

No Brasil, há indícios de algumas dificuldades no mercado para as vinícolas nacionais, em vista da concorrência com vinhos importados principalmente da Argentina, além do Chile. O gargalo de mercado, em geral, é maior na faixa de consumo de vinhos de menores preços, exatamente onde a oferta é mais abundante [...] O consumo de vinho no Brasil é ainda muito pouco expressivo, situando-se abaixo de dois litros/ano em termos per capita [...] (LIMA, 2006 p.620-621)

Nas páginas que seguem, serão cartografadas algumas informações secundárias referentes ao percentual de estabelecimentos e empregos formais vinculados às atividades de cultivo de uva e fabricação de vinho, respectivamente. Os mapas correspondem ao peso da distribuição dos estabelecimentos e empregos de cada estado atividade por no Brasil, para os anos de 1994 e 2008, seguidos por um mapa que sintetiza a evolução destes indicadores no período.

Buscando responder a questão da densidade das aglomerações e dos arranjos produtivos locais em potencial, serão apresentadas algumas tabelas referentes à evolução dos estabelecimentos por tamanho³⁶, seguidas por dados referentes aos atributos pessoais dos trabalhadores formais para as duas atividades, bem como a remuneração, a faixa etária e instrução³⁷.

³⁵ Jalfim, A. (1993), Siqueira (2007), Souza, F., A. de, (2005), Rosa, S., E., S da; Simões, P., M. (2007), Lima (2006), Sato (2006), Sato, G., S.; Strehlau, V.; Alves H., S. (2010).

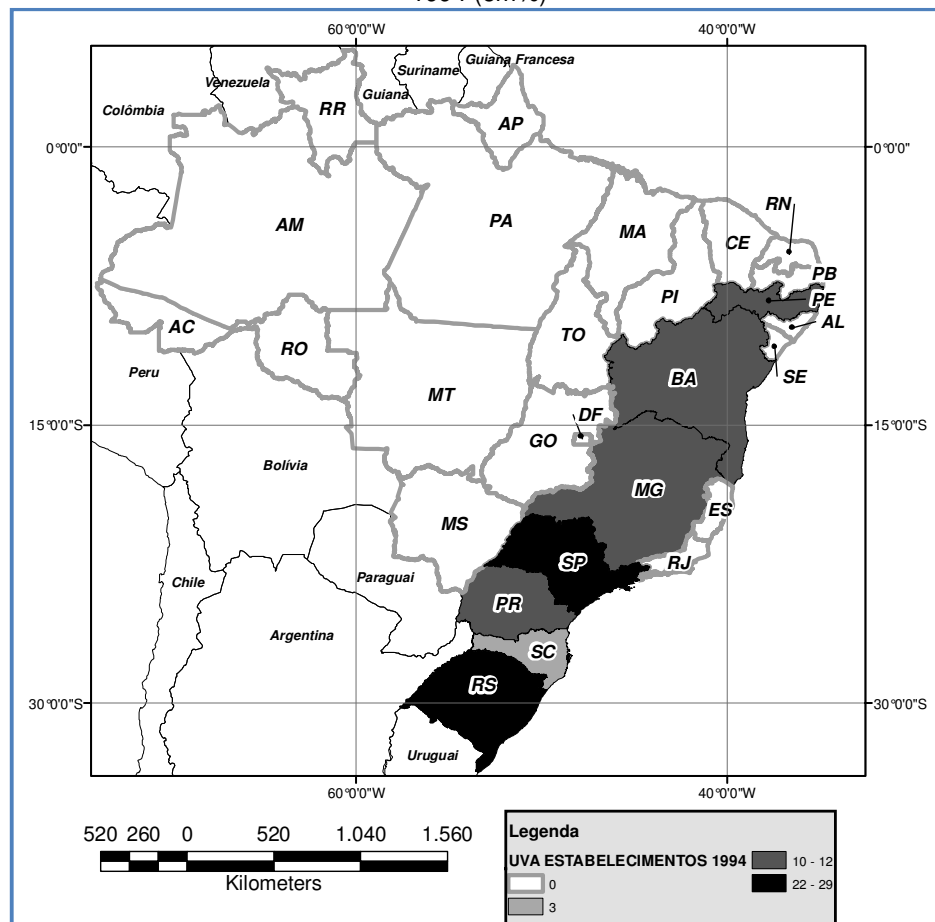
³⁶ A definição a respeito do porte das empresas é baseada na classificação do SEBRAE, que considera o tamanho das empresas de acordo com o número de vínculos empregatícios, sendo: **Micro empresa** a que possui de 1 a 19 vínculos empregatícios; **Pequena empresa**: de 20 a 99 – **Média empresa**: de 100 a 499 e **Grande empresa**: – acima de 500 vínculos.

³⁷ Os dados utilizados para o mapeamento e construção das tabelas foram coletados da base de dados da Relação Anual de Informações Sociais dos anos de 1994 e 2008, esse o último ano disponível. Os dados podem ser acessados pelo portal do Ministério do Trabalho e Emprego: <<http://www.mte.gov.br>>

2.1.1. Cultivo de uva

O primeiro mapa que segue apresenta a distribuição percentual dos estabelecimentos agrícolas formais voltados ao cultivo de uva por Unidade da Federação. É possível observar uma concentração elevada em apenas dois estados. Mais de 50% dos estabelecimentos vitícolas localizam-se nos estados de São Paulo e Rio Grande do Sul.

Mapa 3 - Distribuição dos estabelecimentos agrícolas voltados ao cultivo de uva no Brasil no ano de 1994 (em%)



Elab. Roger Vitor Chiapetta a partir de dados da RAIS.

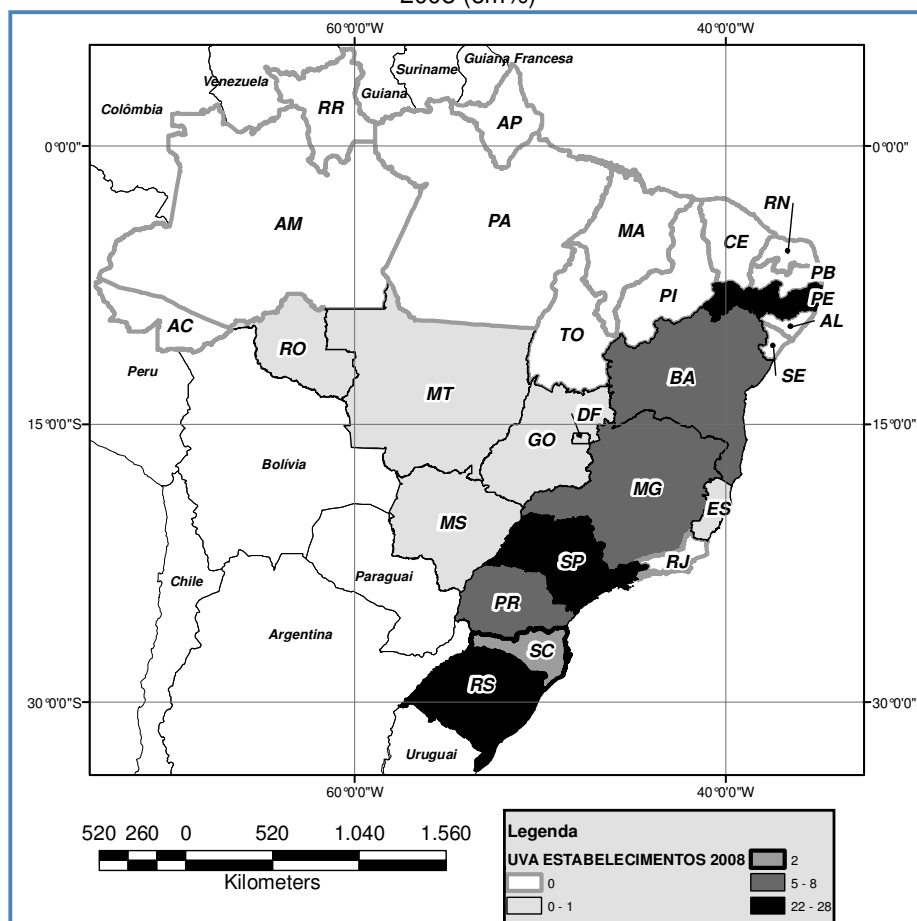
Os estados do Paraná, Minas Gerais, Bahia e Pernambuco apresentam cada um, indicadores superiores aos 10% dos estabelecimentos formais do país. O estado de Santa Catarina tem o menor indicador, apontando aproximadamente 3% do total do país. O mapa 4 atualiza a mesma distribuição para o ano de 2008. De acordo com os dados da RAIS/MTE, são 18 estados produtores de uva.

Primeiramente pode-se identificar Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Distrito Federal e Espírito Santo, cada um com aproximadamente 1% dos estabelecimentos vitícolas do Brasil.

Houve, portanto, um deslocamento na ordem de cerca de 5% dos estabelecimentos vitícolas para estados localizados na parte Noroeste do país. Os indicadores desses estados tiveram um leve aumento, mas são identificados no mapa de 2008. Esse deslocamento pode ser relacionado a queda dos indicadores observada em Minas Gerais, Bahia, Paraná e Santa Catarina.

A concentração se mantém expressiva nos estados do Rio Grande do Sul e de São Paulo muito, com a diferença de que o estado do Pernambuco teve um aumento significativo, totalizando os três estados, mais de 60% dos estabelecimentos vitícolas formais do país.

Mapa 4 - Distribuição dos estabelecimentos agrícolas voltados ao cultivo de uva no Brasil no ano de 2008 (em%)



O mapa 5 aponta com mais clareza a dinâmica da evolução dos estabelecimentos rurais no período 1994-2008. As informações fundamentais são:

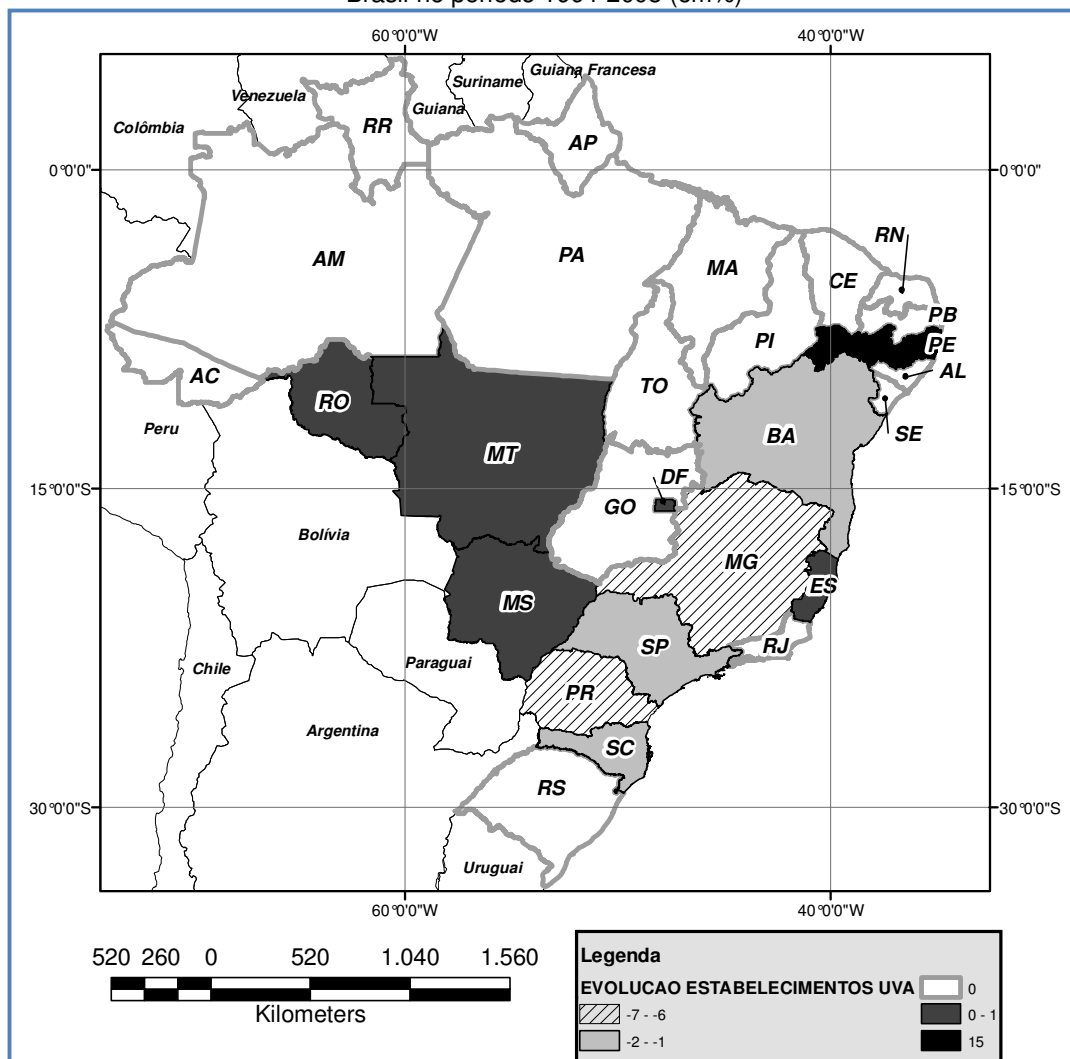
- Os estados de Minas Gerais e do Paraná apresentam as maiores quedas na distribuição dos estabelecimentos, um decréscimo entre 6 e 7% no período;

- Bahia, São Paulo e Santa Catarina apresentaram quedas no peso relativo dos estabelecimentos de até 2%;

- Os estados de Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Distrito Federal e Espírito Santo tiveram evolução positiva de até 1%;

- O estado do Pernambuco conforme evidenciaram os mapas anteriores, teve o maior aumento de 15%, ficando no mesmo patamar que o Rio Grande do Sul e São Paulo.

Mapa 5 - Evolução da concentração dos estabelecimentos agrícolas voltados ao cultivo de uva no Brasil no período 1994-2008 (em%)



Elab. Roger Vitor Chiapetta a partir de dados da RAIS.

O período mapeado marca a consolidação da vitivinicultura tropical, tendo maior concentração de estabelecimentos no estado do Pernambuco.

A produção brasileira se destaca pelos ganhos de produtividade e qualidade nas áreas mais antigas no cultivo da uva da Região Sul e pelos excelentes desempenhos dos vinhedos no semi-árido nordestino a partir dos anos 1980. Essa região tem uma das produtividades mais altas do mundo e excelente qualidade em diferentes variedades de uva – de mesa e para produção de vinho –, com boa adaptação de uvas clássicas utilizadas na produção dos melhores vinhos das principais regiões viníferas do globo, tais como Syrah, Cabernet Sauvignon, Merlot, Chardonnay, Alicante Bouschet, Touriga Nacional, Aragonês e Moscatel. Trata-se da única área em produção no mundo localizada no Paralelo 8 e, portanto, fora das tradicionais zonas temperadas, próprias para o cultivo da uva. [...] representa uma nova fronteira para expansão da produção de uva e de vinho no mundo capaz de atender à demanda ao longo de todo o ano sem as restrições dadas pelas estações (outono, inverno, primavera e verão), bem definidas nas zonas temperadas. Ou seja, produzir nessas terras representa uma quebra de paradigma setorial, uma nova fronteira a ser desbravada. (SIQUEIRA, T., V. de. 2007 p.235)

A grande maioria dos estabelecimentos compõe-se de micro empresas (até 19 vínculos).

Tabela 2 – Evolução estadual dos estabelecimentos e empregos 1994-2008 (%)

Evolução dos estabelecimentos por tamanho (%) 1994-2008 (cultivo de uva)						Evolução dos empregos formais (%) 1994-2008 (cultivo de uva)	
UF	MICRO	PEQUENA	MÉDIA	GRANDE	Total	UF	Total
SP	284,62	500,00	---	---	286,44	PE	412,79
PE	1051,72	516,67	300,00	200,00	840,00	BA	126,57
RS	298,86	200,00	---	---	297,75	SP	266,76
BA	437,50	77,27	100,00	---	224,39	MG	25,78
PR	110,64	-100,00	---	---	106,25	RS	276,92
MG	64,10	100,00	-100,00	---	66,67	PR	61,19
SC	181,82	---	-100,00	---	158,33	SC	-62,67
MT	900,00	100,00	---	---	500,00	RN	2,00
ES	400,00	---	---	---	400,00	MT	5000,00
GO	400,00	---	---	---	400,00	DF	1000,00
DF	300,00	---	---	---	300,00	MS	900,00
MS	300,00	---	---	---	300,00	RR	700,00
RO	300,00	---	---	---	300,00	GO	500,00
PB	100,00	---	---	---	100,00	ES	400,00
RJ	0,00	---	---	---	0,00	RO	300,00
RN	-100,00	0,00	---	---	-50,00	PB	100,00
RR	100,00	---	---	---	100,00	SE	-100,00
SE	---	-100,00	---	---	-100,00	RJ	-100,00
TOTAL	181,13	191,67	125,00	400,00	181,61	TOTAL	213,93

Elab. Roger Vitor Chiapetta a partir de dados da RAIS.

Aproximadamente 89% dos estabelecimentos vitícolas do país estão enquadrados nessa condição. Destes, cerca de 78% estão localizados em três estados, São Paulo (31,14%), Pernambuco (23,11%) e Rio Grande do Sul (24,29%).

A tabela 2 explicita a evolução da concentração estadual dos estabelecimentos por tamanho e dos empregos formais da atividade no período.³⁸ A tabela mostra que houve no período um aumento dos estabelecimentos em 181,61% na média nacional. Referente ao emprego formal o aumento é um pouco maior, de 213,93% na média nacional. O estado de São Paulo, que concentra o maior número de estabelecimentos apresentou um aumento de 286,44% neste indicador. O segundo estado de maior concentração é Pernambuco e apresentou um aumento de 840% tendo destaque na evolução de micro empresas, um indicador que apresentou evolução superior a 10 vezes nesse período.

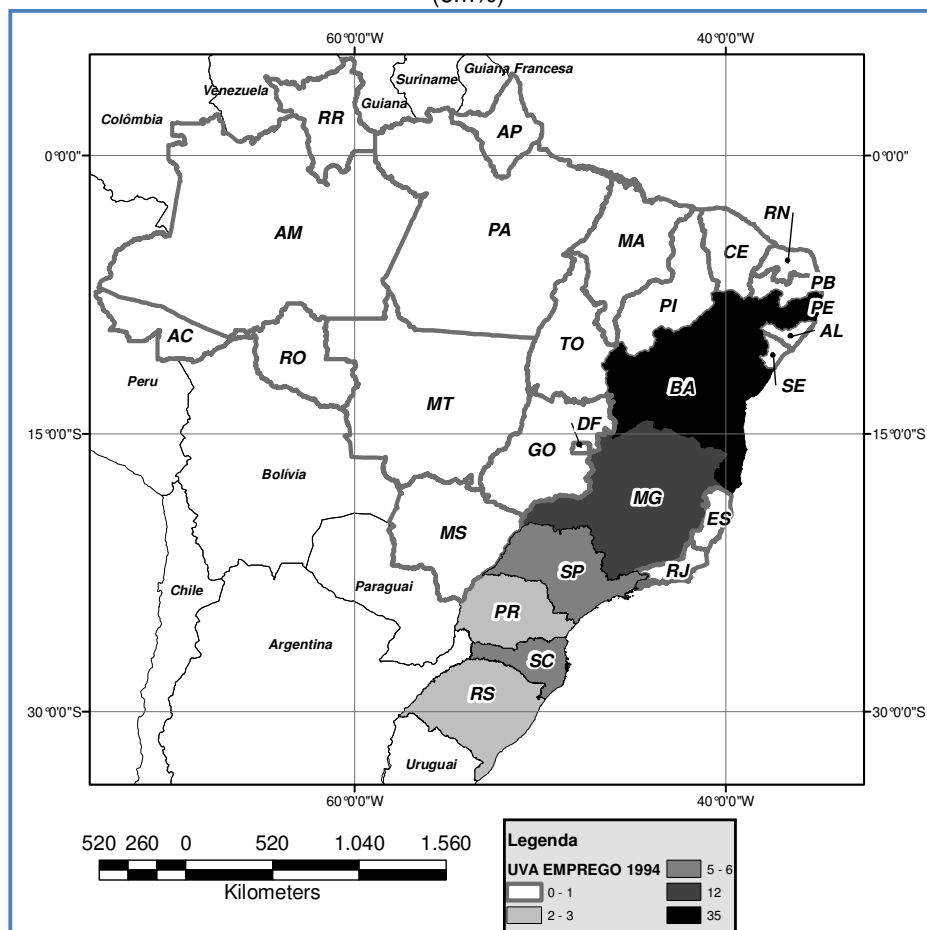
O Rio Grande do Sul apresentou aumento de 297,75%, o terceiro maior em concentração dos estabelecimentos. A tabela aponta que houve aumento em todos os estados do país neste quesito, com exceção do RN e SE. Pode-se concluir que é uma atividade em expansão no país, tanto em estabelecimentos quanto empregos, registrada principalmente em micro e pequenas unidades.

Os dados de 2008 mostram que a atividade do cultivo de uva emprega mais de 18900 pessoas. O estado do Pernambuco que é o maior empregador teve um aumento de 412,79%. A Bahia, o segundo maior empregador apresentou aumento de 126,57%. Os empregos acompanharam o crescimento dos estabelecimentos nos mesmos estados, com exceção de SC, que apresentou um declínio de 62,67%.

O mapeamento da distribuição dos empregos em 1994 difere nitidamente do anterior. Enquanto os estabelecimentos estão concentrados na sua maioria em São Paulo e Rio Grande do Sul, a concentração dos empregos por sua vez, está predominantemente nos estados da Bahia e do Pernambuco com aproximadamente 70% dos empregos formais do país nesta atividade. Juntamente com Minas Gerais, esses três estados totalizavam naquele ano 89% dos empregos do país, conforme o mapa 6.

³⁸ Os estados sublinhados (MT, ES, GO, DF, MS, RO, PB e RR) iniciaram suas atividades depois do ano de 1994.

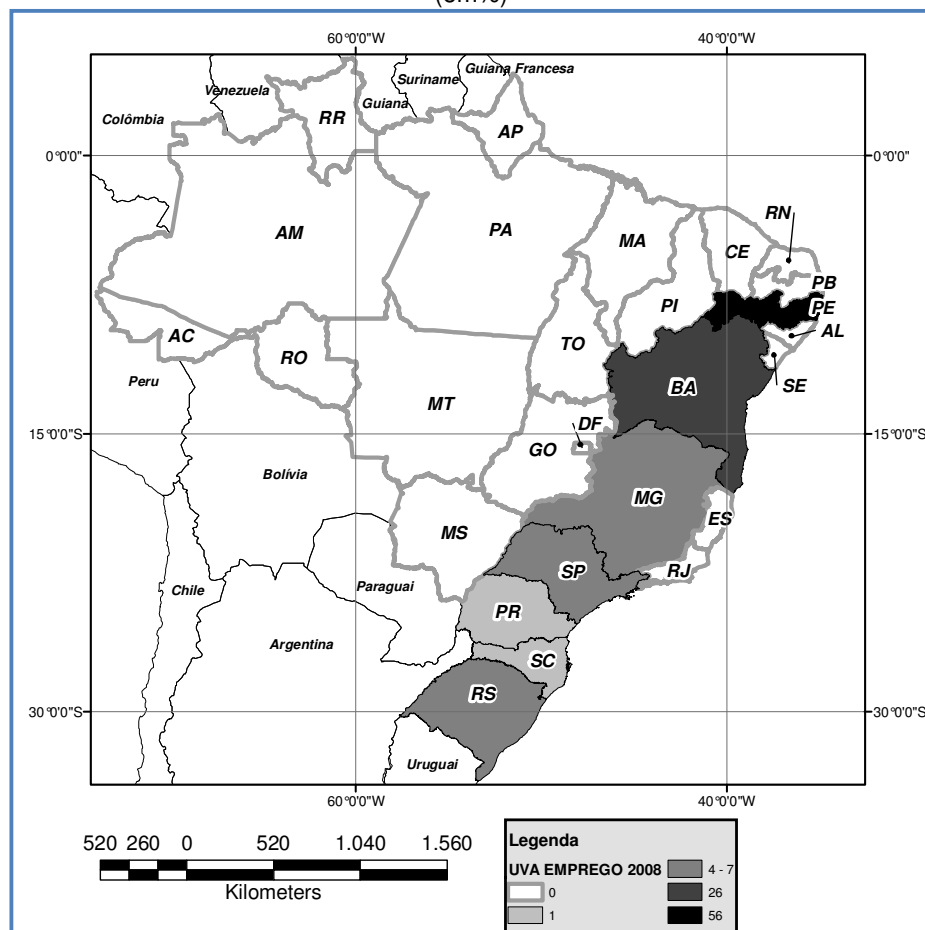
Mapa 6 - Distribuição dos empregos formais voltados ao cultivo de uva no Brasil no ano de 1994 (em%)



Elab. Roger Vitor Chiapetta a partir de dados da RAIS.

Em 2008 esse cenário se altera revelando um aumento expressivo no estado de Pernambuco que concentra sozinho mais da metade dos empregos formais da viticultura do país, com 56%. Somado ao estado da Bahia, os dois totalizam 82% dos empregos do país. O restante dos empregos permanece distribuído por Minas Gerais, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul.

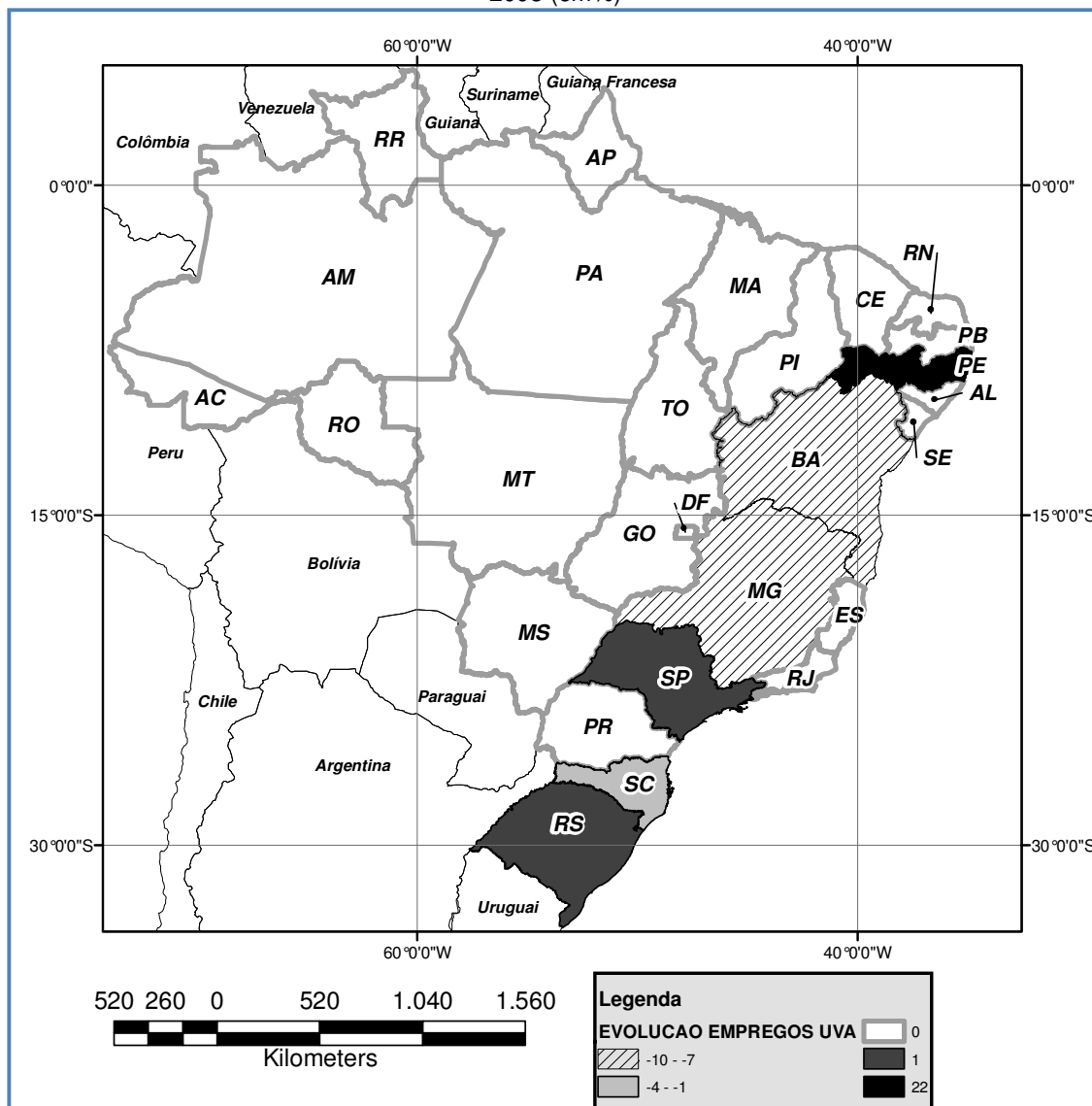
Mapa 7 - Distribuição dos empregos formais voltados ao cultivo de uva no Brasil no ano de 2008 (em%)



Elab. Roger Vitor Chiapetta a partir de dados da RAIS.

A evolução desses indicadores expressa no mapa 8, deixa claro o deslocamento da concentração dos empregos voltados ao cultivo de uva no Brasil para o estado de Pernambuco, que teve um aumento de 22% e queda expressiva nos estados da Bahia e de Minas Gerais. Em Santa Catarina observa-se uma queda menos acentuada. São Paulo e Rio Grande do Sul tiveram ambos, um aumento de 1% cada.

Mapa 8 - Evolução dos empregos agrícolas voltados ao cultivo de uva no Brasil no período 1994-2008 (em%)



Elab. Roger Vitor Chiapetta a partir de dados da RAIS.

Os mapas anteriores expressaram a distribuição percentual dos estabelecimentos e empregos do setor vitícola pelo país. As tabelas seguintes têm o objetivo de caracterizar os atributos pessoais dos trabalhadores formais, por meio da organização de informações referentes à evolução da remuneração, da instrução e das faixas etárias destes. De maneira geral, o aumento dos empregos já apontado corresponde em sua grande maioria a uma faixa salarial baixa, de até 3 salários mínimos (97,4%). A instrução dos trabalhadores correspondente aos dados de 2008 aponta que mais de 70% dos trabalhadores apresentam somente o ensino fundamental incompleto, e 8,7% com ensino fundamental completo. Referente às

faixas etárias há um predomínio de 30 a 39 anos (31,1%), seguida da faixa etária de 18 a 24 anos (23%) e 25 a 29 anos com 21,6%.

Tabela 3 – Evolução estadual da remuneração 1994-2008 (%)

Evolução da remuneração (em salários mínimos) do emprego formal para a atividade de cultivo de uva do Brasil, por Unidade da Federação no período 1994-2008 (%)					
UF	Até 3,00	De 3,01 a 7,00	De 7,01 a 15,00	Mais de 15,01	Total
PE	424,0	106,7	455,6	-33,3	412,79
BA	145,6	-27,8	5,7	-70,0	126,57
SP	261,9	84,6	---	200,0	266,76
MG	27,7	-44,4	-100,0	100,0	25,78
RS	315,3	15,8	300,0	200,0	276,92
PR	73,2	-90,9	---	---	61,19
SC	147,6	-97,8	-100,0	500,0	-62,67
RN	14,0	-83,3	100,0	-	2,00
MT	4700,0	300,0	---	---	5000,00
DF	1000,0	---	---	---	1000,00
MS	800,0	---	100,0	---	900,00
RR	700,0	---	---	---	700,00
GO	500,0	---	---	---	500,00
ES	400,0	---	---	---	400,00
RO	300,0	---	---	---	300,00
PB	100,0	---	---	---	100,00
SE	-100,0	---	---	---	-100,00
RJ	-100,0	---	---	---	-100,00
TOTAL	242,5	-32,0	24,1	-42,9	213,93

Elab. Roger Vitor Chiapetta a partir de dados da RAIS.

A tabela 3 aponta um aumento considerável na faixa salarial de até 3 salários mínimos pontuando 242,5% na média nacional. A segunda faixa de salários teve uma queda de 32% na média nacional e corresponde a cerca de 2% dos empregos do país. O maior empregador da atividade no país apresentou aumento (424%) na primeira faixa, bem como os outros estados, com exceção de SE e RJ. Pode-se concluir que a atividade é muito mal remunerada em todo o país. Todos os estados que iniciaram suas atividades depois do ano de 1994 estão predominantemente na faixa mais baixa de remuneração.

A tabela 4 apresenta a evolução da instrução desses empregos. Observa-se aumento na faixa correspondente ao ensino fundamental incompleto de 173%. A faixa seguinte que corresponde ao ensino fundamental completo teve aumento de

713% na média nacional. Seguido de uma evolução de 849,06% com ensino médio incompleto, e apesar da maior parcela dos trabalhadores terem apenas ensino fundamental incompleto, o maior aumento na média nacional corresponde a faixa de ensino médio completo (1055,37%). Do mesmo modo que observado na tabela anterior, todos os estados destacados apresentaram crescimento na faixa de instrução referente ao ensino fundamental incompleto, destacando que o Mato Grosso também apresentou aumento na faixa de ensino médio completo.

Tabela 4 – Evolução estadual da instrução dos empregos formais 1994-2008 (%)

Evolução da instrução dos empregos formais para o cultivo de uva no período 1994-2208								
UF	Analfabeto	Ensino Fundamental incompleto	Ensino Fundamental completo	Ensino Médio incompleto	Ensino Médio completo	Ensino Superior incompleto	Ensino Superior completo	Total
PE	-13,29	385,70	2862,07	2691,30	1669,01	1050,00	461,11	412,79
BA	65,93	95,70	284,00	714,29	1288,57	1100,00	537,50	126,57
SP	-22,22	156,57	1020,00	2500,00	4500,00	---	933,33	266,76
MG	-22,73	0,15	678,95	262,50	264,71	-50,00	-16,67	25,78
RS	12,50	265,93	395,24	340,00	766,67	0,00	-40,00	276,92
PR	-75,00	22,58	3800,00	400,00	1400,00	-100,00	300,00	61,19
SC	---	-67,79	-10,71	-95,00	-75,00	-100,00	-75,00	-62,67
RN	-50,00	-64,29	1350,00	-100,00	66,67	---	---	2,00
MT	200,00	2200,00	400,00	300,00	1800,00	100,00	---	5000,00
DF	---	400,00	400,00	200,00	---	---	---	1000,00
MS	---	300,00	400,00	---	100,00	---	100,00	900,00
RR	---	600,00	100,00	---	---	---	---	700,00
GO	---	500,00	---	---	-100,00	---	---	500,00
ES	---	200,00	---	---	---	---	---	400,00
RO	---	200,00	100,00	---	---	---	---	300,00
PB	---	100,00	---	---	---	---	---	100,00
SE	-100,00	-100,00	-100,00	-100,00	-100,00	---	---	-100,00
RJ	---	---	-100,00	---	---	---	---	-100,00
TOTAL	3,47	173,07	713,24	849,06	1055,37	409,09	306,12	213,93

Elab. Roger Vitor Chiapetta a partir de dados da RAIS.

Houve aumento também nas faixas superiores de instrução na média nacional, o que evidencia um aumento da qualificação dos trabalhadores sem um aumento correspondente no rendimento.

Tabela 5 – Evolução estadual da faixa etária dos empregos formais 1994-2008 (%)

Evolução das faixas etárias do emprego formal para a atividade de cultivo de uva do Brasil, por Unidade da Federação no período 1994-2008 (%)								
UF	ATE 17	18 A 24	25 A 29	30 A 39	40 A 49	50 A 64	65 OU MAIS	Total
PE	-25,00	377,23	449,32	439,05	450,34	399,16	60,00	412,79
BA	-70,93	67,33	138,15	194,26	183,02	133,33	---	126,57
SP	-27,78	142,39	361,36	341,84	311,59	451,43	325,00	266,76
MG	-90,63	-12,44	42,15	30,23	93,75	35,59	0,00	25,78
RS	-42,86	190,48	283,33	276,47	469,23	433,33	150,00	276,92
PR	-83,33	-4,35	27,27	2,04	136,00	550,00	300,00	61,19
SC	-97,67	-86,67	-79,31	-62,86	55,56	400,00	---	-62,67
RN	---	-22,22	125,00	-11,11	-27,27	-50,00	---	2,00
MT	100,00	800,00	1200,00	1000,00	1200,00	700,00	---	5000,00
DF	---	400,00	200,00	300,00	100,00	---	---	1000,00
MS	---	100,00	200,00	200,00	300,00	100,00	---	900,00
RR	---	100,00	100,00	---	200,00	300,00	---	700,00
GO	---	---	200,00	100,00	100,00	100,00	---	500,00
ES	---	100,00	300,00	---	---	---	---	400,00
RO	---	100,00	100,00	---	100,00	---	---	300,00
PB	---	---	---	100,00	---	---	---	100,00
SE	---	-100,00	-100,00	-100,00	-100,00	-100,00	---	-100,00
RJ	---	---	-100,00	---	---	---	---	-100,00
Total	-61,89	152,81	242,86	254,47	281,84	266,29	230,77	213,93

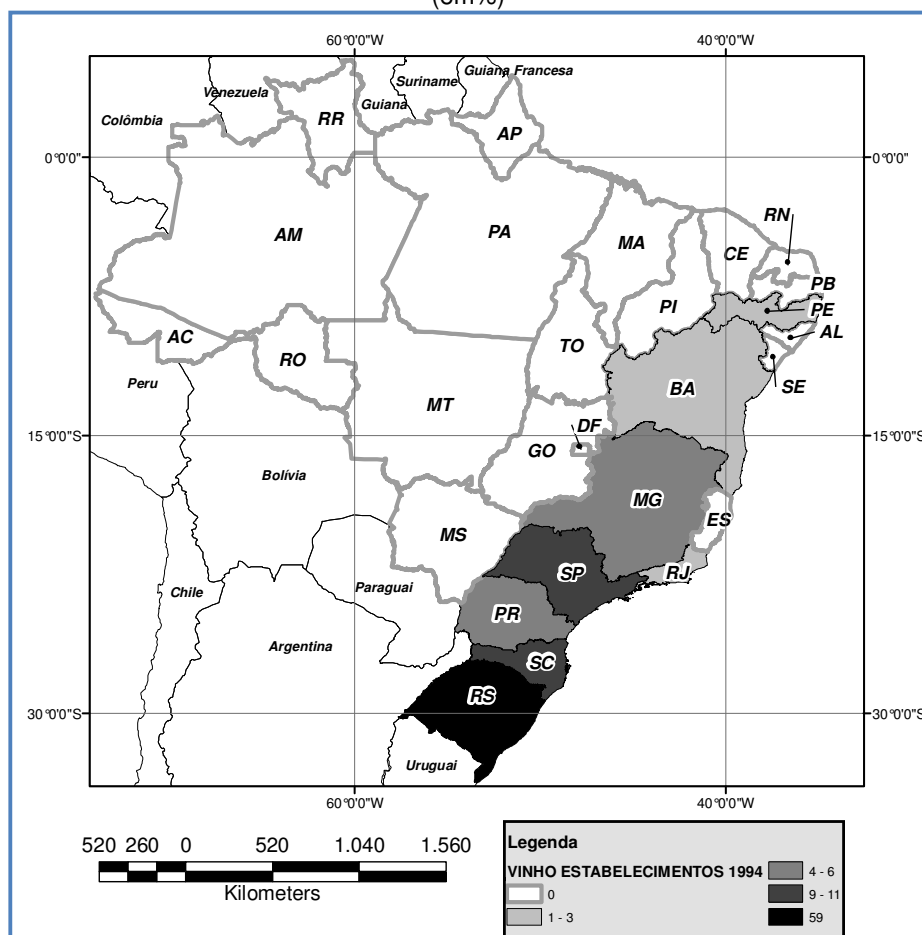
Elab. Roger Vitor Chiapetta a partir de dados da RAIS.

Os dados de 2008 apontam os trabalhadores estão bem distribuídos entre as faixas etárias que compreendem o intervalo de 18 a 39 anos, sendo a faixa de 30 a 39 a mais expressiva (31,10%). A tabela 5 mostra queda dos mais jovens em todos os estados, e uma queda de 61,89% na média nacional, sendo Pernambuco o que apresentou menor queda. Na faixa seguinte observa-se aumento nos três maiores empregadores, além do Rio Grande do Sul o quinto maior empregador. A terceira, a quarta e a quinta faixas, que concentram a maior parte dos trabalhadores apresentaram evolução dos indicadores em praticamente todos os estados, sendo que o maior aumento na média nacional é especificamente na faixa que compreende a faixa de 40 a 49 anos. A faixa seguinte apesar de concentrar uma parcela pouco significativa de trabalhadores (cerca de 7%) apresentou elevação dos indicadores.

2.1.2. Fabricação de vinho

O mesmo mapeamento feito anteriormente, para os dados de estabelecimentos e empregos da indústria do vinho aponta, no caso dos estabelecimentos, a grande aglomeração no sul do país. Como pode ser observado no mapa 9, somente o estado do Rio Grande do Sul concentra mais da metade dos estabelecimentos vinícolas do Brasil. Somado ao peso dos estados do Paraná e de Santa Catarina, os três totalizam mais de 70% dos estabelecimentos vinícolas do país, no ano de 1994. São Paulo apresenta 9% e Minas Gerais um indicador de 6%. Os estados do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco apresentam até 3% dos estabelecimentos.

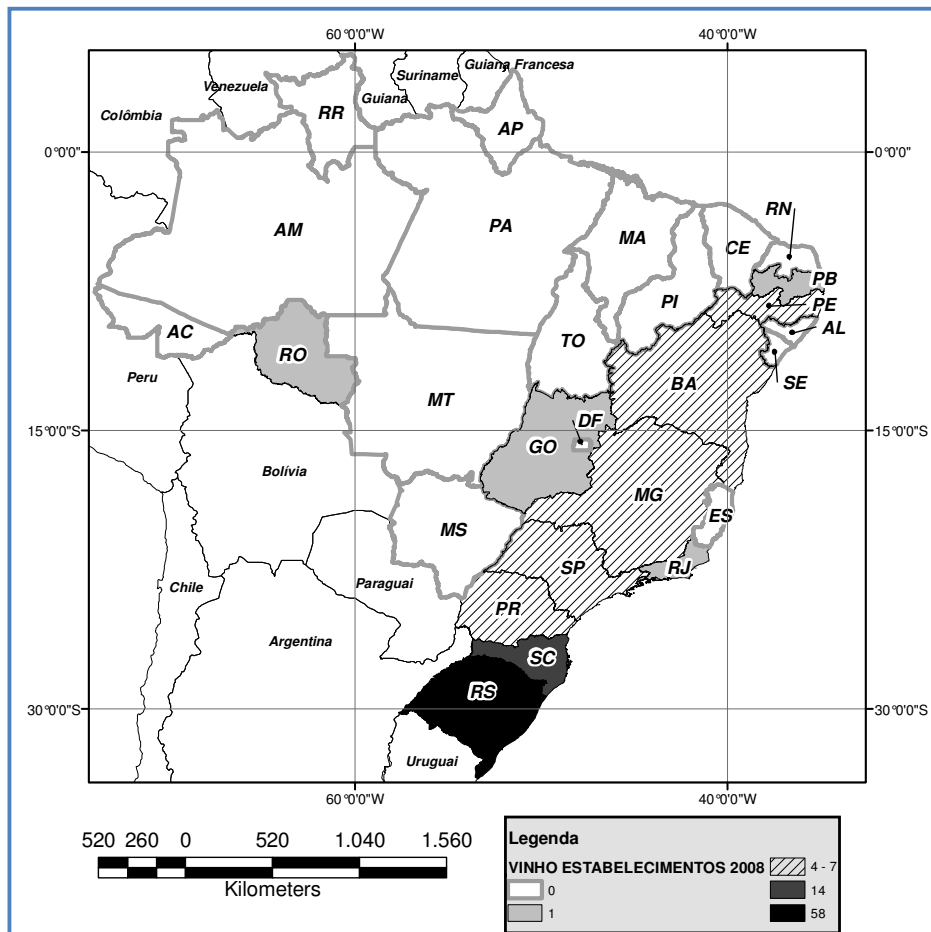
Mapa 9 - Distribuição dos estabelecimentos voltados à fabricação de vinho no Brasil no ano de 1994 (em%)



Elab. Roger Vitor Chiapetta a partir de dados da RAIS

No mapa 10, os três estados da região sul mantêm o padrão de aglomeração da atividade, concentrando 76% dos estabelecimentos. Houve um aumento no número de estados que produzem o vinho, passando de 8 em 1994, para 11 estados em 2008. No mapa 10 notam-se estados como Rondônia, Goiás e a Paraíba, todos com cerca de 1% na participação de estabelecimentos industriais de vinho.

Mapa 10 - Distribuição dos estabelecimentos voltados à fabricação de vinho no Brasil no ano de 2008 (em%)



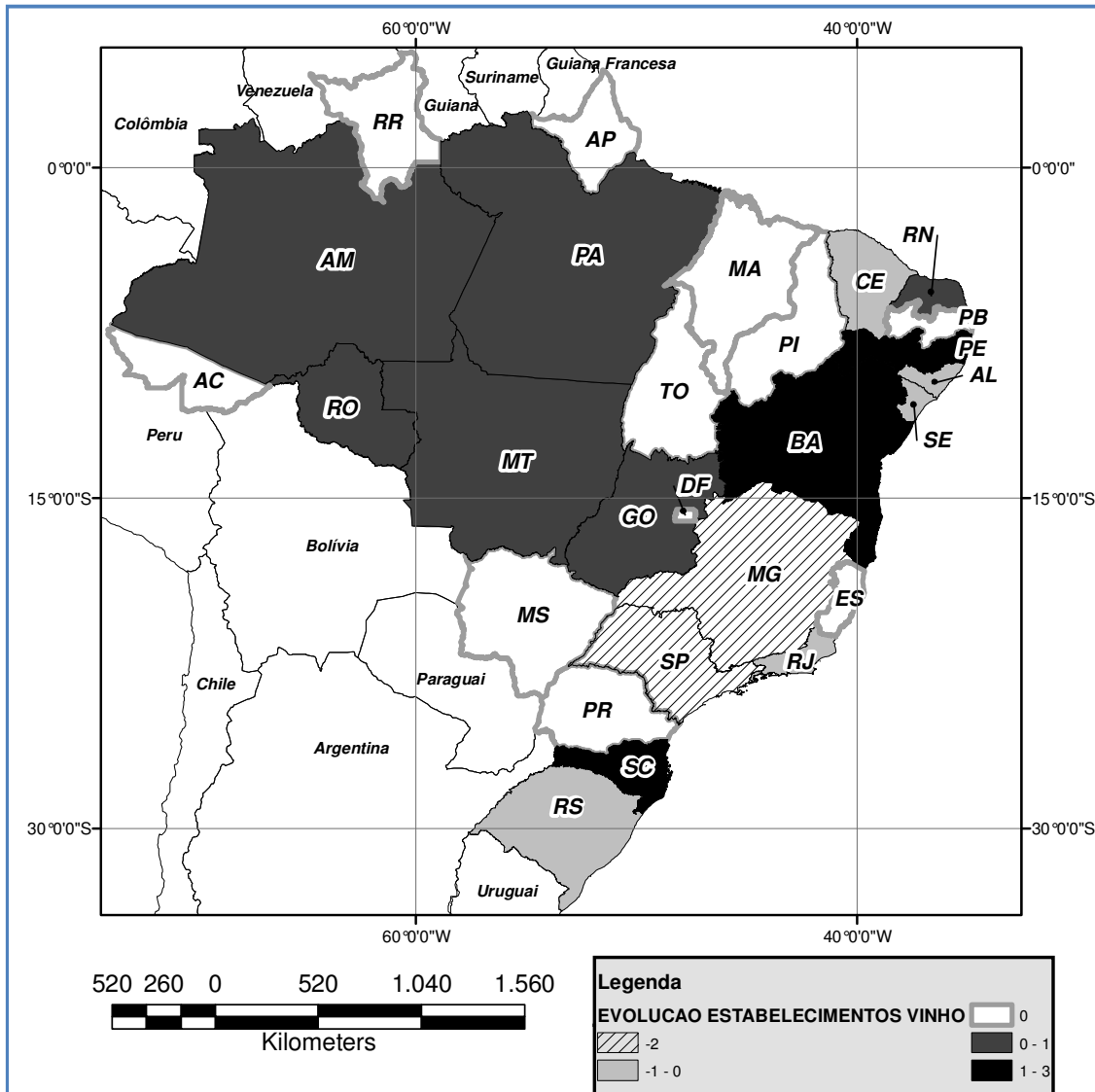
Elab. Roger Vitor Chiapetta a partir de dados da RAIS.

O mapa 11 sintetiza a evolução dos estabelecimentos no período (1994-2008) mostrando que a maior redução deu-se em São Paulo e Minas Gerais com uma queda percentual de 2%. Com um declínio de até 1% estão o Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Sergipe, Alagoas e Ceará.

O Pernambuco e a Bahia aumentaram a concentração de estabelecimentos em 1% e Santa Catarina teve um aumento um pouco maior de aproximadamente

3%. Os demais estados (Amazonas, Pará, Mato Grosso, Goiás e Rio Grande do Norte) foram identificados, com aumento inferior a 1%. Desses apenas Rondônia teve aumento de 1%.

Mapa 11 - Evolução dos estabelecimentos voltados à fabricação de vinho no Brasil no período 1994-2008 (em%)



Elab. Roger Vitor Chiapetta a partir de dados da RAIS.

Fica claro pela evolução apontada, que o Vale do Sub-Médio do São Francisco emerge enquanto o 2º maior pólo vinícola do país. De acordo com consultor técnico do Instituto do Vinho do Vale do São Francisco (VINHOVASF)

Francisco Amorim (informação verbal) ³⁹, a região apresenta um diferencial climático e a produção é condicionada pela irrigação, permitindo mais de duas safras ao ano. De acordo com ele, as etapas da vitivinicultura do Vale do Sub-Médio do São Francisco podem ser divididas cronologicamente da seguinte forma:

- a década de 1960 foi o período em que se deu a implantação da cultura de uvas de mesa (voltada a pequena produção);
- na década de 1970, as uvas passam a ser produzidas em escala industrial;
- na década de 1980 surge o chamando “Vinho do Sol”, característico da região;
 - 1982 – a implantação de uvas viníferas;
 - 1984 – início da produção de vinhos finos;
 - 1986 – início da produção da indústria Boticelli;
 - no final dessa década a produção é alcança a marca de 500000 litros por ano;
- a década de 1990 é um período de ampliação importante, com a participação do setor público, com interesse em desenvolver a vitivinicultura;
- no ano 2000 deu-se a consolidação do pólo vitivinícola, com 7 vinícolas em funcionamento;
- no ano 2003 – marco de passagem do empirismo para o conhecimento científico.

Analisando a vitivinicultura do Vale do São Francisco, os autores Vital, Moraes Filho e Ferraz Filho (2004) consideram a existência de um arranjo produtivo local em expansão. De acordo com esses, a iniciativa pioneira relacionada a atividade vitivinícola data do início dos anos de 1980, com a vinícola Vale do São Francisco, que iniciou sua produção no município de Santa Maria da Boa Vista, com tecnologia oriunda da Califórnia, videiras européias e mão-de-obra de enólogos do Rio Grande do Sul.

Aparentemente, o sucesso dessa Empresa que conseguiu firmar no mercado nacional o seu produto, Vinho Boticelli, de certa forma tem estimulado a vinda de outras empresas que operam na elaboração de vinhos [...] Em número de oito, essas empresas têm origens e situações bastante diferenciadas. Dois enólogos que eram vinculados a Vinícola do Vale do São Francisco, iniciaram seus próprios negócios e instalaram duas novas vinícolas, a Bianchetti e a Garziera, [...] a Ducos Vinícola Comércio Imp.e Exp. Ltda., que utiliza as instalações da Garziera para produzir seu vinho de marca Château Ducos. A Vitivinícola Santa Maria S/A do grupo Raymundo da Fonte, [...] a Vitivinícola Santa Maria se associou a duas outras empresas, a Expand Store, grande importadora e distribuidora de

³⁹ Palestra: “O vinho do vale do São Francisco, sua história e realidade atual” - III Simpósio em pesquisa e desenvolvimento em vitivinicultura no estado de São Paulo. Auditório do centro de convenções da Universidade de Campinas em 27 de novembro de 2008.

vinhos no Brasil com sede em São Paulo e mais de 25 lojas (JC, 25/4/2004), e a Dão Sul, empresa portuguesa que fabrica e distribui seus vinhos em Portugal e no restante da Europa. Essas três criaram a Empresa Vinibrasil [...] a maior delas, a Ouro Verde Ltda, adquiriu em leilão do Banco do Brasil, as instalações de uma antiga Vitivinícola Terra Nova, criada pelo japonês Mamoru Yamamoto nos anos oitenta e instalada no município de Casa Nova - BA. Desse empreendimento participam a Vinícola Miolo Ltda se associou à empresa Lovara Vinhos Finos Ltda, fundando a Empresa Fazenda Ouro Verde Ltda. [...] A empresa Bella Fruta Ltda. do grupo Passarim do Rio Grande do Sul, é a única empresa instalada nessa região, na Fazenda Passarinho, que produz com uvas de descarte, vinho comum (ou de mesa) a granel e tem nessa produção experiência a nível nacional. O grupo econômico Passarim criou este ano, uma outra empresa para suas operações na área, a Vitivinícola Vale do Sol Ltda [...] Recentemente outras empresas se instalaram na área com o propósito de produzir vinho, a exemplo da Cooperativa de Colônia de origem Uruguaia, da Baccos de São Paulo, da Fazenda Dom Teodósio de um grupo de Portugal, entre outras. (VITAL, MORAES FILHO, FERRAZ FILHO, 2004 p. 5 e 6).

A figura abaixo elaborada pelos autores demonstra cronologicamente a instalação das empresas no Vale do São Francisco.

Figura 4 – Cronologia da instalação das empresas Vitivinícolas no Pólo Juazeiro – Petrolina, Nordeste do Brasil

Município-Estado	Fazenda	Empresa(s)	Ano de Instalação (*)	Ano de Produção de Vinho (*)	Marca(s) do Produto
Santa Maria da Boa Vista – PE	Milano	Vinícola Vale do São Francisco S/A	1970	1986	Botticelli
Lagoa Grande – PE	-----	Adega Bianchetti Tedesco Ltda.	2000	2001	Bianchetti
	Garibaldina	Vitivinícola Lagoa Grande Ltda.	1990	2001	Carrancas Garziera
	Planaltino 1600 ha	Vitivinícola Santa Maria S/A	1987	2004	Adega do Vale do São Francisco
		Vinibrasil	2004	2004	Rio Sol
	Ducos 125 ha	Ducos Vinícola Ltda.	2001	2003	Château Ducos
	Passarinho	Bella Fruta Ltda	1990	2000	Vinhos do Vale
		Vitivinícola Vale do Sol Ltda. (outra empresa do mesmo grupo).	2004	2005(**)	Cave do Sol
Casa Nova – BA	Ouro Verde 700 ha	Ouro Verde Ltda.	1985	2002	Terra Nova – Miolo

(*) dados sujeitos a correções; (**) previsão de funcionamento.

Extraído de Vital, T. W.; Moraes Filho, R. A.; Ferraz Filho, Z. E. (2004)

De acordo com os dados do ano de 2008, na fabricação do vinho a concentração é de mais de 83% em micro empresas, 13,19% são pequenas

empresas e cerca de 3% médias empresas. A evolução dos estabelecimentos por tamanho apresentada na tabela 6⁴⁰, mostra que houve um aumento de 21,33% na média nacional. Pelo tamanho, todas as classes apresentaram aumento na média nacional, o maior indicador corresponde a pequenas empresas (29,73%), e micro com um aumento de cerca de 20%. O estado do Rio Grande do Sul que concentra a grande maioria dos estabelecimentos (cerca de 57%) obteve aumento de 21,26% na média nacional. Observa-se aumento de 25,5% em micro empresas, 5% em pequenas e queda de 40% nas médias empresas.

O estado de Santa Catarina teve um aumento um pouco maior, de 50% em relação à média nacional. De 350% para pequenas empresas e 31,25% em micro empresas. São Paulo o terceiro estado em números de estabelecimentos formais de fabricação de vinho apresentou aumento apenas na concentração de pequenas empresas, de 150%. Com relação aos empregos, em 2008 são 5371 empregados formais na fabricação do vinho, menos da metade do que emprega a atividade de cultivo da uva. Contudo, houve um aumento de 20,21% na média nacional.

Tabela 6 – Evolução estadual dos estabelecimentos e empregos 1994-2008 (%)

Evolução dos estabelecimentos por tamanho (%) 1994-2008 (fabricação de vinho)					Evolução dos empregos formais (%) 1994-2008 (fabricação de vinho)	
UF	MICRO	PEQUENA	MÉDIA	Total	UF	Total
RS	25,50	5,00	-40,00	21,26	RS	-13,44
SC	31,25	350,00	---	50,00	SP	2,39
SP	-14,29	150,00	-25,00	-3,70	SC	143,78
MG	-27,78	0,00	100,00	-21,05	PE	134,90
PE	28,57	150,00	---	66,67	RJ	608,70
PR	20,00	50,00	---	25,00	BA	111,11
BA	100,00	0,00	---	85,71	MG	50,68
RJ	-25,00	-100,00	---	-20,00	PB	184,85
PB	0,00	-100,00	---	0,00	PR	40,91
RO	300,00	0,00	---	300,00	PA	8700,00
GO	---	-100,00	---	100,00	RN	5300,00
AL	0,00	-100,00	---	-50,00	MT	1000,00
AM	100,00	---	---	100,00	GO	-74,36
ES	0,00	---	---	0,00	RO	600,00
MT	100,00	---	---	100,00	AM	400,00
PA	---	100,00	---	100,00	ES	100,00
RN	---	100,00	---	100,00	CE	-100,00
CE	-100,00	---	---	-100,00	AL	-100,00
SE	-100,00	---	---	-100,00	SE	-100,00
TOTAL	20,08	29,73	10,00	21,33	TOTAL	20,21

Elab. Roger Vitor Chiapetta a partir de dados da RAIS.

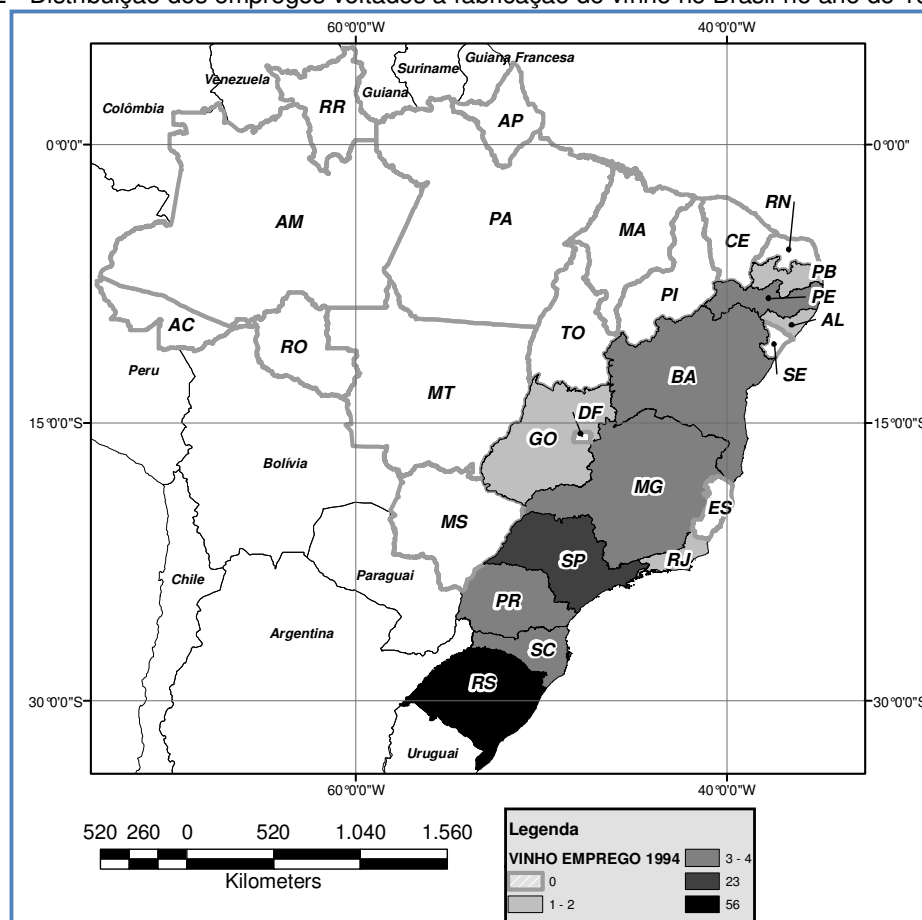
⁴⁰ Lembrando que os estados sublinhados (AM, RO, MT, PA e RN) iniciaram suas atividades depois do ano de 1994.

O Rio Grande do Sul que é o maior empregador teve queda de 13,44%, desse modo, observa-se um esvaziamento nesse estado. O estado de São Paulo teve o menor aumento dentre os estados, 2,39%. Deve-se destacar o estado do Rio de Janeiro que teve um aumento expressivo de 608,7%. Outros estados que mostraram aumentos nos empregos foram Santa Catarina, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Pará, Rio Grande do Norte, Mato Grosso, Rondônia e Amazonas. A coerência histórica dos dados mostra o deslocamento da atividade, do Rio Grande do Sul, para outros estados.

Com relação à distribuição espacial dos empregos em 1994 (mapa 12), observa-se a semelhança com o seu respectivo para estabelecimentos. O Rio Grande do Sul concentra mais da metade da mão-de-obra do país (56%). E o estado de São Paulo apresenta 23% dos empregos do país.

Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Paraná e Santa Catarina concentram até 3% dos empregos. Os estados do Rio de Janeiro, Goiás, Alagoas e Paraíba até 2%.

Mapa 12 - Distribuição dos empregos voltados à fabricação de vinho no Brasil no ano de 1994 (em%)

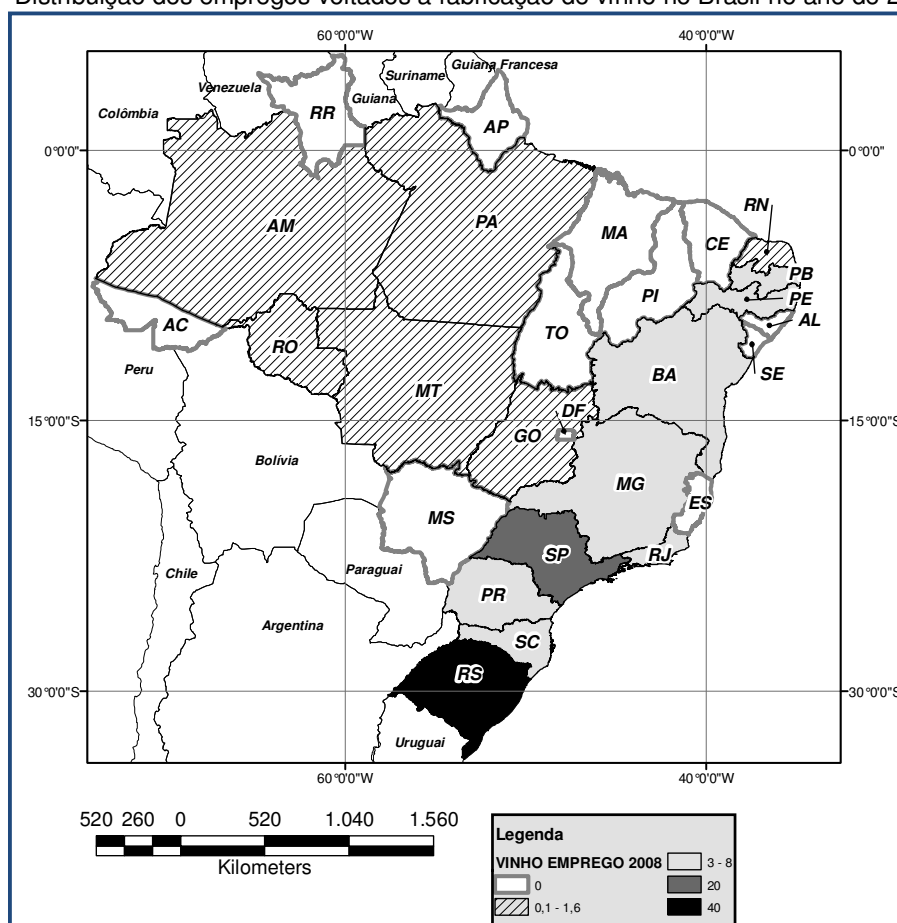


Elab. Roger Vitor Chiapetta a partir de dados da RAIS.

O mapa 13 aponta novos estados com alguma indicação de aumento dos empregos no ano de 2008, bem como, Amazonas, Pará, Rondônia, Mato Grosso, Goiás e Rio Grande do Norte com indicadores pouco expressivos entre 0,1 até 1,6%. Acima de 3% e até 8% estão os estados da Paraíba, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná e Santa Catarina.

A maior concentração de empregos mantém-se no Rio Grande do Sul em São Paulo, nos quais se identificam cerca de 60% da mão-de-obra da indústria vinícola do Brasil.

Mapa 13 - Distribuição dos empregos voltados à fabricação de vinho no Brasil no ano de 2008 (em%)

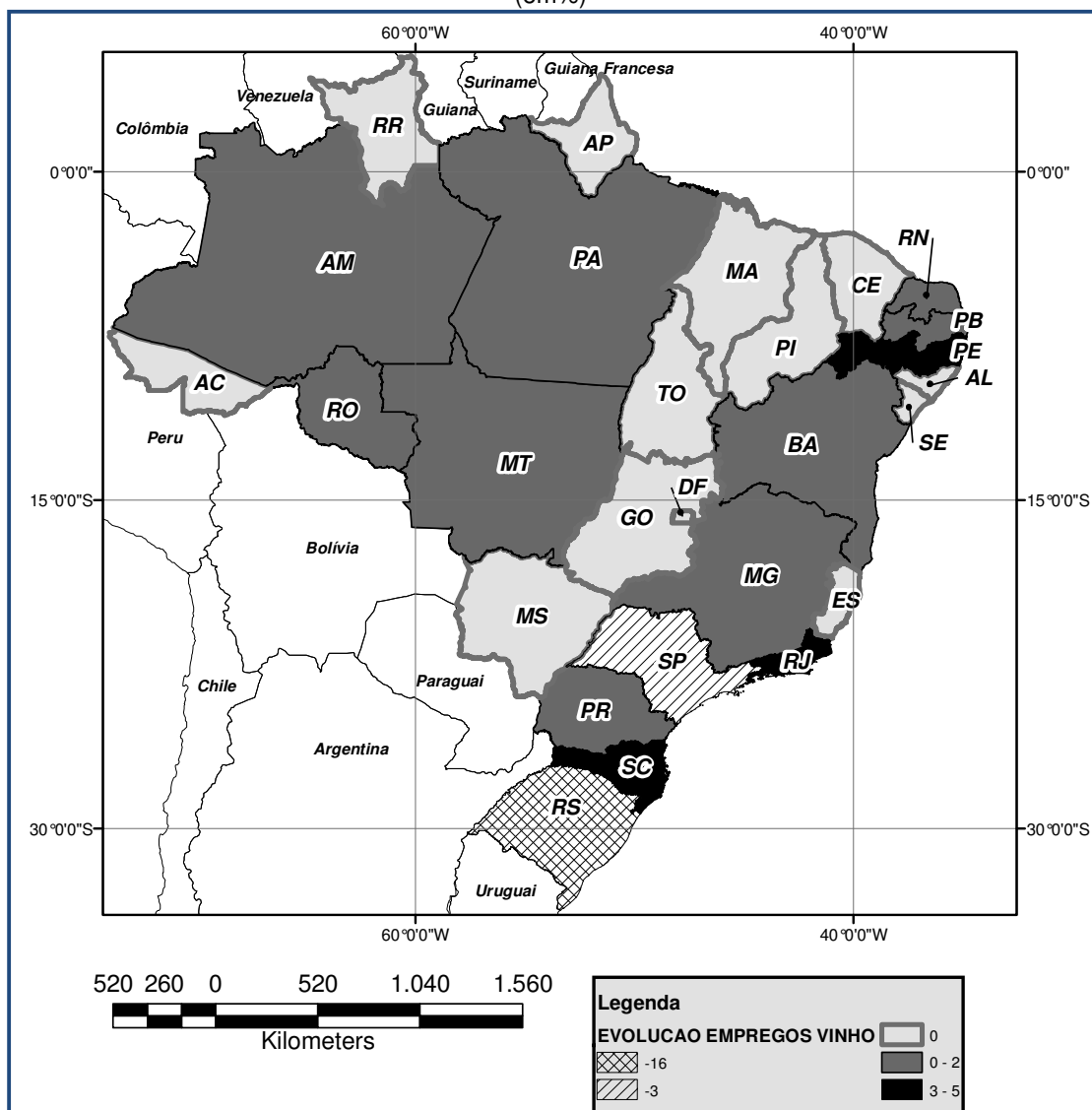


Elab. Roger Vitor Chiapetta a partir de dados da RAIS.

O mapa 14 mostra que a maior queda no emprego foi de 16%, para o setor e ocorreu no estado do Rio Grande do Sul. Em São Paulo houve uma queda de 3%. Em diversos estados houve aumento da concentração dos empregos na classe de 0 a 2%, Amazonas, Rondônia, Mato Grosso, Rio Grande do Norte, Minas Gerais, Paraná, Paraíba, Bahia e Pará. Esses três últimos com 2%.

Acima de 3% de aumento da concentração dos empregos estão Pernambuco, Rio de Janeiro e Santa Catarina.

Mapa 14 - Evolução dos empregos voltados à fabricação de vinho no Brasil no período 1994-2008 (em%)



Elab. Roger Vitor Chiapetta a partir de dados da RAIS.

Os dados referentes aos atributos pessoais dos trabalhadores esclarecem que o aumento do emprego já identificado de 20,21% na média nacional na sua maioria, são empregos de baixa remuneração (até 3 SM) e na faixa seguinte entre 3 e 7SM.

Tabela 7 – Evolução estadual da remuneração 1994-2008 (%)

Evolução da remuneração (em salários mínimos) do emprego formal para a atividade de fabricação de vinho no Brasil, por Unidade da Federação no período 1994-2008 (%)					
UF	Até 3,00	De 3,01 a 7,00	De 7,01 a 15,00	Mais de 15,01	Total
RS	26,57	-39,06	-65,67	-80,00	-13,44
SP	89,94	-45,15	-43,14	19,23	2,39
SC	132,76	233,33	600,00	200,00	143,78
PE	112,84	800,00	100,00	100,00	134,90
RJ	485,71	1390,00	75,00	200,00	608,70
BA	342,55	-40,43	-71,43	0,00	111,11
MG	18,25	433,33	250,00	500,00	50,68
PB	175,76	300,00	100,00	-	184,85
PR	33,67	18,18	1000,00	300,00	40,91
PA	8100,00	600,00	---	---	8700,00
RN	5200,00	100,00	---	---	5300,00
GO	-64,29	---	---	-100,00	-74,36
MT	900,00	100,00	---	---	1000,00
RO	500,00	---	---	---	600,00
AM	400,00	---	---	---	400,00
ES	0,00	---	---	---	100,00
AL	-100,00	-100,00	---	---	-100,00
CE	-100,00	---	---	---	-100,00
SE	-100,00	---	---	---	-100,00
TOTAL	69,43	-23,30	-51,86	-41,86	20,21

Elab. Roger Vitor Chiapetta a partir de dados da RAIS.

A faixa mais baixa de remuneração concentra mais de 70% dos trabalhadores da indústria do vinho (2008). A faixa seguinte (de 3 a 7 salários) concentra mais de 20% da mão-de-obra do setor. O maior empregador somente apresentou aumento na primeira faixa salarial, nesta, o estado de São Paulo apresentou um aumento superior (89,94%), além de um aumento pequeno na maior taxa de remuneração.

A tabela 8 refere-se a instrução desses trabalhadores, a maior queda na média nacional é referente ao analfabetismo 74,64% e o aumento mais expressivo se deu no ensino médio completo (266,26%). No ano de 2008 o predomínio é de trabalhadores com ensino fundamental incompleto, (28,32%) seguido de ensino médio completo (28%).

Tabela 8 – Evolução estadual da escolaridade dos empregos formais 1994-2008 (%)

Evolução da instrução do emprego formal para a atividade de fabricação de vinho do Brasil, por Unidade da Federação no período 1994-2008 (%)								
UF	Analfabeto	Ensino Fundamental incompleto	Ensino Fundamental completo	Ensino Médio incompleto	Ensino Médio completo	Ensino Superior incompleto	Ensino Superior completo	Total
RS	-82,50	-49,46	-25,97	20,53	89,78	110,68	57,89	-13,44
SP	-86,21	-69,96	150,00	22,73	433,87	170,37	300,00	2,39
								143,78
SC	100,00	-3,64	222,45	544,44	811,11	400,00	733,33	
PE	-70,00	194,92	25,00	-62,07	1566,67	300,00	666,67	134,90
RJ	100,00	211,76	5800,00	50,00	769,23	---	240,00	608,70
BA	-25,00	44,44	616,67	316,67	154,55	150,00	120,00	111,11
MG	-80,00	-23,08	-44,23	600,00	1350,00	---	266,67	50,68
PB	-75,00	100,00	520,00	1300,00	1600,00	---	---	184,85
PR	0,00	-48,35	76,47	325,00	364,29	300,00	1200,00	40,91
PA	---	1200,00	1800,00	700,00	4100,00	0,00	300,00	8700,00
RN	---	0,00	---	---	5100,00	---	---	5300,00
MT	---	100,00	100,00	400,00	0,00	---	---	-74,36
GO	-100,00	-94,74	---	---	---	---	---	1000,00
RO	---	200,00	0,00	---	100,00	---	---	600,00
AM	---	---	0,00	200,00	---	---	---	400,00
ES	---	-100,00	---	---	---	---	---	100,00
CE	---	---	-100,00	---	---	---	---	-100,00
AL	-100,00	-100,00	-100,00	---	-100,00	-100,00	-100,00	-100,00
SE	---	-100,00	---	---	---	---	---	-100,00
TOTAL	-74,64	-41,07	43,99	55,21	266,26	153,52	154,97	20,21

Elab. Roger Vitor Chiapetta a partir de dados da RAIS.

De um modo geral as quedas estão concentradas nas três primeiras colunas, que expressam os níveis mais baixos de escolaridade. Após o ensino fundamental pode se observar que os aumentos são expressivos em praticamente todos os estados. De acordo com os dados de 2008 mais da metade dos trabalhadores da indústria do vinho, na média nacional estão nas duas faixas seguintes 30 a 39 anos (31%) e na de 40 a 49 anos (20,20%). A tabela 9 traz a evolução das faixas etárias, mostrando que os maiores aumentos na média nacional correspondem a essas duas.

Tabela 9 – Evolução da faixa etária dos empregos formais 1994-2008 (%)

Evolução das faixas etárias do emprego formal para a atividade de fabricação de vinho do Brasil, por Unidade da Federação no período 1994-2008 (%)								
UF	ATE 17	18 A 24	25 A 29	30 A 39	40 A 49	50 A 64	65 OU MAIS	Total
RS	-79,86	-15,27	3,00	-18,84	-10,10	4,55	6,90	-13,44
SP	-76,92	-46,94	9,79	35,96	31,29	14,89	42,86	2,39
SC	12,50	214,29	125,00	84,31	209,09	146,67	---	143,78
PE	-100,00	-26,19	164,29	226,19	188,46	200,00	---	134,90
RJ	---	380,00	800,00	1290,91	712,50	61,54	-100,00	608,70
BA	---	307,14	122,73	81,08	32,26	181,82	-100,00	111,11
MG	-100,00	-30,95	20,59	155,56	173,33	171,43	---	50,68
PB	---	100,00	114,29	155,56	310,00	333,33	---	184,85
PR	-85,71	-53,70	38,10	179,31	142,86	128,57	---	40,91
PA	---	<u>1300,00</u>	<u>1200,00</u>	<u>3600,00</u>	<u>2100,00</u>	<u>500,00</u>	---	<u>8700,00</u>
RN	---	<u>1300,00</u>	<u>1600,00</u>	---	<u>800,00</u>	<u>200,00</u>	---	<u>5300,00</u>
MT	---	<u>200,00</u>	<u>100,00</u>	<u>300,00</u>	<u>300,00</u>	<u>100,00</u>	---	<u>-74,36</u>
GO	-100,00	-71,43	-57,14	-100,00	-80,00	0,00	---	<u>1000,00</u>
RO	<u>100,00</u>	<u>200,00</u>	---	<u>200,00</u>	---	---	---	<u>600,00</u>
AM	---	---	---	<u>100,00</u>	<u>200,00</u>	<u>100,00</u>	---	<u>400,00</u>
ES	---	-100,00	---	---	---	---	---	100,00
CE	---	---	---	-100,00	---	---	---	-100,00
AL	---	-100,00	-100,00	-100,00	-100,00	-100,00	---	-100,00
SE	---	---	-100,00	-100,00	---	---	---	-100,00
TOTAL	-71,71	-9,16	32,02	38,33	36,31	31,09	22,50	20,21

Elab. Roger Vitor Chiapetta a partir de dados da RAIS.

A partir dos mapas e tabelas anteriores, é possível observar a posição ocupada pelo estado de São Paulo no que diz respeito à concentração de estabelecimentos e empregos para o setor vitivinícola no cenário nacional. É a maior concentração de estabelecimentos para o cultivo de uva no período mapeado. Entretanto, para a fabricação de vinho, São Paulo ocupa um lugar inferior (dada a concentração significativa na região sul) com um decréscimo no ano de 2008, onde apresenta apenas 7% dos estabelecimentos formais do país.

Contudo, a especificidade de São Paulo decorre da história de fixação do imigrante italiano, onde foram estabelecidas as primeiras videiras do país e a tipicidade do vinho de mesa ou comum que será apresentada no tópico seguinte. A historiadora Flávia A. M. de Oliveira (2006), ao analisar o impacto da chegada em

massa dos imigrantes para o estado de São Paulo e sob seus padrões alimentares enaltece a característica identitária que o vinho possui,

[...] no âmbito dos costumes alimentares dos italianos, um deles enunciava de forma muito positiva sua identidade: o vinho. Seu consumo pela sociedade peninsular vinha de um tempo muito distante, com uma história que se perdia no tempo e se embrenhava no mito. Ele era associado pela sociedade mediterrânea, desde tempos imemoráveis, a uma propriedade nutritiva importante. Embora para o camponês italiano o vinho ocupasse um papel fundamental como componente alimentar no período da grande emigração desencadeada a partir de meados da década de 1880 — em razão da pobreza que assolava as regiões agrícolas do interior da Itália —, seu consumo passou a ser um privilégio das classes mais abastadas. Sereni, historiador italiano que estuda esse período, faz referência a camponeses reclamando do estado de miséria em que viviam. Embora cultivassem a videira, não bebiam o vinho. No Brasil, os imigrantes italianos procuravam fazer do vinho um ponto de referência de suas identidades, mesmo sendo essa bebida uma regalia de poucos. Era com muito orgulho que eles propagavam o hábito de ingerir a bebida, e com muita vaidade explicitavam a qualidade do vinho procedente da mãe-pátria. [...] Na realidade, essa idéia permanecia mais como parte do imaginário da grande maioria desses imigrantes do que propriamente como representação de uma prática de consumo, uma vez que poucos dispunham de condições para adquirir essa bebida, especialmente aqueles que viviam como colonos nas fazendas. (OLIVEIRA, F. A. M. de 2006),

2.2. Breve histórico da vitivinicultura em São Paulo

O estado de São Paulo é considerado como “pólo irradiador” da viticultura brasileira. De acordo com Inglez de Souza, J., S. (1996) o primeiro surto viticultor do estado foi iniciado na então capitania de São Vicente. Devido principalmente a questões climáticas a atividade dirigiu-se para as adjacências do município de São Paulo. Está vinculada ao desenvolvimento da agricultura paulista, em período anterior ao ciclo da mineração.

Esse mesmo autor aponta que a sucessão e o predomínio da lavoura canavieira, do algodão e do café enquanto principais culturas da população bandeirante fizeram a viticultura praticamente desaparecer nesse período (século XVIII e parte do século XIX) ⁴¹. Segundo dados do Instituto brasileiro do vinho, a cultura da uva provavelmente teve um caráter doméstico até o final do século XIX,

⁴¹ Outro fator apontado nesse período foi o decreto protecionista promulgado por Portugal em 1789, que proibiu o plantio de uvas, inibindo completamente a produção e comercialização de vinho no Brasil. (Fonte: <http://www.ibravin.org.br/brasilvitivinicola.php>).

tornando-se uma atividade comercial a partir do início do século XX, por meio da iniciativa dos imigrantes italianos estabelecidos no sul do país a partir do ano de 1875.

O ressurgimento da Viticultura está ligado dois fatores principais, a decadência do cultivo de café na região de São Paulo e a difusão de uma variedade de uva americana (Isabel) em meados do século XIX. Para esse autor, a viticultura em São Paulo só adquire relevância econômica pela concomitância de dois elementos foram fundamentais para a formação do *“binômio homem-planta favorável: imigrante italiano e uva do tipo Isabel”*⁴².

O clima sempre quente e úmido da faixa litorânea era evidentemente impróprio à sobrevivência de uma viticultura baseada em castas da Europa [...] e foi ao redor da atual capital bandeirante que a viticultura logrou notável desenvolvimento, registrando a História o testemunho pessoal de muitos cronistas, como, em 1549, os padres Nóbrega e Simão de Vasconcelos e, em 1553-1576, Anchieta, que atestam o muito vinho que as vinhas da vila de São Paulo produziam [...] Em Jundiaí, povoado humilde aberto nas clareiras do Mato Grosso de então, já se vendia vinho de uva da terra no final de 1669 [...] O renascimento da agricultura paulista só sobrevém com a decadência irremediável das minas, que sucede no final do século XVIII [...] O café monopolizaria braços e cabedais, forças físicas e financeiras, para instalação da mais importante atividade econômica brasileira [...] desse modo, duzentos anos de economia paulista nos quais a viticultura se tornou de evidente subalternidade. (INGLEZ DE SOUZA J. S., 1996 p. 26, 27 e 28).

A autora Romero, L. (2004) divide a vitivinicultura paulista em dois períodos, um de 1880 a 1930, e a outro que compreende os anos de 1930 a 1950, o seu trabalho, que constitui uma referência importante para a caracterização da vitivinicultura paulista. No primeiro período, os vinhedos eram plantados de maneira incorreta e também em lugares que não favoreciam seu crescimento.

As videiras eram amarradas com fios de ferro galvanizados, ligados a estacas, ou também dispostas em “latadas”, que consistiam em grades de varas, de madeiras ou canas, que sustentavam as parreiras. Mas, ainda em algumas chácaras era usado o sistema de balseira, no qual as vinhas eram seguradas por outras árvores, de frutos ou não, que serviam de apoio às parreiras. Geralmente, as videiras assim sustentadas produziam uvas de baixa qualidade. (ROMERO, 2004 p.90)

⁴² (INGLEZ DE SOUZA, J. S. 1996 p. 29)

A autora destaca algumas experiências particulares que transformaram técnicas rotineiras de cultivo de uva no período e a importância do papel do governo central e estadual para o desenvolvimento da vitivinicultura, com a criação da Imperial Escola Agrônômica de Campinas que deu origem ao Instituto Agrônômico de Campinas (IAC). Identificou os principais problemas para a fabricação do vinho que de maneira geral iam desde a escolha das variedades das uvas até o engarrafamento do mesmo.

[...] os vinhos paulistas, nesta primeira etapa de 1880 a 1930, eram considerados, com algumas exceções, como vinhos de qualidade inferior devido a vários fatores: utilização de variedades de videiras inadequadas, desconhecimento das técnicas modernas de fabricação de vinhos, falta de implementos e higiene no mobiliário e máquinas, falsificação e adulteração dos produtos finais para tentar melhorar a qualidade e aumentar a produção. (ROMERO, 2004 p. 114)

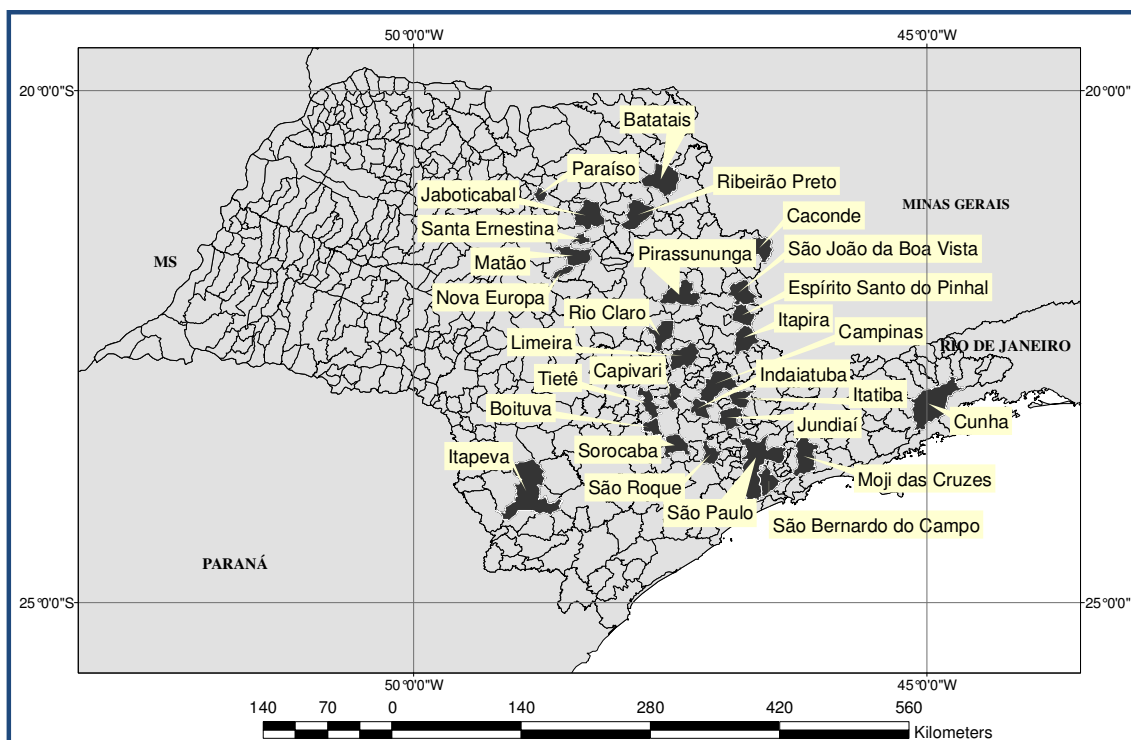
De acordo com o levantamento feito por Graciela de Souza Oliver, o aumento das localidades vitivinícolas nesse período, está vinculado a marcha de expansão do café, a construção das ferrovias e a imigração subsidiada.

Em meados do século XIX produziram-se uvas e possivelmente vinhos nas cidades a partir das quais teve início a ocupação do solo paulista, trata-se das cercanias de São Paulo (Itu, Mogi das Cruzes, Sorocaba) e das cidades fronteiriças ao estado de Minas Gerais, ou próximas às cidades de Pouso Alegre e Andradas. Nesses três principais pontos, a fabricação foi estritamente artesanal e de propriedade de grandes fazendeiros que consumiam o vinho particularmente e em ocasiões especiais. Isso é o que podemos observar na leitura de viajantes como Max Leclerc (1864-1932), Augusto Emílio Zaluar (1826-1882) e Jean Baptiste Debret (1768-1848). (OLIVER, G. S. 2007 p. 242-243)

No período 1880/1900 a autora identificou a produção de vinho em diversos municípios paulistas que foram destacados no mapa 15, alertando para o fato de que esse aumento tem um caráter mais quantitativo do que qualitativo⁴³.

⁴³ A viticultura inicialmente apresenta-se dispersa no estado de São Paulo como pode ser observado no mapa 14. Com o abandono da atividade em localidades que haviam logrado sucesso no século XIX (como Sorocaba e Cunha) observa-se uma tendência para a concentração da atividade na região de São Roque e Jundiá. (MATTOS, L. D. apud ROMERO, L. 2004).

Mapa 15 – Distribuição dos municípios vitícolas no período 1880-1900



Elab. Roger Vitor Chiapetta, a partir de informações de (OLIVER, G. S. 2007)

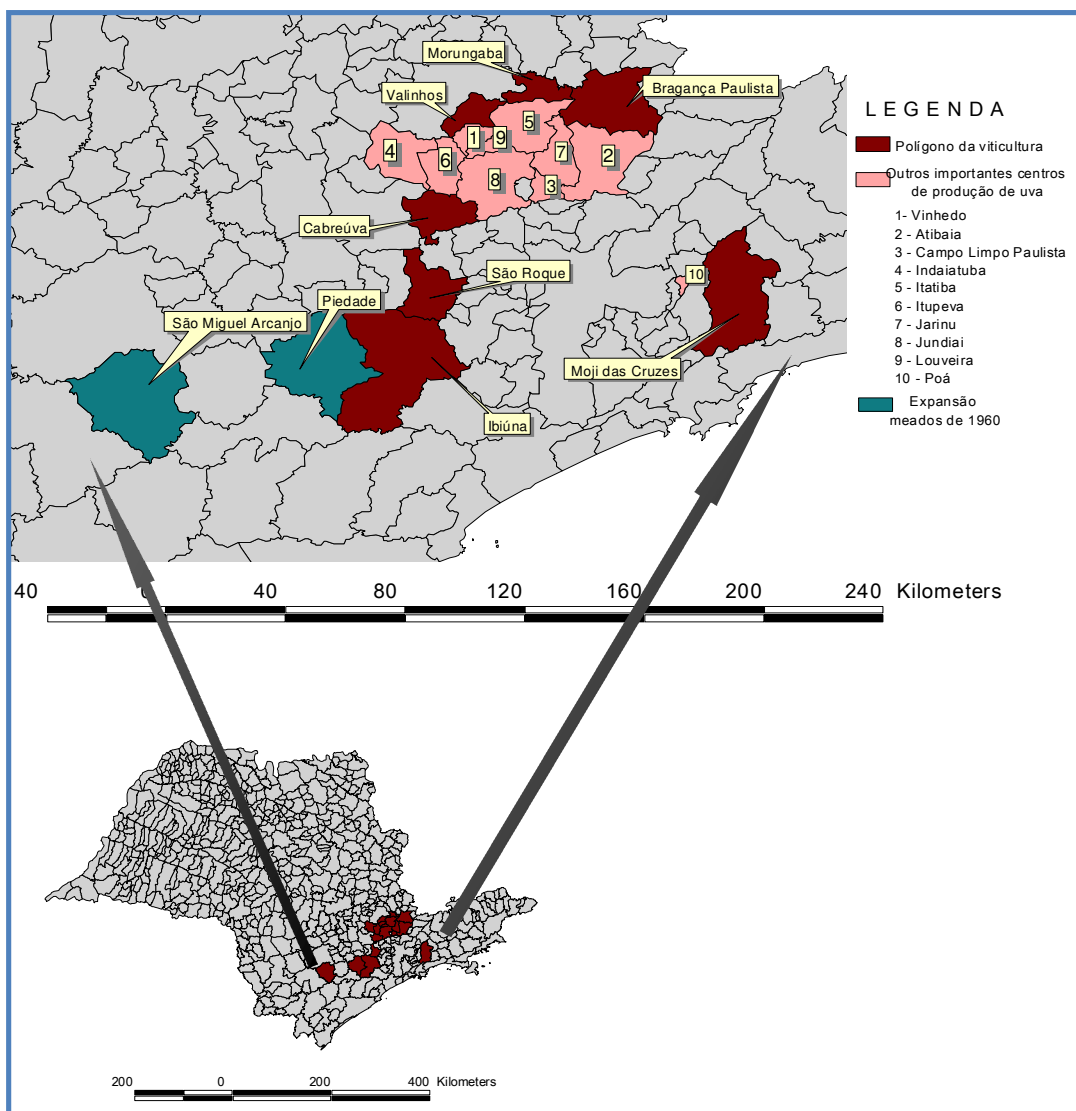
A autora aponta o fato de que esses municípios não constituíram um agrupamento único, mas podem ser distinguidos pelos seguintes elementos: acompanham o traçado de três principais rodovias (Mogiana, Paulista e Sorocabana), são cidades cafeicultoras relevantes ou próximas a essas e algumas são fronteiriças ao estado de Minas Gerais.

Em meio a todas as dificuldades mencionadas anteriormente, o desaparecimento da vitivinicultura foi evitado, nas primeiras décadas do século XX quando ocorreu a reversão de grande parte dos problemas produtivos⁴⁴.

De acordo com Inglez de Souza J. S. (1996), nas adjacências da capital paulista, (Mogi das Cruzes, São Roque e Jundiaí, principalmente), o colono italiano passou da condição de cafeicultor para a de viticultor, fundando a viticultura moderna do estado de São Paulo.

⁴⁴ Romero, L.(2004 p.117), sendo esse o segundo período delimitado pela autora, de 1930 a 1950. Nesse sentido, a autora discorda de Inglez de Souza, J. S. (1996) que considera o surgimento da vitivinicultura moderna do estado de São Paulo devido a dois elementos: a introdução de videiras americanas e a presença do imigrante italiano. Para a autora apenas esses fatores não esclarecem, é necessário considerar também o papel das técnicas e do Estado nesse processo.

Figura 5 - Distribuição dos municípios tradicionais na produção de uva no estado de São Paulo



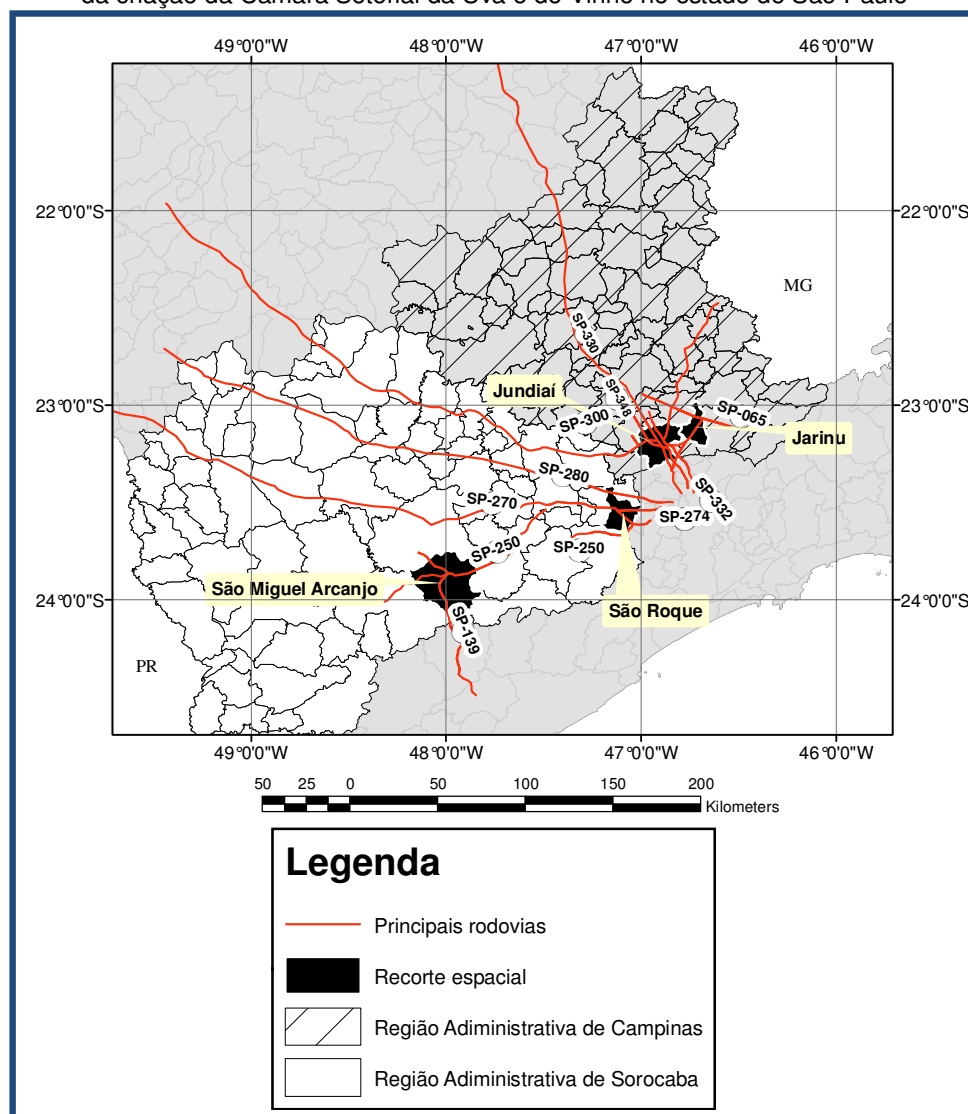
Elab. Roger Vitor Chiapetta, baseado em Inglez de Souza J. S (1996)

Na visão desse autor praticamente toda a grande viticultura paulista, até a década de 1960, estava contida em um polígono que tinha seus vértices marcados pelas cidades de *Mogi das Cruzes*, *Ibiúna*, *São Roque*, *Cabreúva*, *Valinhos*, *Morungaba*, *Bragança Paulista*, fechando novamente em *Mogi das Cruzes*. Inserido neste polígono, destacavam-se os municípios de: *Jundiaí*, *Louveira*, *Vinhedo*, *Itatiba*, *Jarinu*, *Atibaia*, *Itupeva*, *Campo Limpo Paulista*, *Indaiatuba*, *Itaquera* e *Poá* como importantes centros produtores de uva. A figura 4 corresponde à configuração espacial do chamado tradicional polígono da viticultura até a década de 1960 e as novas fronteiras produtoras na direção do município de São Miguel Arcanjo.

2.3. Contexto espacial de estudo⁴⁵ e dinâmica do setor vitivinícola

O recorte espacial da presente pesquisa corresponde aos seguintes municípios: Jarinu, Jundiá, São Miguel Arcanjo e São Roque. A escolha destes decorre, conforme já visto, do histórico vitivinícola que possuem, e em segundo lugar, pela participação destes na recém criada Câmara Setorial Especial da Uva e Vinho do estado de São Paulo. Desde a criação dessa Câmara Setorial, os quatro municípios foram apresentados como componentes fundamentais.

Mapa 16 – Localização dos municípios que compõe o recorte espacial do trabalho e que participaram da criação da Câmara Setorial da Uva e do Vinho no estado de São Paulo



Elab. Roger Vitor Chiapetta.

⁴⁵ Esse tópico utilizou informações de estudos da Fundação SEADE, e dados desagregados por município, além de dados da RAIS.

Conforme o mapa observa-se que os municípios de Jarinu e Jundiaí fazem parte da Região Administrativa de Campinas. Essa é composta por 90 municípios e ocupa uma área de 27.079 km², que representam 10,9% do total do território do estado de São Paulo. A estrutura de transportes é formada por importante malha rodoviária e ferroviária:

- As Rodovias Anhangüera (**SP-330**) e Bandeirantes (**SP-348**), fazem a ligação com a cidade de São Paulo e o interior do Estado até o limite com Minas Gerais;
- Rodovia Dom Pedro I (**SP- 065**), liga Campinas à Dutra e Fernão Dias;
- Adhemar Pereira de Barros (**SP- 342**), liga a região ao sul de Minas Gerais;
- Santos Dumont (**SP- 075**), permite acesso à Castello Branco e à região de Sorocaba;
- Ferrovia operada pela FERROBAN (Ferrovia Bandeirantes S.A), que faz a ligação Mato Grosso do Sul-Porto de Santos;
- Estrada de ferro operada pela Companhia Paulista de Trens Metropolitanos e;
- Antiga Estrada de Ferro Santos-Jundiaí.

A Região Administrativa de Campinas possui ainda o segundo maior aeroporto do Brasil, o Aeroporto Internacional de Viracopos, o Aeroporto Campo dos Amarais e o Aeroporto de Bragança Paulista, além da Hidrovia Tietê-Paraná, que tem sua entrada no município de Piracicaba. As principais Bacias Hidrográficas da região são a dos Rios Piracicaba/Capivari/Jundiaí, a do Rio Mogi Guaçu e a do Rio Pardo.

A estrutura produtiva regional é bastante complexa. Caracteriza-se pela convivência de uma agricultura moderna e diversificada, com o mais expressivo parque industrial do interior do estado de São Paulo e por um setor de serviços, sofisticado e de alta tecnologia [...] Na agricultura, a cana-de-açúcar predomina [...] A citricultura tem grande participação na agricultura regional [...] **a RA é importante produtora de frutas. Indaiatuba, Itatiba, Itupeva, Jarinu, Jundiaí, Louveira, Valinhos e Vinhedo, formam o Pólo Turístico do Circuito das Frutas, cujos principais produtos são uva, figo, goiaba, caqui, pêssego e morango** [...] A indústria responde por 38,1% do VA regional e por 18,2% do VA industrial paulista, o que faz de Campinas a segunda região do estado de São Paulo em valor de produção industrial [...] (SEADE, 2009, p. 55 e 56 grifo nosso) ⁴⁶.

De acordo com a classificação no âmbito do IPRS (Índice Paulista de Responsabilidade Social), estudo feito pela fundação SEADE que tem o objetivo de

⁴⁶ SEADE (2009). **O estado dos municípios 2004-2006**. Índice Paulista de Responsabilidade Social. Síntese das regiões administrativas.

sintetizar informações referentes três dimensões principais, riqueza, escolaridade e longevidade, incluindo também dados sobre o meio ambiente. A partir disso agrupam os municípios paulistas num único índice que é dividido em 5 classes de acordo com o desempenho nos indicadores. Dentre os 90 municípios da RA de Campinas, 21 deles classificam-se no grupo 1, que reúne bons indicadores nas três dimensões; 20 municípios classificam-se no grupo 2, que congrega bons indicadores de riqueza, mas aspectos socioeconômicos insatisfatórios. O grupo 3, corresponde a municípios que, mesmo não apresentando indicador de riqueza elevado, exibem indicadores sociais satisfatórios, encontram-se 6 municípios. Por fim, nos grupos 4 e 5 foram classificados 23 e 20 municípios, respectivamente. Os dois últimos grupos agregam piores situações de riqueza, longevidade e escolaridade, sendo que os municípios classificados no grupo 4 encontram-se em situação ligeiramente melhor, pois, apresentam resultado satisfatório em uma das dimensões sociais.

A partir dessa caracterização geral, é possível observar a importância econômica de Jarinu e Jundiaí, dentro da Região Administrativa de Campinas, com a atividade citrícola que tem grande participação na agricultura regional. Com destaque para o Circuito das Frutas que, como a Câmara Setorial, corresponde a uma instituição territorial trans-municipal e importante estratégia de turismo rural na região, destacando as raízes históricas e culturais dos municípios.

O cultivo de frutas em diversos municípios do estado de São Paulo configurou, muitas vezes, a base da economia agropecuária dos mesmos. Mais especificamente nos municípios de Atibaia, Indaiatuba, Itatiba, Itupeva, Jarinú, Jundiaí, Louveira, Morungaba, Valinhos e Vinhedo [...] Alguns dos empreendimentos do Circuito das Frutas paulista utilizam a questão **da territorialidade e do conceito de lugar juntamente com o sentimento de pertencimento para alavancar desenvolvimento econômico em seus negócios [...]** Desta maneira, é nítida a tentativa dos agentes públicos envolvidos com o Circuito das Frutas da inclusão da questão da territorialidade e do conceito de lugar, de identidade e tradição nas discussões do mesmo. O Circuito compreende um espaço físico repleto de relações humanas, relações de poder entre os diversos agentes atuantes (sejam eles os moradores, os turistas, os produtores e sócios, os representantes públicos ou os representantes privados), constituindo, portanto, um território. (ANDREAZA, B. 2009, p.106, 116, 114, 115 grifo nosso)

A seguir será feita uma caracterização geográfica com indicadores básicos para os dois municípios que fazem parte dessa Região Administrativa, Jarinu e Jundiaí.

2.3.1. Jundiaí e Jarinu – Caracterização Geográfica

Figura 6 – Município de Jarinu

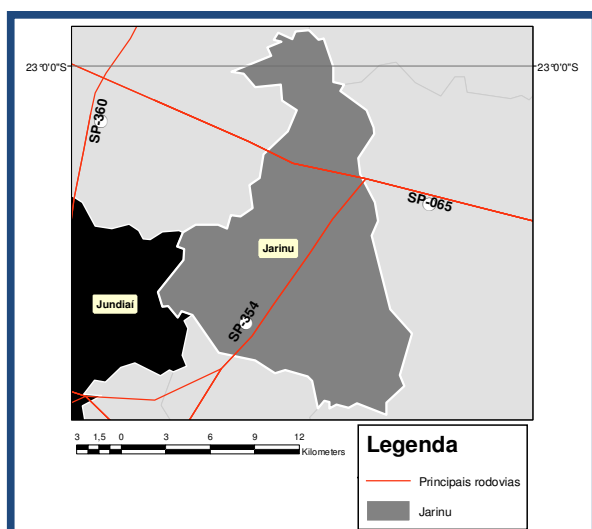
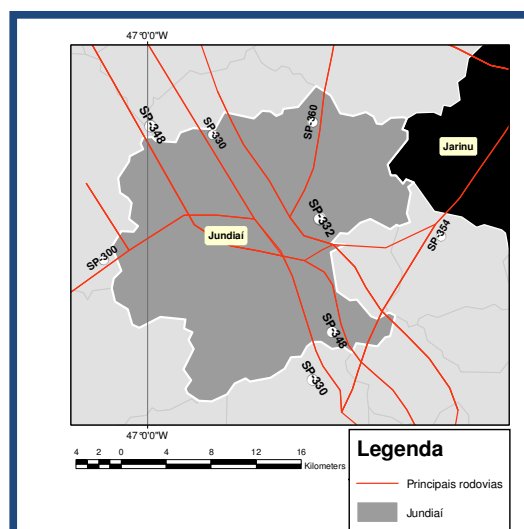


Figura 7 – Município de Jundiaí



Elab. Roger Vitor Chiapetta.

O município de Jarinu possui uma área de 207,67 Km². O município de Jundiaí apresenta uma área maior, de 431,97 Km² e conforme já destacado os dois fazem parte da Região Administrativa de Campinas. Cerca de 17% da população do primeiro constituem população rural, e 83% urbana. A densidade demográfica de Jarinu é de 108,3 habitantes por Km². Referente a população de Jundiaí, apenas 5% é rural, e 95% urbana. A densidade demográfica de Jundiaí é de 840,7 habitantes por Km². (SEADE, dados de 2010)

No período 1994-2010, a população de Jarinu teve uma taxa média de crescimento de 43,14%, passando de 12787 habitantes em 1994, para 22490 em 2010 e a taxa de urbanização teve uma elevação de 25,38%, (56,08% para 81,46%). No mesmo período, a população de Jundiaí teve uma taxa média de crescimento de 17,44%, que passou de 299817 habitantes em 1994, para 363156 em 2010, já a taxa de urbanização teve uma evolução muito pequena, de 2,49%, já que Jundiaí indicava uma taxa de urbanização de 92,26%.

De acordo com a classificação no âmbito do IPRS (2006), os dois municípios foram classificados no Grupo 1, que agrega os municípios com bons indicadores de riqueza, longevidade e escolaridade.

Os outros dois municípios que fazem parte do recorte espacial dessa pesquisa (São Miguel Arcanjo e São Roque) compõem a Região Administrativa de

Sorocaba, juntamente com 77 municípios, que ocupam 41.077 Km² ou 16,5% do território paulista. A malha rodoviária é composta por importantes rodovias:

- Castelo Branco (SP – 280) e Raposo Tavares (SP-270) que ligam a região com a capital e são rota de passagem para o oeste paulista;
- Santos Dumont (SP – 075) que liga Sorocaba a Campinas e;
- Marechal Rondon (SP – 300).

O Aeroporto Estadual de Sorocaba constitui importante pólo aeronáutico de manutenção de aviões, possuindo uma das maiores movimentações do estado.

A RA de Sorocaba, com uma economia diversificada, representa 4,9% do VA total do estado. A agropecuária, apesar de ser o setor menos importante na geração do VA da região, participa com 15,6% do VA setorial paulista. Na parte sudoeste, onde predomina a agricultura familiar, o cultivo de produtos básicos é tradicional e responsável pela geração de renda de parcela significativa da população. A produção de frutas tem se expandido [...] A fruticultura apresenta vantagens como possibilidade de produção em pequenas áreas, utilização de mão-de-obra ao longo de todo o ano e, portanto, geração de renda por um período prolongado [...] A indústria e os serviços regionais têm pequena participação no VA estadual, mas possuem grande participação na geração do VA regional. Ao contrario da agropecuária, que se encontra desconcentrada geograficamente, a indústria e os serviços estão bastante aglutinados no município-sede e nos municípios vizinhos. (SEADE, 2009 p. 50)

De acordo com a classificação no âmbito do IPRS, dentre os 79 municípios da RA de Sorocaba, apenas 4 foram classificados no grupo 1, oito no grupo 2, 10 municípios no grupo 3. E a grande maioria estão nos grupos 4 e 5, sendo 26 e 30 municípios, respectivamente, ou seja, cerca de 70% dos municípios da região apresentam situações desfavoráveis nos quesitos de riqueza, longevidade e escolaridade.

2.3.2 São Miguel Arcanjo e São Roque – Caracterização Geográfica

Figura 8 – Município de São Miguel Arcanjo

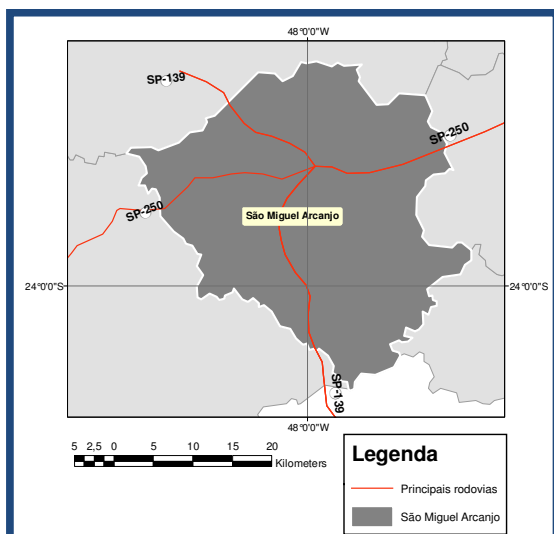
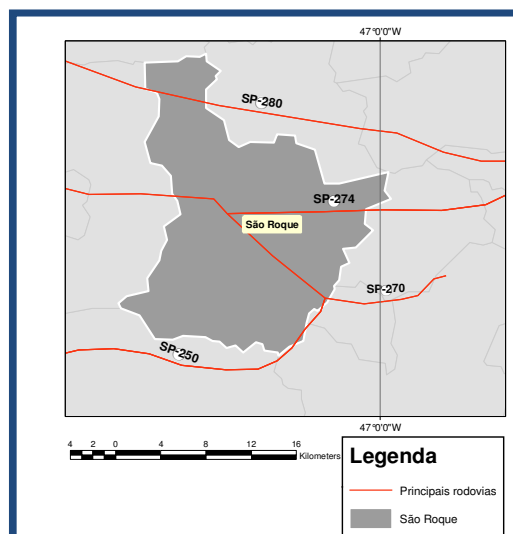


Figura 9 – Município de São Roque



Elab. Roger Vitor Chiapetta.

O município de São Miguel Arcanjo possui uma área de 930 Km², da sua população cerca de 33% constituem população rural, e 67% urbana. Enquanto o município de São Roque possui uma área de 307,55 Km² e a sua população esta dividida em a 25% rural, e 75% urbana.

A densidade demográfica de São Miguel Arcanjo é de 33,9 habitantes por Km², já a de São Roque é bem superior, de 243,68 habitantes por Km². (SEADE, dados de 2010)

No período 1994-2010, a população de São Miguel Arcanjo teve uma taxa média de crescimento de 13,62%, passando de 27230 habitantes em 1994, para 31523 em 2010. A taxa de urbanização teve aumento de 10,5%, passando de 55,02% em 1994 para 65,52% em 2010.

No mesmo período, a população de São Roque teve uma taxa média de crescimento de 19,72%, passando de 59805 habitantes em 1994, para 74495 em 2010. Enquanto a sua taxa de urbanização teve diminuição de 3,54%, passando de 76,65% em 1994 para 73,11% em 2010.

De acordo com a classificação no âmbito do IPRS (2006) feito pela fundação SEADE, o município de São Miguel Arcanjo classifica-se no Grupo 5, apresentando o pior indicador dos quatro municípios, com baixos níveis de riqueza e indicadores de longevidade e escolaridade insatisfatórios. Já São Roque classifica-

se no Grupo 2, bem posicionado na dimensão riqueza, mas com deficiência em pelo menos um dos indicadores sociais.

Conforme pode ser observada na tabela abaixo o peso relativo dos estabelecimentos e dos empregos do cultivo de uva dentro da agricultura e da fabricação de vinho dentro da indústria de transformação, nos quatro municípios é pouco expressivo, não chega a 1%, sendo observado apenas na escala municipal.

Tabela 10 – Peso relativo das atividades em relação ao município, estado e país, dentro do conjunto da estrutura produtiva conforme a CNAE/95, nos anos de 1994 e 2008 (%)

Peso relativo das atividades de cultivo de uva dentro da estrutura produtiva da agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal; e da fabricação de vinho dentro indústria de transformação						
	Uva emprego 1994			Uva emprego 2008		
	País	Estado	Município	País	Estado	Município
JARINU	0,002	0,005	9,714	0,001	0,003	3,960
JUNDIAÍ	0,002	0,007	1,709	0,006	0,022	15,129
SÃO MIGUEL ARCANJO	0,002	0,006	2,747	0,023	0,088	18,436
SÃO ROQUE	0,000	0,000	0,000	0,001	0,002	1,135
	Uva estabelecimentos 1994			Uva estabelecimentos 2008		
	País	Estado	Município	País	Estado	Município
JARINU	0,001	0,005	4,762	0,002	0,011	10,294
JUNDIAÍ	0,008	0,030	10,169	0,013	0,065	23,164
SÃO MIGUEL ARCANJO	0,008	0,028	8,029	0,028	0,142	28,990
SÃO ROQUE	0,000	0,000	0,000	0,002	0,010	5,085
	Vinho emprego 1994			Vinho emprego 2008		
	País	Estado	Município	País	Estado	Município
JARINU	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
JUNDIAÍ	0,016	0,036	2,120	0,008	0,022	1,345
SÃO MIGUEL ARCANJO	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
SÃO ROQUE	0,004	0,009	2,742	0,002	0,005	3,224
	Vinho estabelecimentos 1994			Vinho estabelecimentos 2008		
	País	Estado	Município	País	Estado	Município
JARINU	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
JUNDIAÍ	0,003	0,007	0,812	0,002	0,006	0,619
SÃO MIGUEL ARCANJO	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
SÃO ROQUE	0,009	0,023	12,308	0,003	0,010	5,960

Elab. Roger Vitor Chiapetta a partir de dados da RAIS

Para o emprego no setor vitícola, na escala municipal, São Miguel Arcanjo, (município que apresenta maior participação dos empregos e estabelecimentos na agricultura) e Jundiaí apresentaram um aumento da participação no período de 571%, e 785,4%, respectivamente. São Roque apresenta aumento quando o peso

relativo do emprego da atividade em 2008 corresponde a pouco mais de 1% dentro da agricultura. Jarinu mostrou queda da participação de 59%.

Considerando o peso dos estabelecimentos da atividade vitícola dentro da agricultura nos municípios, no caso de São Miguel Arcanjo o aumento é de 261,1% no período. Jundiá e Jarinu apresentaram aumento da participação dos empregos, de 127,8% e 116,2% respectivamente. Em São Roque, o aumento é um pouco maior do que o observado nos empregos, apresentando 5% no total dos estabelecimentos da agricultura.

Referente aos empregos do setor vinícola, os indicadores são bem inferiores e nota-se a especialização em São Roque. Esse município no quesito peso do emprego na indústria de transformação teve um pequeno aumento de 17,6%, mantendo pouco mais de 3% em 2008. Na participação dos estabelecimentos apresentou queda de 51,6%.

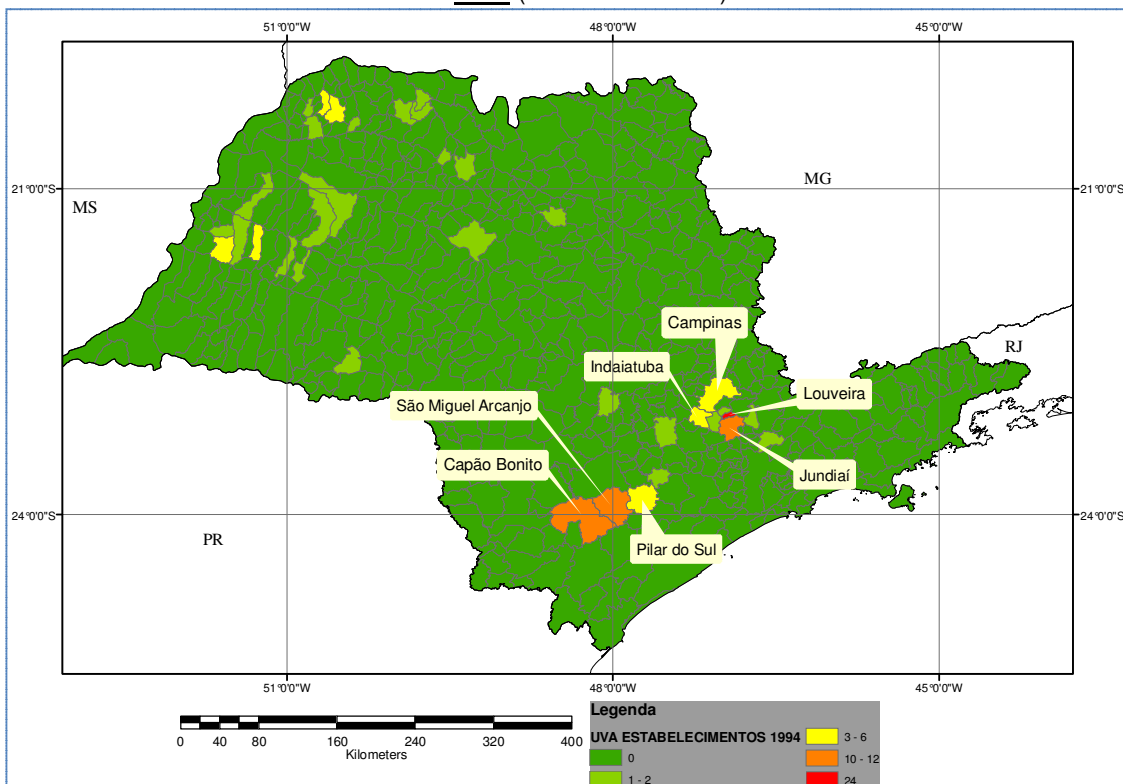
Como já feito para o Brasil, com o intuito de identificar a especialização produtiva do setor vitivinícola nestes municípios, abaixo seguem os mapas com a distribuição dos estabelecimentos e empregos (em valores absolutos) nos anos de 1994 e 2008, e um referente a evolução destes indicadores, além dos gráficos e das tabelas com indicadores da evolução dos atributos pessoais dos trabalhadores.

2.3.2.1 Cultivo de uva

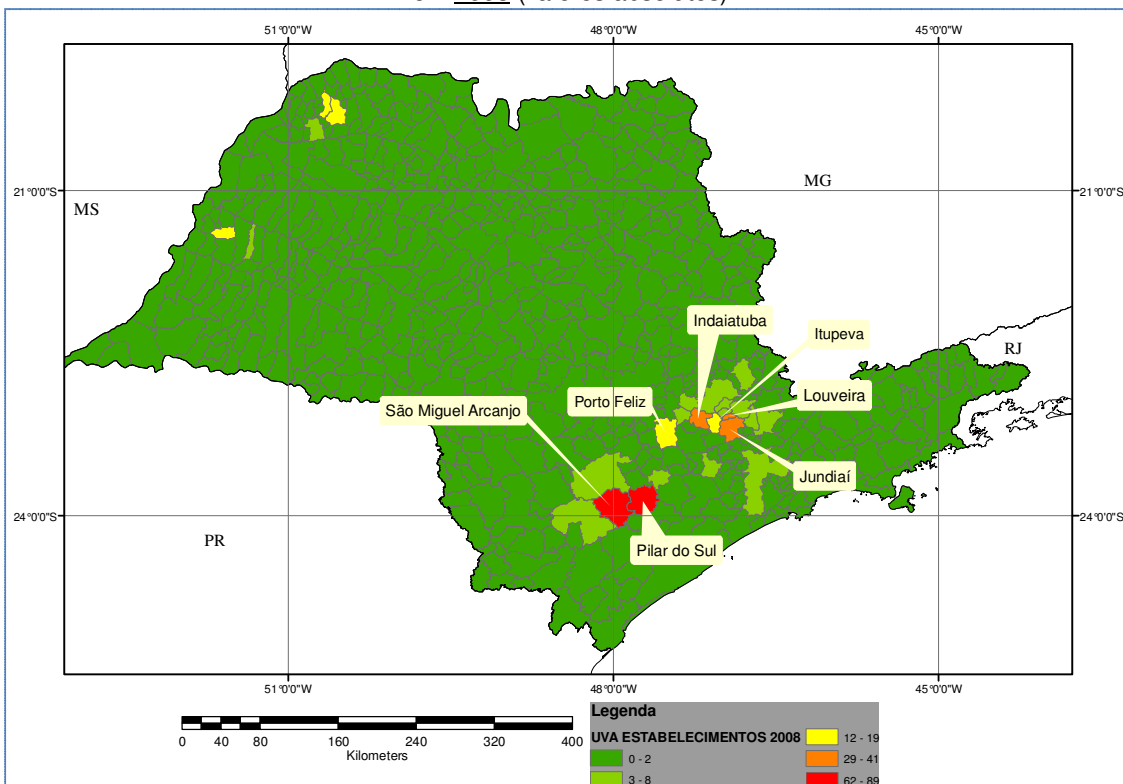
O mapa 17 corresponde a distribuição dos estabelecimentos agrícolas para cultivo de uva em 1994 e o mapa 18 a mesma distribuição para o ano de 2008. Primeiramente é possível observar o aumento dos estabelecimentos formais pela legenda, no ano de 1994 o município que apresentou maior concentração (Louveira) apresentou 24 estabelecimentos, passando para 89 (Pilar do Sul e São Miguel Arcanjo), no ano de 2008.

Além dos dois já mencionados, Indaiatuba, Jundiá e Louveira são os que apresentam a maior concentração de estabelecimentos no mapa 18 referente ao ano de 2008. Nesse nota-se também Porto Feliz e Itupeva, na classe de até 19 estabelecimentos. Se comparado ao tradicional polígono vitícola identificado na década de 1960, a diferença é mínima.

Mapa 17 - Distribuição dos **estabelecimentos** voltados ao **cultivo de uva** no estado de São Paulo em **1994** (valores absolutos)



Mapa 18 - Distribuição dos **estabelecimentos** voltados ao **cultivo de uva** no estado de São Paulo em **2008** (valores absolutos)



Elab. Roger Vitor Chiapetta a partir de dados da RAIS.

Dois aspectos devem ser levados em conta: a informalidade deste setor é expressiva, não sendo captada pela base de dados da RAIS, e a produção de uva no estado de São Paulo é feita por micro e pequenas unidades de produção, conforme a tabela 11. Baseado na classificação do SEBRAE observa-se na tabela a predominância de estabelecimentos no nível micro, com até 19 vínculos empregatícios.

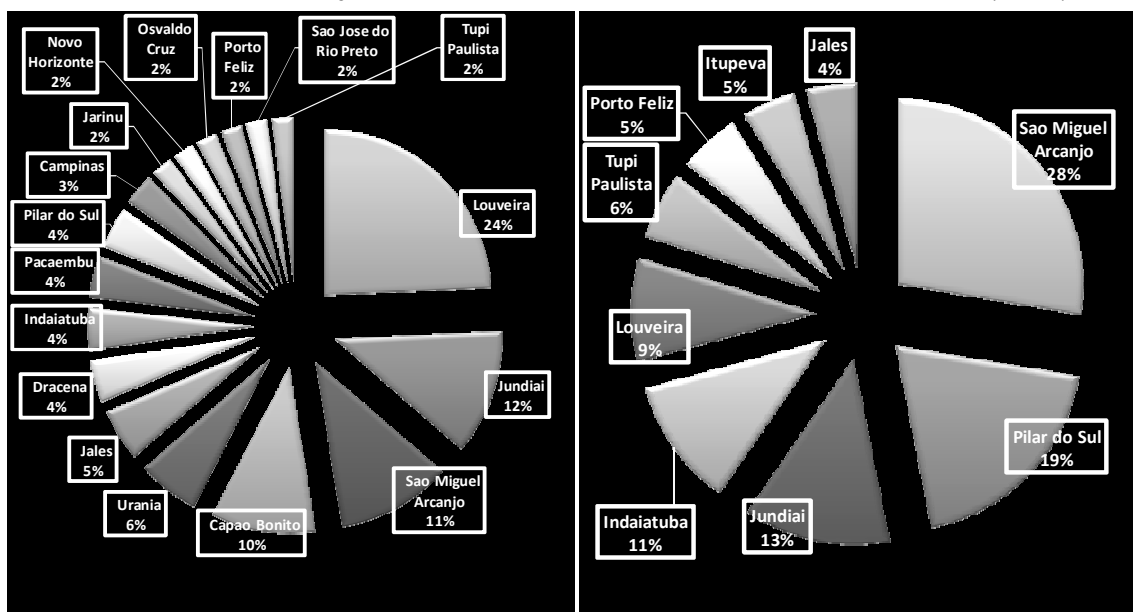
Tabela 11 – Distribuição dos municípios com maior concentração de estabelecimentos por tamanho e empregos rurais para cultivo de uva, no ano de 2008

ESTABELECIDAMENTOS AGRÍCOLAS POR TAMANHO (CULTIVO DE UVA-2008)			
Municípios de São Paulo	MICRO	PEQUENA	Total
São Miguel Arcanjo	88	1	89
Pilar do Sul	62	0	62
Jundiá	41	0	41
Indaiatuba	36	0	36
Louveira	29	0	29
Tupi Paulista	17	2	19
Porto Feliz	17	0	17
Itupeva	15	0	15
Jales	13	1	14
Urânia	12	0	12
Capao Bonito	7	1	8
Elias Fausto	8	0	8
Salto de Pirapora	8	0	8
Jarinu	7	0	7
São Roque	6	0	6
Atibaia	5	0	5
Campinas	5	0	5
Palmeira D' oeste	5	0	5
Itapetininga	4	0	4
São Paulo	3	1	4
Itapetininga	3	0	3
Itatiba	3	0	3
Monte Mor	3	0	3
Bebedouro	2	0	2
Botucatu	2	0	2
Gavião Peixoto	2	0	2
Total	403	6	409

Elab. Roger Vitor Chiapetta a partir de dados da RAIS

Em valores relativos (gráficos 1 e 2) os indicadores dos estabelecimentos para cultivo de uva no ano de 1994 e 2008 respectivamente, estão distribuídos nos gráficos abaixo. Em 1994, a concentração maior está no município de Louveira. Se somado a Jundiaí, São Miguel Arcanjo e Capão Bonito concentram mais da metade das unidades produtoras de uva do estado (57%). Já no ano de 2008, São Miguel Arcanjo, Pilar do Sul e Jundiaí concentram 60%, com destaque para São Miguel Arcanjo com 28%.

Gráfico 1 e 2 - Distribuição dos estabelecimentos de cultivo de uva - 1994 e 2008 (em %)

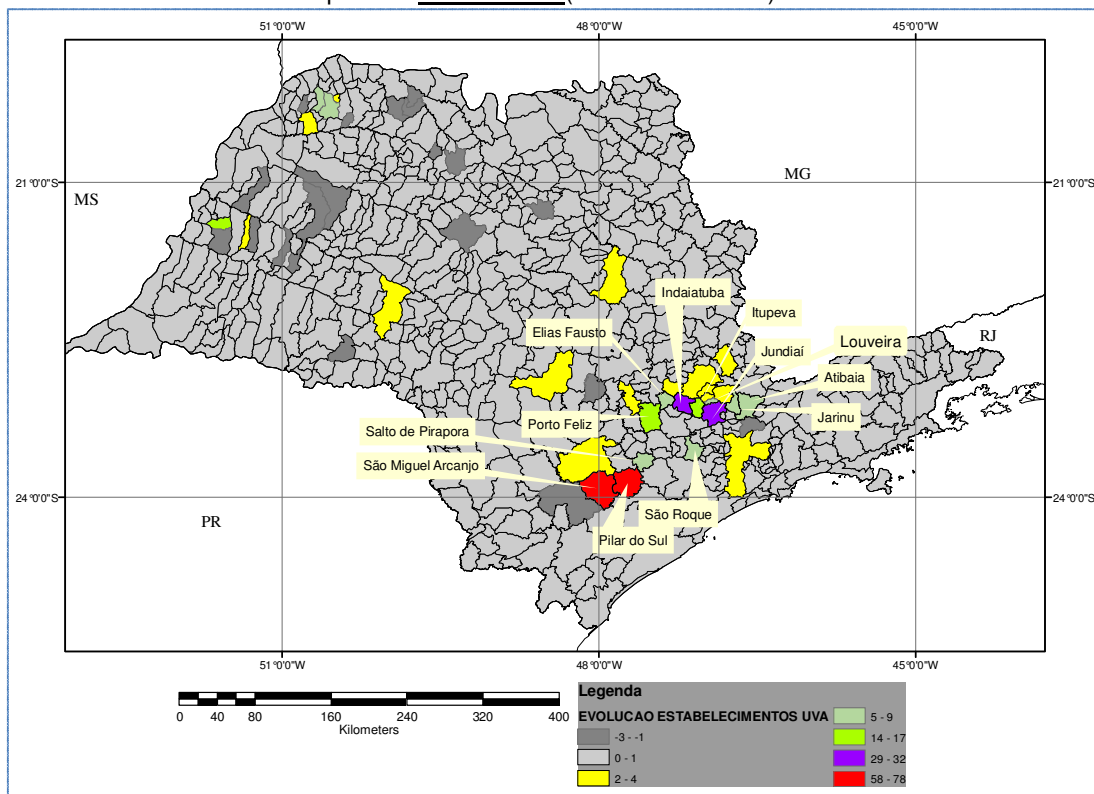


Elaboração: Roger Vitor Chiapetta a partir de dados da RAIS.

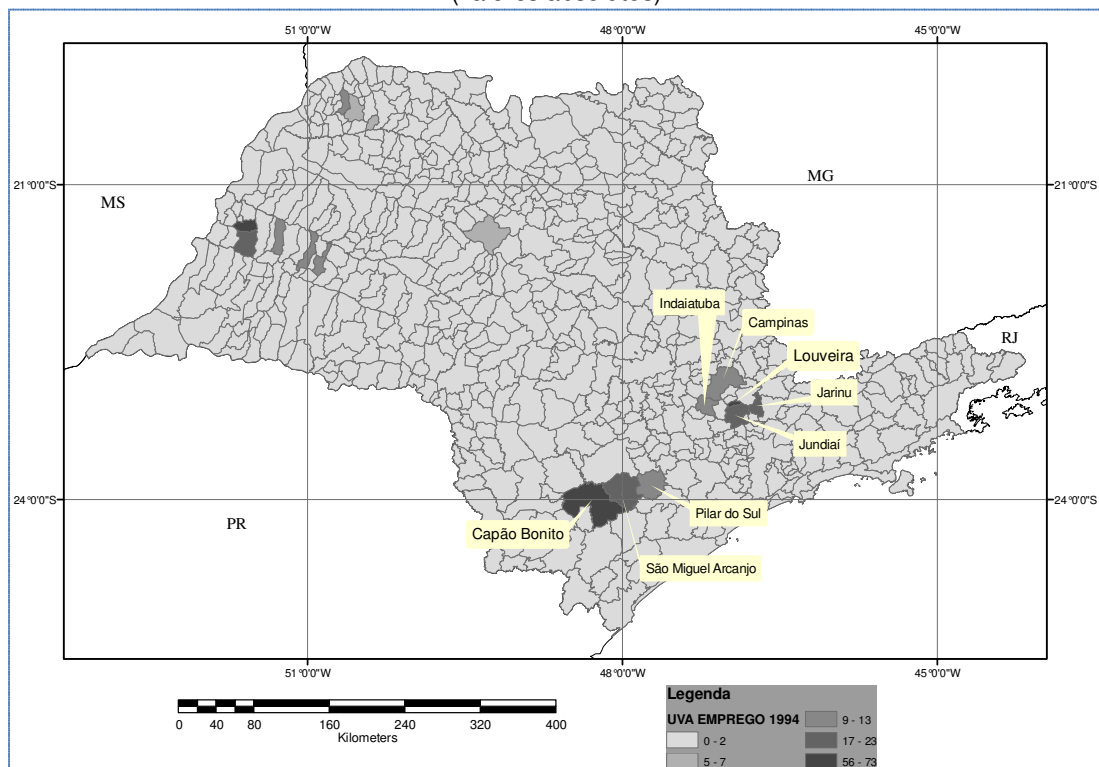
Por fim, apresenta-se o mapa de evolução dos estabelecimentos possibilitando a visão do período e em quais municípios houve aumento ou diminuição significativa de estabelecimentos. O mapa destaca os quatro municípios estudados. Os municípios que tiveram um crescimento mais acentuado correspondem a São Miguel Arcanjo e Pilar do Sul, enquanto São Roque, Jarinu e Jundiaí, tiveram um crescimento inferior. Fica claro a “mancha” e conseqüentemente, o aumento a aglomeração de estabelecimentos vitícolas na porção sudeste do estado de São Paulo, que ocorreu no período.

O mesmo mapeamento feito anteriormente foi feito para os empregos referentes a atividade de cultivo de uva no estado. O mapa 20 distribui os empregos agrícolas para o ano de 1994 sendo bem semelhante ao anterior, referente aos estabelecimentos.

Mapa 19 - ***Evolução dos estabelecimentos*** voltados ao ***cultivo de uva*** no estado de São Paulo no período ***1994 – 2008*** (valores absolutos)



Mapa 20 - Distribuição dos ***empregos*** voltados ao ***cultivo de uva*** no estado de São Paulo em ***1994*** (valores absolutos)

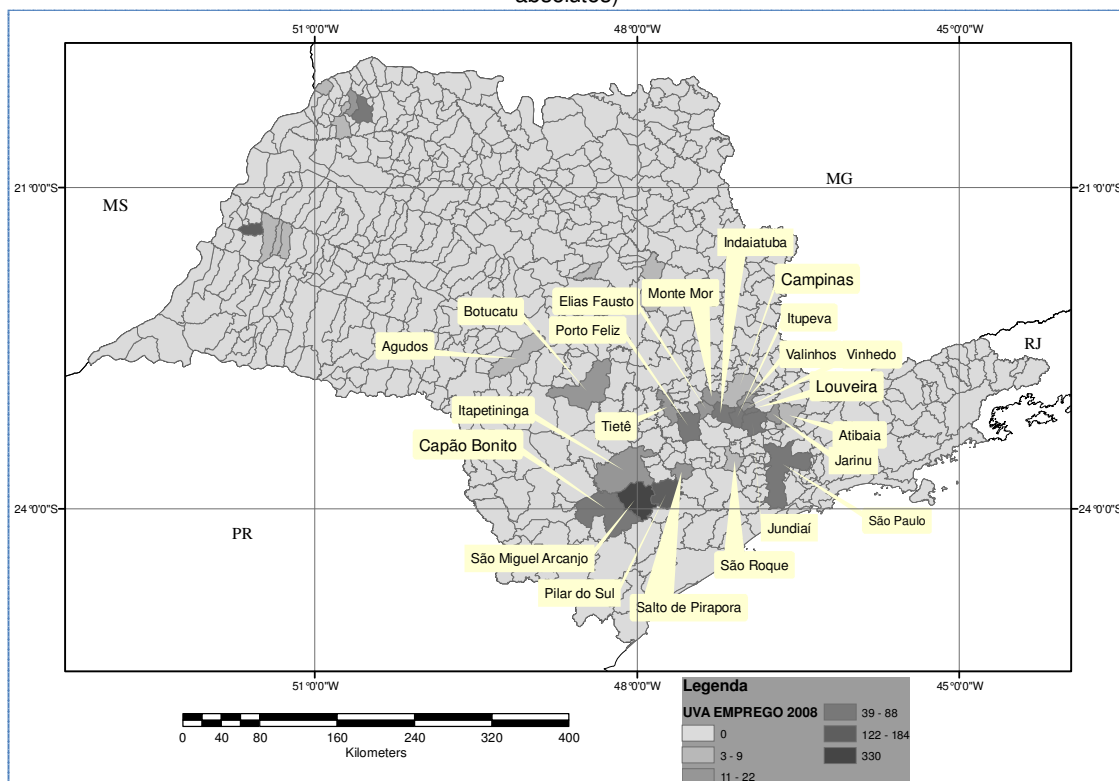


Elab. Roger Vitor Chiapetta a partir de dados da RAIS.

O mapa 20 aponta Louveira e Capão Bonito na classe com até 73 empregos, os mais expressivos. Naquele ano, São Miguel Arcanjo, Jundiaí e Jarinu estão distribuídos na classe de até 23 vínculos. Campinas, Indaiatuba e Pilar do sul ficam na classe de até 13 vínculos empregatícios.

Em 2008, observa-se pelo mapa 21, que a concentração se acentua. São Miguel Arcanjo, juntamente com Pilar do Sul e Tupi Paulista apresentam indicadores mais elevados, se destacando da grande maioria dos municípios.

Mapa 21 - Distribuição dos **empregos** voltados ao **cultivo de uva** no estado de São Paulo em **2008** (valores absolutos)



Elab. Roger Vitor Chiapetta a partir de dados da RAIS.

Neste mapa são destacados outros municípios, como São Paulo, Atibaia, Valinhos, Vinhedo, Itupeva, Tietê, Porto Feliz, Elias Fausto, Itapetininga e outros. Comparado ao mapeamento dos estabelecimentos a diferença é bem pequena nota-se um deslocamento dos empregos e dos estabelecimentos para o oeste. A partir da tabela 12 pode-se observar com mais clareza a concentração dos empregos nos três primeiros municípios, que somados concentram um grande número (632) dos trabalhadores da atividade.

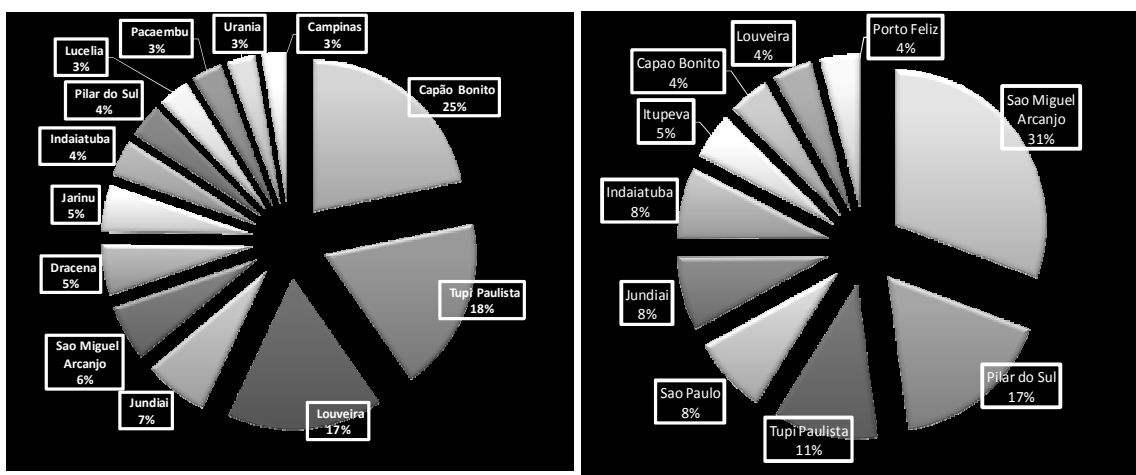
Tabela 12 – Distribuição dos municípios com maior concentração de empregos rurais para cultivo de uva, no ano de 2008

EMPREGOS FORMAIS (CULTIVO DE UVA-2008)	
Municípios de São Paulo	Total
São Miguel Arcanjo	330
Pilar do Sul	183
Tupi Paulista	119
São Paulo	86
Jundiaí	82
Indaiatuba	79
Itupeva	51
Capão Bonito	46
Louveira	45
Porto Feliz	45
Jales	39
Urânia	22
Monte Mor	20
Salto de Pirapora	16
Valinhos	16
Itapetininga	13
Botucatu	12
Elias Fausto	12
Jarinu	12
Vinhedo	12
Tiete	11
Agudos	9
Atibaia	9
Campinas	9
São Roque	9
Irapuru	8
Total	1295

Elab. Roger Vitor Chiapetta a partir de dados da RAIS.

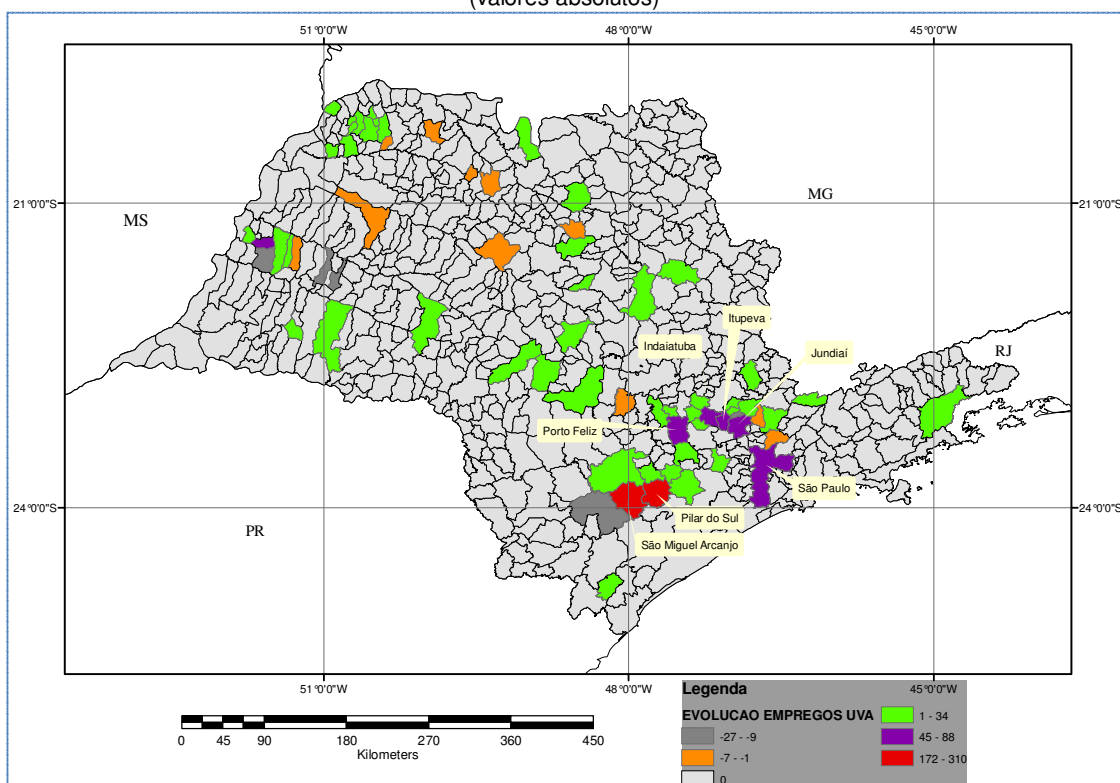
Em relação aos valores relativos apresentados nos gráficos abaixo, pode-se observar que em 1994 a maior parcela fica em Capão Bonito, que juntamente com Tupi Paulista e Louveira concentram mais da metade da mão-de-obra no ano, conforme o gráfico 3. Em 2008 São Miguel Arcanjo detém sozinho 34% da mão-de-obra, juntamente com Pilar do Sul e Tupi Paulista totalizam 59% da mão-de-obra total do estado. O mapa 22 apresenta a evolução do período.

Gráfico 3 e 4 - Distribuição dos empregos para cultivo de uva - 1994 e 2008 (em %)



Elaboração: Roger Vitor Chiapetta a partir de dados da RAIS.

Mapa 22 - Evolução dos empregos voltados ao cultivo de uva no estado de São Paulo no período 1994 – 2008 (valores absolutos)



Elab. Roger Vitor Chiapetta a partir de dados da RAIS.

No comportamento da aglomeração (que coincide com vários municípios do polígono vitícola), observa-se que a “mancha” identificada no mapa 21 compreende um número maior de municípios, se comparado com o mapa anterior (19) sobre a evolução dos estabelecimentos, contudo, repete o crescimento acentuado no

município de São Miguel Arcanjo, e Pilar do Sul. A maior queda observada é no município de Capão Bonito. Jundiaí, Itupeva, Porto Feliz e São Paulo são exemplos de municípios que tiveram um crescimento superior de até 88 empregos no período. São Roque teve um crescimento reduzido na atividade e o município de Jarinu apresentou uma leve queda.

A tabela 13 tem os indicadores referentes a evolução dos estabelecimentos vitícolas por tamanho, na média estadual foi de 188,44%. O aspecto mais evidente é que quase todos correspondem a micro estabelecimentos, que tiveram aumento de 192,81% na média nacional. Pela extensão dessa tabela pode-se ter uma idéia da aglomeração de municípios, e também dos que iniciaram a atividade no período. De maneira geral os quatro municípios estudados apresentaram aumento, sendo o menor de São Roque.

Tabela 13 – Evolução municipal dos estabelecimentos agrícolas na atividade de cultivo de uva por tamanho no estado de São Paulo no período 1994-2008 em (%)⁴⁷

Municípios de São Paulo	MICRO	PEQUENA	Total
São Miguel Arcanjo	8800,00	...	4400,00
Pilar do Sul	6200,00	...	6200,00
Jundiaí	4100,00	...	4100,00
Indaiatuba	3600,00	...	3600,00
Louveira	2900,00	...	2900,00
Tupi Paulista	1700,00	200,00	950,00
<u>Porto Feliz</u>	<u>1700,00</u>	<u>...</u>	<u>1700,00</u>
Itupeva	1500,00	...	1500,00
Jales	1300,00	100,00	700,00
Urânia	1200,00	...	1200,00
Capão Bonito	700,00	100,00	400,00
<u>Elias Fausto</u>	<u>800,00</u>	<u>...</u>	<u>800,00</u>
Salto de Pirapora	800,00	...	800,00
Jarinu	700,00	...	700,00
São Roque	500,00	...	500,00
Atibaia	600,00	...	600,00
Campinas	500,00	...	500,00
Palmeira Doeste	500,00	...	500,00
Itapetininga	400,00	...	400,00
<u>São Paulo</u>	<u>300,00</u>	<u>100,00</u>	<u>200,00</u>

⁴⁷ Os municípios sublinhados nessa e nas próximas quatro tabelas (Porto Feliz, Elias Fausto, São Paulo, Itatiba, Monte Mor, Bebedouro, Valinhos, Itapetininga, Botucatu, Tietê, Agudos, Atibaia, Irapuru, Santa Clara Dóeste, Santa Salete, Gavião Peixoto, São Carlos, Joanópolis, Lençóis Paulista, Vitória Brasil, Cajati, Cunha, Marília, Sana Mercedes, Sarapuí, Amparo, Aparecida D'oeste, Aspásia, Dolcinópolis, Guaraci, Jaú, Piedade, Rafard, Rancharia, Regente Feijó, Salto, Santa Rita do Passa Quatro, Sorocaba e Taquaritinga) iniciaram a atividade depois do ano de 1994.

Itapecerica da Serra	200,00	...	200,00
<u>Itatiba</u>	<u>300,00</u>	<u>...</u>	<u>300,00</u>
<u>Monte Mor</u>	<u>300,00</u>	<u>...</u>	<u>300,00</u>
<u>Bebedouro</u>	<u>200,00</u>	<u>...</u>	<u>200,00</u>
Botucatu	200,00	...	200,00
Gavião Peixoto	200,00	...	200,00
Piedade	200,00	...	200,00
Santa Salete	200,00	...	200,00
São Carlos	200,00	...	200,00
<u>Valinhos</u>	<u>200,00</u>	<u>...</u>	<u>200,00</u>
Vinhedo	200,00	...	200,00
Vitoria Brasil	100,00	...	100,00
Amparo	100,00	...	100,00
Aspásia	100,00	...	100,00
Bastos	100,00	...	100,00
Cajati	100,00	...	100,00
Cunha	100,00	...	100,00
Dolcinópolis	100,00	...	100,00
Dracena	100,00	...	100,00
Guaraci	100,00	...	100,00
Joanópolis	100,00	...	100,00
Junqueirópolis	100,00	...	100,00
Lençóis Paulista	100,00	...	100,00
Marília	100,00	...	100,00
Pacaembu	100,00	...	100,00
Pedreira	100,00	...	100,00
<u>Pracinha</u>	100,00	...	100,00
<u>Presidente Bernardes</u>	100,00	...	100,00
<u>Rafard</u>	100,00	...	100,00
<u>Salto</u>	100,00	...	100,00
<u>Santa Ernestina</u>	100,00	...	100,00
<u>Santa Mercedes</u>	100,00	...	100,00
<u>Santa Rita do Passa Quatro</u>	100,00	...	100,00
TOTAL	192,81	66,67	188,44

Elab. Roger Vitor Chiapetta a partir de dados da RAIS.

Os quatro primeiros apresentam os maiores aumentos, como foram identificados nos mapas, especialmente os dois primeiros. Os quatro municípios seguintes: São Paulo, Tupi Paulista, Jales e Capão Bonito apresentam aumento também no número de pequenas empresas, que teve aumento de 66,67% na média estadual. A tabela que segue traz a evolução dos empregos. O período apresenta um aumento de 238,9% na média estadual.

Tabela 14 – Evolução municipal dos empregos na atividade de cultivo de uva no estado de São Paulo no período 1994-2008 em (%)

Municípios de São Paulo	Evolução dos empregos (%)
São Miguel Arcanjo	1550,00
Pilar do Sul	1433,33
Tupi Paulista	96,77
São Paulo	8800,00
Jundiaí	256,52
Indaiatuba	507,69
Itupeva	2450,00
Capão Bonito	-36,99
Louveira	-19,64
Porto Feliz	4500,00
Jales	680,00
Urânia	120,00
Monte Mor	2000,00
Salto de Pirapora	700,00
Valinhos	1600,00
Itapetininga	1300,00
Vinhedo	1200,00
Botucatu	1200,00
Elias Fausto	1200,00
Jarinu	-29,41
Tiete	1100,00
Agudos	900,00
Atibaia	900,00
São Roque	900,00
Irapuru	800,00
Palmeira Doeste	300,00
Pacaembu	-45,45
Santa Clara Doeste	600,00
Santa Salete	500,00
Gavião Peixoto	400,00
Junqueirópolis	300,00
São Carlos	400,00
Itatiba	300,00
Joanópolis	300,00
Lençóis Paulista	300,00
Vitoria Brasil	300,00
Bebedouro	200,00
Cajati	200,00
Cunha	200,00
Marília	200,00
Santa Mercedes	200,00

Sarapui	200,00
Amparo	100,00
Aparecida Doeste	100,00
Aspásia	100,00
Dolcinópolis	100,00
Dracena	-94,44
Estrela Doeste	100,00
Guaraci	100,00
Jau	100,00
Piedade	100,00
Rafard	100,00
Rancharia	100,00
Regente Feijó	100,00
Salto	100,00
Santa Rita do Passa Quatro	100,00
Sorocaba	100,00
Taquaritinga	100,00
Total	238,90

Elab. Roger Vitor Chiapetta a partir de dados da RAIS.

O maior aumento do emprego observado no período corresponde a São Paulo, o quarto maior empregador. O terceiro que é Tupi Paulista apresenta o menor indicador positivo. Cinco municípios mostraram quedas no emprego, dentre eles, Jarinu. A tabela 15 é referente a evolução da remuneração dos empregos da atividade vitícola. O predomínio diz respeito a empregos de baixa remuneração, que na média estadual teve aumento de 261,92%.

Tabela 15 - Evolução da remuneração dos empregos formais da atividade de cultivo de uva no período 1994-2008 em (%)

Municípios de São Paulo	Até 3,00	De 3,01 a 7,00	De 7,01 a 15,00	Mais de 15,01	Total
São Miguel Arcanjo	1672,22	100,00	100,00	...	1550,00
Pilar do Sul	1383,33	500,00	1433,33
Tupi Paulista	91,94	96,77
São Paulo	5900,00	900,00	900,00	900,00	8800,00
Jundiaí	280,95	0,00	256,52
Indaiatuba	541,67	0,00	507,69
Itupeva	2400,00	100,00	2450,00
Capao Bonito	-36,99	-36,99
Louveira	-12,00	-83,33	-19,64
Porto Feliz	4500,00	4500,00
Jales	680,00	680,00
Urania	120,00	120,00
Monte Mor	2000,00	2000,00

Salto de Pirapora	650,00	100,00	700,00
Valinhos	1600,00	1600,00
Itapetininga	1300,00	1300,00
Botucatu	1200,00	1200,00
Elias Fausto	1200,00	1200,00
Jarinu	-29,41	1200,00
Vinhedo	1100,00	-29,41
Tiete	1100,00	1100,00
Agudos	900,00	900,00
Atibaia	900,00	900,00
Campinas	0,00	900,00
São Roque	900,00	800,00
Irapuru	800,00	300,00
Palmeira Doeste	300,00	-45,45
Pacaembu	-45,45	600,00
Santa Clara Doeste	600,00	500,00
Santa Salete	500,00	400,00
Gaviao Peixoto	400,00	300,00
Junqueiropolis	300,00	400,00
São Carlos	400,00	300,00
Itatiba	300,00	300,00
Joanopolis	300,00	300,00
Lencois Paulista	300,00	300,00
Vitoria Brasil	300,00	200,00
Bebedouro	200,00	200,00
Cajati	200,00	200,00
Cunha	200,00	200,00
Marilia	200,00	200,00
Santa Mercedes	200,00	200,00
Sarapui	200,00	100,00
Amparo	100,00	100,00
Aparecida Doeste	100,00	100,00
Aspasia	100,00	100,00
Dolcinopolis	100,00	-94,44
Dracena	-94,44	100,00
Guaraci	100,00	100,00
Jau	100,00	100,00
Piedade	100,00	100,00
Rafard	100,00	100,00
Rancharia	100,00	100,00
Regente Feijo	100,00	100,00
Salto	100,00	100,00
Santa Rita do Passa Quatro	100,00	100,00
Sorocaba	100,00	100,00
Taquaritinga	100,00	100,00
TOTAL	<u>261,92</u>	<u>84,62</u>	<u>1100,00</u>	<u>900,00</u>	238,90

Elab. Roger Vitor Chiapetta a partir de dados da RAIS.

São apenas em dois casos que a evolução da remuneração é superior a três salários mínimos. Em São Miguel Arcanjo, de 100% e em São Paulo a maior evolução na faixa de 5900%, com elevação dos empregos distribuídos em todas as

faixas. Em São Miguel Arcanjo está concentrado 24% dos trabalhadores do total da primeira faixa salarial, a grande maioria. O segundo maior empregador detém 13% dos empregos do total dessa faixa.

Os dados de 2008 mostram que mais de 65% dos trabalhadores estão distribuídos no estado na faixa etária entre 30 e 64 anos. De acordo com a tabela 16 mais especificamente que a faixa-etária que mais cresceu na média estadual foi a de 30 a 39 anos no período. A única queda na média estadual é a dos mais jovens.

Tabela 16 - Evolução da faixa etária (em anos) dos empregos formais da atividade de cultivo de uva no período 1994-2008 em (%)

Municípios de São Paulo	ATE 17	18 A 24	25 A 29	30 A 39	40 A 49	50 A 64	65 OU MAIS	Total
São Miguel Arcanjo	300,00	1533,33	1933,33	1357,14	2266,67	975,00	100,00	1550,00
Pilar do Sul	-33,33	3600,00	2800,00	1475,00	966,67	2000,00	100,00	1433,33
Tupi Paulista	-66,67	-16,67	450,00	126,67	100,00	257,14	...	96,77
São Paulo	900,00	2600,00	1600,00	2200,00	800,00	500,00	200,00	8800,00
Jundiaí	100,00	50,00	0,00	833,33	240,00	500,00	400,00	256,52
Indaiatuba	100,00	500,00	500,00	320,00	900,00	466,67	200,00	507,69
Itupeva	...	800,00	400,00	1300,00	1100,00	1000,00	300,00	2450,00
Capao Bonito	-87,50	-57,69	0,00	12,50	-14,29	50,00	...	-36,99
Louveira	-100,00	-50,00	20,00	-28,57	-6,67	28,57	-50,00	-19,64
Porto Feliz	...	700,00	800,00	1800,00	800,00	400,00	0,00	4500,00
Jales	100,00	800,00	200,00	1000,00	200,00	700,00	...	680,00
Urania	-100,00	100,00	-33,33	450,00	400,00	120,00
Monte Mor	300,00	600,00	300,00	300,00	500,00	2000,00
Salto de Pirapora	...	300,00	400,00	300,00	300,00	100,00	...	700,00
Valinhos	...	200,00	100,00	800,00	300,00	200,00	...	1600,00
Itapetininga	...	100,00	300,00	400,00	300,00	200,00	...	1300,00
Vinhedo	100,00	200,00	200,00	300,00	200,00	100,00	100,00	1200,00
Botucatu	...	100,00	...	500,00	300,00	300,00	...	1200,00
Elias Fausto	...	100,00	100,00	500,00	200,00	300,00	...	1200,00
Jarinu	...	-87,50	0,00	33,33	200,00	-100,00	0,00	-29,41
Tiete	...	400,00	300,00	200,00	200,00	1100,00
Agudos	...	100,00	...	300,00	300,00	100,00	100,00	900,00
Atibaia	400,00	500,00	900,00
Campinas	-100,00	-100,00	...	150,00	0,00	100,00	...	900,00
São Roque	...	300,00	...	300,00	300,00	800,00
Irapuru	...	100,00	100,00	200,00	200,00	200,00	...	300,00
Palmeira Doeste	...	100,00	0,00	200,00	300,00	-45,45
Pacaembu	0,00	-66,67	-100,00	0,00	0,00	-100,00	...	600,00
Santa Clara Doeste	100,00	300,00	200,00	500,00

Santa Salete	100,00	200,00	...	200,00	...	400,00
Gaviao Peixoto	100,00	200,00	100,00	...	300,00
Junqueiropolis	-100,00	...	-100,00	...	400,00
São Carlos	300,00	...	-50,00	...	300,00
Itatiba	...	100,00	...	100,00	...	100,00	...	300,00
Joanopolis	200,00	100,00	300,00
Lencois Paulista	200,00	100,00	300,00
Vitoria Brasil	100,00	100,00	100,00	...	200,00
Bebedouro	100,00	...	100,00	...	200,00
Cajati	100,00	100,00	200,00
Cunha	200,00	200,00
Marilia	...	100,00	100,00	200,00
Santa Mercedes	200,00	200,00
Sarapui	100,00	100,00	100,00
Amparo	100,00	100,00
Aparecida Doeste	100,00	...	100,00
Aspasia	100,00	100,00
Dolcinopolis	100,00	...	-94,44
Dracena	...	-100,00	-100,00	-100,00	-100,00	100,00	...	100,00
Estrela Doeste	100,00	...	100,00
Guaraci	...	100,00	100,00
Jau	100,00	...	100,00
Piedade	100,00	100,00
Rafard	...	100,00	100,00
Rancharia	100,00	100,00
Regente Feijó	100,00	...	100,00
Salto	...	100,00	100,00
Santa Rita do Passa Quatro	100,00	...	100,00
Sorocaba	100,00	100,00
Taquaritinga	100,00	...	238,90
Total	-23,26	118,02	262,30	267,20	231,18	243,75	100,00	195,88

Elab. Roger Vitor Chiapetta a partir de dados da RAIS.

O maior indicador do município de São Miguel Arcanjo é 2266,67% e corresponde à faixa de 40 a 49 anos. Em Jarinu é de 200,00% na mesma faixa. E Jundiaí é de 833,33% na faixa de 30 a 39 anos. Na tabela 17 é possível observar a dinâmica da instrução dos trabalhadores.

Bebedouro	...	100,00	100,00	200,00
Cajati	...	200,00	200,00
Cunha	...	200,00	200,00
Marília	200,00	200,00
Santa Mercedes	...	200,00	200,00
Sarapuí	...	200,00	100,00
Amparo	...	100,00	100,00
Aparecida Doeste	100,00
Aspasia	100,00
Dolcinópolis	100,00	-94,44
Dracena	-50,00	-90,00	-100,00	100,00
Estrela Doeste	...	100,00	100,00
Guaraci	100,00	100,00
Jau	...	100,00	100,00
Piedade	...	100,00	100,00
Rafard	...	100,00	100,00
Rancharia	...	100,00	100,00
Regente Feijo	...	100,00	100,00
Salto	...	100,00	100,00
Santa Rita do Passa Quatro	100,00	100,00
Sorocaba	...	100,00	100,00
Taquaritinga	100,00	238,90
Total	-16,67	142,62	497,56	595,24	562,50	100,00	466,67	209,83

Elab. Roger Vitor Chiapetta a partir de dados da RAIS.

Os dados de 2008 apontam que mais de 58,8% dos trabalhadores da atividade vitícola possuíam apenas o ensino fundamental incompleto. Os três maiores aumentos identificados na média nacional no período são nas faixas de escolaridade de ensino médio incompleto (595,24%), ensino médio completo (562,5%) e ensino fundamental completo, com um aumento de 497,56%. Os quatro municípios estudados tiveram seus maiores indicadores na classe de trabalhadores com apenas o ensino fundamental completo.

Enfim, de maneira geral a dinâmica dos estabelecimentos no estado apresentou um aumento da concentração e da especialização, bem como pôde ser observado no emprego. Nos dois aspectos, os municípios que mais se destacam são Pilar do Sul e São Miguel Arcanjo. Jundiaí, Itupeva, Indaiatuba e Porto Feliz tiveram crescimento nas duas dimensões, só que de maneira menos expressiva. Os indicadores referentes aos empregos demonstram que a atividade vitícola emprega pouca gente, sendo aproximadamente apenas 2% dos empregos da agricultura. Os

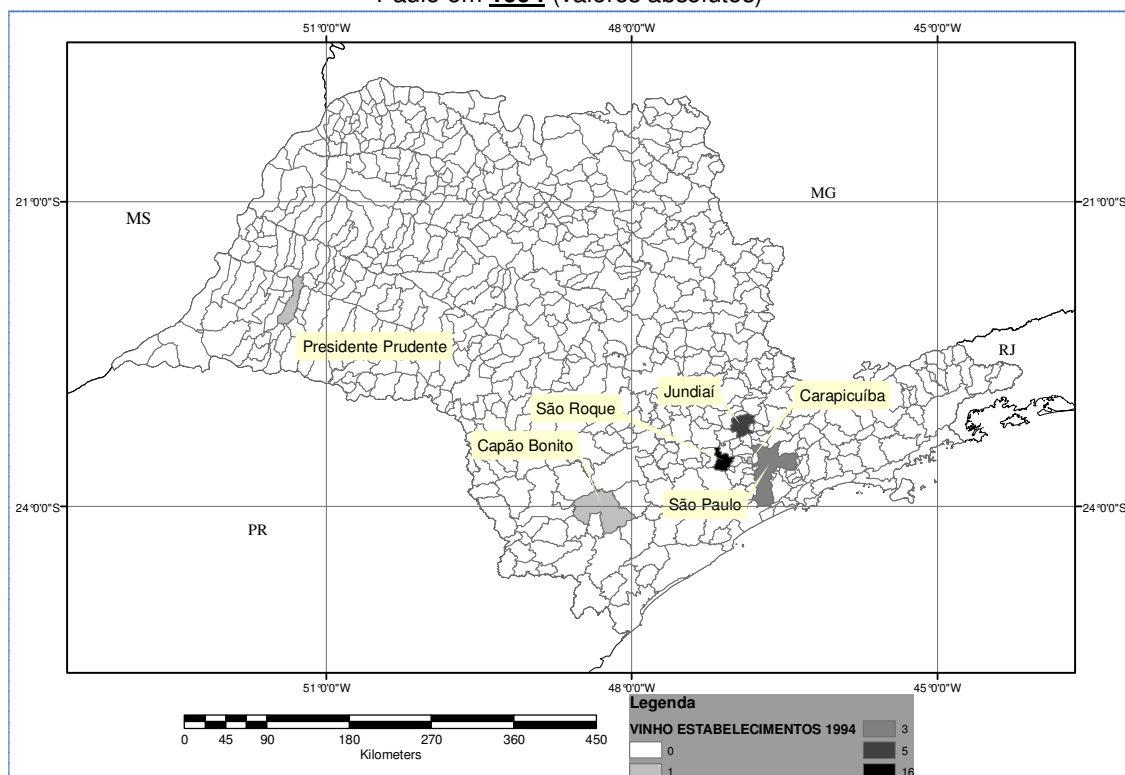
aspectos pessoais dos trabalhadores para a atividade são insatisfatórios, e os quatro municípios estudados não fogem a essa regra.

2.3.2.2 Fabricação de vinho

A atividade vinícola, diferentemente do cultivo de uva é bem concentrada. O mapa 23 mostra Jundiaí, São Roque, São Paulo, Carapicuíba, Capão Bonito e Presidente Prudente no extremo oeste do Estado.

A vitivinicultura constituía um tipo de agricultura intimamente ligado à pequena propriedade, aos sítios, que na maioria das vezes apareciam vinculados a um processo de retalhamento das grandes propriedades, geralmente antigas fazendas de café. Em outras zonas, a vinha impunha-se naqueles sítios que já tinham sido subdivididos e, em virtude das condições do solo a vinha era a melhor possibilidade econômica. Jundiaí constituía o exemplo do primeiro tipo e São Roque do segundo. (ROMERO, L. 2004 p. 139).

Mapa 23 - Distribuição dos **estabelecimentos** voltados a **fabricação de vinho** no estado de São Paulo em **1994** (valores absolutos)

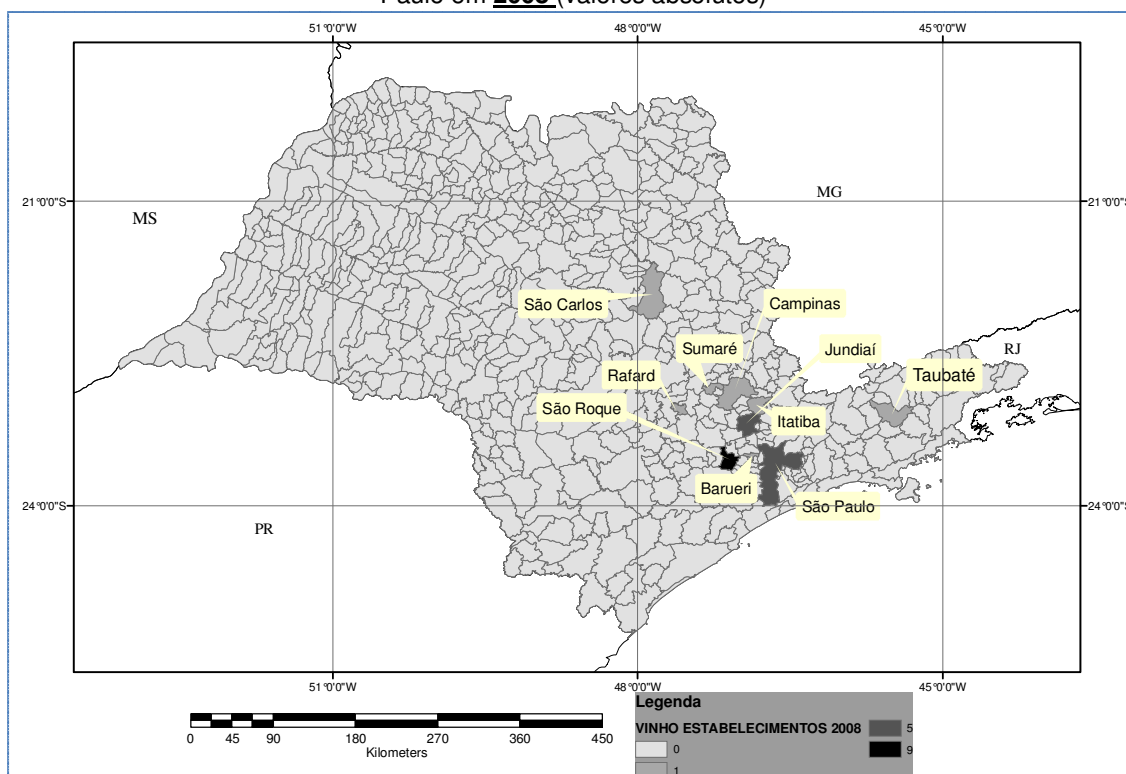


Elab. Roger Vitor Chiapetta a partir de dados da RAIS.

O principal município identificado neste ano foi São Roque, com 16 estabelecimentos. Jundiaí com cinco e todos os outros com mesmo de três estabelecimentos. Este cenário se repete em 2008, com a diminuição expressiva do número de estabelecimentos em geral.

De acordo com o mapa 24, São Roque diminui seu indicador pela metade, mesmo assim ainda continua sendo o que mais tem estabelecimentos. Jundiaí mantém-se com cinco e São Paulo apresenta um leve aumento. Neste mapa observar alguns municípios com apenas 1 estabelecimento formal, que não constavam no anterior.

Mapa 24 - Distribuição dos **estabelecimentos** voltados a **fabricação de vinho** no estado de São Paulo em **2008** (valores absolutos)



Elab. Roger Vitor Chiapetta a partir de dados da RAIS.

Na tabela 18⁴⁸ visualiza-se que o número de estabelecimentos é muito mais reduzido do que os identificados no cultivo de uva. Os estabelecimentos permanecem concentrados em micro (18), pequenas (5) empresas. Jundiaí e São Paulo apresentam empresas de porte médio, 2 e 1 respectivamente.

⁴⁸ Apenas São Roque, Jundiaí e São Paulo possuíam empresas vinícolas em 1994, os demais (municípios sublinhados) iniciaram a atividade depois desse ano.

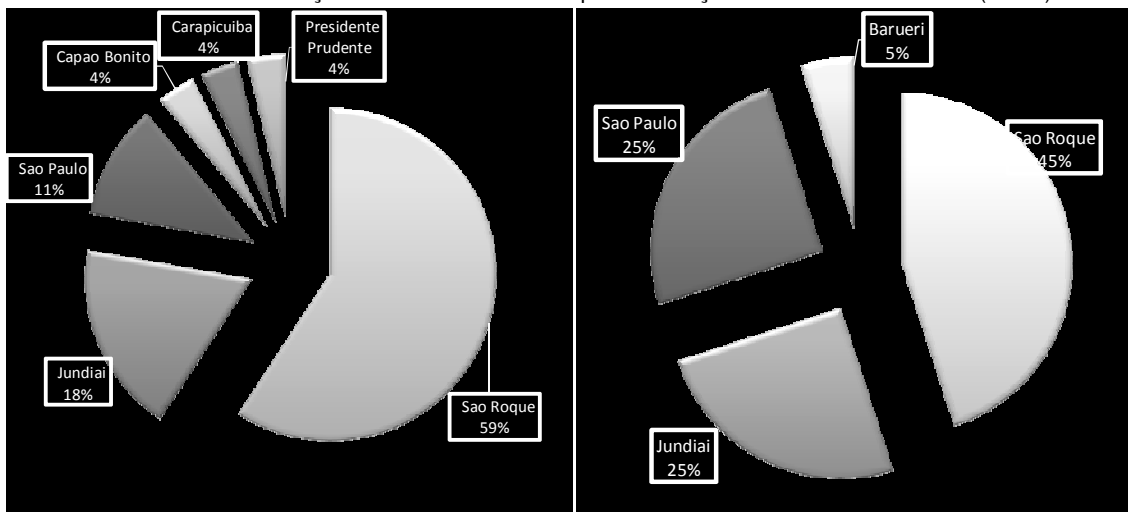
Tabela 18 – Distribuição dos municípios com maior concentração de estabelecimentos por tamanho e empregos para fabricação de vinho, no ano de 2008

ESTABELECIDAMENTOS POR TAMANHO (FABRICAÇÃO DE VINHO-2008)				
Municípios de São Paulo	MICRO	PEQUENA	MÉDIA	Total
São Roque	7	2	0	9
Jundiaí	2	1	2	5
São Paulo	3	1	1	5
Barueri	1	0	0	1
Campinas	0	1	0	1
Itatiba	1	0	0	1
Rafard	1	0	0	1
São Carlos	1	0	0	1
Sumaré	1	0	0	1
Taubaté	1	0	0	1
TOTAL	18	5	3	26

Elab. Roger Vitor Chiapetta a partir de dados da RAIS.

Os valores relativos aos estabelecimentos para os dois anos (1994 e 2008) permanecem concentrados. No ano de 1994, como observado no mapa, os maiores indicadores são em São Roque e Jundiaí, nesse ano os dois apresentavam mais de 70% dos estabelecimentos formais de vinho do estado. O município de São Paulo respondia por 11% destes.

Gráfico 5 e 6 -Distribuição dos estabelecimentos para fabricação de vinho - 1994 e 2008 (em %)



Elaboração: Roger Vitor Chiapetta a partir de dados da RAIS.

A tabela 19 traz alguns dos principais estabelecimentos vinícolas presentes em Jundiá e São Roque.

Tabela 19 – Principais vinícolas de Jundiá e São Roque (2010)

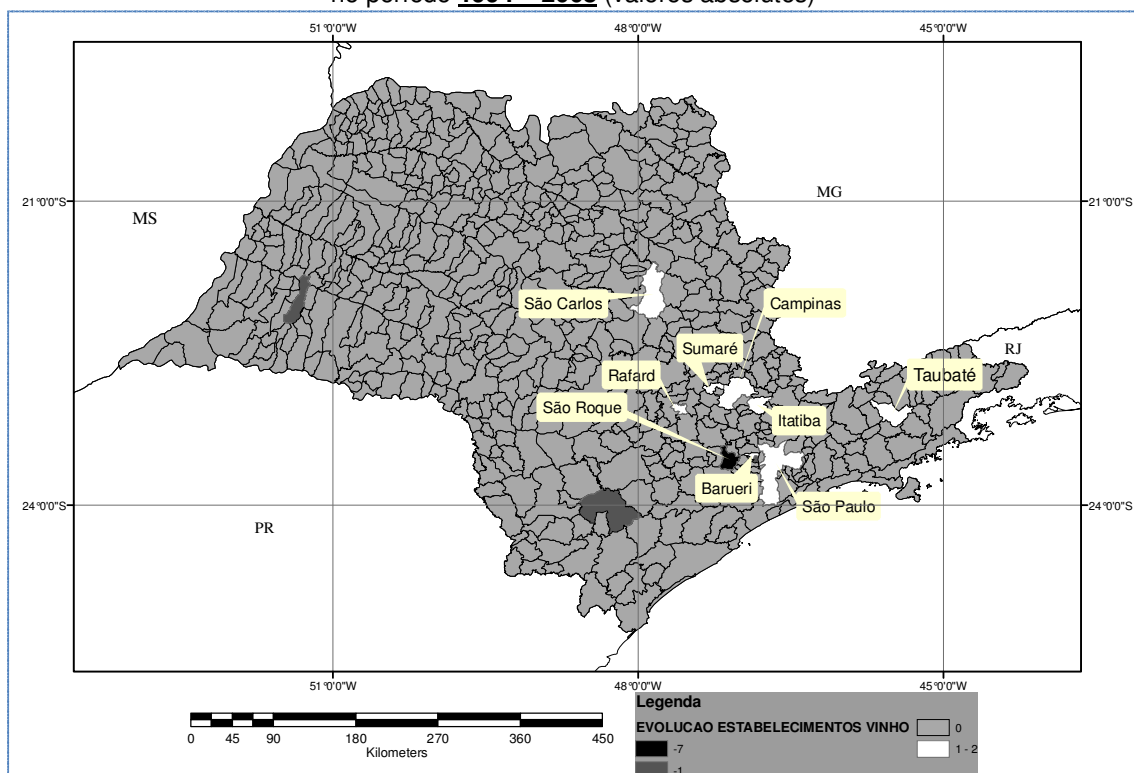
Vinícolas em Jundiá
Viti Vinícola Cereser Ltda.
"é uma das maiores indústrias de bebidas brasileiras e está localizada no município de Jundiá"
"Fundada em 1926 por João Cereser, é a maior fabricante nacional de vinhos, filtrados e destilados populares, tendo entre suas marcas a Sidra Cereser, Vinho Dom Bosco, Old Cesar 88, Chuva de Prata, Cortezano, Kadov e Sucos Jussy"
Fonte: < http://www.cereser.com.br/ >
Borin
Alberto Beleso
Renato Passarin
Vinícola Malha
Caldas (antiga De Vecchi)
Vinhos Castanho
Fonte: < http://delboux.com.br/vinho/enderecos_vincolas.htm >
Vinícolas em São Roque
Vinícola Góes
Vinhos Bella Aurora
Vinhos Canguera
Vinhos Palmeiras
Vinhos Sorocamirim
Vinhos XV de Novembro
Vinhos Palmares
Vinhos Quinta do Nino
Vinhos Real D'Ouro
Vinhos Sabbatini
Vinhos Santa Cecília
Vinhos Santa Terezinha e Quinta dos Guimarães
Vinhos Sorocamirim
Vinhos Sorocamirim e Vinhos Monte Carlo
Vinícola Quinta di Olivardo
Fonte: < http://www.guiasaoroque.com.br/guiasr/alimentos/vincolas.asp > < http://www.vinhosdesaoroque.com.br/historia-das-vincolas.html?SID=eudjuifam9stc88m8k0qnniq7 >

Elab. Roger Vitor Chiapetta

Em 2008 a diferença observada é a diminuição do peso em São Roque e aumento dos outros dois municípios (São Paulo e Jundiá) e Barueri que representa 5% em 2008. Um motivo para essa diminuição está relacionado com a pressão imobiliária, onde é forte a concorrência da atividade é fortemente identificada em São Roque.

A espacialização da evolução dos estabelecimentos no período mostra o declínio acentuado em São Roque, Presidente Prudente e em Capão Bonito. Os municípios de São Paulo, Barueri, Rafard, Sumaré, Campinas, Itatiba, São Carlos e Taubaté apresentaram aumento de até dois estabelecimentos.

Mapa 25 - Evolução dos **estabelecimentos** voltados a **fabricação de vinho** no estado de São Paulo no período **1994 – 2008** (valores absolutos)



Elab. Roger Vitor Chiapetta a partir de dados da RAIS.

A tabela 19 aponta a evolução dos estabelecimentos por tamanho, que deixa mais claro a queda em São Roque no período.

Tabela 20 – Evolução municipal dos estabelecimentos na fabricação de vinho por tamanho no estado de São Paulo no período 1994-2008 em (%)

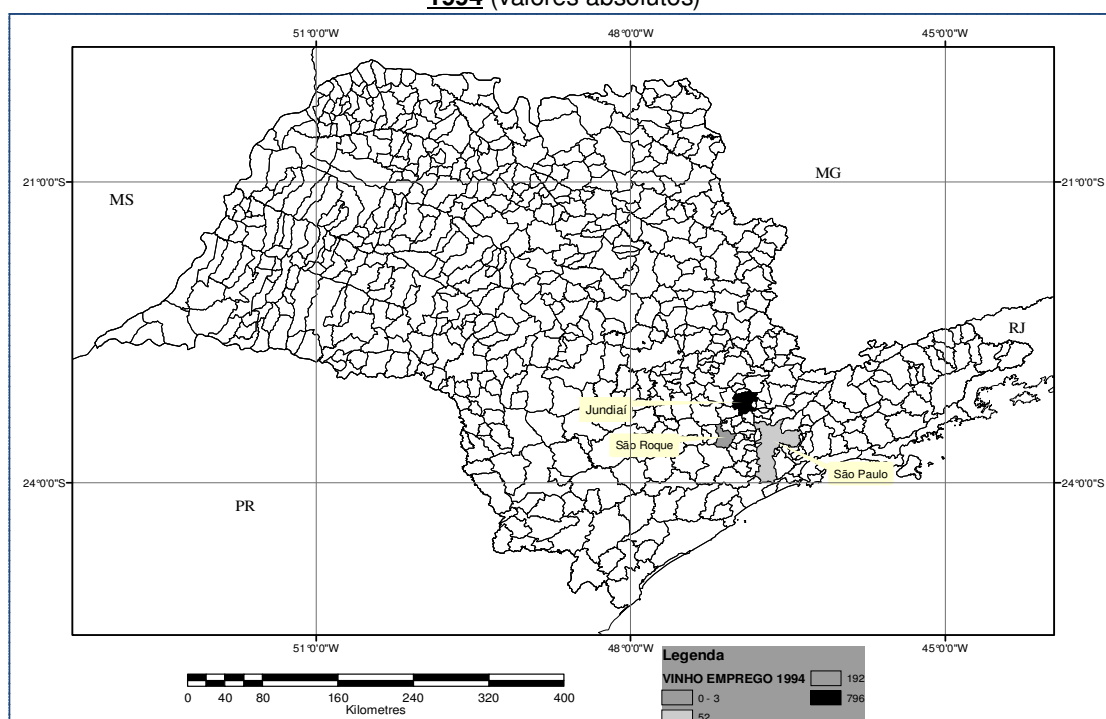
EVOLUÇÃO ESTABELECIMENTOS POR TAMANHO (FABRICAÇÃO DE VINHO 1994-2008)				
Municípios de São Paulo	MICRO	PEQUENA	MÉDIA	Total
São Roque	-53,33	200,00	-100,00	-41,18
Jundiaí	200,00	100,00	200,00	166,67
São Paulo	50,00	0,00	100,00	50,00
Barueri	100,00	100,00
Campinas	...	100,00	...	100,00
Itatiba	100,00	100,00
Rafard	100,00	100,00

São Carlos	100,00	100,00
Sumaré	100,00	100,00
Taubaté	100,00	100,00
Total	-10,71	60,00	-16,67	-2,56

Elab. Roger Vitor Chiapetta a partir de dados da RAIS.

A evolução vista no mapa anterior decorre do aumento de empresas de pequeno porte, sendo de 60% o aumento na média estadual. As maiores quedas provêm de médias e micro empresas, particularmente no município de São Roque, que teve uma queda de 41,18% no total das suas empresas. O mapa 26 traz a distribuição dos empregos em 1994.

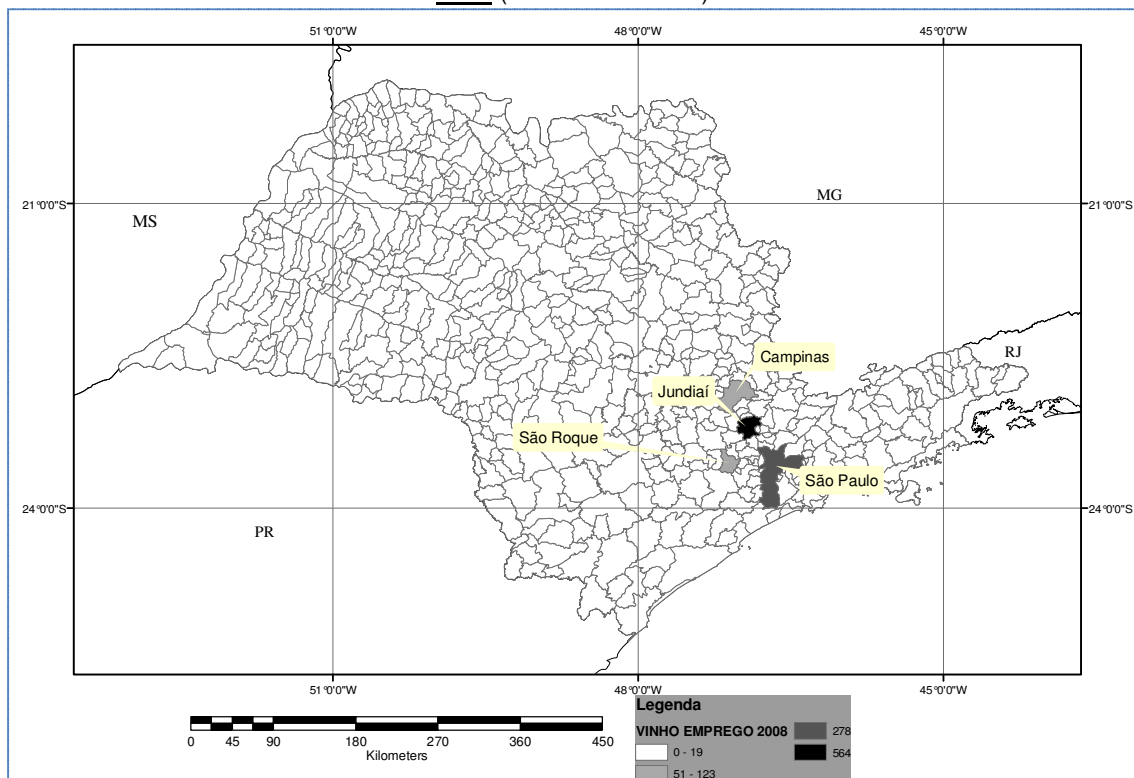
Mapa 26 - Distribuição dos **empregos** voltados a **fabricação de vinho** no estado de São Paulo em **1994** (valores absolutos)



Elab. Roger Vitor Chiapetta a partir de dados da RAIS.

Em 1994, os empregos (mapa 26), bem como os estabelecimentos, estavam em sua maioria concentrados nos municípios de São Roque e Jundiaí. Com a diferença de Jundiaí concentrar a maior parcela, com 796 vínculos. No mapa 27 para o ano de 2008, o cenário dos empregos permanece praticamente inalterado, Jundiaí detém a maior concentração de empregos do estado, com a diferença numérica no total de empregos no município. E a identificação de Campinas, que não existia no mapa anterior.

Mapa 27 - Distribuição dos **empregos** voltados a **fabricação de vinho** no estado de São Paulo em **2008** (valores absolutos)



Elab. Roger Vitor Chiapetta a partir de dados da RAIS.

Entre São Paulo e São Roque a situação praticamente se inverte no mapa 27. De acordo com os gráficos que seguem abaixo é possível constatar o peso da concentração em Jundiaí correspondente a 77% da mão-de-obra em 1994, passando para 54% em 2008. O município de São Roque, que em 1994 concentrava mais do que São Paulo, perde posição em 2008. Na tabela 19, que traz a evolução municipal dos empregos vinícolas visualiza-se quedas apenas em Jundiaí e São Roque.

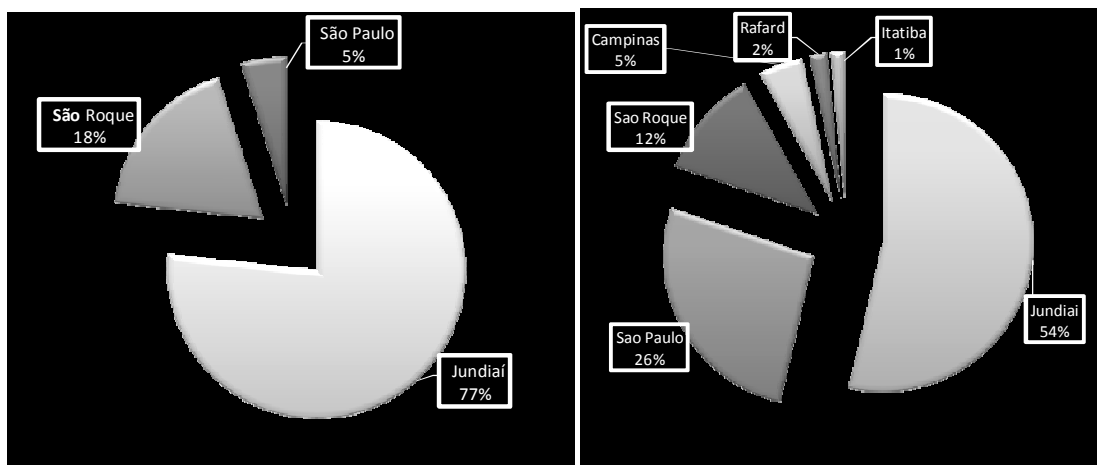
Tabela 21 - Evolução municipal dos empregos na fabricação de vinho no estado de São Paulo no período 994-2008 em (%)

EVOLUÇÃO DOS EMPREGOS FORMAIS (FABRICAÇÃO DE VINHO 1994 - 2008)	
Jundiaí	-28,06
São Paulo	456,00
São Roque	-34,57
Campinas	5100,00
Rafard	1900,00
Itatiba	1400,00
Taubate	800,00
Sumare	500,00
São Carlos	400,00
Barueri	300,00
Total	3,96

Elab. Roger Vitor Chiapetta a partir de dados da RAIS.

Os demais municípios com exceção de São Paulo, que apresentou aumento expressivo nos empregos, iniciaram as suas atividades depois do ano de 1994, o que justifica os indicadores elevados. A partir da observação dos gráficos abaixo se observa o aumento da concentração principalmente em São Paulo.

Gráfico 7 e 8 -Distribuição dos empregos na indústria de fabricação de vinho 1994 e 2008 (em %)

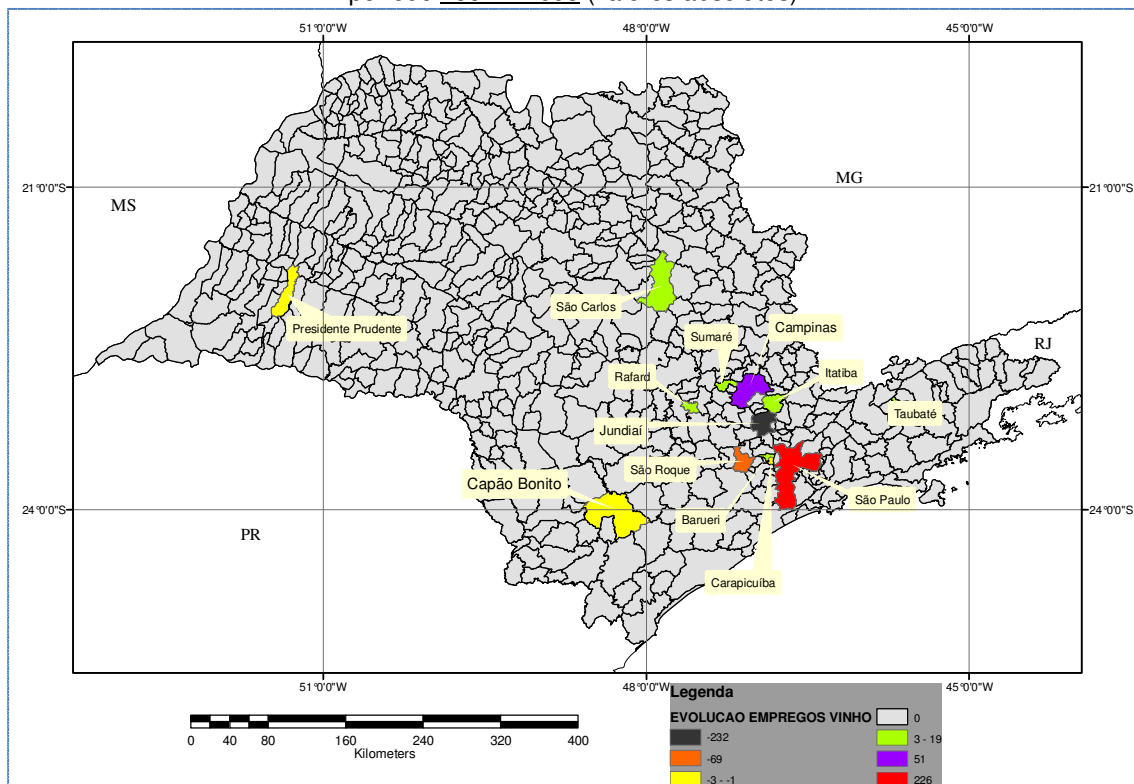


Elaboração: Roger Vitor Chiapetta a partir de dados da RAIS.

O mapa 27 distribui a evolução municipal dos empregos da indústria do vinho no estado São Paulo. No que diz respeito aos quatro municípios estudados, aponta a queda em São Roque e a mais acentuada em Jundiaí. O mapa coloca em

evidência o aumento expressivo dos empregos no município de São Paulo e também Campinas apresentou aumento, menor, na ordem de 51 vínculos.

Mapa 28 - Evolução dos **empregos** voltados a **fabricação de vinho** no estado de São Paulo no período **1994 – 2008** (valores absolutos)



Elab. Roger Vitor Chiapetta a partir de dados da RAIS.

As tabelas 21, 22 e 23 trazem a evolução dos dados referentes aos atributos dos trabalhadores. A primeira tabela é sobre a remuneração.

Tabela 22 – Evolução da remuneração dos empregos formais da fabricação de vinho no estado de São Paulo 1994-2008 em (%)

Municípios de São Paulo	Até 3,00	De 3,01 a 7,00	De 7,01 a 15,00	Mais de 15,01	Total
Jundiá	70,49	-56,98	3800,00	-38,24	-28,06
São Paulo	964,29	272,73	-66,42	122,22	456,00
São Roque	-30,88	-39,53	-85,71	...	-34,57
Campinas	3500,00	1200,00	-77,78	100,00	5100,00
Rafard	1800,00	100,00	1900,00
Itatiba	1500,00	1400,00
Taubaté	800,00	800,00
Sumaré	500,00	500,00
São Carlos	400,00	400,00
Barueri	200,00	100,00	300,00
Total	89,94	-45,15	-43,14	19,23	3,96

Elab. Roger Vitor Chiapetta a partir de dados da RAIS.

O maior aumento na média estadual, bem como na atividade do cultivo de uva, é na menor faixa salarial, de até 3 salários mínimos, esta que é a remuneração de mais de 60% da mão-de-obra da atividade no estado. Jundiaí apresentou um aumento nessa faixa de 70,49%, queda na seguinte de 56,98% e um aumento grande na faixa de 7,01 a 15 salários, com queda na subsequente de 38,24 e no geral uma queda de 28,06%. O município de São Paulo apresentou aumento em todas as faixas salariais com exceção da faixa intermediária até 15 salários. São Roque apresentou queda em todas as faixas. Os outros municípios, que iniciaram as atividades depois de 1994, tiveram aumento de maneira geral na menor faixa salarial.

A faixa etária predominante em 2008 é de 25 a 49 anos. A tabela 22 mostra que na média nacional houve maiores aumentos nessas faixas, mas especificamente no intervalo de 25 a 29 anos (45,98%). No caso da segunda faixa (30 a 39 anos) o aumento foi um pouco menor, de 25,8%. O município de Jundiaí apresentou quedas em todas as faixas etárias, com exceção da última, ou seja, a produção tradicional conta com a participação dos mais velhos e é visível a queda da participação dos mais novos na atividade. Em São Paulo observa-se aumento entre a faixa de 25 a 64 anos. São Roque apresentou aumento na faixa de 18 a 29 anos e de 40 a 49 anos.

Tabela 23 – Evolução da faixa etária dos empregos formais fabricação de vinho no estado de São Paulo 1994-2008 em (%)

Municípios de São Paulo	ATE 17	18 A 24	25 A 29	30 A 39	40 A 49	50 A 64	65 OU MAIS	Total
Jundiaí	-28,57	-59,21	-36,69	-6,13	-17,65	-48,15	75,00	-28,06
São Paulo	-71,43	-37,14	92,31	148,65	106,25	145,00	300,00	456,00
São Roque	-100,00	15,38	7,41	-2,63	61,11	0,00	...	-34,57
<u>Campinas</u>	...	1200,00	1700,00	1300,00	200,00	100,00	-100,00	<u>5100,00</u>
<u>Rafard</u>	...	300,00	400,00	900,00	50,00	100,00	-100,00	<u>1900,00</u>
<u>Itatiba</u>	-100,00	300,00	100,00	900,00	100,00	100,00	...	<u>1400,00</u>
<u>Taubaté</u>	...	300,00	300,00	200,00	-100,00	-100,00	...	<u>800,00</u>
<u>Sumaré</u>	...	200,00	100,00	100,00	100,00	-100,00	...	<u>500,00</u>
<u>São Carlos</u>	200,00	100,00	100,00	-100,00	...	<u>400,00</u>
<u>Barueri</u>	<u>300,00</u>
Total	-56,25	-42,15	45,98	25,83	13,05	-7,83	20,00	3,96

Elab. Roger Vitor Chiapetta a partir de dados da RAIS.

No que diz respeito a instrução, no ano de 2008 a maior parcela da mão-de-obra tinha ensino superior completo (aproximadamente 30%) e ensino fundamental incompleto (20%). A tabela 23 traz a evolução da instrução nos municípios vinícolas no período. De maneira geral na média estadual os aumentos encontram-se a partir do ensino médio completo. O maior aumento corresponde a faixa com ensino superior incompleto (921,21%). Essa faixa é concentra os maiores aumentos no nível municipal.

Tabela 24 – Evolução da instrução dos empregos formais fabricação de vinho no estado de São Paulo 1994-2008 em (%)

Municípios de São Paulo	Analfabeto	Ensino Fundamental incompleto	Ensino Fundamental completo	Ensino Médio incompleto	Ensino Médio completo	Ensino Superior incompleto	Ensino Superior completo	Total
Jundiaí	-88,00	-85,36	-56,72	158,33	3,64	894,74	218,18	-28,06
São Paulo	0,00	270,59	950,00	185,71	33,33	1271,43	450,00	456,00
São Roque	-100,00	-67,72	168,75	290,91	400,00	1300,00	100,00	-34,57
Campinas	...	<u>1200,00</u>	<u>700,00</u>	<u>1000,00</u>	<u>800,00</u>	<u>1600,00</u>	<u>400,00</u>	5100,00
Rafard	700,00	...	300,00	...	1900,00
Itatiba	200,00	500,00	...	600,00	...	1400,00
Taubaté	...	900,00	300,00	200,00	100,00	100,00	...	800,00
Sumaré	...	200,00	100,00	400,00	...	500,00
São Carlos	400,00	400,00
Barueri	100,00	200,00	...	300,00
Total	-86,21	-69,72	21,35	209,86	28,79	921,21	291,89	3,96

Elab. Roger Vitor Chiapetta a partir de dados da RAIS.

A vinicultura do estado de São Paulo, que é muito concentrada desde 1994, no quadro geral dos estabelecimentos apresentou queda, principalmente em São Roque, com pequeno aumento em outros municípios próximos. No aspecto, do emprego a dinâmica é parecida, o município de São Paulo se destaca, seguido de Campinas, nesse quesito Jundiaí apresenta queda elevada. Mesmo com a especialização da atividade, observa-se perda de “terroir”.

Os aspectos pessoais dos trabalhadores para essa atividade são um pouco mais satisfatórios, do que a atividade vitícola, principalmente na instrução, contudo a remuneração dos trabalhadores é a mais baixa. A idade aponta uma mão-de-obra mais velha do que o cultivo de uva. Os gráficos que seguem constituem uma síntese da dinâmica do emprego e dos estabelecimentos nos dois anos trabalhados.

Dentre os quatro municípios estudados, fica claro que a atividade de cultivo de uva apresenta-se em expansão e a fabricação de vinho esta em queda. Em Jundiaí e São Roque considerados municípios tradicionais nesta atividade houve quedas mais expressivas no emprego e somente em São Roque queda nos estabelecimentos. Jundiaí apresentou uma queda de 29% nos empregos.

Gráfico 9 e 10 – Síntese da dinâmica dos estabelecimentos e empregos para cultivo da uva

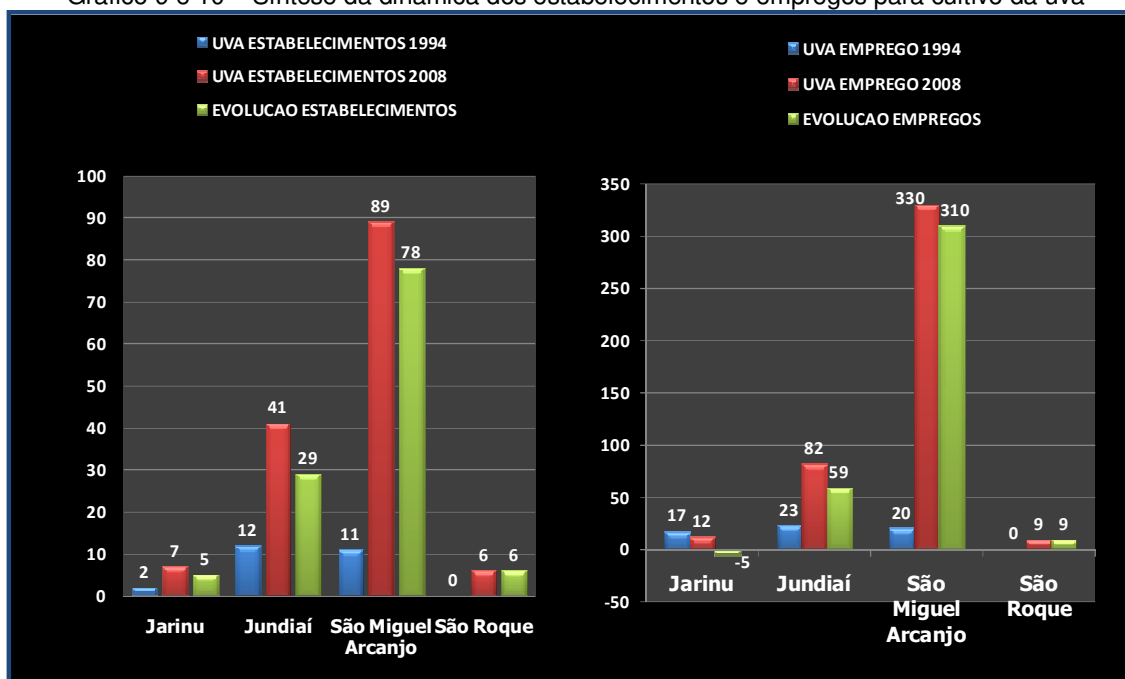
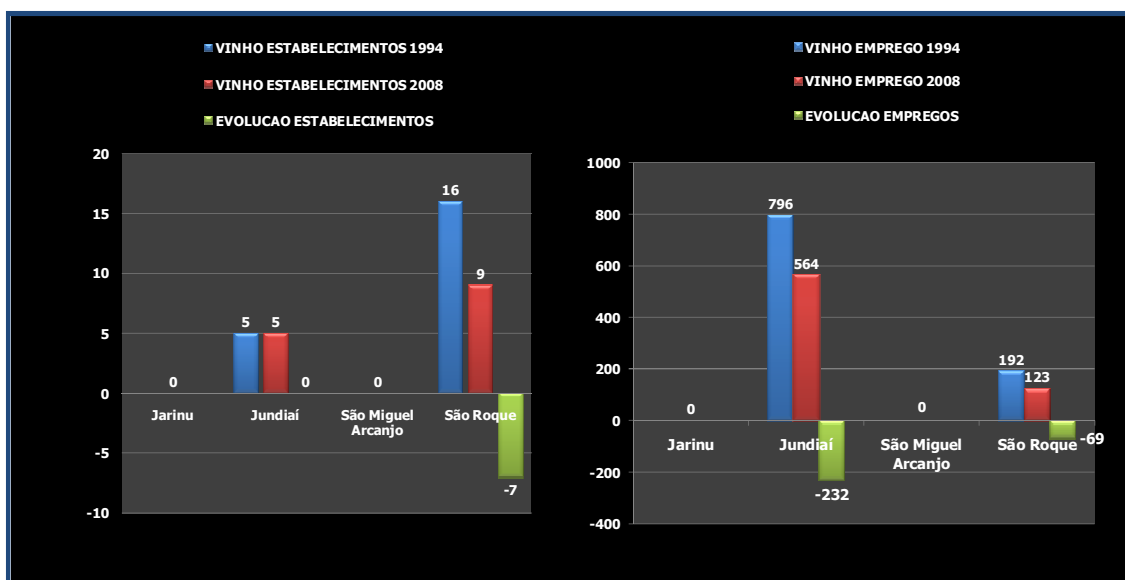


Gráfico 11 e 12 – Síntese da dinâmica dos estabelecimentos e empregos para fabricação de vinho

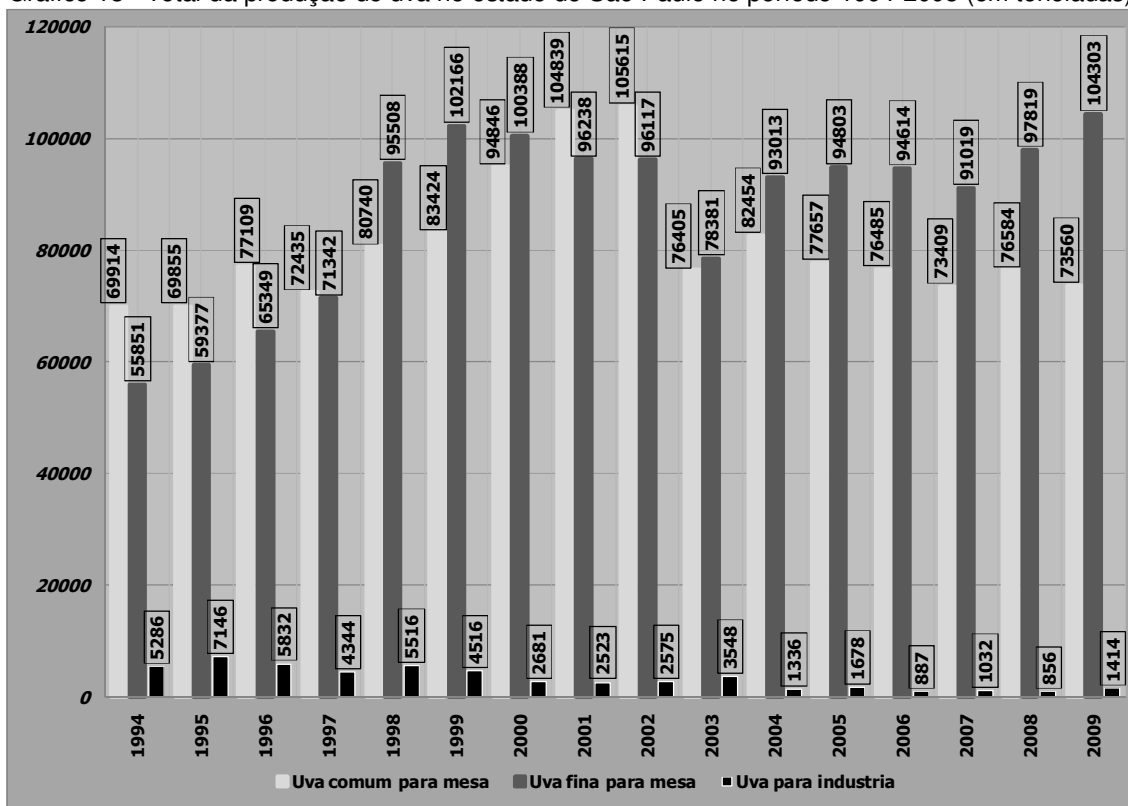


Elab. Roger Vitor Chiapetta a partir de dados da RAIS.

A concentração do setor da uva apresenta evolução expressiva no município de São Miguel Arcanjo, tanto em empregos, como em estabelecimentos. Jundiá apresentou um aumento um pouco menor nesses indicadores.

Essa produção de uva no estado de São Paulo tem uma diversificação da produção, na qual, uma parcela é dirigida para o consumo de mesa (fina e comum) e outra parte é destinada ao processamento. O gráfico 13 representa a produção de uva total do estado, por ano, no período entre 1994 e 2008.

Gráfico 13 - Total da produção de uva no estado de São Paulo no período 1994-2008 (em toneladas)



Fonte: Elaborado a partir de dados do IEA/CATI – SAAESP.
Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/out/banco/menu.php>>

Fica evidente que em todo o período a maior parte da produção destina-se ao consumo de mesa, alternando-se entre uva fina e comum, portanto o aumento observado nos dados anteriores corresponde a esse tipo de produção no estado.

A produção de uva para mesa é muito superior se comparada a parte da produção destinada ao processamento, como a fabricação de vinho. Esta apresentou queda no período, observada nos extremos, em 1994 (5286 toneladas), caindo em 2008 para 856 toneladas. A queda só não é constante porque em alguns anos é notado algum crescimento, que não chega a ser relevante. A regra é a

diminuição da produção. Essa é uma questão que se colocou para os grandes produtores de vinho (principalmente de São Roque) como fato a ser revertido que surge nas discussões da câmara setorial, como será abordado mais adiante.

A produção de uva fina para mesa é predominante nos últimos seis anos, ultrapassando 97 mil toneladas, em 2008. A produção de uva comum, por sua vez, apresenta grandes indicadores, não sendo inferior a 70 mil toneladas desde 1996. A produção de uva comum chega a superar a produção de uva fina em alguns anos e apresentou o maior indicador do período em 2002, quando superou 105 mil toneladas. Os três gráficos que seguem apresentam os indicadores de produção de cada tipo de uva nos últimos nove anos para os quatro municípios estudados.

Gráfico 14 - Produção de uva comum para mesa dos quatro municípios (%)

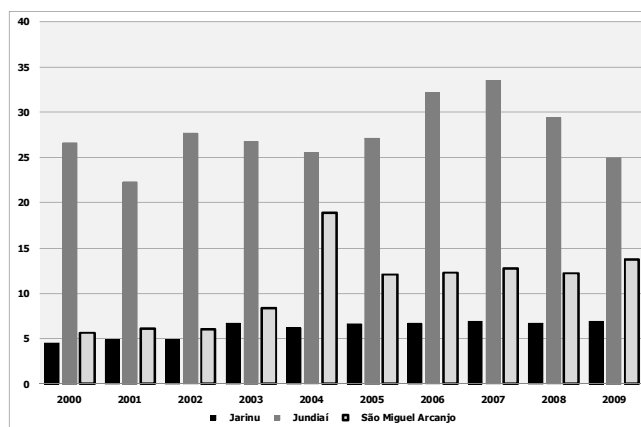
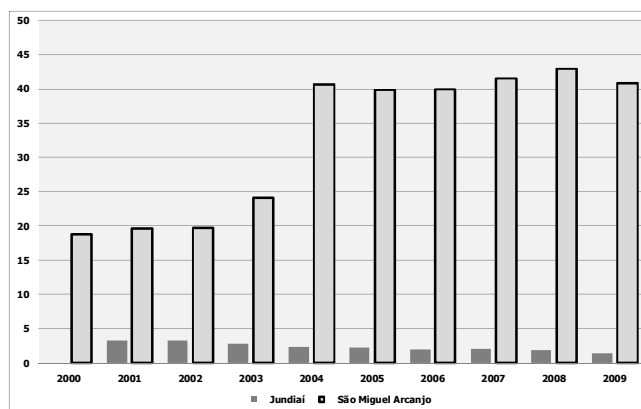


Gráfico 15 - Produção de uva fina para mesa dos quatro municípios (%)

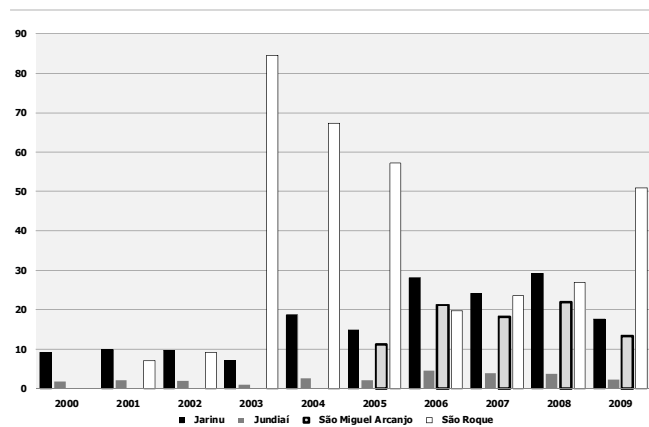


Fonte: Elaborado a partir de dados do IEA/CATI – SAAESP.
Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/out/banco/menu.php>>

São Miguel Arcanjo apresenta produção de uva fina para mesa elevada, dentre os outros. Jundiaí destaca-se na produção de uva comum para mesa. Estes dois são responsáveis pela parcela mais significativa deste cultivo, dentre os quatro.

Jarinu destaca-se na produção de uva comum para mesa, sendo responsável pela maior parte da sua produção. O município de São Roque tem uma produção reduzida, apenas de uva voltada para o processamento. A queda da produção de uva para vinho observada no gráfico 16, no período parece evidenciar uma especificidade estrutural do estado, que se especializou em outro tipo de uva.

Gráfico 16 - Produção de uva para indústria dos quatro municípios (%)



Fonte: Elaborado a partir de dados do IEA/CATI – SAAESP.
Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/out/banco/menu.php>>

Conforme o que foi levantado até aqui, a produção de uva nos municípios está com indicadores elevados sendo; São Miguel Arcanjo o maior produtor (uva fina para mesa), com maior concentração de empregos e estabelecimentos, não possui estabelecimentos formais de fabricação de vinho; Jundiaí apresenta a segunda produção mais elevada (concentrada na uva para mesa comum) e concentra a maior parcela de empregos para a indústria vinícola. São Roque não possui estabelecimentos rurais para o cultivo de uva. Indica maior quantidade de estabelecimentos de vinho no estado, porém com decréscimo no período. Por fim, Jarinu apresentou-se especializado no cultivo de uva de mesa comum, porém com pesos inferiores aos outros municípios.

Parte III - As Câmaras Setoriais

3. Origens, composição e desafios

A conjuntura econômica que precede a realização do 1º Acordo mostra-se particularmente adversa ao setor automotivo nacional. Os volumes de produção da indústria, em 1991, estavam estagnados nos níveis médios do período 1982-1986. A partir de 1979, mercado interno em retração e produção automotiva em queda levaram o país a perder três postos no “ranking” internacional de produtores. Superado por Espanha, Coréia do Sul e México, o Brasil caiu do 9º posto para a 12ª posição. As dificuldades no mercado doméstico eram agravadas com a recente abertura das importações (1990) e tendências declinantes nas exportações nos últimos cinco anos. O desemprego passava a ser bastante provável. [...] Deve ser citado, ainda, o clima de antagonismo que dominava os agentes econômicos setor terminal, fornecedores, distribuidores – trabalhadores e governo, em ambiente de sucessivos planos econômicos, intervenções na economia privada, preços controlados ou administrados e alta inflação, que redundavam em dificuldades de fornecimento, parceria rarefeita nas relações entre capital e trabalho, desabastecimentos ou, alternativamente, pátios lotados de veículos à espera de compradores, em desconcertante sucessão. (ANFAVEA, 1995 p.13)

A concepção de Câmaras Setoriais no Brasil surge no final da década de 1980 no setor automobilístico. O contexto de surgimento das Câmaras é marcado por uma mudança do sindicalismo combativo das montadoras da região do ABC. *“a produção havia mudado. As alterações na economia internacional ecoavam nas plantas brasileiras, sacudindo a poeira produzida pela tutela estatal. Os trabalhadores e seus sindicatos repensavam sua política. A principal central sindical,*

a CUT, retraía seu discurso ideológico e buscava um “sindicalismo de compromisso [...]” (ARBIX, G. 1995 p.6)

Ao observarem o esgotamento da ação sindical básica vigente nos anos de 1980 (conhecida como ação defensiva / reivindicativa), pautada no confronto das greves por reposições das perdas salariais e contra o desemprego, o movimento sindical (pela primeira vez na história), procurou discutir saídas negociadas para a crise que passava o setor automobilístico. Surgiram as Câmaras Setoriais, uma forma de negociação institucional inédita (com caráter tripartite), extremamente inovadora das relações capital/trabalho no Brasil.

O novo sindicalismo que renascia em São Bernardo passou a argumentar a favor de novas estratégias sindicais capazes de configurar alternativas à crise, a partir da opinião ativa dos trabalhadores [...] Essa estratégia colocava cada vez mais a necessidade de combinar formas de pressão e mobilização com a via de negociação, e de aliar a pauta de reivindicações imediatas às questões relativas à modernização das relações industriais e de reestruturação do setor. (PIRES, E. L., 1997 p.385).

No final de 1991, essa nova dinâmica de relacionamento entre o Estado, sindicato de trabalhadores e entidades da indústria automobilística brasileira começou a se manifestar com sucesso a partir da constituição consensual de um espaço de negociação tripartite, denominado câmara do setor automotivo. (ARBIX, G. 1995 p.9) De acordo com esse autor as câmaras haviam surgido como uma tentativa de administrar a saída do congelamento do Plano Collor II e, aos poucos, foram sendo dotadas de um conteúdo mais abrangente, de elaboração da política industrial. Contudo, foi somente a partir da participação na câmara automotiva do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, que as câmaras ganharam seus contornos.

O contexto econômico possibilitou a criação de uma tentativa de resposta a abertura comercial e a construção de um novo modelo de desenvolvimento. Era uma novidade política e institucional.

O diálogo institucionalizado recebeu o nome de câmara setorial da indústria automobilística premida pela necessidade de superar a crise do setor. Seu batismo deu-se em meio a um intenso fogo cerrado de críticas, em março de 1992, quando possibilitou a assinatura do primeiro acordo automotivo. E a sua maioria seria alcançada em fevereiro de 1993, com a assinatura do segundo acordo. (ARBIX, G. 1995 p.7)

Para Arbix G. (1995), as câmaras setoriais só puderam surgir durante a segunda fase do governo Collor, quando dois aspectos fundamentais estavam presentes. Primeiro, o governo não contava com capacidade para assumir plenamente o seu papel dirigente na sociedade, em uma situação em que o livre jogo do mercado acentuava ainda mais a crise da indústria e segundo, os diversos segmentos do setor industrial demonstravam capacidade de organização, de articulação e de representação de interesses

A configuração tripartite da câmara do setor automobilístico, ao envolver o símbolo do sindicalismo cutista, abriu uma perspectiva nova de relacionamento entre Estado, Capital e Trabalho, com forte impacto no interior dos sindicatos e no meio empresarial. A câmara assim formada assumiria o compromisso de procurar reverter a tendência declinante da produção e das vendas da indústria automobilística e recuperar a competitividade do setor. (ARBIX, G. 1995 p.10)

De acordo com o autor a busca do consenso no interior da câmara e, particularmente, a celebração de dois amplos acordos, sinalizavam alterações de qualitativas no comportamento dos atores sociais: Empresários, Trabalhadores e agências estatais envolvidas. Em 1992 e 1993 foram fechados acordos, que ficaram conhecidos como os “Acordos das montadoras”. As negociações se pautavam em questões estratégicas e centrais, impactantes em todos os agentes envolvidos neste processo, bem como, a globalização econômica, a abertura comercial, a modernização produtiva, impactos no emprego e gestão da força de trabalho.

Dessa forma, o Acordo das montadoras, exatamente em razão da história pregressa que o possibilitou, foi uma forma extremamente nova e inovadora das relações capital/trabalho no Brasil. [...] o Acordo representou uma radical inovação que contribuiu para moldar uma nova forma de política no Brasil e enfrentar de forma negociada os efeitos da modernização produtiva e da globalização econômica [...] assinalou uma transformação de uma relação de anulação para uma relação que, sem deixar de ser antagônica quanto aos interesses em jogo, mudou a natureza desse antagonismo, tornando-se um *antagonismo convergente* de interesses particulares. (PIRES, E. L., 1997 p.387).

Atualmente as câmaras setoriais constituem formas de governança espalhadas por vários setores⁴⁹, inclusive no agronegócio. As novas câmaras

⁴⁹ Alguns exemplos no âmbito federal são: As câmaras setoriais de cultura, ver em: <http://www.cultura.gov.br/projetos_especiais/camaras_setoriais/index.html> e as câmaras do Ministério do trabalho, disponível em <<http://www.mte.gov.br/fnt/camaras.asp>>.

setoriais não apresentam a roupagem tradicional exposta anteriormente, apresentando sensíveis diferenças tanto de abordagem quanto de ações dos atores. Adiante será apresentado como se deu o processo de formação das câmaras setoriais no agronegócio.

3.1 As Câmaras no setor agropecuário⁵⁰

De acordo com Staduto, J. A. R et al (2007) as câmaras setoriais agrícolas surgiram como uma proposta de instrumento organizacional ativo para suprir algumas funções antes exclusivas do Estado, onde os setores produtivos tenham a possibilidade de auto-regulamentação. Esses setores buscam por meio de um espaço organizativo, em conjunto com o Estado, mudar o ambiente institucional de forma favorável.

O processo de formação das câmaras setoriais no setor agropecuário ocorre principalmente na década de 1990, concomitante ao forte processo de desregulamentação da economia brasileira e em particular desse setor, que sofre forte impacto dado pelas transformações da base técnica por meio do processo de modernização agrícola.

A política industrial visa, primordialmente, a coordenação dos atores econômicos para alcançar objetivos estabelecidos, o que foi inicialmente buscado no âmbito das Câmaras Setoriais. Elas apresentaram-se como opção de coordenação dos agentes econômicos organizados setorialmente⁵¹.

Naquele momento, o objetivo das Câmaras seria elaborar diagnósticos da competitividade dos complexos industriais, detectarem distorções e identificar propostas de políticas, porém estas atribuições não foram cumpridas. Pode-se dizer que a câmara da uva e do vinho se assemelha particularmente a esse modelo.

⁵⁰ No âmbito federal são inúmeros os exemplos das câmaras setoriais: Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Açúcar e do Alcool; da Agricultura Orgânica; do Agronegócio do Cacau e Sistemas Florestais Renováveis; do Algodão e Derivados; do Arroz; de Borracha Natural; da Cachaça; de Caprinos e Ovinos; da Carne Bovina; de Cereais de Inverno; de Citricultura; Eqüideocultura; de Flores e Plantas Ornamentais; da Fruticultura; do Fumo; de Hortaliças; de Insumos Agrícolas; do Leite e Derivados; da Mandioca e Derivados; do Mel e Produtos Agrícolas; do Milho e Sorgo; Aves e Suínos; de Viticultura e **de Vinhos e Derivados**.

⁵¹ Staduto, J. A. et al (2007 p.5)

A não participação dos trabalhadores, naquele momento, caracterizava-se como um modelo bipartite. Essa concepção das Câmaras não durou muito, e elas passaram a funcionar mais como canais de pressão dos empresários sobre o Estado, compactuaram com a indexação dos preços e acabaram fracassando também como mecanismo de controle inflacionário⁵².

No ano de 1993, as Câmaras Agroindustriais passariam a promover acordos setoriais na busca de alternativas negociadas entre empresários, trabalhadores e governo para a reestruturação dos complexos industriais e a modernização das relações de trabalho. De acordo com Takagi, M. (2000) as primeiras Câmaras criadas entre 1991 e 1995 caracterizaram-se como fóruns de reivindicação e lobby por políticas discricionárias em direção aos governos federal e estadual, do que fóruns de planejamento e de auto-regulação por parte do setor privado. Segundo a autora estas câmaras podem ser caracterizadas como unidirecionais (do setor privado para o público) *“Muitas câmaras, durante este processo, deixaram de se reunir, passando a existir apenas no papel, sendo que as poucas que continuaram a realizar reuniões aglutinavam basicamente os membros dos órgãos públicos”* (Takagi, M. p.43). A presença de membros que fazem parte do setor público é marcante na câmara estudada. Outra característica presente é se tratar de um canal de pressão dos empresários da uva e do vinho em direção ao Estado.

No ano de 1997, com mudanças na composição das Câmaras, e a perda progressiva do caráter reivindicativo de preocupação geral com o setor agrícola, e nas decisões e ações formadas nestas com uma proporção maior de ações de auto-regulação e co-gestão, um novo modelo surge. Um modelo baseado na fragmentação em grupos especializados com interesse em articulações mais próximas dos membros das organizações, num nível mais local, ou por cadeia produtiva, por produto etc. constitui uma *“[...] forma de regulação privada, que é fortalecida a partir da articulação da cadeia e reforçada com a participação do Estado, garantindo o status público.”* Takagi. M. (2000, p. 58). Com isso, atualmente existem 28 câmaras setoriais, criadas pela SAA. A tabela 25 tem o objetivo de apresentar todas as câmaras setoriais criadas desde o ano de 1997 e os principais projetos e propostas elaboradas.

⁵² Ibid., p.6

Tabela 25 – Câmaras Setoriais da Secretaria da Agricultura do estado de São Paulo (1997 – 2009)					
Câmaras setoriais agroindustriais do estado de São Paulo	Ano de Fundação	Projetos/Propostas em andamento	Situação	Data da última reunião	
1 Açúcar e Alcool	1997	Aguardando reativação da Câmara Setorial de Açúcar e Alcool	3 reuniões	09/12/1997	
2 Algodão	1997	Selo de Qualidade "Algodão Premium".	5 reuniões	28/06/2005	
3 Arroz	1997	Classificação para arroz: formação de Grupo para discussão e confecção de proposta; Marketing: Confecção de "folders" sobre classificação de arroz e vídeo educativo para escolas.	13 reuniões	04/11/2009	
4 Aves e Ovos	1997	Nada consta	12 reuniões	28/09/2009	
5 Batata	1997	Renovação de membros; Plano de trabalho; Classificação de batatas.	40 reuniões	24/10/2007	
6 Borracha Natural	1997	Ação política para garantir execução efetiva da política federal de sustentação de preços ao produtor. Contribuição de Estado de São Paulo para o aumento da produção de borracha natural.	11 reuniões	27/02/2007	
7 Café	1997	Marketing: "Café em São Paulo": Manual de Qualidade, como preparar o melhor café. Dirigido a produtores. Marketing: "Café em São Paulo": "folder" informativo sobre o agronegócio café. Certificado de Qualidade.	35 reuniões	08/02/2010	
8 Carne Bovina	1997	Publicação do Decreto 43.443 de 15.09.98: Eleva de 5% para 7% o crédito de que se pode valer o contribuinte em decorrência de aquisições efetuadas, em substituição ao sistema normal de crédito. Permite repasse de créditos acumulados por estabelecimentos frigoríficos, até o limite de 5%. Autoriza o estabelecimento de produtor a utilizar créditos para compra de máquinas e implementos agrícolas.	43 reuniões	26/03/2009	
9 Carne Suína	1997	Selo de Qualidade "Produto São Paulo" (Suíno Paulista).	17 reuniões	16/02/2009	

10	Citrus	1997	Câmara Setorial em desenvolvimento.	17 reuniões	22/05/2001
11	Feijão	1997	Estudo, Análise e Proposta do "Dia Estadual do Arroz e Feijão"; Inclusão diária do Arroz e Feijão na Merenda Escolar Estadual; Estudo e Análise das Ações Tributárias	15 reuniões	11/09/2007
12	Flores e Plantas Ornamentais	1997	Classificação e embalagem; Modernização da distribuição e varejo: estudar as formas de se repassar informações a respeito da conservação e manutenção de flores e plantas ornamentais; Aproximação com os supermercados: aumentar a comercialização via supermercados.	29 reuniões	30/03/2010
13	Frutas	1997	Nada consta	38 reuniões	30/03/2010
14	Hortalças Cebola e Alho	1997	Nada consta	59 reuniões	30/03/2010
15	Leite e Derivados	1997	Selo Produto de São Paulo: Estudo dos padrões higiênico - sanitários para elaboração de normas para produtos de qualidade superior criando sua certificação, conforme Lei nº 10.481 de 25 de dezembro de 1999; ICMS: Encaminhamento da questão isonomia tributária ao leite longa vida (UHT); Tomografia do Leite: Estudos do panorama leiteiro do Estado de São Paulo, desde o produtor até as indústrias; Fraude do Leite - Grupo de estudos que, em conjunto com o Município e o Governo Federal (DFA/SP) visa aumentar o rigor no combate à fraude do leite com adição ilegal de soro de leite. Atuação Fiscal/Tributária; Serviços de Inspeção e Análises Laboratoriais.	60 reuniões	26/11/2009
16	Mandioca	1997	Mecanização da Cultura: Desenvolvimento de roçadeira, arrancadeira e pulverizador; Variedades de Mandioca: Confecção de boletim, "Variedades de Mandioca"	34 reuniões	13/08/2009
17	Milho	1997	Redução do custo de pedágio para o transporte de carga de milho; Normatização para classificação do milho; Aumento de área de plantio.	34 reuniões	16/03/2010

18	Pescado	1997	Nada consta	23 reuniões	21/12/2009
19	Produtos Apícolas	1997	Legislação apícola: padrões para mercado interno, MERCOSUL, mercado internacional Laboratório para certificação de qualidade: pleiteando equipamentos. Desenvolvimento de novo produto: o uso de abelhas como serviço para culturas que incrementem produção através da polinização.	9 reuniões	04/02/1999
20	Soja	1997	Seguro Agrícola; Estudo da Cadeia de Valor da Soja no Estado de São Paulo.	13 reuniões	16/09/2009
21	Trigo	1997	Aguardando eleição de um novo Presidente.	8 reuniões	28/03/2006
22	Lazer e Turismo Rural	1998	Nada consta	55 reuniões	09/04/2010
23	Agricultura Ecológica	2000	Elaboração de uma cartilha com definições de Agricultura Ecológica para consumidores.	26 reuniões	13/04/2010
24	Produtos Florestais	2000	Regulamentação e Utilização da Reserva Legal.	13 reuniões	05/11/2009
25	Biocombustível	2004	Nada consta	7 reuniões	16/04/2009
26	Caprinos e Ovinos	2006	Nada consta	13 reuniões	11/03/2010
27	Ratitas (Ratitas são aves corredoras incluindo Avestruz, Ema e Emu)	2006	Nada consta	3 reuniões	06/06/2009
28	Uva e Vinho	2008	Projeto "Revitalização da cadeia vitivinícola paulista"; De acordo com o presidente da câmara existe um projeto encaminhado ao governo federal para redução tributária sobre o ICMS do vinho industrial, porém quando solicitado, o mesmo se recusou a apresentá-lo. Discussão a respeito da criação do FUNDOVINIS (visto como contrapartida, pelos representantes do poder público, por parte dos empresários do vinho)	10 reuniões	11/05/2010
29	Ovos	Unificada com a Câmara de Aves em 2004	Câmara Setorial unificada com Câmara Setorial de Aves em 30/03/2004	5 reuniões	15/10/1999

Fonte: <http://www.codeagro.sp.gov.br/camaras_setoriais/> e caso da câmara vitivinícola, acompanhamento das atividades no período 2008-2010.

3.2 A Câmara Setorial do setor vitivinícola

No dia 22 de outubro de 2008 ocorreu a instalação da Câmara Setorial Especial de Uva e Vinho do estado de São Paulo, que é 28ª Câmara Setorial em funcionamento no âmbito da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do estado de São Paulo (SAA/SP).

O Governo do Estado tem realizado ações direcionadas à valorização das vocações regionais agrícolas e agroindustriais. Essa câmara reforça o projeto de desenvolvimento da cadeia vitivinícola paulista, fortalecendo a tradição de produção dos municípios de São Roque, Jundiaí, São Miguel Arcanjo e Jarinu, dentre outras no estado.⁵³

No evento de inauguração da Câmara, ocorrido no município de São Roque, houve uma rápida apresentação dos principais objetivos e metas buscadas pelo setor, destacando-se: beneficiar todos os elos da cadeia produtiva; gerar emprego e renda e fixar do homem a terra. O lançamento dessa Câmara é fruto de uma articulação liderada pelo município de São Roque por meio da indústria do vinho e da prefeitura do município.

Assim, foi colocado que a demanda inicial partiu do município de São Roque em conjunto com as parcerias com o poder público. Nessa reunião foi indicado o presidente da Câmara, seria um produtor de São Roque e presidente do sindicato patronal da indústria do vinho (SINDUSVINHO). De acordo com os atores públicos, a Câmara é composta por agentes, atores econômicos e técnico-científicos e representantes de diversos segmentos.

O presidente do Sindicato das Indústrias de Vinho de São Roque (SINDUSVINHO), Cláudio José de Góes, foi escolhido como o primeiro presidente da Câmara Setorial de Uva e Vinho da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, em reunião realizada no dia 22 de outubro, em São Roque (SP) [...] A nova Câmara Setorial é constituída por agentes e atores econômicos e técnico-científicos, representantes dos seguintes segmentos da cadeia de produção: associações, cooperativas e outras representações de produtores de uva e de vinho; universidades, faculdades e institutos de pesquisa; equipamentos e insumos; entidades governamentais (estaduais e federais); e distribuição e comercialização (restaurantes, supermercados, vinícolas, etc.).⁵⁴

⁵³ “Estado de São Paulo ganha câmara de uva e vinho”. Disponível em <<http://www.spvinho.com.br>>

⁵⁴ Secretário João Sampaio instala Câmara Setorial de Uva e Vinho em São Roque. Disponível em: <http://www.codeagro.sp.gov.br/camaras_setoriais/banco_noticia/joaosampaio2810.pdf>

Segundo a notícia citada, que é da Agência Paulista de Tecnologia do Agronegócio (APTA), órgão de pesquisa da Secretaria da Agricultura e Abastecimento, as atividades da recém criada Câmara Setorial se pautarão em resultados de uma articulação institucional que precede a sua criação. Essa articulação *“reúne representantes da cadeia de produção do vinho e derivados [...] 29 pesquisadores e cinco instituições (IEA, IAC e ITAL da APTA, CATI e Unicamp) [...] sindicatos de trabalhadores, associações e cooperativas de produtores de uva e vinho, prefeituras municipais, Circuito das Frutas e FIESP”*.

O principal projeto identificado é dirigido pelo Instituto de Economia Agrícola, outro órgão da Secretaria da Agricultura, intitulado “Revitalização da Cadeia Vitivinícola Paulista: competitividade, governança e sustentabilidade”. Este é financiado pela FAPESP (Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo), no campo das políticas públicas.

Foram expostos alguns resultados desse projeto que passava do levantamento da viabilidade das ações e construção do ambiente institucional para a sua segunda fase. A primeira fase teve duração de seis meses e identificou três perfis de produtores de uva e vinho na região: os grandes, os médios e os pequenos produtores. Foi apontado um conflito entre viticultores e vinicultores, devido aos desconhecimentos das demandas de um pelo outro e vice-versa. Pelos pronunciamentos ficou claro de que a recém criada câmara deveria preencher essa lacuna. Outros pontos problemáticos foram tocados: resistência a cooperação, informalidade, desconhecimento do mercado, falta de matéria-prima, expansão imobiliária e déficit de mão-de-obra especializada. O secretário geral e coordenador das 28 câmaras setoriais da SAA/SP destacou casos das Câmaras Setoriais do Turismo Rural, de Ovinos e do Leite.

Por fim, essa Câmara Setorial foi criada por determinação da seguinte resolução: SAA – 54 de 22/10/2008⁵⁵. A resolução aponta basicamente a composição, os objetivos e as atribuições da Câmara. No que diz respeito aos objetivos, são os seguintes: apoiar a concepção, a formulação e a execução de

⁵⁵ A resolução que cria a Câmara Setorial Especial de Uva e Vinho da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo está publicada no Diário Oficial - Poder Executivo - Seção I de quinta-feira, 23 de outubro de 2008. São Paulo, 118 (201) - pág. 28. Disponível em: <<http://www.imprensaoficial.com.br>>. A que designa o presidente dessa câmara é a seguinte: Diário Oficial - Poder Executivo - Seção I de quinta-feira, 30 de outubro de 2008. São Paulo, 118 (205) - pág. 20. Disponível em: <<http://www.imprensaoficial.com.br>>.

políticas públicas voltadas ao desenvolvimento da cadeia produtiva, como um novo agronegócio paulista, portanto de interesse para o desenvolvimento econômico do estado. De acordo com a legislação, tem como principais atribuições:

- Analisar e propor soluções para os problemas do setor;
- Propor políticas de desenvolvimento para o setor, no âmbito do Estado de São Paulo;
- Integrar os setores da Pasta, ligados aos seus segmentos de atuação, com as entidades públicas e privadas afins.
- Receber e encaminhar sugestões e reivindicações da comunidade técnica, produtiva e comercial, bem como dos trabalhadores setoriais e dos consumidores;

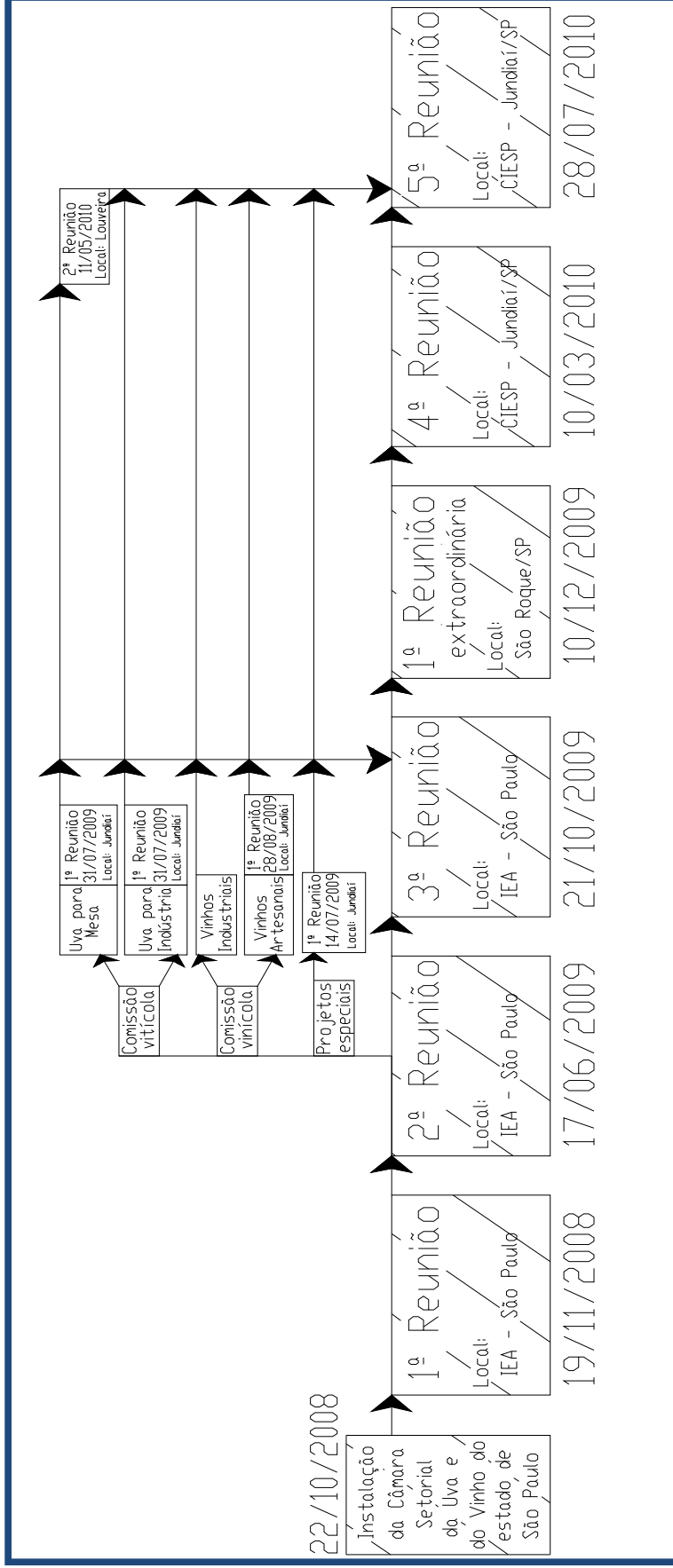
No que diz respeito a representação a legislação prevê a participação de agentes e atores econômicos e técnico-científicos dos seguintes segmentos:

- Associação, Cooperativas e outras Representações de Produtores de Uva e de Vinho;
- Universidades, Faculdades e Institutos de Pesquisa;
- Equipamentos e Insumos;
- Entidades Governamentais (Estaduais e Federais);
- Distribuição e Comercialização: Restaurantes, Supermercados, Vinícolas, etc.

3.2.1 Relatos de observação das reuniões

Após a formalidade de instalação da Câmara Setorial Especial da Uva e do Vinho do estado de São Paulo, no período entre o final do ano de 2008 até o dia 28/07/2010, o grupo reuniu-se cinco vezes, além de outras reuniões dos grupos específicos criados dentro da câmara (Figura 10). Nesse período, concomitante a vigência desta pesquisa, foram acompanhadas presencialmente as reuniões, como ouvinte, cujos relatos seguem.

Figura 10 - Cronologia dos encontros da Câmara Setorial Especial de Uva e Vinho do estado de São Paulo



Elab. Roger Vitor Chiapetta

3.2.1.1. Primeira reunião (19/11/2008)

- **Pauta:**

- Palavra do Presidente da Câmara Setorial de Uva e Vinho;
- Apresentação do Sr. Nelson Pedro Staudt, Secretário Geral das Câmaras Setoriais da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, expondo o que é uma Câmara Setorial, seus objetivos, suas atividades, etc;
- Definição dos membros que irão compor oficialmente a Câmara Setorial;
- Proposta preliminar para os trabalhos da Câmara para 2009;
- Encerramento.

A primeira reunião da Câmara Setorial da Uva e do Vinho foi realizada no prédio da Secretaria da Agricultura e Abastecimento do estado de São Paulo, no auditório do Instituto de Economia Agrícola. Teve um caráter de apresentação geral dos membros e das funções desempenhadas pelas Câmaras da Secretaria da Agricultura, na visão do secretário geral de todas as 28 câmaras do agronegócio paulista.

De acordo com a sua exposição⁵⁶, as câmaras são órgãos de apoio e um fórum de discussões, que num sentido amplo devem apresentar projetos de lei, regulamentações, solicitações de prefeitos, dos setores etc. De acordo com ele, as discussões devem contemplar assuntos problemas econômicas, guerra fiscal, acesso a crédito, comercialização, tecnologia e a questão dos impostos, como o ICMS é colocada pelo secretário. Apresentou a estrutura das câmaras (secretário executivo, presidente, membros e convidados) e a função de cada um destacando que o foco é o setor privado.

Alguns entraves foram colocados de maneira geral na fala dos membros, bem como: falta de mão-de-obra, treinamentos, capacitação, formalização dos vinhos artesanais e outros. Um questionamento sobre a necessidade de discussão a respeito das contrapartidas do setor para o atendimento das questões, mas não foi respondida.

Por fim, foi feita a apresentação dos membros que compõe a câmara e uma agenda de trabalho proposta pelo presidente que contemple os seguintes temas principais: carga tributária, guerra fiscal, pesquisa, assistência técnica e linhas de financiamento.

⁵⁶ Disponível em:

<http://www.codeagro.sp.gov.br/camaras_setoriais/as_camaras/uva_vinho/anexos/apresentacao.ppt>

3.2.1.2. Segunda reunião (17/06/2009)

-Pauta:

- Proposta de estruturação e composição da Câmara Setorial:
- Comissão Vitícola;
- Comissão Vinícola;
- Projetos Especiais.
- Outros Assuntos.
- Encerramento.

A segunda reunião foi realizada no mesmo local da anterior, após aproximadamente sete meses. A primeira questão levantada foi a da necessidade de definição do “corpo” de trabalho da Câmara. Na verdade, foi aprovada a estrutura de cinco grupos de trabalho que discutiram demandas específicas de cada um, trazendo novamente em reuniões gerais posteriores. Desse modo, a câmara paulista foi dividida basicamente em três eixos:

- Segmento vitícola (uva para consumo *in natura* e uva para processamento);
- Segmento vinícola (vinhos artesanais e vinhos industriais);
- Segmento de projetos especiais (“Pró-vinho”, “Coopervinho Paulista” e “Revitalização da Cadeia Vitivinícola Paulista: Competitividade, Governança e Sustentabilidade”).

De acordo com as alegações da mesa, a divisão em grupos de trabalho tem o intuito de criar a representatividade dessa Câmara Setorial. Outro argumento apresentado para essa divisão foi o de que as demandas surgiram antes dessa forma institucional, portanto existe uma diversidade de interesses.

Aprovada então a divisão pelos membros, foram elencados alguns itens ou demandas latentes de cada grupo. O grupo vitícola para mesa, ou consumo *in natura* apontou vários problemas, bem como: qualificação da mão-de-obra e falta de treinamento para a mesma, dificuldade de retenção da mão-de-obra, comercialização, falta de incentivos públicos, especulação imobiliária e falta de ordenamento territorial.

O grupo vitícola para processamento, por sua vez apresentou suas demandas: mão-de-obra qualificada, tamanho reduzido das propriedades, desenvolvimento de novas variedades de uva, falta de incentivo governamental e tributação.

O setor de vinhos artesanais começou por levantar o problema da própria definição de “vinho artesanal”, buscando uma separação conceitual. Outros

problemas foram: legislação para os artesanais e com diferenciação nessa entre os grandes e os pequenos produtores, falta de tecnologias para a produção de pequeno porte, criação de associações e cooperativas e legalização.

A primeira demanda levantada pelo grupo de vinhos industriais foi a tributação. De acordo com os empresários, o ICMS paulista é muito elevado (25%), para quem produz vinhos. Apontaram também questões da legislação referentes a definições dos vinhos. Nesse ponto da reunião, os empresários colocaram a sua “tremenda luta” travada desde o ano de 2003, (articulada por São Roque e FIESP, para a redução do imposto a partir do precedente aberto por outros estados como o Rio Grande do Sul) que vem sendo continuada e tem o objetivo de conseguir uma isonomia fiscal em toda a cadeia produtiva, “baixando o imposto, aumenta-se o consumo”. Primeiramente colocaram a redução para 18%, igual a cerveja e a cachaça, depois citaram outros casos de isenções e tributação diferenciada, como o Pernambuco, Goiás, Rio Grande do Sul e o estado do Paraná aonde o ICMS é zero. Por fim destacaram a importância de buscar unificar a redução em nível nacional.

O ultimo grupo é o de projetos especiais que expos a importância de organizar as ações a curto, médio e longo prazo, a criação de Arranjos Produtivos Locais , criação da eno-gastronomia intermunicipal e identificação e caracterização dos elos da cadeia produtiva. A partir desse ponto, os grupos deveriam reunir-se e amadurecer as demandas levantadas, trazendo-as para as próximas reuniões ordinárias.

3.2.1.3. Terceira reunião (21/10/2009)

Pauta:

1. Abertura, leitura e aprovação da ata da reunião anterior (17/06/09);
2. Apresentação dos resultados das reuniões dos Grupos Técnicos:
 - Projetos Especiais: reunião realizada em 14/07/09;
 - Uvas para Processamento: reunião realizada em 31/07/09;
 - Uvas para Mesa: reunião realizada em 31/07/09;
 - Vinhos Artesanais: reunião realizada em 28/08/09;
 - Vinhos Industriais.
3. Discussão dos temas do item anterior e próximas etapas;
4. Outros assuntos;
5. Encerramento.

Realizada após cerca de três meses, essa reunião contou com a presença do Secretário Adjunto da SAA/SP, que destacou a importância de um evento turístico (cavalgada do circuito das frutas) para o setor e que uma feira de vinhos internacionais premiou alguns vinhos brasileiros. Colocou que esta Câmara *“esta fadada a ser uma das melhores da SAA/SP”*.

Devido à presença do secretário, a reunião foi conduzida de uma forma diferente, pois o presidente solicitou uma breve apresentação dos grupos de trabalho ao mesmo. O primeiro a apresentar os pontos foi o grupo de vinhos artesanais:

- legalização que é problemática, uma proposta é por meio das cooperativas;
- inexistência de uma unidade móvel de engarrafamento;
- inviabilidade do turismo rural dentro da propriedade.

Após esse grupo, foi a vez do grupo de uvas para processamento, que apontou os seguintes problemas:

- falta de um levantamento do que existe;
- falta de campos de avaliação da qualidade;

O grupo de uvas para mesa destacou a carência de técnicos especializados (em podas, enxertia etc) e que não existe uma reposição dos atuais.

Com a saída do secretário buscaram retomar a pauta original com a apresentação dos pontos discutidos nas reuniões paralelas ocorridas, todos os grupos produziram ata dos encontros, com exceção do grupo de vinhos industriais.

Para todos os grupos foi solicitado que elegessem dois aspectos problemáticos principais:

O grupo dos vinhos artesanais (reuniu-se no dia 28/08/2009) elegeu os seguintes: legalização e envase. Retomou a questão da identificação enquanto vinho artesanal propondo outros tipos de identificação como vinho familiar ou vinho regional.

Ao grupo vitícola para processamento (reuniu-se no dia 31/07/2009) que havia colocado a questão do levantamento da área cultivada com esse tipo de uva no estado, foi apresentado que esse mapeamento já foi feito, e que esse ponto é o mais desenvolvido dos tópicos.

O grupo vitícola para Mesa (reuniu-se no dia 31/07/2009) colocou novamente a questão da formação de mão-de-obra qualificada.

O grupo dos vinhos industriais (que não se sabe quando se reuniu) apresentou o ponto principal de reivindicação que é a isonomia tributária com outros estados, que passaria de 25% para 12% a arrecadação do ICMS, já que para eles outros estados são mais competitivos, como Paraná e Santa Catarina. O argumento é de que desse modo, haverá um aumento da arrecadação e conseqüente declínio da sonegação. Parece que foram encaminhadas algumas ações junto a secretaria, mesmo não tocando nas contrapartidas para a redução tributária.

O grupo de projetos especiais (reuniu-se no dia 14/07/2009) centralizou algumas informações no sítio do SP vinho.

3.2.1.4. Primeira reunião extraordinária (10/12/2009)

Programação:

Dia 10 dezembro 2009 - 13:00 às 17:00hs

13:00h – Abertura: Composição da Mesa;

13:40h – Apresentação dos resultados do projeto “Revitalização da Cadeia Vitivinícola Paulista” – palestras de pesquisadores do IEA, IAC, ITAL e UNICAMP;

15:40h – Pausa para o café;

16:00h – Informações do Setor de Vinhos e Bebidas do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA;

17:00h - Encerramento

Em menos de dois meses ocorreu a reunião com caráter extraordinário da câmara, em São Roque. No evento, novamente a presença do secretário adjunto, que se pronunciou a favor da vinícola Góes, comparando-a com a vinícola Salton, uma das maiores do estado do Rio Grande do Sul. Este se posicionou

favorável ao andamento das atividades dessa câmara, que de acordo com a sua avaliação, é a uma das que está dando mais resultado.

A reunião, na verdade foi um evento de apresentação dos resultados do projeto revitalização da cadeia vitivinícola paulista. Nesse projeto principal existem subprojetos: censo da cadeia, comportamento de cultivares para vinho, análises microbiológicas, perfil químico das videiras e caracterização molecular de cultivares de videira.

Iniciando com a apresentação do censo vitivinícola que teve dois anos de duração e visitou 950 propriedades dos quatro municípios. Foram realizadas 61 entrevistas em Jarinu, 284 em Jundiaí, 8 em São Roque e 592 em São Miguel Arcanjo, referentes a propriedades vitícolas. As propriedades que produzem vinho foram entrevistadas 14 em Jarinu, 98 em Jundiaí, 13 em São Roque e 15 em São Miguel Arcanjo. Este que foi apontado pelos pesquisadores como o município que tem maior participação na produção de uva e Jundiaí como o maior produtor de vinho.

A partir das entrevistas, foram elencados os principais desafios dos dois segmentos, para viticultura são os seguintes: falta de matéria-prima, impostos elevados, fraca coordenação entre os agentes (governança), ações individualizadas (tendo como base normalmente o município), ausência de informação dos produtores e grande informalização. Para vinicultura os desafios principais foram destacados: a vocação para o cultivo de uva para mesa, no caso dos pequenos produtores a informalização, a expansão imobiliária/preço da terra, falta de mão-de-obra, de mudas e de coleção genética.

Foram várias indicações de políticas públicas: formação de especialistas (viveiros), plano diretor efetivo, zoneamento agrícola do estado (através dos institutos e centros de pesquisa), formação de assistência técnica pública, buscar um fortalecimento da coordenação entre os agentes. Um mapeamento preliminar (e mais completo) começa a ser feito pelos pesquisadores e um aspecto marcante é que a mesma é dependente do Rio Grande do Sul, já que a matéria-prima para alguns vinhos vem de lá.

As potencialidades apresentadas valorizam os aspectos culturais, a tradição da produção, a concentração (histórica) da produção, o enoturismo, a articulação

recente dos atores (câmara setorial e projetos coletivos) e cultivar um tipo específico de uva para a produção de vinho, desenvolvida pelo IAC.⁵⁷

Outras apresentações⁵⁸ foram feitas, referentes aos resultados das análises químicas e microbiológicas dos vinhos de mesa. Alguns apresentaram problemas, mas, ao que parece podem ser sanados com boas práticas de produção, foram listados problemas com acidez volátil, com a proporção de álcool e extrato seco reduzido, adição de água ou açúcar. Nesse momento a reunião foi se esvaziando, devido ao excesso da terminologia técnica agrônômica.

3.2.1.4. Quarta reunião (10/03/2010)

Pauta:

1. Abertura, leitura e aprovação da ata da reunião anterior (21/10/09);
2. Indicação dos tópicos dos Grupos Técnicos:
 - Projetos Especiais;
 - Uvas para Processamento;
 - Uvas para Mesa;
 - Vinhos Artesanais;
 - Vinhos Industriais.
3. Discussão e Proposta de Ações referentes aos tópicos do item anterior;
4. Composição dos membros da Câmara Setorial;
5. Outros assuntos;
6. Encerramento.

Essa reunião começou quase com uma hora de atraso e certamente foi conduzida com muita pressa. Foi notado um aumento no número de presentes, alguns que ainda não haviam comparecido, como o diretor do SENAI, um representante do CEAGESP e alguns representantes de outros municípios, como Leme, (interessado em plantar uva (*para processamento) como “alternativa” para a expansão da cana), entre outros.

De acordo com a pauta, no início deveria ser feita a leitura da ata da reunião anterior, que não foi feita. Foi solicitado que se alguém tivesse algo a colocar que se manifestasse. Depois a reunião foi rapidamente conduzida, com a apresentação dos pontos principais dos grupos de trabalho, mas sem uma discussão aprofundada.

⁵⁷ Esse tipo de uva híbrida, é conhecida como uva “Máximo”, foi produzida pelo IAC. De acordo com os pesquisadores apresenta resultados satisfatórios para a produção de vinho. IAC 138/22, mais informações em <<http://www.iac.sp.gov.br/UniPesquisa/Fruta/Melhoramento/Videira.asp>>

⁵⁸ As apresentações estão disponíveis em:

<http://www.codeagro.sp.gov.br/camaras_setoriais/as_camaras/uva_vinho/uva_ata9.htm>

Foi colocado que o setor de uvas de mesa “*é o grupo distante dos demais*”. Mas não deixaram de se reunir, e apresentaram os 2 pontos de demandas do grupo de uvas de mesa (capacitação/cursos profissionalizantes e pesquisa – manejo), no entanto, a mesa conduzia a conversa para a redução de impostos, incentivos por parte do governo etc...

O grupo de uvas para processamento fez uma apresentação a respeito de uma técnica para cobertura de videiras. Nesse momento foi possível observar o conflito e o descontentamento dos pesquisadores com a mesa, que coloca as prioridades de cada grupo de acordo com o seu ponto de vista, houve um esvaziamento da reunião, e a mesa continuou conduzindo a reunião com muita pressa.

O grupo de vinhos artesanais estranhamente mencionou a superação da questão da formalização por meio das cooperativas e colocou como principal demanda o engarrafamento móvel. Novamente a mesa conduziu a discussão para a questão tributária.

O grupo de vinhos industriais reforçou a questão do ICMS e foi feita uma apresentação dos resultados de algumas experiências realizadas com uvas (para processamento) feitas por um grande produtor de São Roque. Com o tempo já avançado, a mesa inibiu a apresentação do grupo de projetos especiais, comentou apenas a necessidade de concentrar a informação e produção da câmara no site do SP-vinho.

No fim da reunião a mesa apresentou e passou a palavra para o diretor do SENAI, que encerrou a reunião apresentando um novo laboratório e equipamento para a análise do vinho.

Dois pontos problemáticos foram observados nesta reunião:

- descontentamento dos produtores de uva (para mesa) e os que direcionam as reuniões, (representantes do vinho industrial).

- condução por parte da mesa das demandas apresentadas pelos grupos para uma única questão fundamental que perpassa todas as atividades do setor, a redução tributária, no ponto de vista deles, exorbitante.

3.2.1.1. Quinta reunião (28/07/2010)

Pauta

1. Abertura, leitura e aprovação da ata da reunião anterior (10/03/10);
2. Visão Analítica dos Especialistas:
 - 2.1 Dr. Jose Fernando Protas – Pesquisador da EMBRAPA – Uva e Vinho e Coordenador de Desenvolvimento Estratégico do IBRAVIN – Instituto Brasileiro do Vinho
 - 2.2 Dr. Umberto Camargo – Ex-Pesquisador da EMBRAPA
3. Outros Assuntos;
4. Encerramento.

A reunião começou com uma repassada na agenda normal da câmara, através dos pontos trabalhados pelos grupos, que foram contemplados em cerca de uma hora e dez minutos de reunião. Para o grupo de uva de mesa: técnicas e tecnologias de produção e comercialização. No primeiro ponto foram apontadas várias técnicas como o cultivo em “Y”, que tem como precursor no estado de São Paulo o município de Louveira, que trouxe da região sul do país, e de acordo com os atores apresentou resultados expressivos. Outras técnicas foram apresentadas como correção do solo, cultivo protegido, integração e transferência de conhecimento. Para o segundo ponto foi colocada a importância de pressionar o estado para a compra da uva *in natura* e do suco para a merenda escolar, onde surgiu a proposta de estruturação de uma fábrica de suco de uva regional, que seria uma solução para a cadeia produtiva e conseqüentemente para o estado.

Passando para o grupo de uvas para processamento, os dois pontos principais foram: sistema de plantio com cultivo protegido, através de subvenção federal para o seguro da cobertura e não da planta e mecanização decorrente da falta de mão-de-obra, além da questão colocada anteriormente do aproveitamento da uva para suco. Além da criação da Cooper vinho paulista, que já é realidade.

O grupo de vinhos artesanais apontou formação de cooperativas para a legalização do setor e sistema móvel de engarrafamento. As demandas colocadas para o grupo de vinhos artesanais são as seguintes: formação de cooperativas para a legalização do setor e sistema móvel de engarrafamento. De acordo com a interpretação da mesa, melhoria do produto na sua forma genérica e formalização do setor. A cooperativa está em fase final de formalização, registro de todos os cooperados, registro dos rótulos, enfim o segmento acredita que em torno de seis meses estará pronta. O projeto da cooperativa prevê a formalização de uma plataforma de fabricação de suco e vinho de mesa da uva Niágara como regional do

tipo frisanete ou espumante. Na concepção dos atores o sistema de engarrafamento móvel vai possibilitar uma maior cooperação. Após essa apresentação, a mesa solicitou uma maior integração com outros municípios que podem utilizar-se das soluções já apresentadas pelos dois grupos (uva para mesa e processamento).

O principal tema apresentado pelo setor de vinhos industriais, como é de costume é a tributação. De acordo com a apresentação são “duas frentes de trabalho”: tentativa de redução do ICMS de 25% para 18%. Essa frente é trabalhada também em Minas Gerais, da qual participa o consultor que compõe a mesa de todas as reuniões dessa câmara paulista. Nesse sentido em São Paulo são trabalhadas duas iniciativas, uma “frente parlamentar na assembléia”, com o apoio de alguns deputados e ex-deputados e outra no executivo da secretaria de desenvolvimento com o mesmo pedido. A pressão exercida por esse setor, de acordo com as suas declarações é feita por meio de reuniões com o então secretário do desenvolvimento do estado (Geraldo Alckmin) e com a FIESP. O mesmo projeto (a redução da alíquota do imposto) colocado em Minas Gerais foi levado para o Pernambuco, os empresários buscam abrir o precedente em algum estado para levar aos outros.

A segunda “frente de trabalho” é dada no âmbito do MAPA, através de uma consulta pública que busca uma revisão da legislação do vinho, liderada por São Paulo e Rio Grande do Sul. Um questionamento surgiu na reunião, a respeito da previsão para a viabilização de pequenos produtores ou essa terminologia dentro dessas propostas, de acordo com a mesa de uma forma genérica a legislação vale para todos os tipos de produtores. Explica que existem na proposta de legislação, definições relativas ao vinho, tipos de vinhos e expressões permitidas, mas não há discriminações em tese, as regras são gerais. Além de comporem a mesa, majoritariamente, este segmento não apresentou nenhum documento para a câmara, em nenhuma reunião.

O grupo dos projetos especiais tem como principal bandeira a criação do FUNDOVINS e a participação do SP - vinho, enquanto instituto e gestor de informações. Destaca que a criação desse fundo depende do amadurecimento das discussões e do posicionamento dos empresários. É necessária a introdução de um imposto pago sobre a uva produzida, o que seria um reinvestimento no setor. Falta participação no SP-vinho como instituto, não pode ser de um grupo, mas do estado, enquanto entidade associativa, que tem caráter diferenciado dos sindicatos

patronais e das cooperativas, por isso a questão do engajamento. Foi colocado que o SP - vinho praticamente não existe, não possui representatividade, é cobrada intensamente a participação dentro desse instituto. De acordo com essa posição o SP - vinho deve ser um "guarda-chuva" para materialização de todas as discussões dessa câmara, o que não vem acontecendo. Esse grupo tem o interesse de tornar o Ibravin nacional e cada estado possuir um instituto como o SP - vinho em São Paulo.

Feitas essas considerações, passou-se a palavra para os dois especialistas convidados, que irão traçar um panorama do cenário nacional aproximando os segmentos produtivos do setor com os grupos criados por essa câmara

O projeto que os trouxe para SP é o projeto que está inserido num convênio que foi assinado pelo IBRAVIN, pelo SEBRAE nacional com apoio técnico da Embrapa. Durante o ano de 2008 o governo federal criou o PDP - Programa de Desenvolvimento da produção coordenado pelo MIDIC.

O setor vitivinícola está inserido nesse projeto. De acordo com eles constitui uma etapa do convenio SEBRAE nacional, o IBRAVIN, financiamento do MIDIC. Com base nesse projeto se pretende alicerçar toda uma programação nacional, envolvendo dez estados da nação focada em três eixos básicos

- BPA (Boas práticas agrícolas); em cada região, em cada pólo, estamos traçando um perfil e tem um conjunto de demandas prioritárias;
- BPF (boas práticas de fabricação); focado em tecnologias e treinamentos;
- Enoturismo, destacando o potencial de São Paulo. Desse modo, esses pesquisadores viajaram todo o país, SP, MT, GO, PE, BA, fazendo um apanhado geral do Brasil.

O setor é disseminado pelo país em grande número de pequenos produtores (SC, ES, PA, RS, Norte do PR, SP e MG). De acordo com os pesquisadores é uma questão para ter encaminhamento, solucionar e legalizar. Essa é uma situação recorrente em todo o país.

Em relação a uva de mesa foram identificadas diferentes características de produção, uvas finas, uvas de mesa, basicamente a variedade Niágara no país todo. Foram identificados alguns problemas, que de modo geral estão relacionadas a mão-de-obra e custo de produção, que é elevado. Na região de São Paulo, (Jundiaí, Vinhedo etc), o problema da mão-de-obra é evidente, o sistema exigente de trabalho dificulta, além dos preços pagos na uva em determinadas épocas, principalmente no início do ano.

Na área de uvas para processamento, três segmentos: vinho fino, de mesa e suco de uva. O suco de uva mostra crescimento grande no consumo e existem expectativas referentes ao mercado interno e nacional. Iniciativas são identificadas também em SC, RS, MT, PR, GO e ES. Segundo a explanação, a grande vantagem do Centro-Oeste é que uma pequena estrutura industrial se pode ter um volume tão grande quanto uma grande indústria do Sul. No nordeste está sendo buscada a produção do suco como alternativa, já existem variedades adaptadas e testadas lá e apresentam um bom desempenho. Enfim, no Brasil existem muitas iniciativas bem sucedidas.

Nos vinhos finos o que foi observado é um deslocamento da região tradicional, especialmente do vinho tinto para as regiões do sudeste, para as regiões da Campanha do RS, com um clima um pouco menos úmido. A região do Vale do São Francisco está crescendo na produção de vinhos finos de qualidade, na maioria vinhos jovens. No caso de São Paulo, os apresentadores destacaram o enoturismo e a fabricação de vinhos com uvas híbridas constitui uma potencialidade, terminou a sua fala dizendo que o estado de São Paulo é um inserido nesse projeto ambicioso de desenvolvimento do setor no país.

Por fim, a mesa retomou a palavra colocando a formalização de um convenio com o SINDUSVINHO e SENAI – Campinas, para de suporte para o setor vinícola industrial especificamente. O próximo tópico constitui a apresentação decorrente da aplicação dos questionários com alguns atores com questionamentos que surgiram durante o processo.

3.3 O papel das políticas públicas

O objetivo deste último tópico é apresentar os resultados das entrevistas realizadas com os atores que compõe a Câmara Setorial. De acordo com o andamento das reuniões realizadas pela câmara e a divisão estabelecida para os grupos de trabalho, buscou-se direcionar as entrevistas para pelo menos dois componentes de cada grupo (uvas para mesa, uvas para processamento, vinhos industriais, vinhos artesanais e grupo de projetos especiais).

O primeiro aspecto que deve ser considerado é o peso da representação dos atores na Câmara, as duas tabelas abaixo têm o objetivo de apontar a representação por meio dos presentes nas reuniões. Outro aspecto importante é que no caso dos produtores, notou-se que alguns deles possuem cargos no setor público, para a classificação na tabela, foi priorizado a identificação dos mesmos nas listas de presença das reuniões, que solicitam o setor do qual fazem parte.

Tabela 26 – Distribuição da representação dos atores da cadeia vitivinícola, em reuniões da Câmara Setorial

Composição dos presentes	1ª reunião	2ª reunião	3ª reunião	1ª reunião extraordinária	4ª reunião	5ª reunião
Setor público	18	22	19	35	20	16
Sindicatos/federações patronais	6	4	1	8	10	9
Sindicatos de trabalhadores
Associações/Cooperativas	3	7	4	3	4	2
Empresas/produtores	6	3	1	6	4	4
Consultorias	2	1	1	1	1	3
Universidades/faculdades/institutos federais	3	3	2	6	2	2
Outros (membros não classificados e não identificados)	...	1	...	5
Presentes	38	41	28	64	41	36

Tabela 27 – Distribuição da representação dos atores da cadeia vitivinícola, em reuniões dos grupos de trabalho da Câmara Setorial

Composição dos presentes	Uvas para mesa 1ª reunião	Uvas para mesa 2ª reunião	Uvas para processamento 1ª reunião	Vinhos artesanais 1ª reunião	Projetos especiais 1ª reunião
Setor público	4	5	4	3	2
Sindicatos/federações patronais	1	1	2
Sindicatos de trabalhadores
Associações/Cooperativas	...	1	1	3	1
Empresas/produtores	1		
Consultorias	1
Universidades/faculdades
Outros (membros não classificados e não identificados)
Presentes	5	7	6	6	6

Fonte: atas das reuniões, disponível em <http://www.codeagro.sp.gov.br/>

A partir da tabela observa-se que a maior parte dos presentes faz parte do setor público, sempre superior a 40% dos presentes, atingindo na 3ª reunião 67%. O segundo grupo predominante são os sindicatos patronais, seguidos pelos representantes das cooperativas. Outro aspecto fundamental é a inexistência de sindicatos de trabalhadores nas discussões do setor.

Para agendar as entrevistas com os atores que participavam das reuniões da câmara, foram várias as dificuldades, a principal foi agendar uma data para a sua realização. Uma solução encontrada foi enviar por e-mail o maior número de questionários para os atores, que resultou numa coleta 9 entrevistas. Duas delas foram feitas presencialmente, referentes aos representantes do setor público.

O questionário buscou contemplar algumas questões que surgiram, no decorrer das reuniões, bem como tributação, especulação imobiliária, enoturismo e processo de institucionalização. Além de questões referentes a especificidade do território do vinho paulista, concepção da câmara setorial e dos seus objetivos e expectativas futuras. De um modo geral, o objetivo principal da etapa empírica é responder a questão de qual tem sido o seu papel específico da câmara setorial da uva e do vinho paulista para o processo de institucionalização? Qual é a expectativa dos atores entrevistados quanto a natureza e o papel desempenhado pela câmara?

Foram elaboradas 13 questões no total que contemplaram os pontos destacados. Os 11 entrevistados foram os seguintes:

- presidente da câmara setorial e grande produtor de São Roque;
- consultor do sindicato do vinho de Jundiaí e do sindicato do vinho de São Roque;
- diretor nacional de turismo rural e membro do SP-Vinho;
- diretor do sindicato rural patronal de Jundiaí;
- pequeno produtor, secretário de desenvolvimento, turismo, indústria, agricultura e comércio de Louveira;
- pesquisador do IEA e secretário geral das câmaras setoriais de SP;
- Pesquisadora do IEA e coordenadora do projeto da FAPESP;
- pequeno produtor de São Miguel Arcanjo;
- pequeno produtor e secretário da agricultura São Miguel Arcanjo;
- engenheiro agrícola e funcionário da prefeitura de Jundiaí;
- engenheiro do IAC/CEA de Jundiaí.

Segue as questões com uma síntese das respostas apresentadas pelos atores que participaram das atividades da câmara setorial da uva e do vinho paulista:

1 – O que é ou o que significa para o senhor (a) a produção vitivinícola?

De modo geral todos os entrevistados distinguem o setor em dois segmentos, o de produção de uva (mesa e processamento) e de produção de vinho. A uva se destaca como uma das frutas mais praticadas no estado de São Paulo, o setor demanda mão-de-obra muito especializada, mas de acordo com os entrevistados apresentam perspectivas muito promissoras no médio e longo prazo no estado de São Paulo.

Foram apontadas as seguintes vantagens para o setor paulista: terras para cultivo, tecnologia, conhecimento científico e maior mercado consumidor do Brasil, desenvolvimento da produção de sucos e concentrados, geração de emprego e renda (principalmente a uva), importância social (trabalho familiar) como contrapartida a expansão da cana de açúcar. A produção do vinho, atividade complementar, outra fonte de renda (principalmente em Jundiaí e São Roque), associada ao turismo proporciona a viabilização econômica de pequenas propriedades e uma sustentabilidade dessa população no meio rural frente a expansão urbana, além de manutenção da paisagem agrícola desses municípios.

As principais barreiras do setor são de ordem técnica, econômica e cultural, foi apontada também a importação de suco e concentrado de uva e vinho a granel ou engarrafado de outros Estados (principalmente do Rio Grande do Sul), desvalorização do vinho comum e a pressão imobiliária.

2 - O que a sua cidade e a sua região têm de específica na produção vitivinícola do estado?

Foi relatado pelos entrevistados um limite na expansão de áreas para viticultura, nesse caso deve ser vinculada a produção do vinho, como fonte complementar e ao enoturismo. (Jundiaí, Jarinu e São Roque). Diferentemente, São Miguel Arcanjo, (em torno de 40% da produção do estado), Pilar do Sul e Capão Bonito constituem área de expansão da atividade, demandam esforços de políticas públicas (principalmente municipais). Outros pontos foram tocados, a região de Jundiaí foi a primeira do Brasil na qual a atividade logrou sucesso econômico,

atualmente área pequena destinada à produção de uvas para vinho. Produção de “vinhos artesanais” em pequenas adegas e enoturismo.. Louveira é uma referência a nível nacional na produção de uvas para mesa, (variedade Niágara), crescimento da produção de uvas para processamento (variedades americanas) e grande potencial (variedades finas - Syrah e Sauvignon Blanc) presença de vinho comum e fino, elaborados com uvas da região do Circuito das Frutas. São Roque, passado de cultivo de uva e produção de vinhos de mesa (comuns) atualmente sofre com a especulação imobiliária, com o êxodo rural e com mudanças no cenário competitivo do setor.

3 - Porque o estado de São Paulo ficou rotulado com a fama de “não produzir vinho de qualidade”? (Agência Fapesp). Como o projeto da revitalização da cadeia produtiva pode mudar esse quadro?

Alguns entrevistados destacaram o peso da produção do vinho de mesa, o vinho comum ou vinho colonial (85 % do mercado nacional), considerado por um pequeno grupo de consumidores de vinho fino como “vinho de baixa qualidade”. A fama do vinho paulista decorre de alguns problemas principais elencados pelos entrevistados:

- Falta de padrões de qualidade na indústria e na agricultura;
- Picos de demanda externa;
- Público interno pouco exigente e com pouco conhecimento do assunto;
- Manter custos baixos na produção;
- Falta de matéria prima, uva para vinho diminui gradativamente em São Paulo, devido a maior rentabilidade econômica da uva para consumo in natura;
- engarrafa vinhos adquiridos de outras regiões produtoras;
- Falta de fiscalização adequada;
- Lucro acima da qualidade;
- Falta de pesquisa por variedades que dessem melhores vinhos, (vinho de mesa, o comum);
- Deslocamento de mão-de-obra para regiões produtoras;
- O baixo valor agregado do vinho comum;

- Falta de “*terroir*” adequado e tecnologia de vinificação apropriada;

De acordo com as respostas, a revitalização deve trabalhar no sentido de tratar esse vinho em outro produto, já que os formadores de opinião têm o padrão do vinho fino, (*vitis viníferas* européias). Os problemas mais urgentes podem ser resolvidos por meio de assistência técnica, com cursos com uma formação desse vinicultor paulista. Desse modo, buscar acabar com o preconceito existente dentro do próprio setor, em relação a esse vinho, através de uma indicação geográfica do vinho paulista. Pelas regras do (MAPA), esse vinho é um produto diferenciado e dever ser tratado como tal. Não existe um impedimento para a indicação geográfica, o maior entrave existe no setor, os especialistas obedecem ao padrão internacional, consideram que só o vinho fino pode ter indicação geográfica. No caso do mercado brasileiro, o produto traz benefícios (benefícios sociais, emprego, renda, mercado, consumo e turismo). Distintas possibilidades foram apontadas bem como, a produção aliada a um contexto turístico, a evolução recente de outros produtos, capacitação agrônômica e enológica do setor na nossa região.

Outro aspecto levantado foi que quando o vinho chegou na região sul, também não tinha qualidade, mas era vendido, como é até hoje, com marcas de indústrias paulistas, mantendo a fama de vinhos sem qualidade, mesmo não sendo feitos em São Paulo. Convém lembrar que vinhos com maior qualidade estão sendo feitos no sul a menos de 20 anos e ainda não se firmaram no mercado, recebendo apenas recentemente algum reconhecimento.

4 – O que é ou o que significa para o senhor (a) a Câmara Setorial da Uva e Vinho?

Essa questão apresentou várias respostas, que apresentam vários pontos em comum, no geral constitui um canal de representatividade para o setor privado e os entrevistados se mostram otimistas:

- “Espaço de negociação entre os agentes da cadeia fundamental, que possibilitou o diálogo entre produtor de uva e o de vinho (elos básicos da cadeia)”;
- “É a forma de sermos organizados e nos cotizarmos e alinharmos nossas ações em busca dos mesmos objetivos”.
- “Espaço que reúne as competências necessárias das mais variadas áreas para a efetiva articulação de uma solução, que necessariamente deve ser integrada”;

- “Órgão de direcionamento de política setorial e pressão sobre entidades de decisão na esfera governamental e para-governamental;
- “Significa a importância que nosso setor despertou ao Estado, já que sentimos certa atenção da parte do órgão competente do Governo, a (SAA)”;
- “Fórum capaz de catalisar as demandas dos interessados e envolvidos com a atividade e significa a real possibilidade de desenvolver um projeto ambicioso no Estado de SP, (compromissadas com a idéia de alcançar a autonomia de produção de uva para processamento objetivando a elaboração de vinho e também de sucos e concentrados)”;
- “Significa um importante espaço para discutir conjuntamente as ações necessárias e possíveis de se desenvolver conjuntamente visando resolver os principais gargalos do setor”;
- “Local que reúne a cadeia produtiva e discute a realidade do mercado vitivinícola, para em um segundo momento desenvolver projetos que venham de encontro aos pontos comuns destes pares. Um terceiro ponto, envolver o Governo do Estado nestas ações”;
- “Um caminho para consolidação do setor”;
- “Fórum importante, pois envolve representantes de diversos setores ligados a uva e o vinho na busca de soluções para problemas relacionados ao cultivo da uva de mesa, da uva para processamento, da agroindústria familiar e também da agroindústria de grande escala”;
- “Entidade com função de reunir esforços na cadeia da uva e vinho e direcionar pressão para os agentes tomadores de decisão”.

5 – Qual a importância que tem para o senhor (a) a Câmara Setorial da Uva e do Vinho e a organização da cadeia produtiva para a revitalização vitivinícola paulista e o desenvolvimento local e regional?

Foi destacado pelo secretário geral das câmaras, que em São Paulo existem 19 câmaras em pleno funcionamento importantes por unir todos os agentes da cadeia para poder discutir num local só. A criação dessa câmara decorreu da pressão do setor (principalmente da indústria).

No que diz respeito a atuação da câmara, a mesma segundo os entrevistados, tem a função de conhecer os agentes, mobilizá-los e adequar ações

de pesquisa para remover os “gargalos” ao desenvolvimento da mesma. Para o Estado, tem a importância de ouvir os diversos segmentos da cadeia de produção, discutir a elaboração de políticas públicas para o setor.

6 – Em sua opinião o que está mudando (mudou) no processo de revitalização vitivinícola da sua cidade e sua região depois da criação da Câmara Setorial da Uva e do Vinho?

A câmara parece acompanhar um processo de mudança, de organização e associação, de estruturação de um coletivo do setor que é fundamental para o desenvolvimento, para a revitalização. Além da conscientização das representações coletivas, onde os elos da cadeia são ouvidos e respeitados politicamente neste momento junto aos órgãos competentes, essas são as colocações deles.

Foi tocado também que esse processo organizado de condução das soluções busca um compromisso do empresariado com o bem comum, profissionalismo, visão de futuro e engajamento do Estado. Significa a modernização do setor produtivo. As ações da câmara setorial estão e estarão surtindo efeito ao longo do tempo, mas hoje pouco ainda se pode sentir dessas ações, as iniciativas deverão beneficiar a todos num médio prazo. Maior conscientização do setor sobre a necessidade de mudar o patamar tecnológico e buscar se adequar aos novos tempos. Aceleração dos movimentos de cooperativismo de pequenos produtores. A pesquisa produziu novos métodos e nova instrumentação para alavancagem do setor.

7- Em sua opinião, de que maneira a Câmara pretende (pode) contribuir para a competitividade, para a governança e para a sustentabilidade da cadeia produtiva? Quais os principais desafios (problemas) para atingir esses objetivos?

Vários desafios gerais foram elencados, como: a representatividade de todos os elos da cadeia, investimento em pesquisas para novas variedades, recursos para implantação de agroindústria comunitária, organização da cadeia como um todo, superar as dificuldades de comercialização e novamente, a questão tributária. Contribuir efetivamente para o desenvolvimento e sustentabilidade da cadeia

produtiva através da geração de renda e emprego, pode contribuir politicamente levando as dificuldades para a SAA.

Para a governança, o principal desafio é criar uma visão de totalidade, pensar o estado, não os municípios e as microrregiões. As rivalidades entre municípios e bairros dentro de um município constituem entraves

Na visão dos pesquisadores, os principais desafios são três principais: capacitação das instituições envolvidas, desenvolver capacidade produtiva para abastecer São Paulo com a matéria prima local e buscar apoiar a mecanização total da viticultura. De acordo com eles, a mecanização é solução urgente para todos os processos de manejo da videira, desde a poda até a colheita.

8 - Qual o papel do Turismo neste processo de revitalização do setor vitivinícola? Atividade secundária ou complementar?

Todos os entrevistados entendem o turismo como atividade complementar, sendo destacado por alguns a existência da câmara setorial de turismo e lazer no meio rural, da qual participam alguns membros da câmara vitivinícola. Foi respondido que o turismo é responsável por agregar valor ao produto incorporando ao mesmo, a paisagem, elementos históricos e a hospitalidade.

A atividade vitivinícola e o turismo, na concepção dos atores são atividades imbricadas em todos os elos da cadeia produtiva. É realidade nos quatro municípios estudados, em São Roque é estruturado, tem apoio do poder público municipal, engajamento do SINDUSVINHO, ligado aos grandes produtores e envasadores. O município recebe uma média de 2000 turistas por fim de semana. Em Jundiaí e Jarinu, a atividade possibilita um fluxo de turistas parecido com São Roque, (“vinhos artesanais” comercializados nas propriedades). Em São Miguel Arcanjo, o “turismo rural” falta a organização de um roteiro, mas que parece ter uma perspectiva interessante, na opinião dos entrevistados.

9 - Quais os principais desafios de cada grupo técnico de trabalho criado na Câmara? Em quanto tempo estes desafios serão superados?

De maneira geral melhorias tecnológicas em todos os níveis da cadeia, identificar variedades de videira adaptadas ao micro clima de São Paulo e gerar uma identidade local. Especificamente para o vinho industrial é o ICMS, como já observado nas reuniões, na opinião deles, o estado de São Paulo não compete em nível de igualdade com os outros estados, principalmente com o maior produtor que é o Rio Grande do Sul. Na concepção deles a contrapartida seria a criação do FUNDOVITIS (investimento em pesquisa, investimento na uva paulista, gerar emprego e renda no estado, então fortalecer o produtor de uva no estado).

Para os vinhos artesanais as principais questões são: a informalidade, definir o que é artesanal (primeiro passo para a formalização), os movimentos de cooperativismo, e de uma regulamentação do conceito de artesanal e da pequena produção de vinho.

Os componentes do grupo de projetos especiais identificaram como principal desafio a criação do FUNDOVITIS, para re-investimento em pesquisa.

O grupo de uva para vinho apontou o preço e reduzir o custo de produção (mecanização). A questão climática, segundo eles, constitui um mito, porém em São Paulo o foco da produção é uva de mesa (variedades Niágara principalmente em Jundiaí e São Miguel Arcanjo), devido a sua rentabilidade maior. A solução apontada é desenvolver as variedades existentes e tecnologias. A médio e longo prazos, investir nas uvas viníferas (variedades Isabel e Bordô, que são importadas da região sul).

10 – O senhor (a) conhece o decreto-lei do Estado sobre os Arranjos Produtivos Locais? Qual a sua avaliação a respeito da constituição de um Arranjo Produtivo Local da uva e/ou do vinho no Estado de São Paulo?

A maior parte dos entrevistados não conhecia o decreto, alguns o vêem como alternativa para vários problemas como a especulação imobiliária. No entanto, os representantes do poder público têm conhecimento do decreto-lei. Colocaram dificuldades para o estabelecimento de um APL, como distribuição geográfica, diferentes níveis em que se encontramos estabelecimentos da cadeia produtiva, a

falta de lideranças locais e organizar atividades correlatas num mesmo território, na opinião de um deles, em São Paulo um Arranjo Produtivo Setorial seria mais adequado.

11 – Como pode ser enfrentada na Câmara a questão colocada da pressão da especulação imobiliária sobre os produtores? Quais os mecanismos necessários para coibir essa pressão? (principalmente São Roque e Jundiaí)

Todos os questionários colocaram que a especulação imobiliária é uma realidade, o aumento do valor da terra (em Jundiaí - muitas propostas para venda da propriedade) o que os prende a terra é a tradição.

O plano diretor deve fixar uma área para a viticultura desenvolver atividades complementares, como o vinho e o turismo. Políticas de governo para criar estímulos para a manutenção dessas áreas com culturas agrícolas, capacitação empresarial e investimento em pesquisa de variedades e técnicas de manejo, viabilização econômica das pequenas propriedades que caracterizam o local, conscientização pública, pressão sobre políticos, eleição de representantes comprometidos e instalação de compensações financeiras estatais, para que o produtor seja remunerado pela produção de paisagem, visando proteger as características da região e por fim a diminuição da carga tributária.

12 – Quais são as contrapartidas negociadas para as demandas levantadas na Câmara como a redução do imposto? Aumentar o emprego e a renda? Reduzir a informalidade? Melhorar a produtividade e a qualidade dos produtos? Outras? (os quatro municípios).

Certamente a questão que menos trouxe contribuições foi esta, deixando claro que não existe interesse em ser colocada como questão prioritária na câmara. Do ponto de vista do poder público, a principal contrapartida deve ser a criação do FUNDOVINIS, o qual constituirá uma fonte de reinvestimento no setor, (financiado principalmente pela indústria) principalmente em atividades de pesquisa.

13 – Em sua opinião quais foram os impactos no setor vitivinícola da crise econômica internacional iniciada em 2008? Quais são as suas expectativas para os próximos cinco e dez anos?

A última questão mostrou de maneira geral que os impactos não foram expressivos, devido ao fato do vinho paulista não constituir um produto para exportação e possui um consumo elevado no mercado interno, os 15% do vinho fino sofre a concorrência principalmente com os chilenos e argentinos. Os impactos foram destacados para os grandes produtores, no caso dos pequenos observou-se um breve impacto no turismo, que não se prolongou.

As expectativas dos atores são favoráveis, mas dependem da organização desses produtores, para propor soluções às barreiras existentes, como a questão imobiliária, a guerra fiscal e escassez de mão-de-obra. Foram levantadas as vantagens: turismo, o circuito das frutas, o trem, as cavalgadas, etc.

Destacou-se a movimentação interessante de associativismo/cooperativismo dos pequenos produtores artesanais, de formar essa base de vinícola do estado e com interesses de produzir o vinho paulista. Oportunidades de desenvolvimento de negócios em torno da uva, do vinho, derivados, sucos e concentrados, portanto, a perspectiva foi declarada como boa para o vinho industrial (uva americana e híbrida), e para o vinho fino (uva européia), que for comercializado dentro vinícola.

Algumas expectativas negativas foram apontadas para São Paulo que podem ser agrupadas em duas principais: aumento da oferta de uva no mercado interno, principalmente das uvas produzidas no nordeste; necessidade de profissionalização do setor, crescimento de outros produtos (suco de uva) que consomem a matéria prima utilizada no vinho de mesa.

3.4 Considerações Finais

A presente dissertação de mestrado teve o objetivo de avaliar a territorialização do processo de revitalização da cadeia vitivinícola do estado de São Paulo. Para tanto, o acompanhamento das atividades, na câmara setorial foi fundamental.

A proposta de revitalização partiu fundamentalmente do município de São Roque, tendo como “pano de fundo” a negociação para redução tributária iniciada há alguns anos atrás. A criação da câmara deu-se por pressão da indústria do vinho são-roquense (SINDUSVINHO) em parceria com o poder público municipal para reverter o quadro de escassez da uva destinada ao processamento.

O projeto de revitalização pautou-se nos objetivos do projeto de políticas públicas aprovado na FAPESP, coordenado pelo IEA, que de maneira geral seria identificar os gargalos do setor e alavancar a produção de uva e vinho no estado de São Paulo.

Os relatos apresentados têm o objetivo de apresentar a dinâmica das reuniões e de que maneira são tratadas e negociadas as questões apresentadas pelos atores. A partir desse quadro de referência podem ser levantadas algumas questões problemáticas para a democratização da câmara em questão:

A revitalização tem o objetivo central de desenvolver o segmento de uvas para processamento com o intuito de liberar os empresários da dependência do Rio Grande do Sul, de onde importam matéria-prima. Desse modo, buscam legitimar o desenvolvimento de um tipo de uva paulista mais competitiva e aumentar a renda dos produtores, de modo que não abandonem a produção, através de estratégias como o enoturismo;

Apesar do fato de o setor vinícola ter um peso muito baixo no estado, os empresários do vinho paulista têm pressionado o poder público para a viabilização da parte técnica, vinculada a pesquisa e tributária;

A principal demanda da indústria é referente a questões tributárias, com discussões excessivas sobre a necessidade da redução tributária, através do argumento e explicitação (mencionado em praticamente todas as reuniões) dos precedentes existentes em outros estados como o Paraná e Rio Grande do Sul.

Essa é uma questão ainda não compartilhada por outros segmentos, como os vinhos artesanais, por exemplo;

Uma questão importante a ser discutida e que nunca foi colocada em nenhuma reunião, nem respondida adequadamente nos questionários é quais seriam as contrapartidas para a redução do ICMS, previstas normalmente em negociações desse tipo;

Não existe representação dos sindicatos dos trabalhadores da indústria do vinho presentes nas reuniões, considerando que existiam em 2008 pelo menos três empresas de porte médio no estado (até 499 vínculos);

- a redução tributária é posta como um fim em si mesmo, que traria a “reboque” o desenvolvimento do setor, aumentando emprego, gerando renda, melhoria dos produtos, etc

Os representantes do setor público têm uma visão restrita sobre as contrapartidas. É colocada apenas a criação do FUNDOVINIS como contrapartida para a redução tributária almejada pela indústria. O fundo tem um caráter de reinvestimento no setor, o que geraria o desenvolvimento da uva para a indústria;

Conflito entre os grupos, o segmento de uvas para mesa é colocado como “distante dos demais”, mas os indicadores apontam para uma especificidade do estado de São Paulo.

Devido à especulação imobiliária excessiva em Jarinu, Jundiaí e São Roque. Existe uma tendência em explorar os municípios produtores (de uva para mesa), como São Miguel Arcaño para o plantio de uvas destinadas ao processamento;

O tipo de governança territorial presente na câmara setorial da uva e do vinho paulista pode ser classificado como pública devido ao predomínio numérico de representantes do setor público, no entanto, a territorialização das ações tem o objetivo de fornecer elementos para viabilizar a atividade econômica do vinho industrial, além de ser um tanto “obscura” a negociação a respeito da redução tributária que não é trazida para discussão na câmara.

A partir dessas considerações é possível concluir que a revitalização é um projeto viável se for pensado em longo prazo, mas apresenta expectativas favoráveis por parte dos atores (tanto privados como públicos), devido principalmente a duas questões centrais: um movimento de articulação recente que não existia observado principalmente entre os pequenos produtores (associativismo e cooperativismo) e

integração de vários institutos do poder público. Os produtores maiores, no entanto, já estão organizados, por isso observou-se um predomínio de interesses desses grupos nas reuniões e na coordenação territorial. A câmara setorial, desse modo, vem sendo conduzida pelo grupo mais organizado. É utilizada para legitimar uma demanda específica da indústria vinícola, por isso questões relevantes para o setor como a legitimação dos produtores e desenvolvimento das uvas para mesa enquanto especificidade paulista é colocada de forma superficial. O que se observa é a primazia do setor de vinhos industriais no projeto de revitalização, conduzindo as discussões para a sua demanda central que é a diminuição do imposto (ICMS) sem levar em conta as contrapartidas necessárias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALLAIRE, G. "Crecimiento y crisis en la agricultura". In BOYER, R.; SALILLARD, Y. (orgs). **Teoría de la Regulación: estado de los conocimientos**. Buenos Aires, Ed. Asociación Trabajo y Sociedad, 1997, vol. II, cap. 34, p. 153-160.

ANDRADE M. C. **Espaço, polarização e desenvolvimento. Uma introdução a economia regional**. 5 edição. São Paulo. atlas 120p.1987

ANDRADE, M. C. **Brasil, globalização e regionalização**. Artigo apresentado na sessão de abertura Curso de Mestrado em Geografia. UFF, Rio de Janeiro, março 2001.

ANDRADE, M.C; **A Federação Brasileira: Uma análise geopolítica e geo-social**. 2ª. Edição, Série Repensando a Geografia, SP: Contexto, 2003.

ANETE, J. ANOS 90: REESTRUTURAÇÃO DA VITIVINICULTURA DO RS? **Indicadores Econômicos FEE**, Vol. 20, No4 (1993). Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/viewArticle/760>>

ANFAVEA. **Rumo ao futuro. Os acordos setoriais automotivos de 1992, 1993 e 1995**. São Paulo SP, março de 1995. 104p.

ARAÚJO, T. B. De. **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro. Heranças e urgências**. Rio de Janeiro. Revan: Fase, 2000.

BAER, W. **A economia brasileira**. Trad. Edite Sciulli, 2ª ed. São Paulo: Noberl, 2002.

BEGATTINI, G. "O Distrito Marshalliano: Uma noção sócio-econômica". In BENKO, G.; LIPIETZ, A (org.), **As Regiões Ganhadoras. Distritos e Redes: Os novos paradigmas da Geografia Econômica**. Oeiras-Portugal: Celta Editora, 1994, p. 45-58.

BENKO, G. **Economia, Espaço e Globalização: na aurora do século XXI**. São Paulo: Hucitec, 1996.

BENKO, G; LIPIETZ, A. "De La regulación de los espacios a los espacios de La regulación". In BOYER, R.; SALILLARD, Y. (orgs). **Teoría de la Regulación: estado de los conocimientos**. Buenos Aires, Ed. Asociación Trabajo y Sociedad, , vol. II, cap. 29, 1997, p. 103-123.

BENKO, G. A recomposição dos espaços. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local - Interações**, Universidade Católica Dom Bosco/MS, v. 1, n. 2, p. 7-12, março de 2001.

BENKO, G. & PECQUEUR, B. "Os recursos de territórios e os territórios de recursos". **Geosul**, Florianópolis, v. 16, n. 32, p. 31-50, jul. /dez, 2001.

BERNARDI, A. **Estratégias de desenvolvimento local e regional: um estudo sobre o circuito das frutas e sua articulação com a região metropolitana de Campinas – SP.** Dissertação de mestrado Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP. Instituto de Geociências. 2009.

BOYER, R. Os modos de regulação. in FIORI, J. L. et al org. **Globalização: o fato e o mito.** Rio de Janeiro, Ed. UERJ, 1998.

BNDES – Banco de Desenvolvimento Econômico e Social, **Arranjos Produtivos Locais e Desenvolvimento.** Área de Planejamento e Departamento de Produtos – DEPRO. Rio de Janeiro. 2004.

BRASIL - MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Secretaria de Políticas de Emprego e Salário - **Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)**, ano base 1994. Disponível em:< <http://www.mte.gov.br/pdet/index.asp>>

BRASIL - MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Secretaria de Políticas de Emprego e Salário - **Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)**, ano base 200. Disponível em:< <http://www.mte.gov.br/pdet/index.asp>>

BRITTO, Jorge (2001). **Relevância de PMES em APLs na indústria brasileira: uma análise a partir de dados da RAIS.** Redesist. Disponível em: <www.redesist.ie.ufrj.br>

BRUGNARO, R. **Determinantes da participação da agropecuária no PIB do Brasil e dos EUA.** Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo, USP, PIRACICABA, Escola superior de agricultura Luiz de Queiros 2006, 91p.

CARNEIRO W. M A; COELHO, M. C. G. **A vitivinicultura no nordeste brasileiro: características e perspectivas da atividade para a região.** XLV Congresso da SOBER. Londrina, SP, 22 a 25 de julho de 2007. Disponível em: <www.sober.org.br/palestra/6/189.pdf>

CASTRO, I. E. **Instituições e território no Brasil. Algumas possíveis razões das diferenças.** In: I Seminário Internacional: O desenvolvimento local na integração: estratégias, instituições e políticas, 2004, Rio Claro. Anais do I Seminário Internacional O desenvolvimento local na integração: estratégias, instituições e políticas. CD ROOM, Rio Claro: UNESP, 2004.

CASTRO, I. E. Instituições e território: Possibilidades e limites ao exercício da cidadania. **Geosul**, Florianópolis, v. 18, n. 36, p. 7-28, jul/dez 2003.

CHROIX, L. L. A; FIRMINO, A. T; GARCIA, C. **Algoritmos para identificação de aglomerações territoriais Especializadas - ATES.** 2003, Redesist. Artigo disponível em:<www.redesist.ie.ufrj.br/>

CHIAPETTA, R. V. **Avaliação de índices de concentração espacial na identificação e análise da regionalização de aglomerações produtivas na fabricação de produtos alimentícios e de bebidas no Estado de São Paulo.** Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2008.

COCCO G. & GALVÃO A.P; SILVA G. (Orgs.) **Capitalismo Cognitivo: trabalho, redes e inovação**. Rio de Janeiro, Ed. DP&A. BANCO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES (2004), Arranjos Produtivos Locais e Desenvolvimento. Área de Planejamento e Departamento de Produtos – DEPRO. Rio de Janeiro, 2003

COURLET, C; PECQUER, B. “Os sistemas industriais locais na França”. In: BENKO, G. **Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI**. São Paulo: Hucitec, 1996 p. 49-62.

CROCCO, et al. **Metodologia para a identificação de Apls potenciais**. Texto para discussão, n 212, Cedeplar 2002.

DALLABRIDA, V. R. **Governança territorial: Um primeiro passo na construção de uma proposta teórico-metodológica**. 3º Seminário Internacional sobre Desenvolvimento local. Santa Cruz do Sul: Unisc, 2006. Disponível em <<http://www.capitalsocialsul.com.br>>.

DALLABRIDA, V. R. “A gestão territorial através do diálogo e da participação”. **Revista Electrónica de Geografia e Ciências Sociais**, Barcelona, Univ. de Barcelona, v.11, n. 245, agosto de 2007. Disponível em <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-24520.htm>>.

DALL’ACQUA, C. T. B. **Competitividade e Participação: cadeias produtivas e a definição dos espaços geoeconômico, global e local**. Ed. Annablume, São Paulo, 2003.

DINIZ FILHO, L. L. **O contexto da globalização e seus efeitos (reais e imaginários) sobre a dinâmica regional recente no Brasil**. In: I Seminário Internacional: O desenvolvimento local na integração: estratégias, instituições e políticas, 2004, Rio Claro. Anais do I Seminário Internacional O desenvolvimento local na integração: estratégias, instituições e políticas. Rio Claro: CD ROOM, UNESP, 2004.

FARIAS, C. V. F. “A indústria vitivinícola e o desenvolvimento regional no RS: uma abordagem neoinstitucionalista da imigração italiana aos dias atuais” **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional** G&DR, Taubaté, SP, Brasil v. 5, n. 2, p. 64-93, mai-ago/2009.

FURTADO, C. **Introdução ao Desenvolvimento: Enfoque Histórico-Estrutural**. RJ: Paz e Terra, 2000.

FUNDAÇÃO SEADE. **O estado dos municípios 2004-2006**. Índice Paulista de Responsabilidade Social. Síntese das Regiões Administrativas. 2009. Disponível em <<http://www.seade.gov.br/>>

GAROFOLI, G. **Os sistemas de pequenas empresas**. In: BENKO, G. Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI. São Paulo: Hucitec, 1996 p. 33-48.

HARVEY, D. **A Produção Capitalista do Espaço**. 2ª. edição. SP: Anna Blume, 2005.

INGLEZ DE SOUSA, J. S. **Uvas para o Brasil**. (coord), Piracicaba: Fealq, 1996.

LASTRES, H. M. M., CASSIOLATO, J. E. “Novas Políticas na Era do Conhecimento: O Foco em Arranjos Produtivos e Inovativos Locais”. In **Rede de Sistemas Produtivos e Inovativos Locais (REDESIST)**. Rio de Janeiro: UFRJ/IE, 2004. Disponível em: <http://www.redesist.ie.ufrj.br>. Acesso em agosto de 2005.

LIMA, J., P., R. Cachaça Artesanal e Vinhos Finos no Nordeste: Desafios, Potencialidades e Indicações de Políticas. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 37, nº 4, jul-set. 2006 p. 609-628.

LIPIETZ, A. **Miragens e Milagres. Problemas da Industrialização do Terceiro Mundo**. São Paulo, Nobel, 1988.

LLORENS, F. A. **Desenvolvimento econômico local. Caminhos e desafios para a construção de uma nova agenda política**. Tradução de Antônio Rubens Pompeu Braga. Rio de Janeiro. BNDES, 1ª edição, 2001. 232p

MAILLAT, D. **Globalização, meio inovador e sistemas territoriais de produção**. Revista internacional de desenvolvimento local. Vol.3, nº4, p. 9-16, março 2002.

MATOS, P. O. **Análise dos planos de desenvolvimentos elaborados no Brasil após o II PND**. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo USP, Piracicaba, Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiros, 2002 184p.

MEDEIROS, MARLON CLOVIS **A geografia econômica do setor agroalimentar brasileiro: investimentos, recursos ociosos e dinâmica cíclica (1990-2007)**. Tese de Doutorado, Programa de pós-graduação em geografia humana. Universidade de São Paulo/SP, 2009 262p.

MOREIRA, Ruy. **Modelo Industrial e meio ambiente no espaço Brasileiro**, Geographia – Ano V – nº9 -2003.

OLIVEIRA, F. de; Faria, V.; Giannotti, J. A. (coord.) Os cavaleiros do antiapocalipse: o acordo das montadoras. **Projeto de Pesquisa**, Cebrap, São Paulo, 1992, 29p.

OLIVER, G. S. Debates científicos e a produção de vinho paulista, 1890-1930. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, n. 54, p.239-260, 2007.

PECQUER, B. “O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem de desenvolvimento para as economias do sul. **Raízes**, Campina Grande, Vol. 24, n. 01 e 02, p. 10–22, jan./dez. 2005. Disponível em: http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo_53.pdf

PIRES, E. L. S. “Crise econômica, reestruturação produtiva e emprego: transformações nas montadoras da indústria automobilística no Brasil”. In

CARLEIAL, L.; VALLE R. (org). **Restruturação produtiva e mercado de trabalho no Brasil**. Hucitec – Abet, São Paulo, 1997.

PIRES, E.; MÜLLER, G.; VERDI, A. “Instituições, Territórios e Desenvolvimento Local: delineamento preliminar dos aspectos teóricos e morfológicos”. **Geografia** – Associação de Geografia Teorética - Rio Claro, SP: v. 31, p. 437-454, set./dez. 2006.

PIRES, E. L. S. “Mutações econômicas e dinâmicas territoriais locais: Delineamento preliminar dos aspectos conceituais e morfológicos.” In SPÓSITO, E. S.; SPÓSITO, M. E. B.; SOBARZO, O. (org.), **Cidades Médias: Produção do Espaço Urbano e Regional**. SP: Expressão Popular, 2006.

PIRES, E. L. S; VERDI, A. R. **As estratégias territoriais para o desenvolvimento de arranjos produtivos locais: possibilidades, especificidades e regulação**. X SIMPURB, Apresentação Oral, Seção Temática ST 3 – Redes de cidades e dinâmica territorial Florianópolis, 2007.

PORTER, M. E. **Competição; estratégias competitivas essenciais**. Trad. Afonso Celso da Cunha Serra. Rio de Janeiro; 8ª edição. Campus.

ROMERO, L. A. B. **A vitivinicultura no estado de São Paulo (1880 - 1950)**. Dissertação de Mestrado - Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. Campinas, SP : [s.n.], 2004.

ROSA, S. E. S. da; SIMÕES, P. M. **Desafios da vitivinicultura brasileira**. BNDES Setorial, Rio de Janeiro, n. 19, p. 67-90, mar. 2004 P.67-90

SATO, G. S; STREHLAU, V; ALVES H. A. Enoturismo e Estratégia de Fortalecimento da Marca de Vinhos. **Textos para discussão**. IEA n.12, 2009. Disponível em:<<http://www.iea.sp.go.br>>.

SATO, G. S; STREHLAU, V; ALVES H. A. Estratégias de Mercado das Vinícolas Paulistas através de Estudo De Múltiplos Casos. **Informações Econômicas**, SP, v.40, n.4, abr. 2010. Disponível em: <<http://www.iea.sp.go.br>>

SATO, G. S. **Vinhos brasileiros: é possível a internacionalização?** Revista Eletrônica de Negócios Internacionais da ESPM, Internet. v. 1, n.1, p. 243-259, jul./dez. 2006. Disponível em: <<http://internext.espm.br/index.php/internext/article/viewPDFInterstitial/14/13>>.

SEBRAE. **Mobilização dos Territórios para o Desenvolvimento**. Texto Interno para Discussão. Brasília, 2003.

STORPER, M. “A Industrialização e a Questão Regional no Terceiro Mundo”. In VALLADARES, L. e PRETECEILLE. E. (org.) **Reestruturação Urbana: Tendências e Desafios**. Rio de Janeiro: Nobel/luperj, 1990, p. 97-123.

STORPER, M. “Territorialização numa Economia Global: potencialidades de desenvolvimento tecnológico, comercial e regional em economias

subdesenvolvidas”. In LAVINAS, L.; CARLEIAL, L. M.; NABUCO, M. R. (org.). **Integração, Região e Regionalismo**. São Paulo, Bertrand Brasil, 1993.

SAQUET, M. A. Proposições para estudos territoriais. **Revista Geografia**. Universidade Estadual do Oeste do Paraná Francisco Beltrão. AnoVIII -N. 15 -2006 p. 71-85

STADUTO, J. A. R.; ROCHA JR, W. F.; GONÇALVES C. A; ALVES Y. B. **As Câmaras Setoriais do agronegócio brasileiro**. XLV Congresso da SOBER/Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural “*Conhecimentos para a agricultura do futuro*”. Disponível em <<http://www.sober.org.br/palestra/6/497.pdf>>.

SCOTT, A. J. “A Economia Metropolitana”. In: BENKO, G; LIPIETZ, A. **As Regiões Ganhadoras - Distritos e Redes: Os Novos Paradigmas da Geografia Económica**. Oeiras: Celta Editora, 1994

SILVA, R. DE O. P.; STAUDT, N. P.; VERDI, A. R. “Câmaras Setoriais do Agronegócio Paulista: o novo papel do Estado junto à sociedade civil. **Informações Econômicas**. São Paulo, v.39, n.4, abr. 2009. P.17-29. Disponível em: <ftp://ftp.sp.gov.br/ftpiea/publicacoes/IE/2009/tec2-0409.pdf>

SILVA, J. G. A industrialização e a urbanização da agricultura brasileira. **São Paulo em Perspectiva**, v.7, n. 3, p. 2-10, jul./set. 1993

SIQUEIRA T. V. **Vitivinicultura mundial: 1961-2007**. BNDES Setorial, Rio de Janeiro, n. 26, p. 233-298, set. 2007 P.233-298

STORPER, M. “A Industrialização e a Questão Regional no Terceiro Mundo”. In VALLADARES, L. e PRETECEILLE. E. (org.), **Reestruturação Urbana: Tendências e Desafios**. Rio de Janeiro: Nobel/luperj, 1990, p. 97-123.

STORPER, M. Territorialização numa Economia Global: potencialidades de desenvolvimento tecnológico, comercial e regional em economias subdesenvolvidas. In LAVINAS, L.; CARLEIAL, L. M.; NABUCO, M. R. (org.), **Integração, Região e Regionalismo**. São Paulo: Bertrand Brasil, 1993.

STORPER M. **The Regional World: Territorial Development in a Global Economy**. Guilford Press, New York, 1997

STORPER M. **Regions and the World Economy – The coming shape of global production, competition, and political order**. Oxford University Press, 1998.

SUZIGAN, W; FURTADO, J; GARCIA, R; SAMPAIO, S. **Clusters ou sistemas locais de produção e inovação: identificação, caracterização e medidas de apoio**. IE/UNICAMP maio de 2002. Disponível em:<www.iedi.org.br/admin/pdf/20030516_clusters.pdf>

SUZIGAN, W; FURTADO, J; GARCIA, R; SAMPAIO, S. Sistemas locais de produção: mapeamento , tipologia e sugestões de políticas. **Revista de Economia Política**, v.24, nº3, São Paulo, julho, 2004.

SUZIGAN, W. et al. Clusters ou Sistemas locais de produção: Mapeamento, Tipologia e sugestões de políticas. **Revista de Economia Política**, vol. 24, n 4 (96), out-dez 2004 p. 543-562.

SUZIGAN, W. GARCIA, R; JOÃO, F. **Metodologia para identificação, estudos de casos e sugestões de políticas**. p.287-320 in Economia e Território. Diniz, C. C.; Lemos, M. B. (org) Belo Horizonte, 2005.

TAKAGI, M. **Câmaras Setoriais agroindustriais: representação de interesses e políticas públicas**. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual de Campinas UNICAMP-SP instituto de economia. 2000 123p.

TONIETTO, J. **Indicação geográfica Vale dos Vinhedos: sinal de qualidade inovador na produção de vinhos brasileiros**. Artigo de mídia publicado no Jornal Bon Vivant e disponibilizado no site da Embrapa Uva e Vinho, 2007 Disponível em <<http://www.cnpuv.embrapa.br/publica/artigos>>.

TONIETTO, J. **Afinal, o que é Terroir?** Bon Vivant, Flores da Cunha, v. 8, n. 98, p. 08, abr. Artigo de mídia disponibilizado no site da Embrapa Uva e Vinho Disponível em <<http://www.cnpuv.embrapa.br/publica/artigos>>.

TONIETTO, J. CAMARGO, U. A. **Vinhos tropicais no Brasil e no mundo**. Bon Vivant, Flores da Cunha, v. 8, n. 94, p. 15, dez. 2006. Disponível em <<http://www.cnpuv.embrapa.br/publica/artigos>>.

VEIGA, J. E. da. A Face Territorial do Desenvolvimento. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local - Interações**, Universidade Católica Dom Bosco/MS, v. 3, n. 5, p. 5-19, 2002.

VERDI, A. R. PRISCILA, R. S., FRANCISCO, V. L. F. S., A., A. A., BAPTISTELA, C. da S. L. "Arranjo PRODUTIVO Local: identificação das possibilidades da viticultura na região de Campinas". **Agricultura São Paulo**. São Paulo, v.52, n.2, p. 33-86, jul/dez. 2005. Disponível em: <ftp://ftp.sp.gov.br/ftpiea/publicacoes/asp6-2-05.pdf>

VERDI A, et al. "Caracterização socioeconômica e perfil produtivo da produção de uva e vinho artesanal no município de Jundiaí, estado de São Paulo" **Informações Econômicas**, SP, v.40, n.5, maio 2010. Disponível em: <ftp://ftp.sp.gov.br/ftpiea/publicacoes/IE/2010/tec3-0510.pdf>

VITULE, M. L. L, **Agricultura e Globalização**. Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas, SP, 1996

VITTE, C. de C. S. Crise do Modelo de desenvolvimento, descentralização do poder e os novos desafios para os municípios do Brasil. **Revista Paranaense de Geografia**, Curitiba-PR, v. 33, n. 4, 1999, p. 33-42.

SÍTIOS CONSULTADOS NA INTERNET (vários acessos)

<http://www.spvinho.com.br/instituto.asp> - Instituto SP -VINHO

<http://www.cnpuv.embrapa.br/> - A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)

<http://www.cori.unicamp.br/vitivinicultura2007/programa.htm>

<http://www.sitedovinhobrasileiro.com.br/> - Site do Vinho Brasileiro

<http://www.bndes.gov.br> – Banco de Desenvolvimento Econômico e Social

<http://www.dieese.org.br> - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

<http://www.ibge.gov.br> – IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

<http://www.iea.gov.br> – Instituto de Economia Agrícola

<http://www.mdic.gov.br> - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio

<http://www.mte.gov.br> – Ministério do Trabalho e Emprego

<http://www.seade.sp.gov> – Sistema Estadual de Análise de Dados

<http://www.sebrae.gov.br> – Serviço Brasileiro de Apoio a Média e Pequena Empresa

<http://www.fao.org.br> - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação

<http://apps.fao.org>, acesso em 28 de janeiro de 2004. Banco de dados disponível em FAO STATISTICAL DATABASES.

Anexos

Anexo I - Classificação Nacional de Atividades Econômicas, (CNAE/ 95) segundo o IBGE, utilizadas neste trabalho.

Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/concla/>

UVA

CNAE 2.0

Hierarquia

Seção: A - AGRICULTURA, PECUÁRIA, PRODUÇÃO FLORESTAL, PESCA E AQUICULTURA

Divisão: 01 - AGRICULTURA, PECUÁRIA E SERVIÇOS RELACIONADOS

Grupo: 013 - PRODUÇÃO DE LAVOURAS PERMANENTES

Classe: 0132-6 - CULTIVO DE UVA

Subclasse: 0132-6/00 - CULTIVO DE UVA

Lista de Atividades:

Notas Explicativas:

Esta subclasse compreende:

- o cultivo de uva para vinho e para mesa

Esta subclasse compreende também:

- a produção de sementes e mudas de videiras, quando atividade complementar ao cultivo

- a produção de vinho no estabelecimento agrícola

Esta subclasse não compreende:

- a fabricação de vinhos (1112-7/00)

- a produção de suco concentrado de uva (1033-3/01)

- a produção de suco de uva, exceto sucos concentrados (1033-3/02)

- a fabricação de conservas de uva (1031-7/00)

- a fabricação de vinagre de uva (1099-6/01)

- a produção de sementes certificadas de videira, inclusive modificadas geneticamente (0141-5/01)

- a produção de mudas certificadas de videira, inclusive modificadas geneticamente (0142-3/00)

- o serviço de poda nas lavouras de uva (0161-0/02)

- os serviços de preparação de terreno, cultivo e colheita realizados sob contrato (0161-0/03)

VINHO

CNAE 2.0

Hierarquia

Seção: C - INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO

Divisão: 11 - FABRICAÇÃO DE BEBIDAS

Grupo: 111 - FABRICAÇÃO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS

Classe: 1112-7 - FABRICAÇÃO DE VINHO

Lista de Atividades:

Esta classe contém as seguintes subclasses:

1112-7/00 FABRICAÇÃO DE VINHO

Notas Explicativas:

Esta classe compreende:

- a fabricação de vinhos de uva processados diretamente da uva

- a fabricação de vinhos processados do mosto e de vinhos de uva inacabados, inclusive licorosos e compostos

- a fabricação de vinhos de outras frutas e de essências artificiais

Esta classe não compreende:

- a fabricação de aguardentes de cana-de-açúcar, de cereais, de frutas e de outras matérias-primas, e de aguardentes compostas (11.11-9)

- a fabricação de cervejas e chopes (11.13-5)

- o engarrafamento de bebidas associado ao comércio atacadista (46.35-4)

- o engarrafamento de bebidas sob contrato (82.92-0)

Anexo II – Carta encaminhada a Câmara Setorial da Especial da Uva e do Vinho do estado de São Paulo e roteiro utilizado para as entrevistas



**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JULIO DE MESQUITA FILHO”**



INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS E CIÊNCIAS EXATAS
DEPLAN – Departamento de Planejamento Territorial e Geoprocessamento
LADETER – Laboratório de Desenvolvimento Territorial

Rio Claro, 13 de maio de 2010

Prezado Senhor Nelson Pedro Staudt

Secretário Geral das Câmaras Setoriais dos Agronegócios de São Paulo,

Demais pesquisadores e funcionários da Secretaria da Agricultura envolvidos.

Prezados Senhores e Senhoras,

É com prazer que eu, Roger Vitor Chiapetta, Mestrando do Programa de pós-graduação em Geografia da UNESP/Campus Rio Claro venho apresentar a pesquisa que desenvolvo a respeito do processo de revitalização da cadeia vitivinícola do estado de São Paulo. Este estudo, sob a orientação do professor e pesquisador Dr. Elson Luciano Silva Pires, do Departamento de Planejamento Territorial e Geoprocessamento e do Programa de pós-graduação em Geografia, busca analisar as aglomerações produtivas e compreender as estratégias dos atores, dos territórios e das instituições do setor vitivinícola paulista.

Em outras palavras, o objetivo principal da nossa pesquisa é acompanhar o processo recente de desenvolvimento e revitalização desta cadeia produtiva, que encontra na recém criada Câmara Setorial da Uva e do Vinho o espaço tripartite (Governo, empresas e sociedade) de convergência para as discussões referentes às principais demandas do setor.

Esta forma de organização pode se concretizar em um ambiente favorável ao desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais, vistos como estratégias relevantes e que podem promover o desenvolvimento territorial/local e regional no estado de São Paulo. Para tanto, é necessário um conhecimento do setor e dos principais problemas a ser enfrentados.

Consideramos que as informações obtidas são de suma importância para todos os interessados da Câmara Setorial da Uva e do Vinho, da comunidade acadêmica e política, e, em especial, dos objetivos específicos da investigação de minha dissertação de mestrado em sua fase final, que deve contemplar pesquisa empírica com os envolvidos. Aproveitando desta oportunidade, gostaríamos de dizer-lhes que a principal contribuição da nossa pesquisa depende também da contribuição dos envolvidos na Câmara.

Para isso precisamos realizar uma entrevista com vários membros da Câmara para identificar a percepção e as expectativas dos agentes e atores sociais entrevistados, com relação ao que vem sendo desenvolvido e o que ainda esperam acontecer no processo de desenvolvimento do setor e da região. Como observamos em outros setores e cadeias produtivas, este interesse acadêmico faz parte de um trabalho mais geral sobre o papel da governança territorial na competitividade e no desenvolvimento sustentável no estado de São Paulo.

Peço encarecidamente que informe aos membros desta Câmara nossos objetivos e a possibilidade de entrarmos em contato com os atores participantes para a aplicação dos questionários como roteiro das entrevistas (Em anexo). Os resultados serão apresentados para discussão dentro da Câmara no término desta etapa da pesquisa.

Desde já agradecemos o apoio institucional da Secretaria da Agricultura e Abastecimento de São Paulo. Supondo-se que a ação em conjunto trata-se de um projeto coletivo que se delinea em torno da CS, a percepção e as expectativas podem colocar a possibilidade da formalização dos produtores e a criação de um APL de vinho de boa qualidade na região.

Atenciosamente,

Roger Vitor Chiapetta
Mestrando em Geografia da UNESP/Campus de Rio Claro
Dr. Elson Luciano Silva Pires
Professor Orientador

Roteiro para Entrevistas Qualitativas

**A TERRITORIALIZAÇÃO DO SETOR VITIVINÍCOLA
DO ESTADO DE SÃO PAULO (1994-2009):
Processo de institucionalização, grau de desenvolvimento territorial e
papel das políticas públicas**
(Dissertação de Mestrado)

Roger Vitor Chiapetta

- 1 – O que é ou o que significa para o senhor (a) a produção vitivinícola?
- 2 - O que a sua cidade e a sua região têm de específica na produção vitivinícola do estado?
- 3 - Porque o estado de São Paulo ficou rotulado com a fama de “não produzir vinho de qualidade”? (*Agência Fapesp*). Como o projeto da revitalização da cadeia produtiva pode mudar esse quadro?
- 4 - O que é ou o que significa para o senhor (a) a Câmara Setorial da Uva e Vinho?
5. Qual a importância que tem para o senhor (a) a Câmara Setorial da Uva e do Vinho e a organização da cadeia produtiva para a revitalização vitivinícola paulista e o desenvolvimento local e regional?
- 6 – Em sua opinião o que está mudando (mudou) no processo de revitalização vitivinícola da sua cidade e sua região depois da criação da Câmara Setorial da Uva e do Vinho?
- 7- Em sua opinião, de que maneira a Câmara pretende (pode) contribuir para a Competitividade, para a Governança e para a Sustentabilidade da cadeia produtiva? Quais os principais desafios (problemas) para atingir esses objetivos?
- 8 - Qual o papel do Turismo neste processo de revitalização do setor vitivinícola? Atividade secundária ou complementar?
- 9 - Quais os principais desafios de cada grupo técnico de trabalho criado na Câmara? Em quanto tempo estes desafios serão superados?
- 10 – O senhor (a) conhece o decreto-lei do Estado sobre os Arranjos Produtivos Locais? Qual a sua avaliação a respeito da constituição de um Arranjo Produtivo Local da uva e/ou do vinho no Estado de São Paulo?
- 11 - Como pode ser enfrentada na Câmara a questão colocada da pressão da especulação imobiliária sobre os produtores? Quais os mecanismos necessários para coibir essa pressão? (principalmente São Roque e Jundiá)
- 12 - Quais são as contrapartidas negociadas para as demandas levantadas na Câmara como a redução do imposto? Aumentar o emprego e a renda? Reduzir a informalidade? Melhorar a produtividade e a qualidade dos produtos? Outras? (os quatro municípios).
- 13 – Em sua opinião quais foram os impactos no setor vitivinícola da crise econômica internacional iniciada em 2008? Quais são as suas expectativas para os próximos cinco e dez anos?